UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FELIPE MENDES ERRA

O MERCADO DE TRIGO EM FLORENÇA (1284 - 1340)

Versão corrigida.

SÃO PAULO

2020

FELIPE MENDES ERRA

O mercado de trigo em Florença (1284 - 1340)

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E72m Erra, Felipe Mendes
O mercado de trigo em Florença (1284-1340) / Felipe
Mendes Erra ; orientador Marcelo Cândido da Silva. -
São Paulo, 2020.
306 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História
Econômica.

1. História Econômica. 2. Mercados. 3. História do
Mercado. 4. História Medieval. 5. História da Itália.
I. Cândido da Silva, Marcelo, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Ciência e Concordância do (a)
orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Felipe Mendes Erra

Data da defesa: 29/06/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marcelo Cândido da Silva.

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR**

CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na

sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente**
favorável ao seu

encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/09/2020

Nome: ERRA, Felipe Mendes.

Título: O mercado de trigo em Florença (1284 - 1340)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em História.

Aprovado em: 29/06/2020.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado.

Prof. Dr. Jean-Louis Gaulin

Instituição: Université Lumière Lyon 2

Julgamento: Aprovado.

Prof. Dr. André Luis Pereira Miatello

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Julgamento: Aprovado.

Esta pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através dos programas de Bolsa regular de Mestrado Fapesp e de Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE).

N. do processo da Bolsa de Mestrado: 2017/13122-8.

N. do processo BEPE: 2018/19704-1.

A meu filho Vicente, que todo dia me ensina que o ser humano é muito mais do que diz
nossa vã filosofia, eu dedico esse trabalho.

Agradecimentos

A minha companheira de tantas jornadas e de tantas lutas, Eliane Correa Batista, que, sem o apoio e carinho, eu sequer teria me aventurado ao ofício de historiador, e com quem de mãos dadas atravessei o vale das trevas,

Aos meus pais, Antonio Sergio e Cecília Mendes, que deram o exemplo, o amor, o incondicional apoio nas horas difíceis, e a serenidade nas horas de tolas ilusões.

A minha irmã Fabiola, pelas lições de fraternidade, e pela alegre generosidade de ser sempre a irmã querida.

A Rafael Olivieri, pela rara amizade que venceu o tempo e a distância, e que, se houver, continuará no além-túmulo.

A Fabiano Furtado, irmão que a vida me concedeu quando eu já era velho.

A Guilherme Santos, grande amigo no Brasil, quem a sorte me reservou reencontrar na França, por momentos inesquecíveis.

Porque sem o amor e a amizade, não há trabalho e não há a ciência.

Ao professor Marcelo Cândido da Silva, pela paciência, pela generosidade, pela cuidadosa atenção, capazes de transformar o estudante despreparado em um jovem pesquisador, e que, sem a orientação permanente, esse trabalho não teria sido possível.

Ao professor Rodrigo Ricupero, orientador durante tantos anos da graduação, que revelou ao amador interessado os ofícios e as técnicas da historiografia, a crítica das fontes, e a composição do trabalho acadêmico, através de companhia sempre agradável e generosa.

Meus dois queridos professores que me formaram, me transformaram, e me acompanharão pela vida inteira.

Aos amigos do Leme, pelas críticas generosas que impulsionaram o trabalho, e por tantos anos de ótima e prazerosa companhia: Marina Sanchez, Eric Cyon, Isabela Alves, Sara Oderdenge, Gabriel Cordeiro, José Francisco Sanchez, Adrien Bayard, Thiago Ribeiro e Victor Sobreira.

A Marcelo Ferrasin, Vinicius Marino, Gabriel Tarifa, Fabio Duque, e Breno Amarin, que, além da fortuna crítica e da inteligência, tive a felicidade de compartilhar momentos verdadeiramente felizes nos corredores da academia e, para esse provinciano do Sacomã, as aventuras de simpósios e conferências pelo Brasil afora e no exterior.

Ao professor Jean-Louis Gaulin, que me recebeu de forma tão amável no CIHAM e, com grande gentileza, me abriu as portas da vida acadêmica de Lyon, além das críticas e sugestões que ampliaram exponencialmente a profundidade desse trabalho.

Ao professor Xavier Hélyary, pela grande amabilidade com que recebeu o estudante brasileiro em terras estrangeiras, e que, pela simpatia e urbanidade, tornaram a experiência do intercâmbio mais calorosa e amiga.

Às professoras Laurence Moulinier-Brogi, Véronique Rouchon-Mouilleron e Cécile Caby, que gentil e inteligentemente dedicaram seu tempo para me receber em Lyon, e me ajudaram com questões acadêmicas, burocráticas e cotidianas. A Pierre

Porque um estrangeiro jamais esquece daqueles que o acolheram durante a solidão de outra língua.

A Henrique, Jean, Shiguero, Mateus, Laura C. B., Claudio L., Cristian G., Andre, Wagner, Patricia (Tri), Agostinho: pessoas queridas que o tempo e a vida separaram, mas permanecem na memória.

Tir'd with all these for restful death I cry,
As to behold Desert a beggar born,
And needy Nothing trimm'd in jolity,
And purest Faith in unhappily forsworn,
And gilded Honour shamefully misplac'd,
And maiden Virtue rudely strumpeted,
And right Perfection wrongfully disgrac'd,
And Strength by limping sway disabled,
And Art made tongue-tied by Authority,
And Folly (doctor-like) controlling Skill,
And simple Truth miscall'd Simplicity,
And captive Good attending Captain ill.

Tir'd with all these, from these would I be gone,
Save that to die, I leave my love alone.

William Shakespeare.

RESUMO

ERRA, Felipe Mendes. **O mercado de trigo em Florença (1284 - 1340)**. 2020. 306 ff. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Entre 1284 e 1340, a cidade de Florença alcançou seu apogeu demográfico durante o período medieval, com uma população que chegou a cerca de 125 mil habitantes, se tornando, portanto, uma metrópole do Mediterrâneo. A economia urbana experimentou um período de efervescência nos ramos da manufatura têxtil, da construção e do comércio, sediando bairros destinados às pequenas habitações das categorias trabalhadoras e aos palácios em que residiam os protagonistas de companhias mercantis que atuavam no comércio de longa distância. A população passou a depender de um complexo sistema de abastecimento, que ultrapassava os limites da vizinhança rural da cidade, e que se tornou uma questão central para a política da República. O mercado de cereais, alimentação base dos florentinos ricos ou pobres, adquiriu grandes proporções e, ao mesmo tempo, uma dinâmica de funcionamento singular. Partindo da análise da documentação referente à produção, à circulação, ao comércio, e à regulamentação do mercado urbano, esse trabalho defende a tese de que a dinâmica do mercado de trigo, no período em tela, decorria de quatro fundamentos. Primeiro, a composição de uma demanda urbana regular, baseada na existência de categorias destituídas de propriedade e com poder de compra para frequentar constantemente o comércio. Em segundo, a consolidação de uma estrutura de oferta que incentivava a produção agrícola e permitia o trânsito regular em direção à cidade. Em terceiro, a formação de uma arquitetura institucional estabelecida pelo jogo constante entre decisões da elite política, das atividades de magistrados encarregados da vigilância do mercado, e das exigências de uma população que não hesitava em se manifestar. Finalmente, a atuação coletiva dos mercadores de cereais, protagonistas do mercado de trigo, ocupava papel central na lógica de formação dos preços. No decorrer do trabalho, aproveitaremos para refletir como a comercialização da sociedade, processo ocorrido entre os séculos XIII e XIV, foi um processo contraditório, de ampliação das trocas mercantis e, ao mesmo tempo, fortalecimento de mecanismos não comerciais de circulação.

Palavras-Chave: História Econômica; Mercados; História do Mercado; História Medieval; História da Itália.

ABSTRACT

ERRA, Felipe Mendes. **The wheat market in medieval Florence (1284-1340)**. 2020. 306 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Between 1284 and 1340, the city of Florence reached its demographic peak during the medieval period, with a population of about 125,000 inhabitants, becoming a Mediterranean metropolis. The urban economy experienced a period of effervescence in the textile manufacturing, construction, and commerce sectors, hosting neighborhoods for small houses for the working-class, and the palaces in which resided the protagonists of commercial companies that operated in long-distance trade. The population has become dependent on a complex supply system, which exceeded the limits of the nearby rural area, and which became a central issue for the politics of the Republic. The cereal market, the basic food of rich or poor Florentines, has acquired great proportions and, at the same time, a unique dynamic. Starting from the analysis of the documentation related to production, circulation, trade, and the regulation of the urban market, this work defends the thesis that the dynamics of the wheat market, in this period was based on four fundamentals. First, the composition of a regular urban demand, based on the existence of categories devoid of property and with enough purchasing power to regularly frequent the market. Second, the consolidation of an supply structure that encouraged agricultural production and allowed regular transit towards the city. Third, the formation of an institutional architecture established by the constant interplay between decisions of the political elite, the activities of magistrates in charge of market surveillance, and the demands of a population that did not hesitate to manifest itself. Finally, the collective action of wheat merchants, protagonists of the market, played a central role in the logic of price formation. In the course of the work, we will take the opportunity to reflect how the commercialization of society, a process that occurred between the thirteenth and fourteenth centuries, was a contradictory process, of expanding market exchanges and, at the same time, strengthening non-commercial circulation mechanisms.

Keywords: Economic History; Markets; Market History; Medieval History; History of Italy.

INTRODUÇÃO	16
1. AS FONTES E O PROCESSO DE PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICO	
1.1. Os pressupostos teóricos e o plano da dissertação	23
1.2. O problema das fontes	36
1.3. A configuração política da República de Florença: uma síntese	41
2. A COMPOSIÇÃO DA DEMANDA	
2.1. Aspectos demográficos e a divisão social do trabalho	49
2.2. Divisão social do trabalho e a composição da riqueza	60
2.3. As razões da moeda	72
2.4. A desigual circulação monetária e a comercialização da sociedade	92
2.5. A volátil composição da demanda: proprietários e consumidores	83
2.6. A volátil composição da demanda: consumidores e dependentes	102
3. A ESTRUTURA DE OFERTA	
3.1. O carácter estrutural da produção agrícola	116
3.2. O sistema viário	139
3.3. A rede de mercados e o quadro institucional	145
3.4. O comércio marítimo	150
3.5. A estrutura de oferta e os conflitos militares	157
4. O MERCADO DE TRIGO EM FLORENÇA	
4.1. O mercado de trigo em Florença	162
4.2. O comércio no tecido social urbano e a panificação	186
4.3. A circulação de trigo no espaço urbano	190
4.4. O monopólio de Orsanmichele e o mercado oficial de trigo	196
4.5. O mecanismo dos preços	210
5. O MANIFESTO POLÍTICO DO MERCADOR	
5.1. 1329: a primeira onda da crise	227
5.2. 1329: a segunda onda da crise	252
5.3. Por uma definição da crise de 1328-1330	258
5.4. O manifesto político do mercador	261
Anexo 5.1	281
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
7. BIBLIOGRAFIA	286

Tabela 2.1. Estimativas da evolução demográfica urbana na Toscana	49
Tabela 2.2. Crescimento urbano da República de Florença	50
Tabela 2.3. Nível de riqueza dos <i>maestri</i> de Florença em 1427.....	61
Tabela 2.4. Transformação da estrutura demográfica da República de Florença entre os séculos XIV e XV	68
Tabela 2.5. Sistema monetário de Florença em 1338	73
Tabela 2.6. Oscilação do valor do florim em Pisa e Siena (em <i>soldi</i>)	82
Tabela 2.7. Hierarquia de valores entre os quatro tipos de trigo comercializados em Florença	100
Tabela 3.1. Investimento de del Sega em sua propriedade agrícola (1311-1355)	124
Tabela 3.2. Oscilação do preço do trigo <i>calvello</i> durante a guerra entre Lucca e Florença (1325)	158
Tabela 3.3. Oscilação do preço do trigo <i>calvello</i> em perspectiva anual (1325-1326)..	159
Tabela 4.1 Comparação entre preço do trigo <i>comunale</i> e <i>ciciliano</i> entre 1321 e 1335 (em <i>soldi</i> e <i>denari</i>)	218
Tabela 5.1. Cidades de origem dos cavaleiros da <i>podestà</i> de Florença	229
Tabela 5.2. Cidades de origem dos vicários de Florença (1320-1321)	229
Tabela 5.3. Cidades de origem dos vicários de Florença (1326-1328)	229
Tabela 5.4. Os preços na crise de 1329 (por <i>staio</i>)	239

LISTA DE GRÁFICOS

Página

Gráfico 2.1. Distribuição dos <i>maestri</i> em cinco diferentes faixas de riqueza em 1427...	61
Gráfico 2.2. Estratificação social dos <i>maestri</i> a partir do nível de riqueza em 1427	62
Gráfico 2.3. Distribuição de chefes de família <i>manovali</i> por nível de riqueza tributável em 1427	63
Gráfico 2.4. Distribuição de chefes de família <i>corregiai</i> por nível de riqueza tributável em 1427	64
Gráfico 2.5. Nível de riqueza tributável dos <i>biadaioli</i> em 1427	65
Gráfico 2.6. Distribuição da riqueza no bairro de Nicchio, em Florença, em 1352	68
Gráfico 2.7. Faixa etária dos chefes de família <i>corregiai</i> em 1427	70
Gráfico 2.8. Faixa etária dos chefes de família <i>biadaioli</i> em 1427	70
Gráfico 2.9. A propriedade na composição da riqueza dos <i>maestri</i> no <i>catasto</i> de 1427 (em percentual relativo a cada faixa de riqueza)	92
Gráfico 2.10. A propriedade na composição da riqueza dos <i>maestri</i> no <i>catasto</i> de 1427 (em percentual absoluto)	102
Gráfico 2.11. A propriedade na composição da riqueza dos <i>corregiai</i> no <i>catasto</i> de 1427 (em percentual absoluto)	103
Gráfico 2.12. A propriedade na composição da riqueza dos <i>manovali</i> no <i>catasto</i> de 1427 (em percentual absoluto)	107
Gráfico 2.13. Endividamento dos <i>manovali</i> em 1427 (em percentual absoluto)	108
Gráfico 2.14. Número de residentes/fogo por faixa de riqueza familiar dos <i>maestri</i> no <i>catasto</i> de 1427. (em percentual relativo a cada faixa de riqueza)	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1. Esquema da estrutura da República de Florença	43
Quadro 2.1. Ofícios citados por Bonvesin della Riva existentes em Milão (1288)	52
Quadro 2.2. Principais espécies de ouro europeias cunhadas no século XIII	77
Quadro 2.3. Novas espécies de prata criadas na Itália, denominadas <i>grosso</i>	77
Quadro 3.1. Calendário agrícola segundo Pietro dei Crescenzi (excluídas atividades na vinha)	177
Quadro 4.1. Produtos consumidos na cidade de Florença (lista não exaustiva)	167
Quadro 5.1. Eleição dos <i>sei della biada</i> em Florença (1328-1335)	231

LISTA DE IMAGENS

Página

Imagem 2.1. Vista de Florença por Francesco Rosseli	48
Imagem 2.2. Provável dimensão da República de Florença na região da Toscana	50
Imagem 4.1. Localização da praça de Orsanmichele em Florença	161
Imagem 4.2. Planta baixa da <i>loggia</i> de Orsanmichele após a reestruturação de 1337...	177
Imagem 4.3. Iluminura representando o trabalho do mercador de trigo	178
Imagem 4.4. Visão da fachada sul de Orsanmichele, após a reestruturação de 1337...	179
Imagem 4.5. Atual segundo piso de Orsanmichele	180
Imagem 4.6. Princípio de regularização da paisagem urbana	186
Imagem 4.7. Iluminura de Cisti Fornaio	187
Imagem 5.1. Iluminura do mercado em tempos de abundância	225
Imagem 5.2. Iluminura do mercado em tempos de carestia	226

Guia de medidas, pesos e calendário.

1. Medidas

1 *moggio* florentino: 24 *staia* florentinas

1 *staio* florentino: 24,363 l. (cerca de 17,5 quilogramas quando utilizado para cereais).

1 *salma* de Nápoles/Sicília: 1.145 *staia* florentinas.

2. Objetos de mensuração:

1 *Bigoncie*: tonel capaz de conter 18 *staia*. (c. 315 kg).

1 *mina*: jarro capaz de conter $\frac{1}{2}$ *staio* (c. 8,75 kg).

3. Sistema de valores monetários (moeda de conta)

1 lira = 20 soldi

1 soldi = 12 denari.

4. Calendário

Na Florença dos séculos XIII e XIV, o ano começava no agradável mês de abril. Escolhemos manter a concepção atual de início do ano em janeiro. Assim, por exemplo, quando encontramos nas fontes “março de 1327”, iremos datar como “março de 1328”.

INTRODUÇÃO

Me concedo a liberdade de começar com uma pequena cena do *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, escrita naquela Florença do *Trecento* que me absorveu durante tanto tempo pelos últimos anos. A quinta novela da quarta jornada narra a desventura de Lisabetta, irmã de três mercadores estabelecidos na cidade de Messina. Jovem migrante e isolada do convívio social, nos conta o narrador que Lisabetta se apaixonou por um empregado de baixa condição social; após descobrirem os encontros noturnos dos amantes, os irmãos mercadores convidam o rapaz para passear em um campo desabitado. Ali, assassinam e enterram o corpo do jovem, encerrando com violência o que consideravam uma desonra familiar. Informada pelos irmãos que Lorenzo havia partido para outra cidade, sem nem mesmo se despedir, Lisabetta é tomada pela melancolia, e passa a interrogar infinitamente, na solidão, o motivo do abandono, recriminando o comportamento de Lorenzo. Após noites seguidas de difamação, o espírito do morto aparece e revela a verdade.

Decerto o ofício dos historiadores não é fazer os fantasmas falarem, embora exista quem queira. O discurso historiográfico só existe enquanto interesse dos que estão vivos; e a novela de Boccaccio é mais interessante não pela aparição fantástica, mas pela insistência de Lisabetta em perguntar. A insistência da dúvida não se reportava ao passado, mas se referia ao futuro. A jovem, impossibilitada de ir a campo e investigar, lutou com suas forças. Nós lutamos com as nossas, metodologia e documentação, e um pouco de teoria. Não para dar voz aos mortos, mas para poder perguntar, com os vivos, sobre os problemas presentes que nos afligem. À medida que esses pensamentos guiaram minha prática como investigador, considero incontornável começar a apresentação do tema e do problema da dissertação pela situação concreta da pesquisa. Não tanto como cientista, mas como testemunha do que foi, e tem sido, tentar ser um historiador no Brasil, na segunda década do século XXI.¹

Entre 1930 e 1970, o país vivenciou uma taxa básica de crescimento anual de 7% ao ano, e a modernidade pareceu bater na porta dos brasileiros: seguindo a revolução das formas literárias e pictóricas dos modernistas, o crescimento populacional foi concomitante com a urbanização intensiva, o uso de novos meios de transporte e de

¹ Por isso não haverá, nessa introdução, notas de rodapé ou indicações bibliográficas.

energia elétrica, a fundação de universidades, o desenvolvimento industrial e a publicação de grandes obras das ciências humanas. Coisas que ouvimos na escola e também dos mais velhos: a revolução das estruturas econômicas transformou profundamente a vida cotidiana, enquanto o tempo doloroso da escravidão era apagado da memória coletiva e o passado era esquecido como um fantasma de porão abandonado. E, no entanto, entre as lápides os sonhos murcharam. Entre 1968 e 1990, o país vivenciou o inferno do autoritarismo e do colapso econômico. Cresceram os mortos insepultos. Os fantasmas, mais numerosos, aumentaram a sombra dos vasos murchos. A estabilização democrática e o plano real não conseguiram prosperar sem uma perda significativa do salário médio, e sem dar início a um processo de desindustrialização ininterrupto; dois anos antes de fechar o século, o salário mínimo alcançava o menor valor real de sua série histórica, e mais de 40% da população permanecia sem acesso à saneamento básico.

Entre 2002 e 2014, o novo ciclo de aparente prosperidade criou renda, difundiu universidades, e cultivou fantasias, subitamente atropeladas pelos eventos dramáticos dos últimos anos: crise do desemprego, explosão da população indigente nas capitais, ruptura institucional, desastres ambientais de proporções jamais vistas na história do país, queda abrupta da renda das famílias, inflação, recrudescimento da mortalidade infantil (sobretudo entre a população indígena), e a marcha dramática da desindustrialização. Signo da ruptura de expectativas, o mais importante instrumento democrático que a história brasileira jamais alcançou – o voto amplo e popular da recente Constituição de 1988 – acabou elegendo, nas urnas, aventureiros, autoritários, e figuras renascidas dos daguerreótipos da República Velha. Para assombro de quem tem olhos para ver, alguns fantasmas jamais ouvidos, jamais interrogados, retornaram como protagonistas da política.

Diante de tantas expectativas malogradas, o que podem dizer as ciências econômicas? Diante do pensamento fácil de ser encontrado nas ruas e entre altos escalões do governo – de que o país fracassou, de que seria necessário acabar tudo e recomeçar do zero –, como podem sobreviver as dicotomias que marcaram o pensamento do século XX? Capitalismo ou socialismo? Liberalismo ou desenvolvimentismo? Economia de mercado ou estatização? A obstinação com arquiteturas conceituais simplistas estará contribuindo para o quê, além de ridicularizar os profetas da redenção e manchar a reputação da melhor ciência realizada no cotidiano vivaz dos laboratórios de pesquisa?

É aqui que a História Econômica pode dar sua contribuição; importante, no caso de tanta pesquisa desenvolvida recentemente, ou bastante modesta, como é o caso da atual

dissertação. Aqui, a pergunta inicial, que acompanhou toda a trajetória de investigação, é apenas aparentemente simples: como funciona o mercado em uma economia não capitalista? Com isso, partimos do pressuposto, manifesto com facilidade na documentação primária, que os instrumentos teóricos utilizados para a compreensão da economia contemporânea não servem para a compreensão dos séculos XIII e XIV. Como pensar o produto interno bruto da Florença medieval, quando apenas um percentual do produto do trabalho humano se metamorfoseava em mercadoria? Ou devemos mudar nossa metodologia atual, e ver na horta doméstica de alface e coentro, voltada para consumo, uma contribuição para o PIB nacional? Quem tentaria encontrar a tendência de declínio da extração de mais valia, quando parte importante da população consistia em camponeses arrendatários que, para saldar o direito do uso da terra, entregava parte da produção aos proprietários? E, no entanto, diversos instrumentos econômicos lá estavam: associações comerciais, circulação monetária em diferentes níveis de liquidez, mercadorias exibidas em lojas e mercados, banqueiros oferecendo serviço de empréstimo e depósito, crédito correndo sob forma de letra de câmbio, trabalhadores recebendo a paga em forma de salário. A utilização de pensamentos dicotômicos – é feudal ou mercantil, é senhorial ou capitalista – se mostrou, desde o princípio, inoportuno para a compreensão do que a documentação tem a nos dizer sobre aquela sociedade. Sempre é possível, naturalmente, realizar a história econômica requeitando velhos conceitos no conforto dos micro-ondas do espírito, embora seja uma prática pouco recomendada pela melhor culinária. Mas, se os séculos XIII e XIV foram tão fecundos em pensamento e reflexão, por que ao menos não *tentáramos* ser nós mesmos?

A escolha de Florença como objeto de estudo decorreu de duas razões: uma teórica e outra prática. Perguntar sobre a dinâmica de um mercado em uma sociedade não capitalista nos conduziu a observar os principais centros mercantis do período da Baixa Idade Média. Um grande centro populacional e econômico parecia um ponto de observação mais adequado do que uma comunidade agrária ou um pequeno *castrum*. Paris, Bruges, Londres, Veneza, Gênova, Milão – surgiram como possibilidades de investigação. Entretanto, Florença, além de seus encantos, apresentou uma vantagem comparativa: o grande número de fontes publicadas e *acessíveis*. Fontes, naturalmente, pertinentes ao tema da pesquisa. A decisão final, de caráter prático, decorreu da dificuldade de acesso aos arquivos e às bibliotecas com conteúdo especializado. Parte importante do material investigado já se encontrava disponibilizado em edições digitalizadas; mesmo a riqueza artística, literária ou pictórica, tinha algo a contribuir e

estava à mão com excelente fortuna crítica. Decerto, uma estadia semestral na Europa permitiu um salto extraordinário no corpo bibliográfico e documental. Foi possível mesmo a surpreendente aquisição, a preços insignificantes, de fontes impressas esgotadas e desaparecidas de estantes, obras raras que dormitavam esquecidas em livrarias modestas – e é necessário confessar que, a poucos passos de embarcar no avião, não foi possível evitar o receio de que algum inexistente fiscal de patrimônio brotasse do chão e impedisse a retirada do volume de território europeu. Mas, dizem as más e as boas línguas, os melhores acervos museológicos tiveram uma origem muito mais duvidosa. Em todo caso, o aproveitamento na França e na Itália só foi possível porque muito já havia sido acumulado, no pão de cada dia da biblioteca Florestan Fernandes.

As estadias na França e na Itália permitiram a esse modesto pesquisador compreender que empreendia uma investigação na contracorrente das tendências atuais da historiografia europeia. Utilizando uma má expressão, Florença está *demodée*. Para ser mais preciso, Florença teve um papel destacado na discussão historiográfica sobre a Itália da Baixa Idade Média durante o século XX; nomes que já tem garantido seu lugar no panteão da Historiografia Econômica (acredito eu) se debruçaram sobre problemas e fontes florentinas. Mas já os historiadores apontavam a efervescência das aldeias rurais, já debatiam sobre a rede de cidades de pequeno porte, já mencionavam a economia dinâmica da Europa oriental. E, muito bem, nas duas últimas décadas os historiadores, experientes e jovens, têm se dedicado a um trabalho extraordinário sobre a Itália e o Mediterrâneo além dos grandes centros urbanos. Não se trata apenas de redefinir a cartografia das trocas comerciais, a partir, por exemplo, das pesquisas sobre a importância dos portos da Apúlia no mar Tirreno, a expansão da monarquia húngara, ou da Catalunha como principal força política no Mediterrâneo Ocidental do primeiro século XIV. Trata-se do avanço sobre os fundos de arquivo das municipalidades até então na sombra, e estudos monográficos que vão desde a dinâmica política em aldeias montanhosas, até a contabilidade algo desordenada de um *bailif*, no interior de um castelo, representando (e se justificando perante) seu senhor. Universo efervescente e animado, a historiografia recente tem revisitado conceitos e interpretações; teses famosas, como a crise do século XIV, vão soçobrando sob novas perspectivas; e estudos do século passado ameaçados pelo esquecimento, como os de Sabatino Lopez ou de Rodney Hilton, são recolocados sob o holofote da melhor das considerações. Foi nesse ambiente animado e promissor em que eu, após 14 horas de voo sobre o Atlântico, tirei da valise meu singelo elefante florentino. Novamente o problema do abastecimento urbano. Novamente as grandes

companhias comerciais. E, *presque impardonnable*, mais uma vez a questão do capitalismo.

É claro que, como todo dono de elefante, eu gostava de ter o meu. O cansaço sobre o tema de Florença foi, para ele, um pasto verde. Foi possível me desvestir de preconceitos e ideias pré-concebidas para *redescobrir* a velha documentação. Um novo olhar me ajudou a lançar um olhar algo novo sobre o velho problema.

É nesse sentido que a dissertação presente não será capaz de oferecer, aos leitores, o conforto das ideias seguras, experimentadas, e amadurecidas no amigável ringue dos debates e dos simpósios. Não se trata de contradizer o melhor da historiografia escrita sobre Florença, nas obras-primas de Giuliano Pinto, Charles de La Roncière ou Giovanni Cherubini. Trata-se de, *a partir* de tudo o que já foi escrito e acumulado, pensar e perguntar os documentos sob uma nova perspectiva. Uma pequena adição, portanto. Adição, no entanto, problemática, que avança sobre terreno movediço.

Como de práxis, no primeiro capítulo vem a “cozinha”, ou seja, a apresentação dos pressupostos teóricos e das fontes. Nela será apresentada a tese defendida nesse trabalho, assim como o plano de toda dissertação. O motivo das escolhas dos marcos temporais (1284-1340) ficará claro.

Cumprir encerrar a introdução advertindo aos leitores o que não irão encontrar aqui. Em primeiro lugar, não pretendemos esboçar uma resposta sobre o debate existente entre as teorias malthusiana, marxista, ou da comercialização. Sem dúvida, o debate foi importante para aperfeiçoar nossa leitura das fontes primárias; e as ideias do modelo da comercialização serviram como pressupostos teóricos para iniciarmos a tarefa espinhosa de tentar compreender, a partir de uma documentação irregular, o funcionamento do mercado no período medieval. Entretanto, a investigação aqui empreendida não tem fôlego para um voo alto. É claro que, se alguém disser que encontramos uma solução marxista-comercializadora, não ficaríamos ofendidos; mas urge a honestidade, e honesto é confessar que o debate foi importante para a dissertação, mas a dissertação não será importante para o debate.

Em segundo lugar, alguns temas ligados ao abastecimento de trigo de Florença também não serão investigados. Aqui, observaremos os grãos fluindo do campo para a cidade, e iremos parar. Não investigaremos o processo de transformação de grão em pão. O ponto é importante porque, ao fazer essa escolha, deixamos de fora um mecanismo de circulação e abastecimento fundamental, que poderia receber o nome de “economia da caridade”. Fraternidades, hospitais, banquetes públicos – funcionavam como mecanismos

de redistribuição de alimentos a setores da população que dependiam dele, em tempo integral ou parcial, para poder acessar o pão de cada dia. A não inclusão desse tópico decorreu única e exclusivamente da falta de tempo.

Em terceiro, como se tornará explícito na dissertação, a mesa da população florentina ia muito além do pão. Um mosaico de tipos de alimentação – incluindo carnes, legumes, frutas, vinho – todos os dias adentravam a cidade. Esse não é um trabalho sobre o estado da arte da dieta do período. Restringe-se a uma única mercadoria. Assim também, os aspectos culturais da alimentação também não foram objeto de investigação. Decerto, comer é escolher, e aqui participam gostos pessoais, tradições familiares ou sociais, além dos sonhos de abundância, manifestações de distinção e *status* social, e puro exibicionismo. Como dito, acompanhamos as jornadas do trigo, desde o cultivo no campo próximo ou da distante Apúlia, até o ato da compra realizado na cidade. No momento em que os compradores saíam do mercado e levavam seus cereais para os moinhos, na expectativa de um banquete de pães ou uma *lasagna* em família – nós paramos.

CAPÍTULO 1

AS FONTES E O PROCESSO DE PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICO

1.1 Os pressupostos teóricos e o plano da dissertação

O objetivo dessa dissertação é refletir sobre o funcionamento do mercado de trigo em Florença, entre 1284 e 1340. É, portanto, um estudo econômico. Três pressupostos teóricos funcionaram como uma fundação sobre a qual se erigiram, como tijolos, as ideias e a tese aqui apresentadas.

O primeiro pressuposto teórico partiu de uma discussão amadurecida na historiografia econômica dedicada ao estudo da Europa dos séculos XI a XV. Tem sido comum, nas últimas décadas, entender que o principal debate ocorreu a partir de três diferentes modelos explicativos: o malthusiano, o marxista, e a comercialização.

O modelo malthusiano foi formulado a partir da década de 1950 por Michael Postan, ganhando uma série de contribuições durante as duas décadas seguintes.² A demografia ocupa, aqui, a posição de “fator chave”, à medida que o modelo procura equacionar a dinâmica populacional das sociedades medievais com sua capacidade de extração de recursos.³ O crescimento demográfico contínuo, iniciado no século XI, ultrapassaria, no final do século XIII, a capacidade de produção agrícola, conduzindo as sociedades europeias a um quadro de “sobrepopulação”, e revertendo o *trend* secular de crescimento para uma conjuntura de crise. O início do século XIV representaria a estagnação e o declínio. A ideia de “crise do século XIV” ganhou ampla repercussão na historiografia.⁴

² Postan, então diretor da *Economic History Review*, teria oportunidade, no IX e no X Congresso Internacional de Ciências Históricas (realizados, respectivamente, em 1950 e 1955), de difundir suas ideias para um amplo, diversificado e importante público de historiadores. Assim, se no IX Congresso a “tese malthusiana” aparece como hipótese, no Congresso de 1955 já surge como esquema interpretativo bem aceito entre os participantes. Bourin, Menant e To Figueras, “Les campagnes européennes avant la Peste”, in **Dynamiques du Monde Rural dans la Conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014, p. 25-36.

³ No dizer de Hatcher e Bailey, a “population-resource model”, John Hatcher e Mark Bailey, in **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 22.

⁴ O conceito de “crise do século XIV”, portanto, ultrapassa em muito o impacto bacteriológico da Peste Negra. As crises alimentares no Norte da Europa, entre 1315-19, e a bancarrota das companhias florentinas na década de 1340, são apontadas como evidências. Para expressar o impacto da teoria de “crise do século XIV” na historiografia, nos reservamos a citar duas obras de referências. Ao publicar o terceiro volume da coleção *Le Moyen Age*, Robert Fossier deu, para o período de 1250-1520, o subtítulo de *Le temps des crises*. Cf. Fossier, **Le Moyen Age**, vol 3, Paris: Armand Colin, 1997. Já Jean Pierre Leguay, convidado para tratar do tema urbano para o volume 6 da **The New Cambridge Medieval History** – que cobre o período de 1300 a 1450 –, faz da noção de crise do século XIV a espinha dorsal de seu artigo. Sua perspectiva oscila entre a rejeição (“The towns of c.1300 certainly do not present a picture of decline”, p. 103) e a concordância (“The vicious circle [fome, pragas e guerra] that had started in the second half of the thirteenth century grew steadily worse”, p. 106). Essa oscilação de ponto de vista é uma expressão bastante viva do estado atual do debate, e das críticas contudentes ao modelo malthusiano, como veremos. Cf. J. P. Leguay, “Urban Life”, in **The New Cambridge Medieval History**, New York: Cambridge University Press, 2000, p. 102-123.

No modelo malthusiano, a expansão populacional teve dois impactos negativos sobre a produção agrária.⁵ Primeiro, a extensão da agricultura cerealífera para solos menos férteis conduziu à queda do rendimento geral da produção, e à desarmonia da economia rural, baseada em um frágil equilíbrio entre o pastoreio, a extração de recursos florestais, e a agricultura.⁶ Em segundo, a exploração mais intensiva da terra, para plantio, em um cenário de estagnação tecnológica, forçou o empobrecimento dos solos e a perda de nutrientes naturais.⁷ Em termos gerais, o declínio da capacidade produtiva da agricultura medieval acompanhou o crescimento populacional.

Ao desequilíbrio da economia rural seguiu-se a deterioração da qualidade de vida dos camponeses, através de dois processos concomitantes: o excessivo parcelamento das terras e a oscilação de preços e salários.⁸ Ambos funcionariam sob a égide de uma simples e direta relação entre oferta e demanda. O crescimento da população teria causado o aumento do preço da terra e dos produtos agrícolas, em razão da pressão da demanda (por terra e por alimentos) sobre uma menor oferta (de terra e de alimentos). Em contrapartida, o mesmo aumento demográfico teria realizado uma diminuição do valor dos salários, em razão de um crescimento mais rápido da oferta (de mão de obra) sobre um crescimento menor da demanda (de mão de obra).⁹

O modelo malthusiano não ignora que, durante o período, a documentação aponta para um crescimento constante do comércio. Porém, define essa transformação sob a perspectiva de comércio de luxo de longa distância. Ou seja, a expansão da circulação de mercadorias decorria da intensificação da troca de produtos de luxo, consumidos pela aristocracia e pelas oligarquias urbanas do continente europeu.¹⁰ Aqui, a tese malthusiana tentou acomodar o trabalho seminal de Roberto Sabatino Lopez. Sabatino Lopez defendeu a tese de que as transformações comerciais ocorridas entre os séculos X a XIV teriam conduzido a uma autêntica “revolução comercial” nas estruturas econômicas.¹¹ Entretanto, é difícil negar a oposição entre as perspectivas de Michael Postan e de Sabatino Lopez. Se em Sabatino Lopez a “revolução comercial” propunha descrever

⁵ Essa sucinta apresentação dos modelos, por economia de espaço, é orientada exclusivamente pelos interesses e objetivos de nossa pesquisa, e não devem ser tomada como exposição completa.

⁶ Hatcher e Bailey, in **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 33-43.

⁷ Hatcher e Bailey, in **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 33-43.

⁸ Hatcher e Bailey, in **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 43-49.

⁹ Hatcher e Bailey, in **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 43-49.

¹⁰ Hatcher e Bailey, in **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 49-52.

¹¹ Sabatino Lopez, **The commercial revolution of the Middle Ages, 950-1350**, Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1976. Ao organizar os volumes iniciais da *The Cambridge Economic History of Europe*, publicadas ao longo da década de 1960, Postan convidaria Sabatino Lopez para tratar do comércio.

processos que transformaram toda a sociedade, no modelo malthusiano o comércio de longa distância teve pouca influência sobre a existência da quase totalidade da população medieval, residente no campo. Portanto, sem recusar a existência de comércio e de mercados, o modelo malthusiano continuou definindo a economia da Baixa Idade Média como: a) uma economia agrícola (uma vez que cerca de 90% da população permanecia ligada ao campo e aos trabalhos rurais); b) uma economia de baixa circulação monetária (uma vez que essa população rural manejava poucas quantias de moeda); c) uma economia pouco comercializada (posto que a atividade central das famílias camponesas estava voltada para a autossustentação).¹²

Para o que nos interessa, o modelo malthusiano apresenta limitações. Em primeiro lugar, para a região que investigamos, o processo de urbanização ultrapassou largamente as estimativas propostas pelo modelo. Como teremos oportunidade de analisar melhor, estimativas apontam que, na Toscana do final do século XIII, 30% da população residia em cidades. Estamos diante, portanto, da formação de grandes centros urbanos, como Florença, associada à formação de uma malha urbana composta por cidades de médio e pequeno porte. Em segundo, o mercado que iremos analisar não se encaixa no termo “comércio de longa distância”, posto que o abastecimento de alimentos para a Florença provinha tanto do entorno rural da cidade, quanto do comércio marítimo administrado pelas grandes companhias florentinas. Por último, parcela importante dos habitantes de Florença dependiam do mercado de grãos para a obtenção de alimentos, rompendo com o quadro de uma “economia de autossustentação” descrita pelo modelo.

Rodney Hilton, a partir da década de 1950, levantou dois problemas inexistentes no modelo malthusiano: a extração de renda senhorial e a relação das classes sociais no interior da economia medieval.¹³ Iniciava-se, assim, a elaboração do “modelo marxista”. Sob a orientação de Hilton, um grupo de jovens historiadores se dedicou a um leque de pesquisas monográficas e estudos de caso, e um de seus alunos – Guy Bois – realizou críticas contundentes ao modelo malthusiano.¹⁴ Bois defendeu, posteriormente, que os

¹² Uma apresentação completa pode ser encontrada em Michael Postan, **The Medieval Economy and Society**, London: Penguin Books, 1993.

¹³ Hilton iniciaria publicando na importante revista dos *Annales*: R. Hilton, “Y eut-il une crise générale de la féodalité”, in *Annales*, 6/1, 1951, p. 23-30; e “L’Angleterre économique et sociale des XIV et XV siècles”, in *Annales*, 13/3, 1958, p. 541-563.

¹⁴ Cf. G. Bois, **Crise du féodalisme**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976.

entraves econômicos de início do século XIV seriam sinais de uma crise estrutural do feudalismo.¹⁵

Os autores marxistas argumentaram que a relação mecânica entre quantidade populacional e capacidade de extração de recursos, e o esquema direto de oferta-demanda entre terra e trabalho, ignora a importância das relações sociais na dinâmica de uma economia. Essa perspectiva se mostrou bastante produtiva ao abrir um leque de questões e de pesquisas sobre a vida socioeconômica medieval; o próprio Hilton se tornaria um precursor de temas de primeiro interesse para a historiografia posterior à década de 1990, tais como a condição de vida e o protagonismo das mulheres, o artesanato rural, e a difusão do comércio no universo camponês.¹⁶ Resumindo em linhas gerais, duas proposições do modelo marxista alcançaram profundo impacto sobre a historiografia posterior. A primeira advém da concepção marxista de “economia” como um conjunto complexo de interações sociais; e, nesse sentido, não há uma separação estanque entre economia, política, sociedade e cultura:

(o modelo marxista) explicitly seeks to provide an analysis of the workings of the whole of society, and not just of the economy. By so doing it opens up the possibilities of constructing a comprehensive overview which maps and measures the multiplicity of interconnections between political, social, economic, legal, cultural and religious institutions, ideologies and practices, and of providing explanations of economic and social change which take them fully into account.¹⁷

A divisão proposta pelo modelo malthusiano entre fatores “endógenos” e fatores “exógenos” à economia¹⁸ caiu em desuso; em contrapartida, a tentativa de compreender

¹⁵ Dessa “vertente marxista” surgiu um segundo campo de debate: a formação do capitalismo. A “crise do feudalismo” ensejou a uma intensa discussão que ficaria conhecida como “debate Brenner”, posteriormente publicado em Aston e Philpin, **The Brenner debate**, Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2002. Mais recentemente, Immanuel Wallerstein, em sua tese da formação do moderno sistema mundo, dedica todo um capítulo inicial à economia medieval. Wallerstein, **The Modern World System**, vol 1, New York: Academic Press, 1976.

¹⁶ Hilton, **Class conflict and the Crisis of feudalism**, Londres: Verso, 1990. Nesse mesmo livro, Hilton também investigou o excessivo parcelamento da terra e o leque de atividades econômicas realizadas pelos camponeses, utilizando os mesmos dados do modelo malthusiano para chegar a resultados inteiramente diferentes. Bourin, Menant e To Figueras argumentam que os trabalhos de Hilton “préfigurent donc en bonne partie certains des champs les plus féconds (...), tels que la *peasant agency*, la mobilité sociale paysanne fondée sur l’accumulation de surplus, l’accès au marché des différentes catégories de la paysannerie ou l’évolution de leurs niveaux de vie”, em “Les campagnes européennes avant la Peste”, in **Dynamiques du Monde Rural dans la Conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014, p. 43.

¹⁷ Hatcher e Bailey, **Modelling the Middle Ages**, New York: Oxford University Press, 2001, p. 95.

¹⁸ Fatores endógenos seriam, por exemplo, os níveis de rendimento agrícola; já fatores exógenos seriam a política e a guerra.

a relação entre as dinâmicas política, econômica e cultural, se tornou um aspecto importante mesmo para a historiografia econômica não marxista.¹⁹

Ademais, a circulação e o consumo da produção material (um tema supostamente “econômico”), na perspectiva marxista, decorriam da imposição de força dos senhores sobre os camponeses. É a chamada “extração extraeconômica”, que define os senhores como uma classe a viver da renda extraída através da violência sobre a classe camponesa.²⁰ Esse conflito, de origem social, é resolvido na esfera política (por revoltas camponesas e repressões senhoriais)²¹. O debate, de grande amplitude, foge de nosso escopo; mas é importante ressaltar que um de seus resultados foi colocar em xeque a leitura de “oferta” e “demanda”, proposta pelo modelo malthusiano. Assim, na França, historiadores como Le Roy Ladurie ou Robert Fossier aproveitariam a abordagem do modelo malthusiano, sem fazer referência às reflexões sobre “oferta” e “demanda”.²²

A despeito das profundas diferenças, ambos os modelos, posteriormente, receberam a designação de “estagnacionistas”. Pois ambos trabalham com o pressuposto da incapacidade técnica da agricultura e da estagnação tecnológica, reforçando o conceito de “crise do século XIV”. Caberia ao terceiro modelo questionar essa perspectiva.

As publicações de Richard Britnell, na década de 1990, marcam o início da construção do “modelo da comercialização”.²³ A historiografia desse modelo não demorou a crescer²⁴; e, atualmente, é possível dizer que o modelo da comercialização defende que a Baixa Idade Média foi transformada por três processos econômicos que ocorreram simultaneamente.

¹⁹ Bastará citarmos duas obras importantes de diferentes décadas, de autores que não são considerados marxistas. A investigação econômica é indissociável da investigação sociológica em Giovanni Cherubini, **Signori, Contadini, Borghesi**, Firenze: La Nuova Italia, 1974. Da mesma forma, o subtítulo do monumental estudo de François Menant sobre a Lombardia seria: “L’économie et la société rurales dans la région de Bergame, de Crémone et de Brescia du X au XIII Siècle”. Cf. Menant, **Compagnes Lombardes du Moyen Âge**, Roma: École Française de Rome, 1993.

²⁰ Essa proposição, exposta de forma geral por Marx, interessaria bastante ao debate da “transição do feudalismo para o capitalismo” realizado nas décadas de 1940 e 1950 – e particularmente aos marxistas Maurice Dobb e Paul Sweezy. Ver os artigos publicados em Sweezy (org), **The Transition from Feudalism to Capitalism**, London: Verso, 1978 (1ª. ed 1954).

²¹ Rodney Hilton, **Bond men Made Free**, London: Routledge, 2003.

²² Le Roy Ladurie, também, não trabalharia com a distinção entre “fatores exógenos” e “fatores endógenos”. Ao contrário, apresentaria teses seminais sobre as interações entre clima e conjuntura econômica. Cf. Ladurie, **Histoire humaine et comparée du climat**, Paris: Fayard, 2005. E R. Fossier, **Le Moyen Âge**, Vol 3, Paris: Armand Colin, 1997.

²³ Britnell publicou em 1993 **The commercialisation of English society, 1000-1500**, Cambridge: Cambridge University Press. Cf. também sua coletânea de artigos em R. Britnell, **Markets, Trade and economic development in England and Europe, 1050-1550**, Farnham, Surrey: Ashgate Variorum, 2009.

²⁴ Por exemplo os trabalhos de Bruce Campbell, James Masschaele e John Drendel. Para a Itália, Stephan Epstein aborda o debate sobre esse viés. Cf. na bibliografia os respectivos trabalhos desses autores.

O primeiro processo descreve um aumento contínuo das trocas mercantis. Isso significa dizer que diversos elementos cotidianos se transformaram, tais como: o crescimento do estoque monetário; o desenvolvimento do crédito; a multiplicação dos mercados locais; a formação de uma rede de cidades de grande, médio e pequeno porte; o aparecimento de centros urbanos de grande dimensão, criando novos polos de demanda de produtos agrícolas e de concentração de riqueza; e a expansão contínua do comércio, pela redução dos custos de transporte e pela redução dos custos de transação.²⁵ O segundo processo se refere a uma melhoria técnica e tecnológica, seja nas atividades econômicas mercantis urbanas (como o aperfeiçoamento da contabilidade e da gestão a partir das associações comerciais)²⁶; seja nas atividades rurais (como melhores rendimentos agrícolas atingidos a partir de uma melhor rotação de culturas).²⁷ O terceiro processo decorreria de mudanças institucionais, que levariam a um ambiente social mais propício para atuação dos mercadores.²⁸

O debate entre os modelos malthusiano e da comercialização é de primeira importância para nós. No primeiro, o mercado de Florença interessa apenas enquanto espaço ligado ao comércio internacional, e às atividades das grandes companhias – sejam operações de importação de longa distância, como a lã da Inglaterra, sejam operações financeiras, junto às monarquias inglesa e francesa.²⁹ O impacto local e regional seria pequeno; e apenas uma parcela diminuta da população – a aristocracia e a oligarquia urbana – participaria do comércio. Nossa pesquisa, ao contrário, incidirá sobre o mercado urbano de trigo, frequentado pela população da urbe florentina, em que as operações de importação marítima realizada pelas grandes companhias se associavam à produção

²⁵ Para uma descrição mais detalhada, cf. Bourin, Menant e To Figueras, “Les campagnes européennes avant la Peste”, in **Dynamiques du Monde Rural dans la Conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014, p. 53-65.

²⁶ A expansão dos notários, por exemplo, e dos documentos escritos, seria um dos elementos da queda dos custos de transação. Cf. B. Kedar, “The Genoese notaries of 1382”, in Miskimin, Herlily e Udovitch, **The Medieval City**, New Haven: Yale University Press, 1977. F. Menant chega a comentar que, do ponto de vista do historiador, a difusão da atividade notarial no século XIII “constituent le début d’une nouvelle ère documentaire”. In **Campagnes lombardes au Moyen Age**, Roma: École française de Rome, 1993, p. 6.

²⁷ R. Britnell, **Markets, Trade and economic development in England and Europe, 1050-1550**, Farnham, Surrey: Ashgate Variorum, 2009; Bourin, Menant e To Figueras, “Les campagnes européennes avant la Peste”, in **Dynamiques du Monde Rural dans la Conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014. Por último, ressaltamos, como exemplo, o livro de D. Stone, que apresenta um estudo recente e pioneiro sobre as diferentes formas de reação dos camponeses diante da oscilação das oportunidades de comercializarem seus produtos. Cf. Stone, **Decision-making in Medieval Agriculture**, Oxford: Oxford University Press, 2007.

²⁸ Cf. mais abaixo a compreensão do “mercado” como espaço institucional, e sua bibliografia.

²⁹ Essa leitura, por exemplo, ocorre no livro de Gene Brucker, **Florentine politics and society**, Princeton: Princeton University Press, 1962. Não obstante, o livro de Brucker ainda permanece como obra de referência, pela clareza da escrita e pelo extenso corpo documental analisado.

agrícola local, e ao comércio regional e inter-regional realizado por mercadores de menor porte.

Como vimos, os modelos malthusiano e marxista, que projetavam uma tendência à estagnação econômica, trabalham com a ideia de “crise geral do século XIV”. Em substituição, o modelo da comercialização propõe o termo “a Conjuntura de 1300”, defendendo que as dificuldades econômicas – como a ocorrência de crises alimentares na primeira metade desse século – não significaram nenhum tipo de crise geral ou estrutural. O modelo se interessa em investigar as distintas reações dos agentes econômicos envolvidos, procurando compreender como as dificuldades surgiam, e transformavam contextos econômicos específicos.³⁰ Assim, nossa pesquisa tomará a ideia de “Conjuntura de 1300”, proposta pelo modelo da comercialização, como um pressuposto. Em outras palavras, não trabalharemos com a ideia de “estagnação”, descrita pelos modelos malthusiano e marxista. Como veremos, ter utilizado como ponto de partida a concepção de uma economia dinâmica, em contínua transformação, foi fundamental para, a partir da análise documental, ter alcançado uma das principais ideias defendidas nessa dissertação: a ideia de que o mercado de trigo passou por profundas transformações entre 1284 e 1340.

Uma vez manifesto o debate historiográfico que orientou a abordagem do problema, e possibilitou minha interpretação das fontes e a elaboração de uma tese, não podemos fugir de duas questões que antecedem qualquer investigação: o sentido da palavra “economia” e o conceito de mercado.

Não cabe, aqui, um debate sobre os usos e desusos do conceito de “economia” – esse não é um trabalho sobre a história das ideias ou da ciência. Assumimos como pressuposto teórico a concepção de que a economia decorre da interação sistêmica entre a produção, a circulação e o consumo do mundo material. Trata-se de uma noção simples e clara, e que oferece três benefícios imediatos à investigação. Em primeiro lugar, ela nos permite evitar um debate que questiona a validade de uma abordagem econômica para qualquer sociedade não capitalista ou não contemporânea. Em segundo lugar, torna nítida a ideia de que a economia não é sinônimo de comércio ou trocas mercantis; não é necessário a existência de nenhum dos dois para a realização de um estudo econômico. E, finalmente, define que uma economia não é um ou outro elemento, mas um sistema em que participam os elementos distribuídos nas esferas da produção, da circulação e/ou

³⁰ “Conjuntura de 1300” está no título da obra coletiva publicada em 2014. Cf. Bourin, Menant e To Figueras, **Dynamiques du Monde Rural dans la Conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome.

do consumo, nem sempre de forma não contraditória.³¹ Ao contrário, o ponto de vista do historiador se interessa pelas contínuas transformações, metamorfoses e rupturas no interior da economia. Ou seja, não se perde de vista que a interação sistêmica dos elementos econômicos de uma sociedade não pode ser comparada ao sistema de uma máquina, construído para funcionar com sincronia, perfeita cooperação, e visando a um único objetivo. Ao contrário, a interação sistêmica no campo da economia é caracterizada por uma dinâmica conflagrada por contradições, colapsos, conflitos, resiliências e inovações. De resto, assumir essa noção como pressuposto teórico não contém, em si, nenhuma novidade.³²

Finalmente, o que é o mercado? A palavra contém dois diferentes níveis de significado. No primeiro nível, mercado se refere a um local específico, encontro de vendedores e compradores, onde as mercadorias são expostas e recebem um preço; trata-se, a princípio, da designação de um espaço físico. Esse sentido é pouco disputado. Em outro nível, a palavra apresenta uma complexidade semântica, e se refere tanto a uma instituição, formal ou informal, quanto às relações sociais estabelecidas através das trocas comerciais. É desse segundo nível de significado que passaremos a tratar. Aqui, há grande espaço para debate e para as disputas teóricas.

A teoria econômica clássica costuma trabalhar com duas definições de mercado. A primeira entende o mercado como uma área em que vendedores competem, uns contra os outros, pelos consumidores. Nessa perspectiva, o mercado se consolidou como um sistema econômico apenas a partir da Revolução Industrial, e, desde então, se expandiu por áreas geográficas cada vez mais extensas.³³ A segunda definição foi formulada por Vilfredo Pareto, e descreve o mercado como o livre e competitivo jogo da oferta e da demanda, capaz de conduzir à maximização da eficiência no uso e na distribuição dos recursos naturais e daqueles produzidos pelo trabalho, através da consolidação de um sistema de preços.³⁴ As duas definições, pertinentes ao debate sobre a economia

³¹ Obra de referência para a percepção da economia como um conjunto sistêmico continua sendo Karl Marx, **O capital**, 3 vols, São Paulo: Boitempo, 2014-2017.

³² Richard Hodges e Willian Bowden, **The sixth century: production, distribution, and demand**, Leiden: Brill, 1998.

³³ “In a modern industrial system it has expanded to include the whole geographical area in which sellers compete which each other for consumers”. Cf. R. Boyer, “The variety and unequal performance of really existing markets: farewell to Doctor Pangloss?”, in Hollingsworth and Boyer, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 64.

³⁴ As ideias de Vilfredo Pareto são desenvolvidas em **Manuale di Economia Politica**, Milão: Società Editrice Libreria, 1904. Para a ruptura de Pareto com o liberalismo político fundamentado no progresso moral e cívico, sua simpatia com o fascismo, e a profunda diferença com outros projetos liberais (como

contemporânea, não se revelaram eficazes para a análise da século XIV – pois, como veremos, o mercado de trigo tinha, então, diferentes características de funcionamento.

Joseph Stiglitz, na organização de uma coletânea engajada na compreensão das “falhas de mercado” das últimas décadas, define os termos de uma nova teoria das estruturas de mercado. Para Stiglitz, o mercado é o conjunto formado por mercados específicos (automóveis, soja, celulares, casas, ações, computadores, etc...); e a estrutura de *cada mercado específico* é constituída pelo número de firmas em atuação em seu interior.³⁵ Stiglitz entende que poucos mercados específicos têm uma competição perfeita, ou seja, permitem o livre acesso de novos atores (firmas). Sua reflexão trabalha com a ideia de competição imperfeita³⁶, e analisa os motivos que resultam no predomínio de um dado conjunto de firmas sobre determinado mercado, e, por conseguinte, nos mecanismos que geram a redução de oportunidades para a participação de novos atores.³⁷ Ao contrário das anteriores, as ideias de Stiglitz foram mais oportunas para a análise das fontes do período medieval. Em primeiro lugar, a noção de que uma economia pode consistir em um conjunto de mercados específicos, cada qual com uma lógica e um dinamismo de funcionamento diferente, mostra-se inteiramente adequada para pensarmos o processo de *comercialização* ocorrido durante a Baixa Idade Média. Uma fonte primária de primeira importância manifesta como, no período, diversas mercadorias eram trocadas entre os portos do Mediterrâneo; em uma lista longe de ser extensiva, temos: tecidos de lã e de seda, especiarias (pimenta, gengibre, açafrão), cereais, vinho, sal, ferro, estanho, couro de bois e de cavalos, sabão, cera, metais preciosos, peles (de raposa, de lobos, de zibelinas).³⁸ Ora, é possível estabelecer, como princípio metodológico, que cada gênero de mercadoria formava um circuito comercial diferente. A lógica de funcionamento do circuito comercial do trigo não pode ser utilizada para definir os mecanismos pertencentes

aquele defendido por Ludwig von Mises), cf. o manual de Roger Eatwell e Anthony Wright, **Contemporary Political Ideologies**, London: Pinter, 1993, p. 37-40.

³⁵ J. Stiglitz, “Introduction”, in J. Stiglitz e F. Mathewson, **New Developments in the Analysis of Market Structure**, London: Macmillan, 1989.

³⁶ “Few markets (...) are perfectly competitive. (...) Yet firms do compete (...). And firms compete not only on price; they compete by their choice of products, the quality of the services they provide, and their advertising; and they compete in R & D, and in the development of new products and new techniques of production”, J. Stiglitz, “Introduction”, in J. Stiglitz e F. Mathewson, **New Developments in the Analysis of Market Structure**, London: Macmillan, 1989, p. 8.

³⁷ “While much of the earlier literature took the market structure (e. g. the number of firms) as given, the new theory of market structure begin by asking what determines the number of firms”, J. Stiglitz, “Introduction”, in J. Stiglitz e F. Mathewson, **New Developments in the Analysis of Market Structure**, London: Macmillan, 1989, p. 9.

³⁸ Francesco Pegolotti, **La Pratica della Mercatura** (ed. Evans), New York: Kraus Reprint Co, 1970.

ao circuito comercial do sal.³⁹ Como resultado, a tese defendida na presente dissertação consiste na tentativa de mergulhar no mercado medieval, sem, no entanto, pretender descrever a *totalidade* da economia medieval, formada por diferentes circuitos comerciais. A formação de um quadro geral, capaz de sintetizar o conjunto formado pelos diferentes mercados específicos, está além das capacidades dessa investigação.

Em segundo lugar, a investigação sobre o mercado de trigo nos permitiu realizar uma pequena alteração na noção de Stiglitz. Na investigação do economista, cada mercado específico contém uma lógica de funcionamento, estabelecido pelas firmas em atuação e competição. Em contrapartida, no mercado de trigo da Florença do século XIV, três diferentes dinâmicas se sobrepunham: o comércio de trigo no interior da República, existente sob uma arquitetura institucional mantida pelas autoridades públicas; o comércio regional e inter-regional, que fugia do controle da elite política de Florença; e o comércio marítimo entre o norte e o sul da Península Itálica, agenciado pelas grandes companhias florentinas e dependente das relações com as monarquias de Nápoles e da Sicília. Em apenas um circuito comercial, diferentes mecanismos e diferentes protagonistas atuavam, formando um universo composto e multifacetado.

Finalmente, uma última definição de mercado foi de primeira importância para a investigação. Rogers Hollingsworth e Robert Boyer criticam a tradicional divisão do trabalho científico entre *cientistas políticos*, responsáveis pelo estudo do Estado, *economistas*, que operam a partir de uma divisão teórica entre “econômico” e “extraeconômico”, e *sociólogos*, especializados na investigação das normas sociais e culturais.⁴⁰ A partir daí, os autores constroem o modelo teórico denominado Sistema Social de Produção (*Social System of Production*), defendendo a ideia de que a organização da produção, da circulação e do consumo, nas sociedades contemporâneas, ocorre no interior de cinco diferentes modos de coordenação: o mercado, a corporação, o Estado, a comunidade, as associações, e *networks*.⁴¹ Assim:

³⁹ No futuro, teremos oportunidade de analisar as diferenças entre ambas.

⁴⁰ Boyer e Hollingsworth, “The variety of institutional arrangements and their complementarity in modern economies”, in Boyer e Hollingsworth, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 49-51.

⁴¹ Boyer e Hollingsworth, “Coordination of economic actors and Social Systems of Production”, in Hollingsworth and Boyer, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 14.

each of these various coordinating mechanisms has its own logic – its own rules, its own procedures for enforcing compliance, its own norms and ideologies which help to reduce the cost of enforcement⁴²

Três modos de coordenação, descritos por esse modelo teórico, são de especial interesse para nós. Em primeiro lugar, o Estado não é visto como um fator “extraeconômico”. Ao contrário, o Estado é compreendido como uma confederação integrada e hierárquica de diferentes corpos, com atuação indissociável do conjunto da economia de uma sociedade. A arrecadação tributária e o custeio da complexa burocracia estatal – áreas de segurança, saúde, educação, sistema judiciário, sistema policial – participam e equilibram cada Sistema Social de Produção, influenciando de forma decisiva as esferas da produção, da circulação e do consumo.⁴³ A corporação (organização hierárquica) se refere às companhias que passaram a atuar como grandes organismos burocratizados. O processo de verticalização, no século XX, suplantou o universo das pequenas firmas que protagonizaram a revolução industrial no século XIX. As grandes companhias passaram a integrar cadeias de processos financeiros, produtivos e de circulação de mercadorias no interior de suas atividades, formando uma burocracia hierárquica capaz de integrar grande número de trabalhadores, em diferentes regiões ou países, gerenciada por diversos níveis de gerentes, diretores executivos e conselhos administrativos.⁴⁴ O processo de verticalização, com absorção das trocas mercantis em uma estrutura hierárquica, acompanhou a intensificação dos fluxos de comércio e a expansão da economia de mercado, e foi de primeira importância para o crescimento exponencial dos EUA no capitalismo contemporâneo.⁴⁵ Finalmente, o mercado é definido como um modo de coordenação das trocas de: bens e serviços (“product markets”), obrigações futuras (“credit markets”), e de relações sociais (“labor market”).⁴⁶

O modelo teórico de Boyer e Hollingsworth apresenta três vantagens imediatas: a integração de diferentes formas de organização na totalidade sistêmica de uma economia;

⁴² Boyer e Hollingsworth, “Coordination of economic actors and Social Systems of Production”, in Hollingsworth and Boyer, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 14.

⁴³ O Estado possui também a particularidade de sancionar e regulamentar os outros mecanismos de coordenação. Boyer e Hollingsworth, “Coordination of economic actors and Social Systems of Production”, in Hollingsworth and Boyer, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 14.

⁴⁴ Permanece como referência o trabalho de Alfred Chandler, **The visible Hand**, Cambridge: Belknap Press, 1997.

⁴⁵ Alfred Chandler, **Scale and Scope**, Cambridge: Harvard University Press, 2004.

⁴⁶ Boyer e Hollingsworth, “Coordination of economic actors and Social Systems of Production”, in Hollingsworth and Boyer, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 6-19.

uma definição simples e clara do mercado; e a compreensão de que o processo de intensificação da produção e das trocas, assim como o aumento do consumo, não decorre apenas do protagonismo do mercado. Nesse sentido, poderíamos também dizer que a economia medieval é um Sistema Social de Produção, ao integrar diferentes modos de coordenação das trocas. Mais do que isso, o modelo nos permite propor que o próprio processo de comercialização da sociedade, em primeiro lugar, não decorreu única e exclusivamente do protagonismo de mercadores e da expansão de mercados; e, em segundo lugar, não resultou apenas no fortalecimento das relações mercantis. De fato, como veremos, a expansão do comércio, na Toscana do século XIV, não tinha como efeito aniquilar ou substituir outras formas de circulação; ao contrário, outros mecanismos – como a transferência direta e a economia da caridade – passaram a ocorrer de forma mais *intensiva* justamente em razão da expansão do comércio. Não existia uma dicotomia entre mercado e não mercado; mas uma integração complexa (e, insistimos, sistêmica) entre diferentes modos de coordenação das trocas. Embora não seja o tema dessa dissertação, não parece equivocado afirmar que o exemplo mais nítido dessa interação tenha ocorrido nas instituições da Igreja: o uso mais regular, e em maior dimensão, de atividades de comércio permitiu a alguns corpos eclesiásticos (bispado, capítulo de catedral, ordens monásticas) a utilizar com maior intensidade a transferência direta de renda e a economia da caridade, com redistribuição de bens para os pobres, além de salvaguardar seus membros da necessidade de participar do mercado.

Aqui, chegamos às ideias que serão defendidas nessa dissertação. Decerto, durante a investigação, acabei por modificar mais de uma vez minha interpretação sobre o funcionamento do mercado de trigo, e seu lugar relativo na circulação de cereais. Como jamais foi objetivo realizar um trabalho unicamente descritivo, apenas nos últimos meses, que anteciparam a redação final, consegui elaborar uma tese. Assumindo o pressuposto de que a investigação documental e a exposição das ideias são dois trabalhos absolutamente distintos, o plano da dissertação *não* segue a ordem com que os documentos foram analisados e interpretados. Antes, a organização dos capítulos e da exposição foi pensada visando exclusivamente a melhor exposição da tese.

Duas constatações, formuladas no decorrer da pesquisa, foram fundamentais. Em primeiro lugar, o circuito comercial não surgiu como o único mecanismo de organização da produção, da circulação e do consumo de cereais. A transferência direta, a redistribuição familiar, e a redistribuição pela economia da caridade, conduzida por igrejas, hospitais e fraternidades, eram três dispositivos importantes, ao qual, em tempos

de crise, se associou a formação do que denominamos de mercado estatal. O circuito comercial, portanto, existia de maneira concomitante com outros mecanismos de circulação e de abastecimento alimentar. É preciso sublinhar que a descrição dos demais mecanismos não é objeto desse trabalho, e nem teria sido possível, pois obrigaria à análise de fontes primárias extemporâneas à atual dissertação; não deixa de ser, contudo, uma interessante missão para o futuro. Aqui, apenas nos restringimos a notificar que a transformação total do abastecimento em mercadoria estava longe de ser uma realidade da economia medieval, nem o mercado sua única lógica econômica. A segunda constatação fundamental foi que, mesmo não sendo absoluto ou exclusivo, o mercado de trigo se tornou um mecanismo de primeira importância para o acesso alimentar da população florentina no século XIV. Em outras palavras, admitir que o comércio não era o único modo de circulação não pode levar à redução de sua importância para a alimentação da população, pois, como veremos, o colapso do mercado de trigo acarretava o perigo de uma crise famélica. Se me é permitido uma imagem destituída de poesia, o comércio era como uma das quatro rodas de um automóvel; não era mais importante do que as demais, mas, sem ela, tudo corria o risco de desandar.

No que consistia o mercado de trigo? A tese presente nesse trabalho defende a ideia de que o mercado de trigo consistia em quatro elementos que funcionavam de maneira sistêmica. O primeiro elemento foi a composição de uma demanda consistente, mas vigorosa e fluida, que crescia e diminuía de acordo com as oscilações dos preços. Tal oscilação gerava um trânsito contínuo dos frequentadores do mercado, atraindo (na baixa de preços) ou repelindo (na alta de preços) os consumidores para os outros mecanismos de circulação de cereais, como a apropriação direta ou a caridade. A composição da demanda decorreu do processo de intensivo crescimento urbano, da constituição de uma sociedade radicalmente desigual e heterogênea do ponto de vista da apropriação da riqueza social, e da consolidação de grupos de trabalhadores urbanos com suficiente poder de compra e acesso monetário.

O segundo elemento foi a consolidação de uma estrutura de oferta, que contava com a constituição e a manutenção de quatro instrumentos de circulação. Em primeiro, uma rede de transportes, construída e reconstruída regularmente, contando com sistema de estradas, pontes, portos, docas, embarcações marítimas e fluviais, além de albergues, pontos de alimentação de animais e pessoas, e a existência abundante de mão de obra e tração animal. Em segundo, uma produção monetária plena, beneficiada pelo acúmulo secular de metais preciosos no continente. Uma rede de mercados rurais desempenhava a

função de dinamizar as trocas, dar vivacidade a um circuito comercial que existia o ano inteiro e que existia em dois níveis: no escoamento da produção local, e na importação de trigo regional e inter-regional. E, finalmente, a partir das últimas décadas do século XIII, a construção de um sistema de importação marítima do sul da Península Itálica, se abastecendo com a produção da Sicília e da Apúlia, passou a ser um fator de primeira importância para equilibrar o abastecimento da cidade de Florença.

O terceiro e o quarto elementos foram protagonizados pela cooperação de dois atores econômicos coletivos: as autoridades públicas da República e os mercadores de trigo. As autoridades públicas construíram e foram responsáveis pela manutenção de uma arquitetura institucional benéfica ao comércio, e que procurava conceder o controle do circuito comercial aos mercadores sediados no mercado de Orsanmichele, na zona central da cidade de Florença. Tal arquitetura institucional não foi produto de um único ator político, mas resultou do esforço de, no mínimo, três gerações que transitaram nos cargos e ofícios da República, culminando com a instituição do monopólio do mercado de trigo na *loggia* de Orsanmichele. Nessa praça, os mercadores, atuando de forma coletiva, e beneficiados pela arquitetura institucional, passaram a manipular e utilizar os preços como um mecanismo central de controle da larga rede comercial construída pela estrutura de oferta. Os preços, nesse sentido, funcionaram como os fios de uma teia que os mercadores tentavam controlar a seu favor, entrelaçando produtores da zona rural florentina, mercadores da Toscana e da atual região da Emília-Romanha, e mesmo as grandes companhias comerciais que atuavam no sul da Itália.

A composição da demanda, a estrutura de oferta, a arquitetura institucional e a ação coletiva dos mercadores foram os elementos que tornaram possível o mercado de trigo existir em larga escala, na Florença da primeira metade do século XIV. Cada um será descrito e analisado nos três próximos capítulos da dissertação. O último capítulo descreverá a crise de abastecimento de 1329, resultante de duas safras ruins (1327-1328 e 1328-1329), analisando especialmente as medidas emergenciais realizadas pelas autoridades públicas da República de Florença e as críticas feitas por um protagonista coetâneo – um mercador de trigo que operava em Orsanmichele.

1.2. O problema das fontes e a escolha dos marcos temporais (1284-1340).

A Florença do século XIV oferece ao historiador uma enorme quantidade de material para investigação, seja através de edições impressas publicadas desde o século

XVI, seja pelos inúmeros manuscritos atualmente catalogados e disponíveis nos arquivos da Toscana. Nessa floresta de informações parcialmente acessível ao investigador brasileiro, a primeira tarefa foi delimitar os objetos a serem analisados, reunindo um corpo documental capaz de responder aos objetivos da pesquisa.

Em primeiro lugar, selecionamos a documentação produzida em âmbito estatal, ou seja, ligada à condução da política da República de Florença, que poderia ser útil. Aqui, encontramos três tipos diferentes de produção. A primeira consiste nas inúmeras provisões e deliberações tomadas pela *Signoria*, que passaram a ser registradas em arquivos denominados *Provvisioni protocolli*, decisões redigidas pelo corpo de notários e exercendo a função de chancelaria, e as *Consulte e Pratiche*, registro das deliberações orais, também compiladas nos *Libri Fabarum*. As três modalidades formam um corpo amplo e heterogêneo de informações. Para essa pesquisa, tivemos oportunidade de nos beneficiar da compilação feita por Johannes Gaye, na primeira metade do século XIX, que reuniu as decisões da República referentes à parte física do mercado de trigo de Florença.⁴⁷ As decisões sobre a construção de uma *loggia*⁴⁸, assim como as reformas posteriores, nos permitiram formular uma tese sobre a história do edifício destinado ao mercado. Essa análise se mostrou decisiva porque, como iremos defender nos capítulos que seguem, a história da construção do prédio de Orsanmichele no interior da cidade, destinado exclusivamente ao mercado de cereais, é indissociável da constituição (e das mudanças) da arquitetura institucional que organizava todo o circuito comercial de trigo na República. Foi por isso que decidimos utilizar a data da construção do prédio – 1284 – como o *marco temporal inicial* da dissertação.

O segundo tipo de documentação se refere aos *bandos*, determinações tomadas pela elite política e anunciada, pelos mensageiros públicos, nas ruas da cidade, e que ganhavam caráter de lei – ainda que passageira. Uma fonte em particular registra diversos *bandos* que foram anunciados durante a crise de abastecimento de 1329, e que tiveram poder momentâneo sobre a regulamentação da vida econômica.

O terceiro tipo de fonte primária, nesse gênero de documentação, foi de primeira importância. São os *estatutos comunali*. Três, em particular, foram objeto de análise, e nos levaram à conclusão de que, na Florença do século XIV, houve uma verdadeira

⁴⁷ Johannes Gaye, *Carteggio inedito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI*, Florença: G. Molini, 1839.

⁴⁸ A *loggia* é um elemento arquitetônico composto por uma galeria ou pórtico, contendo zonas de abertura e fácil trânsito, sustentadas por arcos e colunas. Se tornou um tipo de edifício comum na construção de espaços públicos na Itália comunal.

arquitetura institucional regulamentando o mercado de trigo. O *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* e o *Statuto del Podestà degli anni 1325* foram editados por Romolo Caggese, respectivamente em 1910⁴⁹ e 1921.⁵⁰ A cuidadosa edição do *Statuto del Capitano del Popolo* apresenta a vantagem de oferecer o estatuto de 1322, com as mudanças – extrações, acréscimos propostos e não aprovados, e acréscimos aprovados – realizadas em 1325. Cada um dos estatutos apresenta cinco livros e, cada livro, um grande número de *rubricas*, legislando sobre grande número de matérias. O terceiro estatuto utilizado foi produzido no ano de 1348, e consiste em uma regulamentação detalhada e dedicada exclusivamente ao abastecimento urbano. É o *Statutum Bladi Reipublicae Florentinae*, editado e publicado por Gino Masi no conturbado período entreguerras. Masi fez uma edição minuciosa, anotando, para cada rubrica, a existência de legislação igual ou semelhante nos estatutos que antecederam ou sucederam o *Statutum Bladi*. Tivemos oportunidade de dar continuidade ao trabalho de Masi, pensando os estatutos comunais não como um bloco sólido que se impunha à vida cotidiana, mas como uma construção dos atores políticos que, a todo instante, reagiam às dificuldades realizando modificações – modestas ou profundas – no corpo legislativo.

A arquitetura institucional referente ao mercado de trigo não será vista como uma história imóvel, mas como um processo político que começou a se consolidar no final do século XIII, e que, após dificuldades de abastecimento na década de 1310, alcançou pleno amadurecimento na década de 1320. A crise de 1329 gerou uma primeira insatisfação das autoridades, resultando na reestruturação e ampliação do prédio de Orsanmichele em 1337, sem, no entanto, modificar as bases da arquitetura institucional. Nesse percurso, ter evitado o conceito de “crise do século XIV” se manifestou especialmente benéfico, e nos permitiu refletir como, entre 1284 e 1340, quando a cidade vivenciou seu apogeu demográfico, o abastecimento urbano oscilou entre momentos bons e momentos ruins.

A década de 1340 foi especialmente desastrosa, com problemas ocorrendo em diversas esferas da vida socioeconômica: falência das grandes companhias que importavam trigo do sul da Itália, problemas monetários, duas incidências epidêmicas (1340 e a Peste Negra), e uma crise alimentar em 1346-47 ainda mais aguda do que a anterior (1329). Seria necessário compreender como cada uma dessas tribulações atingiu o mercado de trigo. Por isso, decidimos parar nossas considerações nessa data, e 1340 se

⁴⁹ *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910.

⁵⁰ *Statuto del Podestà degli anni 1325* (ed. Caggese). Firenze: Stab. Tipografico E. Ariani, 1921.

tornou o *marco temporal final* desse trabalho. É certo que, no mínimo, a crise alimentar de 1346-4, gerando a insatisfação das autoridades, ensejou mudanças na arquitetura institucional construída na década de 1320, que se consolidaram no referido *Statutum Bladi* de 1348. Ou seja, as dificuldades levaram a uma imediata resposta das autoridades e a modificações na legislação. Aqui, apenas iremos mencionar a tendência geral das transformações de 1348 de construir maiores restrições ao circuito comercial do trigo; não iremos, entretanto, analisar esse processo – essa será uma tarefa para outra pesquisa. O *Statutum Bladi* nos interessa sobretudo porque, propondo modificações, nos revela sobre uma situação que vigorou no período anterior, objeto da pesquisa.

As atas notariais representam um gênero de documentação bastante diferente. Na segunda metade do século XIII houve a formação das *imbreviature*, minutas que seguiam fórmulas precisas e concisas, permitindo a diminuição dos preços cobrados pelos notários, e maior acesso à população de registros por escrito para toda sorte de contratos e acordos cotidianos. Os contratos redigidos tinham reconhecimento público, e o descumprimento, por alguma das partes, dava possibilidade para o acionamento da máquina judicial da República. Utilizamos a publicação de 1491 minutas produzidas pelo notário Matteo di Billioto, em atividade entre os anos de 1294 e 1314, editada recentemente por Franek Sznura e Manila Soffici.⁵¹ Para além da rígida frieza dos estatutos, a grande quantidade de minutas nos permitiu um vívido contato com as transações cotidianas da sociedade florentina.

Além da documentação produzida por autoridades públicas ou seus representantes, encontramos um manuscrito que desempenhou papel central em toda dissertação: o *Specchio Umano*, produzido pelo mercador de trigo Domenico Lenzi.⁵² A obra recebeu sua primeira versão impressa no século XVIII e, desde então, passou a ser conhecida como *Il Libro del Biadauolo*.⁵³ Em 1978 recebeu uma edição crítica moderna primorosa organizada por Giuliano Pinto.⁵⁴

Não temos notícias sobre as condições de vida e a trajetória profissional do comerciante Domenico Lenzi. Giuliano Pinto apresenta indícios de que pertencia a uma

⁵¹ Matteo di Billioto, *Imbreviature* (ed. Sznura e Soffici), 2 vols, Florença: Sismel, 2016.

⁵² Tanto o título quanto a identidade do autor são referidos pelo mesmo, na introdução da obra: “(...) ch’a questa opera di questo librecto intitolato Specchi’umano – ove si tracterà l’anno e ’l mese e ’l die quanto è venduto il grano e altra biada in sulla piazza d’Orto Samichele (...) e altre cose che per me Domenicho Lenzi, biadaiuolo, grosso e ydiota componitore d’esso, meglo e più vere trovare si potrà”, D. Lenzi, *Il Libro del Biadauolo* (ed. G. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 158-159.

⁵³ Vittorio Fineschi, *Istoria compendiata di alcune antiche carestie e dovizie di grano occorse in Firenze*, Firenze, 1767.

⁵⁴ D. Lenzi, *Il Libro del Biadauolo* (ed. G. Pinto), Firenze: Olschki, 1978.

família dedicada ao comércio de grãos; seu pai, supostamente Lenzo Figli Bencivenni, residia na cidade de Florença, era proprietário de algumas parcelas de terras no espaço rural da República, e, sem se comparar às famílias mais ricas da Toscana, possuía uma próspera condição de vida.⁵⁵ Assim como seus dois irmãos, Domenico Lenzi seguiu a profissão de *biadaiole*, ou seja, mercador de cereais.⁵⁶

O *Specchio Umano* é uma reflexão sobre o mercado de cereais de Florença, abordando os anos que seguem de 1310 a 1335, quando se encerra de forma abrupta. Pode ser decomposto em quatro elementos: a narrativa, a lista de preços, as iluminuras, e os poemas. A narrativa se concentra sobre os anos de 1328 a 1332, e contém um relato dramático da crise de abastecimento sofrida pela República de Florença no ano de 1329. A lista de preços é um raro exemplar de fonte serial do período, e um dos primeiros modelos de *mercuriale*.⁵⁷ Na primeira página do manuscrito, há uma breve lista com os preços de trigo entre 1310 e 1320. De 1320 a 1335, os preços são registrados exaustivamente, flagrando oscilações mensais, semanais ou diárias, de acordo com a flutuação da conjuntura anual. Quatro tipos de trigo e dezesseis produtos alimentícios, incluindo cereais menores e leguminosas, são mencionados. O terceiro elemento, não menos importante, são as nove iluminuras presentes no manuscrito. Elas compõem parte importante do discurso de Lenzi, e, realizadas por um ateliê florentino, seguiram rigorosamente o programa proposto pelo autor. Finalmente, encontramos poemas distribuídos por todo o texto, nem todos pertencentes a Lenzi, apresentando reflexões de conteúdo filosófico ou/e moral, e concedendo densidade à narrativa. No capítulo final, sobre a crise de 1329, apresentaremos uma interpretação sobre o sentido político da obra.

As crônicas de Giovanni Villani são um dos documentos mais conhecidos da Florença do século XIV. Dada a quantidade de informações, a riqueza de detalhes, e a

⁵⁵ Cf. G. Pinto, “Domenico Lenzi e il suo *Specchio Umano*”, in Domenico Lenzi, **Il Libro del Biadaiole**, Firenze: Olschki, 1978.

⁵⁶ Três autores se destacam na tentativa de realizar a identificação de Domenico Lenzi: Vincenzo Fineschi, no século XVIII, o filólogo Vittore Branca, e enfim Giuliano Pinto. V. Fineschi, **Istoria compendiata di alcune antiche carestie e dovizie di grano occorse in Firenze**, Firenze, 1767; V. Branca, “Ancora su D. L. Biadaiole”, in **La Bibliofilia**, LXXVII, 1975. Em 1997, Rossi questionou a identidade do autor do *Il Libro del Biadaiole*, propondo que se tratava, em verdade, de Domenico Benzi. Em 2002, Pinto argumentou de forma convincente que a família Benzi era uma aristocracia rural com poucas ligações na cidade de Florença, mantendo a identidade do biadaiole como pertencente à família Lenzi. Cf. Rossi, “D. Benzi, il Biadaiole amico degli Alighieri”, in **Cinquanta lezioni di filologia italiana**, Roma, 1997; e G. Pinto, “D. L. o Benzi? A proposito dell'autore del 'Libro del Biadaiole'”, in **Studi sulle società e le culture del Medioevo per G. Arnaldi**, Firenze, 2002..

⁵⁷ A definição no dicionário larousse de *mercuriale*: “bulletin reproduisant les cours officiels des denrées vendues sur un marché public; ces cours eux-mêmes”. A etimologia é ainda mais interessante: “latim *mercurialis*, de Mercure, dieu des commerçants”.

<https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais>, consultado em 01/07/2018.

precisão dos números, é uma obra incontornável, e serviu como fonte de informações dos diversos assuntos do qual trataremos.⁵⁸

Esse representou o corpo documental central, e que ocupou a maior parte da investigação. Entretanto, a necessidade nos conduziu a consultar outras fontes que, tendo uma presença secundária, não deixaram de fornecer informações fundamentais.

O tratado agrícola de Pietro dei Crescenzi, composto entre 1340 e 1350, foi fundamental para conhecermos o calendário agrícola do Mediterrâneo e algumas das espécies cultivadas.⁵⁹ Nas novelas de Giovanni Boccaccio encontramos imagens vívidas e mais de uma vez divertidas sobre a vida cotidiana do *Trecento*.⁶⁰ Um longo poema sobre o *Mercato Vecchio* foi escrito por Antonio Pucci.⁶¹ O manual mercantil de Francesco Pegolotti, agente da companhia Peruzzi, foi consultado mais de uma vez.⁶² Os tratados de Bartolo de Sassoferrato ajudaram a pensar o vocabulário político do período.⁶³ Afinal, evitando uma enumeração cansativa, outras fontes, mencionadas de forma breve, serão descritas no corpo do texto.

1.3 A configuração política da República de Florença: uma síntese

Falar em “Florença do século XIV” pode levar à confusão entre dois significados. O primeiro diz respeito só à cidade de Florença, espaço urbano definido pela circunscrição das muralhas. Como nosso objeto de estudo se concentra aqui, a urbe será o ponto de partida e o fio condutor da pesquisa. Não obstante, não podemos perder de vista o segundo significado da palavra “Florença”. Trata-se de uma elipse referente à República de Florença, unidade política que se impôs, sobre um território composto por áreas rurais e cidades de pequeno porte, como força militar, estrutura administrativa e judiciária, imposição fiscal, e monopólio da emissão monetária.⁶⁴ É a presença desses quatro elementos que nos permite afirmar a existência de um Estado florentino. Entretanto, não se trata do Estado contemporâneo ou moderno. Todos os problemas

⁵⁸ G. Villani, *Nuova Cronica*, Parma: Einaudi, 1991.

⁵⁹ Pietro dei Crescenzi, *Tratatto della Agricoltura* (ed. Sorio), 3 vols, Verona: Vicentini e Franchini, 1851.

⁶⁰ Giovanni Boccaccio, *Decameron* (ed. Branca), Firenze: Le Lettere, 1999.

⁶¹ Antonio Pucci, “Le Proprieta di Mercato Vecchio”, in *Delizie degli Eruditi Toscani*, Tomo VI, Firenze: Cambiagi Stampator Granducale, 1775.

⁶² Francesco Pegolotti, *La Pratica della Mercatura* (ed. Evans), New York: Kraus Reprint Co, 1970.

⁶³ Bartolo de Sassoferrato, *De Regimini civitatis* (ed. Quaglioni), in Quaglioni, *Politica e Diritto nel Trecento Italiano*, Firenze: Olschiki, 1983, p. 147-170.

⁶⁴ Para tratar da unidade política, teremos cuidado de manter sempre a designação completa.

começam quando tentamos definir a organização e a natureza do Estado no período comunal.

A historiografia localiza o início da formação das comunas italianas no século XII, quando unidades políticas autônomas, sediadas em núcleos urbanos, passaram a compor organismos colegiados para definir sua política.⁶⁵ A formação de um Estado territorial de caráter moderno, que alcançaria o máximo desenvolvimento nos séculos XVI e XVII, começa no século XV, dando fim ao período comunal da história italiana.⁶⁶

O que chama a atenção na história do Estado comunal é sua transformação contínua entre os séculos XII e XIV, e a existência de intensos conflitos cívicos. Não houve apenas disputa pelo poder, mas um combate contínuo pela definição da forma e do nível de participação do Estado na vida cotidiana.⁶⁷ Excetuando o monopólio da emissão monetária, mesmo em um período curto de tempo – meio século –, todos os demais elementos não se consolidaram sem dificuldades e oposições. Não obstante, tomando como suporte o trabalho de Gene Brucker⁶⁸, é possível propor um organograma da estrutura do Estado florentino existente no século XIV. O esquema, excessivamente simplista, é funcional como ponto de partida.

⁶⁵ Uma boa síntese está em Manlio Bellomo, **Società e istituzioni dal Medioevo agli inizi dell'età moderna**, Roma: Il cigno Galileo Galilei, 1999. Uma reflexão mais profunda pode ser encontrada em Menant, **Campagnes lombardes du Moyen Age**, Roma: École Française de Rome, 1993, p. 487-562.

⁶⁶ Cf. Charles de la Roncière, “De la ville à l'État régional: la constitution du territoire (XIV – XV siècle)”, in Boutier, Landi e Rouchon, **Florence et la Toscane, XIV-XIX siècles**, Rennes: Presses universitaire de Rennes, 2004, p. 15-30. A questão também é tratada por Dameron, **Florence and its church in the Age of Dante**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

⁶⁷ A principal descrição dos conflitos cívicos foi feita por um ator político coetâneo: Dino Compagni, **Cronica**, Roma: Carocci, 2013.

⁶⁸ Cf. Gene Brucker, **Florentine Politics and Society**, Princeton: Princeton University Press, 1962.

Quadro 1.1. Esquema da estrutura da República de Florença.

1º ESCALÃO

2º ESCALÃO

a) Eletivos	b) Oficiais temporários	c) Oficiais permanentes (em 1352)
<ul style="list-style-type: none"> - Oficiais della Biada - Comissão de Supervisão de mercenários - Comissão para administrar Stinche 	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de Imposto - Controladoria do Orçamento - Controle de Gastos - Vicar/Castelan 	<ul style="list-style-type: none"> - 17 Oficiais do Correio - 18 Coletores de Imposto - 39 notários - 55 Mensageiros

CORPO LEGISLATIVO

Fontes: Gene Brucker, **Florentine Politics and Society**, Princeton: Princeton University Press, 1962; **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910; **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese). Firenze: Stab. Tipografico E. Ariani, 1921.

Podemos definir o Estado comunal como uma confederação de corpos, com relativa autonomia e frágil integração. Estamos diante de uma verdadeira constelação de colégios. No topo, a *Signoria* era composta por seis a sete *priores das artes*, e o *vexillifer iustitiae*, todos cargos eletivos de curta duração. A composição da *Signoria* manifesta como a fronteira entre os cargos públicos e a vida cívica eram permeáveis. Assim, as sete maiores corporações de ofício tinham importância decisiva na política da República, e forneciam os nomes que compunham a *Signoria*. A condução do principal corpo estatal pelo consenso das elites que ocupavam cada uma das sete artes levou John Najemy a definir Florença como uma república corporativa.⁶⁹ Entretanto, a composição do colégio eleitoral e a forma de eleição se tornaram um contínuo pomo da discórdia da política de Florença.⁷⁰ Dois organismos colegiados, sem nenhum poder deliberativo (mas um deles com poder militar), existiam para aconselhar a *Signoria*: um composto pelos dezenove *gonfalonieri de compagnie*, que encabeçavam corpos cívicos armados da República – e se dividiam entre as *compagnie* de cada *sesto*, subdivisões da cidade.⁷¹ Em segundo, os *dodici buon uomini*, colégio criado após 1321, geralmente ocupado por homens pertencentes às famílias mais poderosas da cidade, e que poderiam influir no governo no interesse de sua categoria social.

Quando a República confrontava decisões políticas de ordem constitucional, como a redação de um novo estatuto, ou uma imposição fiscal de emergência, duas grandes assembleias eram convocadas: o Conselho do *Popolo* e o Conselho da *Comuna*. O primeiro contava com a participação de 300 pessoas, incluindo a própria *Signoria*, os representantes das corporações de ofício, e alguns ex-magistrados cívicos.⁷² O Conselho da *Comuna*, com 200 participantes, tinha lugar para 40 *magnatas* – como eram designadas as poderosas famílias excluídas de todos os demais postos de governo. Ambos Conselhos exigiam a aprovação de $\frac{2}{3}$ dos membros; não poderiam realizar nenhuma

⁶⁹ J. Najemy, **Corporatism and consensus in Florentine electoral politics, 1280-1400**, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1982.

⁷⁰ A segunda metade do século XIII foi marcada, do ponto de vista político, por reviravoltas e tumultos, envolvendo expulsões de famílias e choque armado nas ruas da cidade. John Najemy descreve o turbulento processo de formação do colégio eleitoral; sua tese, porém, de que o conflito congregou dois polos antagônicos – o “partido popular”, comandado pelas guildas, e o partido oligárquico, ligado às famílias mercantis – permanece aberto ao debate. Cf. John Najemy, *Corporatism and consensus in Florentine electoral politics, 1280-1400*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1982.

⁷¹ A cidade era subdividida de duas formas diferentes. A primeira utilizava a estrutura eclesiástica secular, compondo diversas paróquias no interior da cidade:

⁷² Encontrei a descrição de Villani para o *Consiglio del Popolo*, composto por 75 homens adultos de cada *quartieri*; mas não para o *Consiglio della Comuna*. Cf. Villani, *Nuova Cronica*, Parma: Einaudi, 1991, XIII, 19, p. 1468.

proposta legislativa, mas apenas aprovar ou rejeitar as deliberações ou leis formuladas pela *Signoria*.⁷³

Os três principais corpos judiciais – o *Podestà*, o *Capitano del Popolo*, e o *Esecutori degli Ordinamenti de Giustizia* – tinham a dupla dimensão de tribunal e de policiamento. Cada um era composto por um grupo de juizes e notários, e tinha direito a uma guarda cívica própria. O mais importante era conduzido pelo cavaleiro da *podestà*, posto ocupado por estrangeiros, visando manter imparcialidade e isenção frente às diversas facções e inimizades urbanas, e com duração semestral.⁷⁴

O Estado possuía diversas magistraturas que podemos considerar de “2º escalão”; e que existiam para tratar de assuntos específicos. É possível identificar dois tipos de magistratura: as eletivas permanentes, em que os cidadãos eram eleitos por alguns meses; e as temporárias, criadas em momentos específicos, como a eleição de responsáveis pela coleta de algum imposto emergencial. Entre as primeiras, encontramos os *sei della biada*, magistrados responsáveis pelo controle do comércio de alimentos, incluindo o mercado de trigo. Teremos oportunidade para refletir melhor sobre a função desses magistrados no decorrer da dissertação. Finalmente, a República contava com um conjunto de oficiais permanentes, profissionais de formação remunerados, como notários, nuncios e mensageiros.

Os gastos públicos cresceram exponencialmente nos 100 anos que separam a criação do corpo judicial do *podestà* e o advento do primeiro ciclo da Peste Negra.⁷⁵ A arrecadação orçamentária foi uma preocupação constante da República. Inicialmente assentado sobre a taxação direta, o estado florentino avançou em duas direções: o aumento da imposição sobre a área rural e a explosão dos impostos indiretos. No século XIV, esses já preponderavam sobre a arrecadação orçamentária; tratando apenas das *gabelas*, ou seja, das taxas cobradas sobre mercadorias que passavam pelas portas da cidade, encontramos um verdadeiro mosaico alfandegário: taxas sobre o vinho, o trigo, a carne, a lenha, a seda, as especiarias...⁷⁶ Não obstante, as dificuldades orçamentárias

⁷³ Na investigação de John Najemy, a presença de ambos Conselhos é diminuta. Talvez sua existência seja pontual. Cf. Najemy, **Corporatism and consensus in Florentine electoral politics, 1280-1400**, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1982, p. 79-165.

⁷⁴ Uma reflexão magistral sobre cada um dos corpos judiciais foi feita por Andrea Zorzi, “Contrôle social, ordre public et répression judiciaire à Florence à l’époque communale: éléments et problèmes”, in **Annales**, vol 5, n. 5, 1990, p. 1169-1188.

⁷⁵ Cf. Najemy, **A History of Florence (1200-575)**, Malden: Blackwell Publishing, 2006.

⁷⁶ Encontramos uma investigação sobre a flutuação dos valores cobrados por cada gabela – em geral, uma percentagem sobre o valor da mercadoria – em Charles de La Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 33-60.

cresceram mais rápidas do que a capacidade fiscal, em geral causadas por conflitos militares. Como tentativa de enfrentar o endividamento público, a elite política passou a se utilizar de dois tipos de empréstimos. Os empréstimos compulsórios não ultrapassavam juros de 5%; em geral, significaram uma perda para os envolvidos. Em contrapartida, a realização de empréstimos “voluntários”, resultando em juros de até 15%, não demoraram a se tornar um negócio benéfico para os possuidores de dinheiro, para escândalo de alguns cidadãos. Em 1343, a República deliberou “consolidar” a dívida, criando o *Monti*: os credores poderiam trocar o montante total por uma renda anual alienável. A despeito da apaixonada crítica de frades dominicanos⁷⁷, contrários à consolidação da “usura” como política pública, o *Monti* se consolidou como forma de gestão da dívida do Estado.

Podemos encerrar esse esboço esquemático com duas considerações. A formação de grandes assembleias, com participação de mais de 200 pessoas, gerou a ideia de que a República de Florença teve a mais profunda “experiência democrática” entre as comunas italianas. Entretanto, predomina na historiografia certo consenso de que as comunas italianas permaneceram como um tipo de Estado oligárquico; não a maioria, mas a grande maioria da população estava excluída, de saída, de qualquer possibilidade de participação nos rumos do governo, como as mulheres e a população rural. Porém, não podemos confundir Estado com política. A dimensão social da política pode ser encontrada nos vários organismos que compunham a Igreja (bispados de Florença e Fiesole, capítulo da catedral, ordens monásticas, igrejas batismais), nos vilarejos rurais, no universo heterogêneo dos trabalhadores urbanos, e, é claro, no mercado de grãos da cidade. A praça do comércio, como veremos adiante, foi um palco de participação popular que influenciou de forma decisiva na construção da arquitetura institucional do mercado de trigo.

Por último, não podemos deixar de refletir que a imagem esquelética do organograma acima oculta os sabores e dissabores da vida cotidiana. Giovanni Boccaccio, através do uso do humor, fez uma crítica contundente ao corpo judicial do *podestà*, descrevendo como alguns estrangeiros eleitos para cavaleiro da *podestà*, avaros e pobres, visando pagar menos aos seus juizes e notários subordinados, escolhiam, para ocupar os postos nos tribunais que administravam, pessoas ignorantes em lei e escrita:

⁷⁷ “De 1343 à 1345, la Commune de Florence s’intéresse à l’établissement d’un fonds de dette publique. Les dominicains de Sainte Marie Nouvelle se sont violemment opposés à ces choix parce qu’ils y voyaient une violation au principe de l’interdiction canonique de l’usure. Deux des dominicains les plus influents de la communauté, Piero Strozzi et Jacopo Passavanti, ont combattu toute tentative publique en ce sens”. In Daniel Russo, “Religion civique et art monumental à Florence”, in **La religion civique à l’époque medieval et moderne (chrétienté et Islam)**, Rome: École Française de Rome, 1995, p. 292-293.

Come voi tutte potere avere udito, nella nostra città vegnono molto spesso rettori marchigiani, li quali generalmente sono uomini di povero cuore e di vita tanto strema e tanto misera, che altro non pare ogni lor fatto che una pidocchieria: e per questa loro innata miseria e avarizia menan seco e giudici e notari che paiono uomini levati più tosto dall'aratro o tratti della calzoleria, che delle scuole delle leggi.⁷⁸

Encontramos outra vívida imagem em Giovanni Villani. No trecho abaixo, podemos entrever como, para além dos cargos e dos ofícios do Estado, a resistência das famílias poderosas à intervenção das autoridades públicas na vida cotidiana, e a participação popular muitas vezes armada, participavam decisivamente na vida política da República. Em termos foucaultianos, é lícito pensar que o nível de subjetivação da autoridade estatal é muito maior no período contemporâneo do que o foi na Itália comunal⁷⁹; em termos weberianos, o monopólio da violência ainda estava longe de se realizar.⁸⁰ Deixamos ao leitor suas próprias conclusões:

Nel detto anno, dì XI di gennaio, avvenne in Firenze che messere Pazzino de' Pazzi, uno de' maggiori caporali che reggea la città e più amato dal popolo, andando a falcone in isola d'Arno a cavallo senza guardia con suoi falconieri e famigliari, Paffiera de' Cavalcanti l'uccise, coll'aiuto de' Brunelleschi e d'altri masnadieri in sua compagnia a cavallo, a tradimento, secondo si disse, però che messer Pazzino da llozo non si guardava; e ciò fece per vendeta di Masino de' Cavalcanti e di messer Betto Brunelleschi, dando colpa al detto messer Pazzino gli avesse fatti morire. Per la quale cosa, recato il corpo suo morto al palagio de' priori per più infamare i Cavalcanti, la città si mosse tutta a romore e ad arme, e col gonfalone del popolo in furia si corse a casa i Cavalcanti, e misevisi fuoco, e da capo furono cacciati di Firenze i Cavalcanti.⁸¹

⁷⁸ Giovanni Boccaccio, **Decameron** (ed. Branca), Firenze: Le Lettere, 1999, p. 488.

⁷⁹ Me refiro, com alguma liberdade, à noção de interiorização da ordem proposta por Michel Foucault em **Vigiar e Punir**, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

⁸⁰ Max Weber, "Politics as a vocation", in **Essays in Sociology**, New York: Oxford University Press, 1946, p. 77-128.

⁸¹ G. Villani, **Nuova Cronica**, Parma: Einaudi, 1991, livro X, cap. 23, p. 708-709.

CAPÍTULO 2

A COMPOSIÇÃO DA DEMANDA

Imagem 2.1 – Reprodução da perspectiva de Florença realizada por Francesco Rosseli, entre 1471 e 1482. Nela, é possível visualizar as pontes que atravessam o Rio Arno, o *duomo* da Catedral se destacando no centro apinhado de moradias, e as muralhas construídas entre 1284 e 1333. No entorno, as colinas com um nível de densidade populacional bastante inferior. Apesar das atividades de pesca retratadas por Rosselli, as principais embarcações que transitavam sobre o rio Arno traziam mercadorias, desde a cidade portuária de Pisa. Entre os séculos XIV e XV o centro da cidade paulatinamente foi ocupado pelos palácios das grandes famílias, empurrando a população mais pobre para os bairros mais próximos das muralhas.

Fonte: Francesco Rosselli, Vista de Florença.

2.1. Aspectos demográficos e a divisão social do trabalho

Durante o século XIII um intenso crescimento demográfico ocorreu na região da Toscana. Estimativas apontam que, em 1200, a cidade de Florença possuía cerca de 15.000 habitantes; em 1260, o número saltou para o patamar de 60.000, alcançando a incrível soma de 100.000 a 120.000 pessoas na primeira metade do século XIV.⁸² O crescimento é visível quando acompanhamos as obras de expansão das muralhas que protegiam e controlavam o acesso à cidade. Em 1172 se iniciaram as obras que, terminadas no final do século XII, abrangiam uma área urbana de 80 hectares. Em 1282, um novo circuito de muros começou a ser construído para cercar os novos bairros (*sestos*); terminado apenas no século seguinte, albergava agora uma área total de 640 hectares.⁸³

Tabela 2.1: Estimativas da evolução demográfica das principais cidades da Toscana.

	1175	1250-60	1300-1340
Florença	c. 10.000	60.000	100.000 a 120.000
Siena	Menos de 15.000	25.000 a 30.000	47.000 a 52.000
Pisa	Menos de 15.000	—	c. 38.000
Lucca	Menos de 15.000	—	40.000

Fontes: David Herlily, **Pisa in the Early Renaissance**; Day Jr., “The population of Florence before the Black Death: survey and synthesis”, in **Journal of Medieval History**, n. 28, 2002, p. 93-129; Paolo Cammarosano, **Siena**.

A expansão demográfica é visível em toda região da Toscana. A cidade de Pisa, em meados do século XII, não tinha uma população superior a 11.000 habitantes; em 1293, alcançou cerca de 40.000 residentes, número semelhante à cidade de Lucca. As novas muralhas de Pisa passavam a proteger 114 hectares de área urbana, no lugar dos 30 hectares defendidos pelos antigos muros.⁸⁴ A comparação é interessante porque demarca, do ponto de vista populacional, o distanciamento progressivo de Florença em relação às demais cidades da região: a dimensão de 50.000 habitantes parece ter representado a média de expansão dos principais centros urbanos toscanos, com exceção daquela cidade.

⁸² As estimativas demográficas fazem parte de um debate bastante controverso, sobretudo no que diz respeito à maior precisão dos dados. Como critério, escolhemos utilizar estimativas aproximativas. Para uma análise da historiografia demográfica e as várias mensurações propostas, W. Day Jr., “The population of Florence before the Black Death: survey and synthesis”, in **Journal of Medieval History**, n. 28, 2002, p. 93-129.

⁸³ A nova muralha terminou de ser construída em 1333. No caso dos muros, ao contrário da demografia, há maior unanimidade entre os historiadores. David Herlihy, **Pisa in the Early Renaissance**, New York: Yale University Press, 1958, p. 35-53.

⁸⁴ Duccio Balestracci, “Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana bassomedievale”, in **D’une ville à l’autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)**, Roma: École Française de Rome, 1989, p. 87-105.

Imagem 2.2. Provável dimensão da República de Florença na região da Toscana

Fonte: J. Najemy, *A History of Florence (1200-575)*. Malden: Blackwell Publishing, 2006, p. 472.

Tabela 2.2: Crescimento urbano da República de Florença

	1175	1200	1260	1280	1300	1325-38
Cidade	10.000	15.000	60.000	85.000	105.000	120.000
Taxa de crescimento urbano		50%	300%	41,6%	23%	14%
Contado	90.000	—	—	—	260.000	300.000
República de Florença (total)	100.000	—	—	—	365.000	420.000
Taxa de urbanização	10%	—	—	—	28,8%	28,6%

Fonte: William Day Jr, "The population of Florence before the Black Death: survey and synthesis", in *Journal of Medieval History*, n. 28, 2002, p. 120.

Se, na primeira metade do século XIII, Florença acompanhou o crescimento geral da região, nos 100 anos posteriores se destacou, e passou a figurar entre as maiores cidades do continente europeu.⁸⁵ O sentimento de grande aglomeração urbana foi expresso pelos autores coetâneos, e encontramos na *Cronica* de Salimbene de Adam (1221-1288), composta entre 1283-88, um comentário bem humorado. Narra o cronista como alguns franciscanos tentaram impedir a entrada, em Florença, de Giovanni de Vicenza, que tinha a fama de ser um homem santo e capaz de realizar milagres:

Hi (frades menores de Florença), quadam vice audientes quod frater Iohannes de Vicentia ex Ordine Predicatorum, cuius supra fecimus mentionem, Florentiam ire volebat, dixerunt: 'Pro Deo non veniat huc. Audivimus enim quod mortuos suscitavit, et tot sumus, quod civitas nostra capere nos non potest!. E valde bene sonabant verba Florentinorum in ydiomate suo.'⁸⁶

Tão importante quanto os números absolutos é a transformação da relação entre habitantes urbanos e habitantes rurais, expressa na evolução da taxa de urbanização. Levamos em conta, aqui, a totalidade da República de Florença, ou seja, tanto a cidade quanto o território, conhecido como *contado*, dominado pelo Estado florentino (imagem 2.2).⁸⁷ No auge demográfico, entre 1320 e 1338, quando a população urbana provavelmente alcançava o patamar de 125.000 habitantes, estima-se que o *contado* continha cerca de 300.000 pessoas. Ou seja, entre 1300 e 1348 a taxa de urbanização da República se aproximava de 30%.

Il Libro del Biadaiole registra a incapacidade do território florentino de fornecer a totalidade de cereais necessária para o abastecimento da capital da República; segundo o mercador Domenico Lenzi, autor do texto, o *contado* era capaz de prover cerca de 42% da quantidade de trigo consumido na cidade de Florença.⁸⁸ A análise da evolução populacional nos permite, portanto, estabelecer duas características: primeiro, a formação de uma demanda de alimentos de grande proporção; em segundo, resultante principalmente da concentração urbana, a “incapacidade” do entorno rural de produzir a massa de cereais consumida na cidade. Na verdade, trata-se de uma “incapacidade”

⁸⁵ Na tabela estatística de Spufford, apenas outras três cidades europeias ultrapassaram, no período medieval, o patamar de mais de 100.000 residentes: Paris, Veneza e Milão. P. Spufford, **Power and Profit**, London: Thames and Hudson, 2002, p. 94.

⁸⁶ Salimbene de Adam, **Cronica** (ed. Scalla), vol 1, Turnhout: Brepols, 1998, p. 120-121.

⁸⁷ Sobre o Estado de Florença, cf. discussão apresentada no capítulo 1.

⁸⁸ “Ma tanto bene posso io dire che la detta mia patria, Firenze, a la quale nonn è contado che tanto la sostenesse di suo grano quanto è uno spazio di v mesi”. D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 317.

apenas aparente; pois, como veremos, o vertiginoso crescimento demográfico decorreu da *capacidade* da economia florentina de importação de trigo.

Em uma aproximação inicial, a formação da demanda urbana se refere à consolidação de um grupo populacional desconectado das atividades agrícolas, e que, portanto, não produzia o alimento que consumia. Estamos diante do fenômeno da intensificação da divisão social do trabalho, a partir da multiplicação de atividades profissionais. *De Magnalibus Urbis Mediolani*, escrito em 1288 por Bonvesin della Riva (c. 1240- c.1315), inscreve entre “as maravilhas da cidade de Milão” o leque de ofícios especializados existentes nessa cidade.⁸⁹

Quadro 2.1 Ofícios citados por Bonvesin della Riva existentes em Milão (1288)

120 doutores de Leis	1500 notários	600 mensageiros/servidores da Comuna	6 tocadores oficiais de trombeta
28 médicos	150 cirurgiões	8 professores de gramática	14 doutores de canto “ambrosiano”
70 professores de escrita e leitura	40 copistas	400 forneiros	Mais de 1000 lojistas de pequeno comércio.
440 açougueiros	150 hospedarias	80 ferreiros (apenas de ferraduras)	30 oficinas de sinos
440 pescadores e comerciantes de peixe			

Fonte: Bonvesin della Riva, *De magnalibus Urbis Mediolani*, p. 61.

A lista de ofícios oferecida por Bonvesin della Riva para Milão, cidade com população superior a 100 mil habitantes, está longe de ser exaustiva, mas nos permite uma primeira visualização da multiplicidade de atividades econômicas realizadas no interior de uma cidade de grande porte da Baixa Idade Média. Não se trata de postular uma dicotomia entre campo/cidade baseada na ausência/presença de divisão social do trabalho. Considerando a extensão do debate e as dificuldades de estabelecer critérios que propiciem uma distinção radical entre espaço rural e espaço urbano, Christopher Dyer, analisando a documentação referente à Inglaterra medieval, propõe considerações que se destacam pela clareza.⁹⁰ Primeiro, Dyer estabelece uma divisão simples entre habitat rural e conglomerado urbano baseada no predomínio, no primeiro, de atividades agrícolas, e,

⁸⁹ Cf. Bonvesin della Riva, *De magnalibus Urbis Mediolani*, Roma: Bullettino dell’Istituto Storico Italiano, n. 20, 1898, p. 61.

⁹⁰ Christopher Dyer, *An Age of Transition?* Oxford: Oxford University Press, 2005.

no segundo caso, no predomínio de atividades ligados ao comércio, ao artesanato, e às ocupações terciárias (juristas, médicos, notários). Estamos, portanto, diante de uma relação de preponderância. Assim, é possível encontrar a existência de núcleos que desenvolviam uma *função* urbana no interior dos menores vilarejos agrícolas: artesãos profissionais que viviam do comércio de produtos e serviços.⁹¹

Antes, o intenso processo de urbanização ocorrido na Toscana nos permite pensar em termos de dinâmicas de transformação e de intensificação radical da divisão social do trabalho. O *catasto* de 1427, o mais completo recenseamento de chefes de família e bens realizado pela República de Florença no período medieval, contabilizou 9.780 *fogos*; 4.303 apresentam a atividade profissional realizada pelo chefe de família da residência. Quase 130 tipos de atividades diferentes são registrados, algumas com alto nível de especialização.⁹² Por exemplo, no artesanato da madeira, há carpinteiros, mas também artesãos especializados na confecção de mesas, armários, ataúdes, e finalmente aqueles registrados apenas como “serradores” (*segatore*). Quanto aos pintores, encontramos três tipos de especialização: pintura mural, miniatura, e imagens em cera para uso votivo.⁹³ O processo de intensificação da divisão social do trabalho, iniciado pelo movimento de grande concentração urbana, ultrapassou a esfera citadina e incidiu sobre a totalidade da economia, influenciando também o cenário rural. Assim, o crescimento exponencial de troca de mercadorias multiplicou categorias profissionais especializadas no transporte. O *catasto* florentino registra *vetturale*, *carretaio*, *portatore*, *carradore*, *legatore*, e *mulattiere*; além, claro, de pessoas especializadas no comércio de animais de tração e de transporte (*presta-ronzini*, *cavallaio*, *asinaio*).⁹⁴

Três ramos da economia florentina vivenciaram um efeito de decolagem (*boom*): a manufatura têxtil, a construção e o comércio. Entre 1250 e 1350, a expansão da produção têxtil fez de Florença um polo manufatureiro na Península Itálica. Em um

⁹¹ Christopher Dyer, *An Age of Transition?* Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 7-45.

⁹² Um documento com grande nível de descrição se refere à Paris medieval, cidade também de grande porte: o famoso *Livre des métiers* d'Étienne Boileau. São enumeradas mais de 300 categorias profissionais. Etienne Boileau, *Règlements sur les arts et métiers de Paris rédigés au XIIIe siècle* (ed. Depping), Paris: Crapelet, 1837.

⁹³ *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

⁹⁴ *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

primeiro momento, a manufatura de tecidos de lã acompanhou o crescimento demográfico, suprimindo, em conjunto com a formação de um mercado de importação, o dinâmico consumo interno. Nas primeiras décadas do século XIV, no entanto, Florença passou a exportar em escala maciça, sobretudo para o sul da Península.⁹⁵ Tratando-se de um processo produtivo envolvendo múltiplas operações (fiação, cardagem, tecelagem, pisoamento, acabamento, tinturaria), chegou a empregar, segundo o cronista Giovanni Villani, mais de 30 mil pessoas, contando com um número superior a duas centenas de oficinas distribuídas pela cidade, e resultando na circulação anual de mais de um milhão de florins de ouro.⁹⁶ A produção mobilizava o trabalho de diferentes categorias sociais; o *catasto* florentino de 1427 registra, como matriculados na corporação da *Arte della Lana*, tanto empresários do ramo têxtil capazes de mobilizar grandes somas de dinheiro (*lanaiolo* e *drapieri*), quanto modestos comerciantes de tecidos novos ou vendedores ambulantes de tecidos usados (*ritagliatore* e *pannellaio*). Sobre o processo de produção, como é de se esperar, o *catasto* diferencia quinze tipos de profissionais especializados nos diferentes processos de artesanato e manufatura.⁹⁷ Para além do registro do *catasto*, Niccolò Rodolico contabilizou 30 etapas do processo de produção⁹⁸, estabelecendo aqui uma diferença central entre a forma contemporânea e a forma medieval da indústria têxtil:

L'industria tessile moderna, con tutto il suo macchinario, ha guadagnato enormemente di tempo (...).

La differenza più notevole tra la vecchia e la moderna industria tessile consiste nell'accentramento in unico grande edificio, di strumenti, di meccanismi, di operai delle diverse specializzazioni, dei magazzini di deposito della materia prima e dei prodotti manufatti. Nell'industria medioevale della lana parte degli operai lavorava nel fondaco e nella officina del padrone, come ad esempio gli sceglitori della lana, parte nelle proprie botteghe, come i tintori, parte nel suburbio, come i gualchierai, parte fuori di città, sparsa nel contado e nel distretto, come i filatori e le filatrici dello stame.⁹⁹

⁹⁵ Cf. Hidetoshi Hoshino, **L'arte della Lana in Firenze nel Basso Medioevo**, Firenze: Olschki, 1980.

⁹⁶ “Le botteghe dell’arte della lana erano CC e più, e faceano da LXXm in LXXXm di panni (...); del detto ovraggio, viveano più di XXXm persone”. G. Villani, **Nuova Cronica**, Parma: Einaudi, 1991, liv. 12, cap. 94, p. 1352.

⁹⁷ *Verghegiatori*, *scamatini*, *divettini* eram encarregados do processo de limpeza da lã crua; o *filatoiaio* era o profissional da fiação; *pettinatore*, *carditore*, *sceglitore di lana*, *apennichino*, *scardassieri* eram os responsáveis pelos processos de penteação, cardação e seleção da lã; *tessitori di lana* realizavam a tecelagem; *tiratori* se ocupavam do processo de secagem; *tintori* faziam a coloração; *cimatori* realizavam o corte; e os *riveditori* realizavam a finalização do tecido. *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

⁹⁸ Niccolò Rodolico, “Proletariato operaio in Firenze del secolo XIV”, in **Archivio Storico Italiano**, Firenze: Olschki, 1943, p. 3-30.

⁹⁹ Niccolò Rodolico, “Proletariato operaio in Firenze del secolo XIV”, in **Archivio Storico Italiano**, Firenze: Olschki, 1943, p. 13-14.

O universo da especialização aparece de forma constante na documentação notarial, no que se refere aos contratos de aprendizagem e de treinamento. Um dos inumeráveis exemplos é a minuta de 14/05/1294 do notário Matteo di Biliotto, que registra o acordo feito entre Guido Riccardi e Bernardo Ataviani, um *correggiaio* (artesão especializado na produção de artigos de couro) que aceita receber o filho de Guido como aprendiz durante três anos.¹⁰⁰ Em 29/07/1295, Amadore Iohannis deixa seu irmão Manettum como aprendiz do pintor Culuccio Guidi por quatro anos.¹⁰¹ Em 07/10/1294, o contrato de aprendiz para *biadaio* (mercador de cereais) tem duração de apenas dois anos.¹⁰² Os contratos também registram a migração da região rural para os trabalhos especializados da cidade, flagrando tentativas de ascensão social das famílias camponesas. Em 15/03/1296, Taccuccius Ciecì, residente na aldeia de Gropana, próxima de Arezzo, enviou para Florença seu filho Blasium, para trabalhar como aprendiz do *correggiaio* Tura Benci, durante longos seis anos – e é bem possível que o período maior de treinamento decorra da baixa condição social do discípulo.¹⁰³

A ampliação da divisão social do trabalho, possibilitando a constituição de artesãos de médio e de alto nível de especialização, teve como efeito o incremento das relações monetárias, se beneficiando da maior quantidade de espécies em circulação, além de produzir maior velocidade de circulação das moedas.¹⁰⁴ O que, gerando um efeito de reação em cadeia em todos os ramos da economia, resultava na ampliação dos tipos de trabalho *não especializados*, ou seja, destituídos de qualquer necessidade de treinamento e de formação. Abaixo dos grupos de artesãos qualificados, que em geral formavam as categorias sociais de boa e média remuneração, uma grande massa de trabalhos não qualificados se multiplicava pelos cenários urbano e rural. Os três setores que vivenciaram uma decolagem – a construção, o comércio e a produção têxtil – contavam com importante número de mão-de-obra destituída de treinamento ou especialização, como carregadores, escavadores, vendedores ambulantes ou fiadores.

¹⁰⁰ Matteo di Biliotto, *Imbreviature* (ed. Sznura e Soffici), vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 47, p. 46-47.

¹⁰¹ Matteo di Biliotto, *Imbreviature* (ed. Sznura e Soffici), vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 510, p. 466.

¹⁰² Matteo di Biliotto, *Imbreviature* (ed. Sznura e Soffici), vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 268, p. 256-257.

¹⁰³ Matteo di Biliotto, *Imbreviature* (ed. Sznura e Soffici), vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 892, p. 866-867.

¹⁰⁴ Para uma exposição desse processo e que, após tanto tempo, ainda prima pela excelência, Karl Marx, *O Capital. Livro I – O processo de produção do capital*, São Paulo: Boitempo, 2014, p. 169-215.

Ademais, a conjuntura do 1300 se caracterizou pela formação de redes de comércio que se espalharam pelo Mediterrâneo; exemplo emblemático, portanto, do crescimento de trabalho sem necessidade de qualificação surgiu nas atividades marítimas. John Day analisou a galera genovesa *Santo Antonio*, que navegou 123 dias no Mediterrâneo no ano de 1282, com uma tripulação de 194 pessoas.¹⁰⁵ Além de um número de pequenos artesãos qualificados importantes para a manutenção do navio – para o conserto do velame, da madeira, da calafetagem e do cordame –, a galera contava com 174 remadores. É interessante notar que apenas 34 remadores eram genoveses; 71 trabalhadores provinham da região rural da Ligúria, 4 da Córsega, 7 da Grécia, e 29 do Mar Negro.¹⁰⁶ A mobilidade social e a migração se entrelaçavam não apenas às estratégias familiares de ascensão através de um trabalho qualificado e melhor remunerado, mas nas oportunidades de emprego não qualificado em ramos da navegação, construção ou do comércio.

Outro exemplo pode ser encontrado nos hospitais que se difundiram nas comunas italianas entre os séculos XIII e XIV, e que realizavam uma série de atividades de assistência destinada aos pobres, aos indigentes, aos peregrinos, e aos doentes.¹⁰⁷ Na República de Siena, o Hospital de Santa Maria della Scala se tornou uma das mais importantes instituições públicas.¹⁰⁸ Em 1411, as tropas de Louis II d'Anjou cruzaram a Toscana em direção a Nápoles; alguns soldados, feridos ou adoecidos, ficaram para trás, e encontraram refúgio no Hospital de Santa Maria della Scala. Na impossibilidade de permanecerem na vida militar, acabaram integrando a *famiglia* do hospital, realizando todo tipo de trabalho em troca de residência, alimentação, roupas, e um modesto salário.¹⁰⁹ Em períodos normais, quantidade importante dos empregados do hospital provinham das aldeias rurais de Siena; é lícito pensar que, após a migração para o principal centro urbano dessa República, descendentes de camponeses permaneceram às margens da sociedade e encontraram um meio de vida como agregados da instituição de assistência.¹¹⁰ Crianças abandonadas, criadas pelo hospital, também vinham compor o

¹⁰⁵ John Day, “Prix agricoles en Méditerranée à la fin du XIV siècle (1382)”, in *Annales*, n. 4, 1961, p. 629-656.

¹⁰⁶ John Day, “Prix agricoles en Méditerranée à la fin du XIV siècle (1382)”, in *Annales*, n. 4, 1961, p. 630-631.

¹⁰⁷ Cf. Giuliano Pinto, “L’ospedale di Santa Maria Nuova nella Firenze di Dante”, in Pinto, *Il lavoro, la porvertà, l’assistenza*, Roma: Viella, 2008, p. 163-172.

¹⁰⁸ Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in *Bullettino Senese di Storia Patria*, Siena, Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 67-157.

¹⁰⁹ Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in *Bullettino Senese di Storia Patria*, Siena, Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 77.

¹¹⁰ Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in *Bullettino Senese di Storia Patria*, Siena, Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 77-79.

quadro de servidores.¹¹¹ Diferentemente dos médicos, esses empregados de baixa condição social tinham de cumprir o estatuto que os obrigava a realizar todo gênero de atividades; assim, um tal Martino Gherardi trabalhava no forno e no estábulo, e outro, Megliorato di Baldo, cortava lenha e tratava de cavalos.¹¹² Convém acrescentar o número significativo de pessoas que permitiam o funcionamento dos grandes hospitais, cumprindo essas atividades. No ano de 1344, Santa Maria della Scala contava com 124 empregados; a preparação da alimentação requisitava 25 trabalhadores, o atendimento aos peregrinos 33 pessoas, e o estábulo 20 pessoas; ademais, além de dois médicos fixos destinados ao atendimento dos assistidos, anualmente, o hospital de Siena contratava um carregador para fornecer a água, um açougueiro para cuidar do abate e do corte de carne dos animais, e de médicos para tratar especialmente do corpo de frades da instituição.¹¹³

O ramo da construção se beneficiou do aumento demográfico e da concentração urbana. Quatro categorias arquitetônicas passaram a ser erigidas em escala maior e com maior diversidade de materiais: construções militares, edifícios urbanos públicos, palácios de poderosos clãs familiares, e edifícios religiosos de amplitude monumental.¹¹⁴ Ademais, poderíamos acrescentar uma quinta categoria: a construção de pontes. Em Florença, temos a presença de todos esses gêneros. A construção das novas muralhas se estendeu de 1284 até 1333, alternando períodos de interrupção dos trabalhos com períodos de trabalho intensivo (1299, 1310, 1316, 1321-1333).¹¹⁵ Em 1334, as muralhas alcançavam cerca de 8.500 metros de extensão, com 11,6 metros de altura; possuíam 73 torres de vigilância, com altura de 23 metros, distantes 16 metros entre si. Quinze portas controlavam o acesso de entrada e saída, e as principais continham, como construções anexas, sedes destinadas aos oficiais responsáveis pela cobrança de impostos das mercadorias e pelo controle dos pesos e das medidas estabelecidos pelos estatutos da comuna.¹¹⁶ O controle de entrada e saída de mercadorias, ao permitir a identificação das

¹¹¹ Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in **Bullettino Senese di Storia Patria**, Siena, Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 79-80.

¹¹² Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in **Bullettino Senese di Storia Patria**, Siena, Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 76.

¹¹³ Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in **Bullettino Senese di Storia Patria**, Siena, Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 71-83.

¹¹⁴ A bibliografia é extensa. Aspectos introdutórios podem ser encontrados em: Paul Binski, “Art and architecture”, in Abulafia (org.), **The New Cambridge Medieval History**, Vol V (1198-1300), Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 84-106; nos capítulos dedicados à arquitetura em Rolf Toman (org.), **El arte en Italia del Renacimiento**, China: Ullmann, 2005; e em Christopher Wilson, **The Gothic cathedral**, London: Thames & Hudson, 1990.

¹¹⁵ Giovanni Fanelli, **Firenze**. Roma: Laterza, 1980, p. 35-37.

¹¹⁶ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 35-37.

sacas de cereais que adentravam o espaço urbano, tinha papel decisivo na organização do mercado de trigo florentino, como veremos mais adiante.

Em meados do século XIII, a paisagem citadina já era caracterizada por uma sólida rede de edifícios. Na batalha de Montaperti, em 1260, quando as tropas de Florença foram derrotadas pelas tropas de Siena, os florentinos ghibelinos (anteriormente exilados) adentraram a cidade e depredaram propriedades das famílias guelfas que haviam fugido; nessa ocasião, foram destruídos 9 *botteghe*¹¹⁷, 1 *fondaco*¹¹⁸, 10 *tiratoio*¹¹⁹, 47 palácios, 198 casas e 59 torres.¹²⁰ Não obstante, na análise de Giovanni Fanelli, o período de 1280 a 1300 representou o período áureo da construção florentina.¹²¹ Princípios de higiene, de regularidade e de organização passaram a definir um processo de reconstrução do espaço urbano que se acirrou durante o século XIV.¹²² O grande prédio público do *Palazzo dei Priori* (atualmente, *Palazzo Vecchio*) foi construído em 1294 na zona central da cidade para abrigar as principais autoridades da República, em substituição ao *Palazzo del Capitano del Popolo*, construído em 1255 (atualmente Museu Bargello). A construção do campanário de Giotto se estendeu entre 1334 a 1359.¹²³ O *stinche*, a principal prisão da República, ocupou trabalhadores da construção entre 1299 e 1301.¹²⁴ Durante o século XIV houve a expansão contínua do complexo monástico de Santa Maria Novella, contendo um claustro de grandes proporções, refeitório, sala do capítulo, espaço de hóspedes, dormitório, biblioteca e enfermaria.¹²⁵

Finalmente, a cidade contava com quatro pontes que atravessavam o Rio Arno (cf. imagem 2.1). Além da *Ponte Vecchio*, construída em finais do século XII, a República construiu, durante o século XIII, a *Ponte alla Carraia* (1218-1220), a *Ponte Rubaconte* (1237)¹²⁶, que, originalmente de pedra e contando com nove arcadas, recebeu a

¹¹⁷ Na linguagem moderna, é comum distinguir a oficina de produção artesanal ou manufatureira, espaço de produção de bens e mercadorias, da loja, onde as mercadorias são expostas à venda. Na economia em tela, essa distinção não funciona, e a *bottega* designa, ao mesmo tempo, a oficina e a loja. Por isso preferimos manter a palavra original.

¹¹⁸ A *fondaco* dificilmente encontra tradução. Designa um edifício destinado a residência de mercadores estrangeiros, e armazenamento das respectivas mercadorias importadas.

¹¹⁹ O *tiratoio* era um edifício especializado da produção têxtil, voltado às etapas de secagem do tecido durante o processo de produção.

¹²⁰ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 32b.

¹²¹ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 33a.

¹²² Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 32b.

¹²³ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 40a.

¹²⁴ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 63a.

¹²⁵ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 65a.

¹²⁶ Conta Giovanni Villani: “Negli anni di Cristo MCCXXXVII, essendo podestà di Firenze messer Rubaconte da Mandello da Milano, si fece in Firenze il ponte nuovo, e elli fondò com sua mano la prima pietra, e gittò la prima cesta di calcina; e per lo nome dela detta podestà fu nomato il ponte Rubaconte”. Cf. Villani, **Nuova Cronica**, VII, 26, p. 249.

construção de algumas *botteghe* em 1292; e a *Ponte S. Trinita* (1252).¹²⁷ Todas requisitaram um trabalho constante de manutenção. Em 1269, uma cheia no rio Arno resultou na destruição de duas pontes (*S. Trinita* e *alla Carraia*), além da inundaço de boa parte da cidade.¹²⁸ Em 1333, uma chuva torrencial, adjetivada como “dilvio” por Domenico Lenzi, inundou Florena e destruiu trs pontes, deixando intacta apenas a ponte *Rubaconte*.¹²⁹ Em julho de 1334 se iniciaram os trabalhos de reconstruo da *alla Carraia*, que se estenderam at janeiro de 1337; infelizmente, no encontramos documentao para saber quantos e por quanto tempo os trabalhadores foram empregados.¹³⁰ Finalmente, em 1345, a Repblica realizou uma grande reforma na principal ponte cvica, a *Ponte Vecchio*, reestruturando os pilares de base, que alcanaram 17,6 metros de largura, permitindo a expanso da rea de travessia para quase 9 metros de largura. Com o trmino das obras, 44 lojas se instalaram nas margens da ponte, rendendo 800 florins anuais comuna.¹³¹ No mesmo ano, o Estado florentino empregou 20 mil florins para reforar os pilares da ponte de *S. Trinita*, em obras que se estenderam at o ano de 1346.¹³²

Trs caractersticas do universo do trabalho da construo nos auxiliam a pensar a composio da demanda alimentar urbana. Primeiro, do ponto de vista da investigao historiogrfica, representa a atividade melhor documentada em termos de remunerao salarial. As tentativas, pela historiografia, de mensurar a qualidade de vida da populao trabalhadora da Baixa Idade Mdia decorreu do cruzamento de dois dados: o nvel de preo dos cereais e o nvel de slrio, em geral, dos trabalhadores da construo.¹³³ Em segundo, a forte diferena de remunerao entre a mo de obra qualificada e no-qualificada. Um mestre da construo, responsvel pela execuo da obra perante os contratadores e pelo gerenciamento dos grupos de trabalho, poderia ganhar um slrio

¹²⁷ Giovanni Fanelli, **Firenze**, Roma: Laterza, 1980, p. 24.

¹²⁸ “Nel detto anno MCCLXVIII, la notte di calen di ottobre fu s grande diluvio di pioggia d’acqua da cielo col continuo piovere due notti e uno di, che tutti i fiumi d’Italia crebbono pi che crescessono mai; e ’l filme Arno usc de’ suoi termini s disordinatamente, che gran parte dela citt di Firenze allag (...) onde molte persone annegarono e molte case rovinarono. Alla fine fu s forte l’empito del corso del filme, che fece rovinare il detto ponte di Santa Trinita ... e fece rovinare quello dalla Carraia”. Cf. G. Villani, **Nuova Cronica**, VIII, 34, p. 380.

¹²⁹ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 491-494.

¹³⁰ G. Villani, **Nuova Cronica**, liv. XII, cap. 12, p. 1252.

¹³¹ G. Villani, **Nuova Cronica**, liv. XIII, cap. 46, p. 1512-1513.

¹³² G. Villani, **Nuova Cronica**, liv. XIII, cap. 46, p. 1512-1513.

¹³³ Assim ocorre tanto em la Roncire, **Prix et salaires Florence au XIV sicle (1280-1380)**, Roma: cole Franaise de Rome, 1982, quanto em Geremek, **Le salariat dans l’artisanat parisien aux XIII-XV sicles**, Frana: cole des Hautes tudes em Sciences Sociales, 1992; mas tambm em Goldthwaite, **The Economy of Renaissance Florence**, Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.

bastante superior aos simples carregadores.¹³⁴ Poderia, ademais, adquirir grande prestígio público, como Arnolfo di Cambio e Giotto di Bondone. Ao contrário, o nível de vida de um carregador poderia tanto pairar no limite da pobreza, quanto possibilitar ganhos suplementares aos residentes em espaço rural, marcando uma contínua mobilidade geográfica entre campo/cidade. A terceira característica se refere à intensa volatilidade desse gênero de trabalho, sobretudo quando comparada aos ramos agrícola e têxtil; momentos de intensa demanda, causados por realização de grandes obras, poderiam ser seguidos por meses de ausência de trabalho. Infelizmente, não encontramos indicações da quantidade de trabalhadores contratados para a edificação das muralhas de Florença, mas indícios referentes a outros lugares apontam para a formação de canteiros de obras com grande contingente de trabalhadores. No norte da Europa, a construção do Castelo de Windsor (Inglaterra), em 1344, contou com a contratação de 710 trabalhadores durante uma semana, entre os quais 401 não-qualificados; quinze dias depois, as obras empregavam 480 pessoas, 180 não-qualificadas.¹³⁵ Dois exemplos na Itália, embora menos dramáticos, suportam o argumento. Na construção do aqueduto de Fontebecci, em Siena, durante os anos de 1340 e 1341, 25 mestres dirigiram as obras, e 379 *manovali* (trabalhadores sem qualificação) foram contratados, entre os quais 53 mulheres.¹³⁶ Para a escavação de um canal de irrigação próximo à cidade de Pavia, entre 1474 e 1475, 640 pessoas receberam salário semanal para a execução de tarefas pesadas e braçais.¹³⁷

2.2. Divisão social do trabalho e composição da riqueza.

A divisão conceitual entre trabalhadores especializados e não-especializados é bastante insuficiente para a análise da documentação do período, e, por conseguinte, para a plena compreensão do mundo do trabalho medieval. A investigação da composição da renda oferece uma perspectiva mais precisa sobre as dinâmicas da economia urbana, da formação de uma economia monetária, e da vivacidade do comércio e do poder de compra da população. Podemos começar trabalhando com polos de oposição – um carregador

¹³⁴ No verão de 1299, nas obras de construção do convento dos Agostinianos, em Paris, o Mestre recebia 24 deniers por dia, o talhador de pedra 22 deniers; já um carregador, mão de obra não qualificada, recebia 7 deniers por dia. Cf. Geremek, *Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIII-XVe siècles*, França: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992, p. 89.

¹³⁵ Geremek, Bronislaw Geremek, *Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIII-XVe siècles*, França: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992, p. 71.

¹³⁶ Balestracci, “Li lavoranti non cognosciuti”, in *Bullettino senese di storia patria*, Siena: Accademia Senese degli Intronati, 1977, p. 67-157.

¹³⁷ Zanoboni, “Donne al lavoro nell’edilizia medievale”, in *Archivio Storico Italiano*, vol. 172, n. 1 (639), 2014, p. 109-132.

(*manovali*) e um *maestro*. No toscano dos séculos XIV e XV, segundo a lexicografia da Academia della Crusca, o título de *maestro*, polissêmico, podia ser utilizado para designar quatro situações profissionais diferentes: a de médico; a de doutor em lei, filosofia, ou medicina; a de professor de escola; e a de artesão proprietário de sua oficina e reconhecido, publicamente, como perito em sua arte.¹³⁸ Nos dois primeiros casos, se referia, portanto, à formação completa realizada em uma universidade ou *studium*, resultando em um tipo de trabalho de alta especialização e de acesso restrito para maior parte da população.¹³⁹ Em todos os casos, porém, o título de *maestro* continha um teor de prestígio social.¹⁴⁰ O *catasto* florentino de 1427 contabiliza 58 chefes de família possuidores do título de *maestro*.¹⁴¹ Os organizadores do *catasto online* observam que, uma vez que professores de escola (de alfabetização e de primeiras letras), artesãos chefes de oficina, e doutores em lei foram registrados dentro de suas respectivas categorias profissionais – por exemplo, 47 chefes de família foram registrados como doutores em lei –, é possível admitir que, nesse censo fiscal, o título de *maestro* foi reservado para designar os doutores em medicina. Nesse caso, estaríamos diante de uma parcela da população com formação universitária no exterior, uma vez que Florença não detinha de uma universidade de medicina nesse período, possuidora de título de alta especialização e remuneração. Seja como for, o título de *maestro* era portador de prestígio social; e o *catasto* de 1427 nos permite realizar a investigação dos níveis de riqueza dessa categoria social (tabela 2.3). O que primeiro nos chama a atenção é a heterogeneidade dos níveis de riqueza dos chefes de família que se apresentavam como *maestro*.

¹³⁸ A lexicografia da Academia della Crusca foi digitalizada: <http://www.lessicografia.it/index.jsp>. Consulta feita em 21/08/2020.

¹³⁹ Entre os séculos XIII e XIV, na Cristandade Ocidental, a formação ocorria em três níveis: a aquisição de primeiras letras e da álgebra elementar (pelo aprendizado do ábaco) nas escolas primárias; o aprendizado do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia, música) e do *trivium* (gramática, dialética e retórica); e, no interior das universidades, a formação em direito (canônico ou civil), medicina ou teologia. Durante esse período, diversas universidades foram criadas, marcando o primeiro apogeu da cultura escolástica. Essa formação seria, no século XV, questionada pelo movimento humanista, em defesa de maior importância para a história, a literatura, a retórica cívica e a ética. Cf. Jacques Verger, “The universities and scholasticism”, in Abulafia (org.), **The New Cambridge Medieval History (1198-1300)**, vol 5, Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 256-278; e James Hankins, **Virtue Politics**, Londres: Belknap Press, 2019, p. 1-62.

¹⁴⁰ Nem todos os estudantes conseguiam completar os estudos universitários; é lícito supor que, nesses casos, o exercício de mestre de primeiras letras e de alfabetização era uma opção profissional. Para uma análise da comunidade universitária da Universidade de Paris, Elsa Marmursztejn, **L'autorité des maîtres: scolastique, normes et société au XIIIe siècle**, Paris: Belles Lettres, 2007.

¹⁴¹ O instrumento básico de procura do *catasto online* resulta em 61 nomes para a profissão de *maestro*. Entretanto, é preciso tomar cuidado porque a busca básica identifica os nomes do *catasto* de 1427, assim como as alterações realizadas nos dois anos seguintes. Assim, três pessoas tiveram o registro fiscal modificado em 1428 e 1429, e seus nomes aparecem *duplicados* na procura básica. Nesse sentido, toda investigação no *catasto online* precisa passar por um processo de análise, para evitar as entradas duplicadas.

Tabela 2.3. Nível de riqueza dos *maestri* de Florença em 1427.

	Sem riqueza tributável	0 a 65 florins (faixa de riqueza 1)	66 a 103 fl. (faixa de riqueza 2)	104 a 501 fl. (faixa de riqueza 3)	502 a 1.304 fl. (faixa de riqueza 4)	Acima de 1.305 fl. (faixa de riqueza 5)
Total	16	10	2	15	5	10
Percentual	27,5%	17,2%	3,4%	25,8%	8,6%	17,2%

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002. Consultado em 14/12/2019.

Gráfico 2.1. Distribuição dos *maestri* em cinco diferentes faixas de riqueza em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Gráfico 2.2. Estratificação social dos *maestri* a partir do nível de riqueza em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Seguindo os cinco níveis de riqueza estabelecidos pelo grupo de historiadores que trabalharam sobre o *catasto* florentino de 1427 (tabela 2.3)¹⁴², é interessante notar como 44% dos chefes de família com o título de *maestro* ou não possuíam riqueza passível de tributação, ou se inscreviam no nível mais baixo de contribuição fiscal (até 65 florins). A maior parte dos chefes de família aptos a serem identificados como médicos, no entanto, pertenciam às categoriais sociais de maior riqueza da República de Florença. E mesmo 1/5 fazia parte do estrato mais alto, com riqueza superior a 1.305 florins; nesse caso, além do possível exercício remunerado da prestigiosa atividade profissional, tinham uma riqueza diversificada, composta por grandes propriedades, bens móveis (dinheiro vivo ou créditos a receber), e títulos da dívida pública¹⁴³. É o caso, por exemplo, do *maestro* Antonio Gucci, chefe de família de 75 anos que possuía rebanho, 2546 florins em propriedades, 347 florins em ativos líquidos (dinheiro ou crédito), e detinha de títulos da dívida pública no valor de 2.356 florins. No estrato mais alto, apenas um *maestro*, Niccolo Niccolo Leonardi, não se apresentava como possuidor de propriedades imobiliárias, concentrando todos os seus bens em títulos da dívida no valor de 2.750 florins.¹⁴⁴

Do ponto de vista da especialização do trabalho, podemos considerar, como polo oposto aos profissionais da medicina, os trabalhadores identificados como *manovali*. Se tratava de uma atividade destituída de necessidade de aprendizado formal, e completamente acessível. Nessa categoria profissional, encontramos a realidade do predomínio da baixa riqueza familiar. Foi possível contabilizar 85 *manovali* no *catasto* de 1427; cerca de 73% não tinham nenhum tipo de riqueza, e 17% apareceram no nível de contribuição mais baixo, de 0 a 65 florins (gráfico 2.3).

¹⁴² Utilizaremos esses cinco níveis de riqueza em toda dissertação, definidos por David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho.

¹⁴³ A dívida pública de Florença foi consolidada em 1345, passando a se tornar uma possibilidade de renda permanente para aqueles que detinham títulos, e que passaram, portanto, a receber apenas o referente aos juros (5% na data da criação).

¹⁴⁴ Ambos em *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002. Consultado em 14/12/2019.

Gráfico 2.3. Distribuição de chefes de família *manovali* por nível de riqueza tributável em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Um espectro de categorias profissionais existia entre os polos de *maestro* e *manovale*. Alguns tipos de manufatura, como o caso dos *corregiai* (artesãos especializados em artigos de couro) exigiam o treinamento superior a três anos. O Estatuto da Arte do Forno estabelecia que os *pistori*, homens ou mulheres especializados na preparação do pão, deveriam passar por um período de aprendizagem de três anos; já a preparação de *fornaio*, capaz de preparar qualquer tipo de alimentação, se estendia por quatro anos, segundo a mesma regulamentação.¹⁴⁵ Em contrapartida, encontramos contratos de aprendizagem para o ramo de *biadaiole*, mercador profissionalizado no comércio de cereais, com duração de um a dois anos.¹⁴⁶ Nos três casos, a formação no interior da oficina de trabalho significava um tipo de especialização mais acessível e menos onerosa quando comparada à frequência do *studium* de medicina ou de leis.

Os níveis de riqueza dessas categorias profissionais qualificadas tendiam a se aproximar dos *maestri*, e se distanciar dos trabalhadores sem qualificação. Apesar de 1/4 dos chefes de família que se apresentavam como *corregiai*, gestores de uma oficina de manufatura, não apresentarem riqueza suficiente para tributação, mais da metade dos

¹⁴⁵ **Statuti dele Arti dei Fornai e dei Vinattieri di Firenze (1337-1339)** (ed. Morandini), Firenze: Olschki, 1956, rubrica 16, p. 12-13.

¹⁴⁶ Matteo di Biliotto, **Imbreviature** (ed. Sznura e Soffici), vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 690, p. 653-654, e minutas 268, p. 256-257.

demais chefes de família dessa categoria profissional apresentavam condições de vida próspera (gráfico 2.4). Assim, 30% foram taxados entre 104 a 501 florins, e 25% entraram na faixa que vai de 502 a 1.304 florins. Um percentual pequeno, mas significativo (10%) conseguiu alcançar o grau mais alto de riqueza tributável. Os trabalhadores que detinham do controle de uma unidade de produção perfaziam os estratos médios e altos de riqueza da Florença medieval.

Gráfico 2.4. Distribuição de chefes de família *corregiai* por nível de riqueza tributável em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Gráfico 2.5. Nível de riqueza tributável dos *biadaioli* em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

A mensuração das tendências de nível de riqueza dos *biadaioli* se comporta de forma parecida, apresentando, no entanto, algumas singularidades interessantes. Se os artesãos qualificados, chefes de oficina, tendiam para os níveis médios, a renda dos comerciantes de cereais tende para os estratos mais baixos da tributação. Assim, 27% foram classificados entre aqueles destituídos de qualquer riqueza tributável. Enquanto 35% dos mestres de oficina conseguiram alcançar os dois estratos mais ricos, 15% dos *biadaioli* obtiveram o mesmo sucesso.

Todos os gráficos sugerem a importância do protagonismo individual na sociedade medieval. Os diferentes níveis de riqueza alcançados pelos *biadaioli*, por exemplo, sugerem diferentes capacidades de aproveitamento das oscilações do mercado de cereais. Do ponto de vista dos assalariados (*manovali*), os dados confirmam a noção de que o salário e a remuneração, no período, ao contrário de serem percebidos como um direito da categoria profissional¹⁴⁷, flutuavam de acordo com quatro fatores. Em primeiro lugar, as conjunturas de baixa ou alta salarial, ocorridas no século XIV.¹⁴⁸ Em segundo lugar, as diferentes negociações entre contratadores e contratados. A existência dos arranjos pessoais diretos se torna evidente quando comparamos dois contratos de aprendiz de uma mesma categoria social. No primeiro exemplo, o contrato do ano de 1294 estabelece dois anos de trabalho e de formação como aprendiz, em troca de 9 libras, através de dois pagamentos – ao término do primeiro ano, 6 libras, e o restante na metade do segundo ano:

Dinus condam Donati Milote Populi Sancte Marie Ugonis posuit et locavit patto Brunum filium suum, ibidem presentem et recipientem, cum Bonaffede Melliorati blavaiolo ad ipsam artem spettantia addiscendam, serviendam et operandam omnibus expensis dicti Dini hinc ad duos anos proxime venturos, et promisit se fatturum quod dictus Brunus stabit, serviet et operabitur in dicat arte et mistério dicte artis (...). Quapropter dictus Bonaffede promisit eidem Dino dictum Brunum pro suo discipulo tenere et eum bona fide docere et eidem Dino dare et solvere pro salario et mercede dicti Bruni, in dicto termino duorum annorum et pro ipso tempore, l. novem bonorum f. p. hoc modo, faciendo solutionem l. sex f. p. ex ipsa summa hinc ad unum annum, et residuum, scilicet três l., medio secundo anno”.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Cf. Balestracci, “Li lavoranti non cognosciuti”, in **Bullettino senese di storia patria**, Siena: Accademia Senese degli Intronati, 1977, p. 85.

¹⁴⁸ Para um estudo serial da evolução da conjuntura em Florença, Charles de La Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 267-380.

¹⁴⁹ Matteo di Biliotto, **Imbreviature** (ed. Sznura e Soffici), vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 690, p. 653-654.

O segundo contrato, de 1295, estabelece apenas um ano de treinamento, em troca de 4 libras de remuneração para o aprendiz:

Cinius filius Maphei Populi Sancti Fridiani pacto posuit et locavit Nuccium filium suum, ibidem presentem, cum Michele Spinelli blavaiole de Foro Veteri ad artem blavi adiscendam et operandum in termino et per terminum continuum hinc ad unum annum proxime venturum pro salario l. quattuor f. p. in dicto terminum. De quibus fuit confessus se in antea in habuisse s. quadraginta f. p.¹⁵⁰

Na ausência de qualquer conceito de “ piso salarial”, os acordos individuais entre contratadores e empregados era um fator decisivo nos diferentes valores salariais. Um terceiro fator de variação salarial, referente tanto a trabalhadores qualificados como não qualificados, parece ter decorrido da valorização da habilidade e do poder de trabalho individual. Essa parece ter sido a norma na Paris medieval¹⁵¹; mas referências sugerem que a mesma lógica predominou na Toscana. A respeito do Hospital de Santa Maria della Scala, na Siena de 1344-45, Duccio Balestracci encontrou três níveis salariais diferentes para os empregados que trabalhavam no estábulo; cinco empregados receberam, por dia, uma remuneração entre 7 a 9 *denari*; dois empregados receberam entre 10 e 12 *denari*; e finalmente três empregados receberam entre 13 a 15 *denari*. Entre os últimos, estava Antonio di Lullo, responsável por cuidar dos cavalos do reitor, autoridade máxima do Hospital.¹⁵² Entre os trabalhadores da construção de Florença, entre 1320 e 1346, a remuneração individual oscilava entre 2 a 6 *denari*, diferença importante.¹⁵³ É bem possível que mesmo entre as categorias sociais que prescindiam de aprendizado, trabalhadores experientes e habilidosos recebessem remuneração mais alta.

O quarto fator de variação da remuneração se refere às diferenças de gênero. O menor valor da remuneração feminina parece ter sido uma constante. Na construção de uma vala de irrigação em Gamarra, próximo de Pavia, entre 1475 e 1476, o serviço pesado e não qualificado contou com a contratação de 640 pessoas; a média salarial dos 359 homens foi de 3 *soldi* por dia, enquanto a média salarial das 281 mulheres contratadas foi

¹⁵⁰ Matteo di Biliotto, **Imbreviature** (ed. Sznura e Soffici) , vol. 1, Firenze: Sismel, 2016, minutas 268, p. 256-257.

¹⁵¹ Bronislaw Geremek, **Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIII-XVe siècles**, França: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992.

¹⁵² Balestracci, “Li lavoranti non cognosciuti”, in **Bullettino senese di storia patria**, Siena: Accademia Senese degli Intronati, 1977, p. 89-91.

¹⁵³ Charles de La Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 326.

66% menor, de 2 *soldi* diários.¹⁵⁴ Já a referida construção do aqueduto de Fontebecci, entre 1340-42, na cidade de Siena, empregou 25 mestres de construção, e, para o trabalho pesado e não qualificado, 326 homens com remuneração média de 4 *soldi*, e 53 mulheres, com remuneração média de 2 *soldi* (50% inferior).¹⁵⁵ O corte de gênero era um fator decisivo no interior da remuneração no universo do trabalho.

Esses quatro fatores resultavam em uma distribuição da riqueza social profundamente heterogênea. Alessandro Stella, trabalhando com os dados do *estimo* de 1352, trabalhou com onze diferentes níveis de riqueza dos chefes de família (gráfico 4.6). Já vimos, no gráfico 2.1, que quase 1/4 dos *maestri*, a despeito da formação e da tendência dessa categoria social em ocupar os estratos mais altos da apropriação da riqueza social, não tinham renda e bens tributáveis. Ao contrário, alguns poucos *manovali* conseguiram alcançar riqueza entre 66 e 501 florins (gráfico 4.3). Os mesmos gráficos, no entanto, mostram os limites do protagonismo individual diante das estruturas econômicas. Se o descenso se manifestava de forma mais democrática, atingindo *maestri*, *biadaoli*, *manovali* e *corregiai*, a possibilidade de acumular as grandes fortunas inexistia para os trabalhadores não-qualificados, era radicalmente diminuta para um mercador de cereais, e razoavelmente acessível para um *maestri*. A estrutura do universo do trabalho da sociedade florentina criava margens de atuação para o protagonismo individual, inserindo fluidez à toda sociedade e gerando possibilidades de mobilidade social (descenso ou ascensão). Seja como for, todos os indicadores apontam para uma sociedade caracterizada pela radical desigualdade nos níveis de riqueza.

¹⁵⁴ M. Paola Zanoboni, “Donne al lavoro nell’edilizia medievale”, in *Archivio Storico Italiano*, vol. 172, n. 1 (639), 2014, p. 109-132.

¹⁵⁵ Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in *Bullettino senese di storia patria*, Siena: Accademia Senese degli Intronati, 1977, p. 107-111.

Gráfico 2.6. Distribuição da riqueza no bairro de Nicchio, em Florença, em 1352.

A distribuição dos chefes de família é feita em 11 diferentes níveis de riqueza, do mais baixo ao mais alto. Em branco, o percentual dos chefes de família registrados; em preto, a contribuição fiscal de cada nível. Fonte: Alessandro Stella, “Fiscalità, topografia e società a Firenze nella seconda metà del Trecento”, in *Archivio Storico Italiano*, n. 151, 1993, p. 829.

A amostragem do *catasto* de 1427, porém, pode ser enganosa no tocante a três questões. Em primeiro lugar, os dados obtidos se referem à sociedade florentina do século XV, que passou por dois processos de mudanças estruturais, quando comparada à centúria anterior. O primeiro processo decorre da ruptura demográfica ocasionada pelos inúmeros ciclos de peste que atingiram Florença (1340, 1348, 1363, 1374, 1399-1400, 1417 e 1424). A população urbana, que havia alcançado cerca de 125.000 habitantes na década de 1320, decaiu para menos de 35.000 após a Peste Negra de 1348, alcançou cerca de 55.000 pessoas em 1380, e regrediu novamente para cerca de 38.000 habitantes em 1427. O *contado*, que, na primeira metade do século XIV, apresentava uma população de cerca de 400.000 pessoas, não continha um número superior a 126.000 em 1427 (tabela 2.4).

Tabela 2.4. Transformação da estrutura demográfica da República de Florença entre os séculos XIV e XV.

	Cidade	Contado	Total
1320-1330	125.000	400.000	575.000
1380	55.000		
1427	38.000	125.000	163.000

Fonte: John Najemy, *A History of Florence (1200-575)*. Malden: Blackwell Publishing, 2006, p. 96-100.

O universo de alta densidade demográfica foi substituído por um povoamento mais esparsa, possibilitando o acesso maior à propriedade. É provável que o valor da terra

tenha caído em termos relativos¹⁵⁶; em todo caso, é certo que os salários passaram por um aumento importante.¹⁵⁷ Não podemos, portanto, nos fiar no *catasto* de 1427 para estabelecer um percentual da sociedade florentina que era proprietária de terra que seja verossimilhante à sociedade existente na primeira metade do século XIV. Como veremos, a posse fundiária era determinante para a composição da demanda alimentar. Nesse quesito, podemos nos aproximar somente pela reflexão e pelo uso controlado dos poucos dados existentes.

O segundo processo de transformação se refere ao lento desaparecimento da maciça produção têxtil. Em primeiro lugar, o nível de urbanização caiu, e, no dizer de Giovanni Cherubini, a Toscana posterior à Peste Negra passou por um processo de ruralização.¹⁵⁸ A cidade operária da primeira metade do século XIV foi substituída por uma relação mais equilibrada entre o número de artesãos que dirigiam uma oficina e o número de trabalhadores que precisavam vender ou arrendar sua força de trabalho. Tanto é assim que a transformação demográfica ocorreu de forma concomitante com o processo de declínio da indústria da lã; a permanência de forte produção de tecidos de luxo, no século XV, voltada para exportação, empregava um número bastante inferior de mão de obra quando comparada à manufatura lanífera.¹⁵⁹ Não é possível, a partir do *catasto* de 1427, estabelecer uma relação adequada entre o número de artesãos chefes de oficina, e que ocupavam os estratos prósperos de riqueza, com o número de trabalhadores não qualificados. Assim, o censo do século XV mostra uma sociedade com bom acesso à propriedade, e com uma forte presença de famílias artesãs e chefes de oficinas que ocupavam os estratos médios da população. Essa imagem dificilmente pode ser transportada para a primeira metade do século XIV, quando a expansão demográfica pressionava para alto o valor da terra e para baixo os níveis salariais, diminuindo o número de proprietários em relação a não proprietários¹⁶⁰; e os setores mais dinâmicos da economia multiplicavam postos de trabalho que prescindiam de treinamento e tinham pior remuneração.

¹⁵⁶ Pretendo analisar a questão no futuro, quando tiver oportunidade de estudar com maior atenção o século XV.

¹⁵⁷ Charles de La Roncière, *Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)*, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 326.

¹⁵⁸ Giovanni Cherubini, *Scritti toscani: l'urbanesimo medievale e la mezzadria*, Firenze: Salimbene, 1991, p. 13 – 34.

¹⁵⁹ Hidetoshi Hoshino, *L'arte della Lana in Firenze nel Basso Medioevo*, Firenze: Olschki, 1980.

¹⁶⁰ Charles de La Roncière, *Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)*, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 257-461.

O problema do acesso à propriedade manifesta outro problema do *catasto* de 1427, referente às categorias profissionais do artesanato e da manufatura. Quando realizamos uma análise da faixa etária dos nomes registrados, os dados resultam em uma pirâmide invertida.

Gráfico 2.7. Faixa etária dos chefes de família *corregiai* em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Gráfico 2.8. Faixa etária dos chefes de família *biadaioli* em 1427.

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Tanto a análise dos dados obtidos para os profissionais da manufatura de couro (gráfico 2.7), quanto para os mercadores de cereais (gráfico 2.8), mostram o predomínio de homens com idade superior a 40 anos. Trata-se, provavelmente, de uma amostragem oposta à estrutura demográfica do período. Será possível, a partir daí, afirmar que o *catasto* tende a flagrar os trabalhadores que possuíam e gerenciavam uma oficina de trabalho, e deixar na sombra os trabalhadores mais jovens, obrigados a se empregar, como aprendizes ou oficiais, nas oficinas de outrem? Não parece haver dúvidas de que o censo de 1427 não é um instrumento adequado para registrar situações análogas às aquelas que encontramos no Hospital de Santa Maria della Scala, com emprego de pessoas que passavam a residir na instituição, se tornando dependentes (e não chefes de residência), e sem possibilidade de contribuição para o fisco. Por outro lado, talvez seja pertinente, à Florença de 1427, a imagem de uma sociedade constituída por um equilíbrio relativo entre artesãos, donos de oficina, de nível de renda próspero, e trabalhadores não-qualificados e sem riqueza. Ao contrário, indícios apontam que, no século XIV, existia um claro predomínio populacional do último grupo em relação ao primeiro. No início do *Trecento*, quando a cidade possuía entre 100.000 a 125.000 habitantes, e se encontrava no auge da produção têxtil, as 21 corporações de ofício de Florença, que congregavam empresários, banqueiros e artesãos qualificados, contavam com cerca de 8.000 a 9.000 membros.¹⁶¹ No entanto, em 1378, durante o Governo dos Ciompi, foi permitido aos trabalhadores da sem qualificação se organizarem; estima-se que a nova corporação estreou com 9.000 pessoas.¹⁶² Em um período em que a cidade contava com cerca de 55.000 habitantes, 16,3% da população se identificava como trabalhadores manuais sem qualificação. Na década de 1320, se o percentual fosse semelhante, a população trabalhadora não-qualificada aproximava-se de 21.000 pessoas, número modesto se recordamos as estimativas de Giovanni Villani – para quem, como vimos, a indústria da lã empregava 30.000 pessoas.¹⁶³ Podemos estimar que, na primeira metade do século XIV, a produção, em termos relativos, fosse superior ao quarto final do mesmo século. Ademais, na conta de Villani, participavam empregadores, chefes de oficinas, o trabalho feminino doméstico de fiandeiras, e uma miríade de mercadores e revendedores do produto final. Ainda que seja impossível, para os anos de 1284 a 1340, estabelecer numericamente a quantidade da

¹⁶¹ John Najemy, **Corporatism and consensus in Florentine electoral politics, 1280-1400**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1982, p. 10-12.

¹⁶² Niccolò Rodolico, “Note Statistiche su la popolazione fiorentina”, **Archivio Storico Italiano**, vol 30, n. 228, 1902, p. 241-274.

¹⁶³ G. Villani, **Nuova Cronica**, Parma: Einaudi, 1991, liv. 12, cap. 94, p. 1352.

população urbana de Florença destituída de propriedades fundiárias, e que, portanto, não tinham acesso direto ao trigo, os indícios nos possibilitam pensar que um número importante dos habitantes da cidade era destituído de posses. Essas considerações sobre a radical desigualdade de riqueza, e o número importante de trabalhadores urbanos destituídos de propriedades fundiárias nos permite, finalmente, passar para a análise da composição da demanda do mercado de trigo.

2.3. As razões da moeda.

Até agora, a documentação tem nos permitido esboçar, para o período de 1284 a 1340¹⁶⁴, a imagem de uma Florença efervescente, polo de migração rural constante, apinhada de oficinas de trabalho e de obras de construção e reconstrução, constituída por um grande número de categorias profissionais, com diferentes formas e níveis de remuneração e de riqueza. Em relação ao mercado de trigo, essa população formava um poder de compra volátil, ou seja, *poder de compra* por se expressar em meios monetários, e *volátil* porque as oscilações do preço de trigo redimensionavam constantemente o estrato populacional que tinha capacidade ou interesse de frequentar o mercado.

O ateliê monetário florentino trabalhava incessantemente para providenciar à sociedade um volume de moedas capaz de atender à multiplicação das atividades econômicas. A cidade beneficiava-se de reformas monetárias ocorridas no século XIII, que passara a produzir tanto em espécies de ouro – o florim –, quanto em espécies de prata voltadas às transações cotidianas. Em 1338, o sistema monetário possuía quatro tipos de moedas (cf. tabela 2.5). Paulatinamente, a moeda de ouro, de maior valor (tanto intrínseco como nominal), passou a ser utilizada principalmente nas transações do comércio internacional, saldando grandes volumes de transação: como vimos acima, a totalidade do comércio de tecidos é calculada por Giovanni Villani em termos de moeda de ouro (mais de um milhão de florins).¹⁶⁵ Ao contrário, nos estatutos florentinos do período, os diversos valores mencionados (referentes a salários, taxas e penalidades) referem-se, em geral, às moedas de prata, de menor valor.¹⁶⁶

¹⁶⁴ A década de 1340 foi um período de problemas contínuos: peste em 1340, sucessão de falência das grandes companhias em 1344, crise de abastecimento em 1346-47, peste de 1347-1348.

¹⁶⁵ Durante o século XIII, a maior parte das transações do comércio internacional não eram saldadas em moedas, mas em barras de prata. No século XIV, o *florin* passou a dominar nessas trocas de longa distância. Spufford, *Money and its use in Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁶⁶ Alguns exemplos retirados de *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. Caggese), Firenze: Tipografia Galileiana, 1910: “qui marescalcus et notarius inter ambos possint accipere pro quolibet equo quem extimaverint denarios duodecim fiorino piccolo et non ultra, sub pena librarum decem fiorino piccolo” (cap VI, p. 16); “nullus tallis offitialis extraordinarius habeat salarium ultra tres libras fiorino

Tabela 2.5. Sistema monetário de Florença em 1338

Moeda	Metal	Equivalência em <i>denari</i> (1338)
Florim	Ouro	+/- 744 denari
<i>Grosso</i>	Prata	30 denari
<i>Quattrino</i>	Prata	4 denari
<i>Denari Picciolo</i>	Prata	1 denari

Fonte: Carlo Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. 20.

Na primeira metade do século XIV, o mercado monetário se consolidou em escala internacional. Trata-se de um jogo comercial labiríntico, que torna árdua a investigação; é bastante difícil acompanhar a oscilação do valor dos tipos de moedas em circulação, discernir as razões da formação de preço das espécies, perceber as regras dos jogos de especulação e as margens de lucro dos cambistas. A questão é importante porque o mercado de trigo estava irremediavelmente entrelaçado ao mercado monetário, como tentaremos ver mais adiante. Ademais, o preço da moeda está no epicentro do debate sobre a comercialização da sociedade: a existência de moedas mais baratas era determinante para o maior acesso da população às trocas comerciais.

O mercado monetário era influenciado, no mínimo, por seis fatores. Primeiro, a existência de duas bases metálicas sofria a influência da contínua oscilação do valor intrínseco (ouro ou prata) das diferentes espécies – a chamada razão ouro/prata. Durante a primeira metade do século XIV, o câmbio entre os metais preciosos oscilou entre 10 a 15 gramas de prata por 1 grama de ouro, uma razão, portanto, de 1:10 a 1:15.¹⁶⁷ As mudanças da razão ouro/prata parecem estar inteiramente ligadas ao segundo fator decisivo: a fragmentação política da Península Itálica. É possível, para o século XIV, estabelecer dois tipos de oscilação: a cotidiana e a conjuntural. A documentação aponta que os preços da moeda, assim como de qualquer outro produto do período, não eram

piccolo pro quolibet mense” (cap. VIII, p. 17); “Provisum est quod nullus portator vel portatrix de scalis portet vel tollat a platea Orti Sancti Micaelis ultra duos starios frumenti (...) sine licentia sex de blado, sub pena solidorum centum *fiorino piccolo*” (cap. XVII, p. 31). Não creio que essas referências ao “fiorino piccolo” obriguem à utilização do *denari*, mas sim ao sistema de conta assentado nas moedas de prata, e que contam com a participação de três espécies monetárias (*denari picciolo*, *quattrino* e o *grosso*). Carlo Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. 20-28.

¹⁶⁷ Entre 1290 e 1335, o ouro passou por uma valorização contínua em relação à prata. A partir daí, a razão ouro/prata passou por uma lenta reversão; a partir de 1345, uma queda brusca lançou-a para 1:11, chegando a 1:10,5 em 1347. Carlo Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. 15-20.

monolíticos, mas sofriam de margens constantes de flutuação. Assim, o preço do ouro, maior ou menor em relação à prata, acontecia sobretudo na passagem de uma unidade política à outra – as diferentes Repúblicas de Siena, Lucca, Florença, Pisa, para não sair da Toscana, formavam diferentes zonas de razão ouro/prata. Uma alta da prata em Siena abria uma janela de oportunidades para os profissionais do mercado monetário das Repúblicas vizinhas; o afluxo de moedas tendia a reequilibrar a razão ouro/prata entre as comunas, ou a transmitir em cadeia as oscilações do valor (uma alta do ouro em Florença seguida por alta em Lucca, Pisa, Siena). A fragmentação política, portanto, ocasionava uma oscilação cotidiana na razão ouro/prata, em geral acarretando modificações de pequeno valor.

O terceiro fator que incidia sobre o mercado de moedas e sobre os preços de cada espécie se refere aos níveis de produção de metais preciosos. É bem possível que o início da exploração das minas de Freiberg, em 1160, tenha funcionado como um divisor de águas na quantidade de prata existente em circulação no continente europeu; durante um século, a região manteve uma extraordinária média de produção de 4 toneladas ao ano.¹⁶⁸ Durante todo século XIII, outras regiões tiveram produção importante, embora em volume menor do que as minas de Freiberg. Na Toscana, a Colline Metallifere produziu prata entre 1160 e 1250, quando colapsou¹⁶⁹; a partir de 1250, em Argentiera, na Sardenha, a extração esteve sobre controle da República de Pisa, até o declínio em 1340¹⁷⁰; em 1274, na Calábria, as minas de Longobucco geravam pouco menos de uma tonelada por ano.¹⁷¹

A produção de ouro no continente começou na virada para o século XIV. Em Kutná Hora, na Bohemia, entre 1298/1300 até 1338, uma espetacular produção manteve um ritmo de cerca de 20 a 25 toneladas/ano.¹⁷² Durante o mesmo período, mas em escala inferior, as minas de Kremnica, na Hungria, estiveram ligadas ao desenvolvimento de Ofen (Buda), que se tornaria o principal centro comercial no Danúbio.¹⁷³

¹⁶⁸ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 109-113.

¹⁶⁹ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 115 e 188.

¹⁷⁰ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 120-121.

¹⁷¹ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 123.

¹⁷² P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 124-126.

¹⁷³ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 267-270.

O nível de produtividade na mineração gerava oscilações de caráter conjuntural que atingiam todo o continente, afetando tanto a razão ouro/prata quanto o preço das espécies. O declínio na extração de prata, durante o século XIV, se manifestou em aguda escassez na produção de moedas no quarto final dessa centúria; a paralisação completa da cunhagem de espécies argentíferas ocorreu em Florença em 1393, em Lovaina (Leuven) e Mechelen, na região holandesa, em 1392 e em 1395, respectivamente.¹⁷⁴ Em 1396, a República de Veneza proibiu a exportação de espécies de prata visando impedir a escassez interna. Apenas com o aumento da produção de minas da Sérvia, no início do século XV, a situação foi revertida; a cunhagem de espécies de prata foi retomada em Florença em 1402, em Gênova em 1407, e Veneza suspendeu a proibição de exportação de espécies e de prata em 1407.¹⁷⁵

A primeira metade do século XIV funcionou como uma ótima janela para a cunhagem, do ponto de vista da quantidade de metais preciosos em circulação. A cronologia da produção mineira indica a existência de um acúmulo constante durante o século anterior, e, embora seja pouco crível estipular estimativas da totalidade de espécies disponíveis, inúmeros indícios apontam para uma grande quantidade de dinheiro circulando na economia europeia. Entre 1279 e 1281, de 120 a 150 milhões de *pennies* (prata) foram recunhados na Inglaterra, auge de uma produção monetária que não seria superada na história inglesa até o período das guerras napoleônicas.¹⁷⁶ Em 1257, uma única embarcação de Pisa, retornando da Sardenha, foi saqueada por genoveses, resultando na captura de 5 toneladas de prata.¹⁷⁷ Em 1296, a arrecadação do dízimo na Toscana alcançou a soma de 21.047 *liras* e 7 *soldi*, resultando na mobilização de grande quantidade monetária – nesse ano, 1 florim florentino valia 40 *soldi* e 6 *denari*, e um *guelfo* (espécie de prata) apenas 28 *denari*.¹⁷⁸ Finalmente, o fisco da República de Florença arrecadou, em 1240, uma quantidade monetária em torno de 26.000 *liras*; em 1343, a arrecadação havia saltado para a casa de 942.000 *liras*; descontado o aumento no valor nominal do ouro, o Estado coletou uma quantidade monetária onze vezes maior,

¹⁷⁴ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 349.

¹⁷⁵ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 350.

¹⁷⁶ “It is astonishing to realise that the weight of silver generally minted each year in the thirteenth-century England was not regularly exceeded until after the Napoleonic Wars”, P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 204-205.

¹⁷⁷ P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 119.

¹⁷⁸ A exposição completa dos dados do dízimo está em John Day, “La circulation monétaire en Toscane en 1296”, in **Annales**, Paris, n. 5, 1968, p. 1054-1066.

índice superior ao crescimento da arrecadação e dos meios de pagamento da Inglaterra durante um século de Revolução Industrial (1811-1913).¹⁷⁹

Fernand Braudel defendeu a tese de que a análise econômica das sociedades europeias, existentes entre os séculos XIV a XVIII, pode ser bastante frutífera ao ser decomposta três camadas: o estrato da vida cotidiana, o estrato intermediário das relações de mercado, e um estrato superior do capitalismo.¹⁸⁰ É interessante notar que a reflexão sobre as moedas é localizada no espaço concedido à compreensão do nível mais elementar das estruturas econômicas – o estrato da chamada “civilização material”.¹⁸¹ A moeda, para Braudel, é um elemento tão cotidiano como o trabalho da agricultura ou a necessidade de vestuário. Essa participação do fato monetário na vida social cotidiana também pode ser defendida como um dado da Revolução Comercial dos séculos XIII e XIV. Retornando aos dízimos trienais colhidos pela corte papal, na Toscana entre 1295 e 1304, a coleta foi realizada a partir de 4.332 entidades eclesiásticas disseminadas por espaços urbanos e rurais: 3.040 igrejas, 455 paróquias, 170 canonicatos, 223 monastérios, 179 hospitais, 38 ermidas, 123 prebendas e 15 obras pias.¹⁸² A presença do florim, moeda de ouro cunhada por Florença, ocorreu muito além do território florentino, constituindo a espécie mais valiosa na coleta das entidades eclesiásticas situadas nas Repúblicas de Lucca, Pisa e Siena.¹⁸³ As moedas de prata coletadas foram cunhadas por treze diferentes unidades políticas: Florença, Siena, Volterra, Nápoles, Sicília, Veneza, Pádua, Cortona, Bologna, Ancona, Ravena e Roma, além do *gros tournois* produzido na França.¹⁸⁴ Aqui se apresenta o quarto fator que incidia sobre o mercado e a circulação de moedas: a maior ou menor capacidade de atração monetária dos centros comerciais. Uma breve comparação entre a República de Lucca e a região de Massa Marítima, pertencente a Pisa, serve para esclarecer esse ponto. Enquanto Lucca participava dos circuitos comerciais de longa distância, sediava companhias comerciais importantes no mercado de crédito internacional, se caracterizando como um centro comercial de alta voltagem¹⁸⁵, Massa

¹⁷⁹ Nesse período, a arrecadação e os meios de pagamento cresceram cerca de sete vezes. P. Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 262.

¹⁸⁰ Fernand Braudel, **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**, 3 vol, Paris: Armand Colin, 1980. A decomposição em três camadas de análise não apenas organiza os três volumes, como também dá título à obra.

¹⁸¹ Fernand Braudel, **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**, vol 1, Paris: Armand Colin, 1980, p. 399-438.

¹⁸² John Day, “La circulation monétaire en Toscane en 1296”, in **Annales**, n. 23, 1968, p. 1054.

¹⁸³ John Day, “La circulation monétaire en Toscane en 1296”, in **Annales**, n. 23, 1968, p. 1057.

¹⁸⁴ John Day, “La circulation monétaire en Toscane en 1296”, in **Annales**, n. 23, 1968, p. 1062-1063.

¹⁸⁵ Thomas Blomquist, **Merchant families, banking and money in medieval Lucca**, Aldershot: Asghate Variorum, 2005.

Marítima, não muito dissemelhante em termos de tamanho espacial, era uma região rural pouco urbanizada e destituída de firmas ativas no mercado mediterrânico.¹⁸⁶ No território de Lucca, as entidades eclesíásticas recolheram nove diferentes espécies monetárias de prata, produzidas em Florença, Siena, Volterra, Nápoles, Veneza, Pádua, Cortona (ou Bologna), Ravena e França.¹⁸⁷ Em contrapartida, o dízimo em Massa Marítima coletou apenas três tipos de moedas de prata, produzidas em Nápoles, Veneza e França. O fato de Lucca ser um centro comercial enredado nas malhas de comércio do Mediterrâneo funcionava como um ímã de atração de moedas e metais preciosos, resultando em uma massa de liquidez maior quando comparada à região de Massa Marítima. A maior ou menor capacidade comercial influenciava diretamente no nível de monetarização do tecido social.

Quadro. 2.2. Principais espécies de ouro europeias cunhadas no século XIII

Unidade Política	Data de criação	Espécie	Peso
Reino da Sicília	1231	<i>Augustale</i>	5,28 gramas
República de Gênova	1252	<i>Genovino</i>	3,52 gramas
República de Florença	1252	Florim	3,53 gramas
República de Veneza	1284	Ducado	3,56 gramas

Fonte: Carlo Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. XI-XII.

Quadro 2.3. Novas espécies de prata criadas na Itália, denominadas *grosso*.

República	Data de criação	Valor nominal	Peso
Gênova	Final do séc. XII	4 <i>denari</i>	1,4 gramas
Veneza	1202	12 <i>denari</i>	2,2 gramas
Siena	1220/30	12 <i>denari</i>	1,7 gramas
Pisa	c. 1227	12 <i>denari</i>	1,7 gramas
Verona	c. 1230	20 <i>denari</i>	1,7 gramas
Parma	c. 1230	4 <i>denari</i>	1,7 gramas
Bologna	Antes de 1233	12 <i>denari</i>	1,5 gramas
Florença	1230/40	12 <i>denari</i>	1,7 gramas

Fonte: Carlo Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. X.

¹⁸⁶ David Herlihy, **Pisa in the Early Renaissance**, New York: Yale University Press, 1958.

¹⁸⁷ John Day, “La circulation monétaire en Toscane en 1296”, in **Annales**, n. 23, 1968, p. 1062-1063. É impossível identificar se uma contribuição de 64 *liras*, 11 *solidi* e 3 *denari* foi feita por moedas de Cortona ou de Bologna.

O quinto fator determinante tanto para a estabilidade, quanto para a oscilação de valor do curso monetário, estava na política. Uma vez que o Estado era o responsável pelo controle da cunhagem, as deliberações dos atores políticos eram determinantes na escolha dos pesos, da qualidade (valor intrínseco) e do valor nominal das espécies. Nesse particular, as Repúblicas italianas mantiveram uma administração eficaz, passível de ser entrevista no conjunto de reformas monetárias realizadas no século XIII. Como referido acima, espécies de ouro passaram a ser cunhadas (quadro 4.2); mas, também, as comunas decidiram consolidar novos tipos de prata, adaptadas para as transações de menor valor (quadro 4.3). Não há indícios de que os agentes políticos tenham procurado obter ganhos de arrecadação fiscal com a desvalorização forçada da moeda, estratégia que, durante o século XIV, foi praticado, por exemplo, pela monarquia de Portugal, desorientando o sistema de preços e causando um “falso” movimento inflacionário.¹⁸⁸

A política de cunhagem regular assentada sobre três tipos de metais preciosos dependeu, decerto, do acúmulo secular da produção de metais preciosos na Europa e na África, e da força de atração comercial das comunas italianas. Assim, por exemplo, parte importante do ouro cunhado no continente europeu era produzido na África subsaariana, e obtido comercialmente nos terminais portuários do Mediterrâneo.¹⁸⁹ Entretanto, a importância dada à manutenção de circulação de espécies de primeira qualidade parece ter sido um valor político, não destituído da defesa dos interesses econômicos da elite mercantil da República de Florença. Isso é evidente quando observamos a reação das autoridades públicas quando a escassez de metais preciosos acometeu a cidade. A década de 1340 parece ter representado uma diminuição na oferta de prata para os ateliês monetários italianos, talvez em decorrência do profundo declínio de produção das minas da Sardenha.¹⁹⁰ Giovanni Villani narra como, em 1345, Florença, atingida pela escassez, reagiu cunhando uma nova moeda, de alto valor nominal, no intuito de atrair esse metal

¹⁸⁸ Diz o cronista Fernão Lopes: “Quando el-rei D. Fernando reinou e começou a guerra com el-rei D. Henrique, sem prazimento dos povos do reino, nem o fazendo saber a prelados, nem outro nenhum consentimento, mudou as moedas todas, assim d’ouro como de prata, e fez outras novas quejandas lhe prouve (...). Correndo estas moedas que tendes ouvido, e posto el-rei em pas como dissêmos, agravaram-se os povos a elle, dizendo que, por azo das muitas moedas de desvairadas leis e preços, que em sua terra havia feitas como lhe prouvera, eram as cousas postas em grandes e desordenados preços, muito mais do que guisadamente deviam valer; além d’isto, que as gentes simples eram muito enganadas com ellas, tomando umas moedas por outras”. Fernão Lopes, **Chronica de El-Rei D. Fernando** (ed. Cordeiro), Lisboa: Escriptorio, 1895, p. 174-177. Nesse caso, o rei passou a cunhar moedas de maior valor nominal, mas de menor valor intrínseco, realizando uma depreciação sutil e que enganava “as gentes simples”.

¹⁸⁹ Peter Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 163-186.

¹⁹⁰ Peter Spufford, **Money and its use in Medieval Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 349.

precioso para a República; o controle rigoroso da boa qualidade das espécies em circulação conduziu à prisão e condenação à fogueira de três falsificadores.¹⁹¹ A escassez havia atingido a razão ouro/prata, resultando na valorização das espécies de prata em relação às espécies de ouro, e em uma situação desfavorável para os grandes mercadores que controlavam o mercado de exportação de tecidos laníferos. Afinal, esses pagavam os trabalhadores em prata e vendiam o produto em ouro; a valorização da prata levava a pagar maiores salários em relação aos lucros obtidos (em ouro). A primeira reação da República não se voltou para a razão ouro/prata, mas buscou remediar a escassez; e as autoridades públicas não hesitaram em cunhar moedas de prata de alto valor nominal, visando atrair esse metal precioso. Entretanto, o mesmo Villani descreve como, no ano seguinte, os grandes mercadores conseguiram manipular a política monetária a seu favor, levando o Estado a realizar uma pequena depreciação da qualidade das novas moedas, dessa vez atuando sobre a razão ouro/prata no interior da República, obtendo como resultado o aumento do valor do florim (ouro).¹⁹² Em contrapartida, movimento contrário ocorreu durante o governo popular dos *Ciompi* (1378-1382); após alguns anos de aumento de valor do florim (1373-78), uma das primeiras medidas dos novos protagonistas políticos esteve ligada à tentativa de redução do valor da moeda de ouro em relação aos demais preços, incluindo o preço das espécies de prata – ou seja, em um movimento contrário ao realizado pelos grandes mercadores, os trabalhadores visaram aumentar a prata em relação ao ouro.¹⁹³ Podemos, assim, retomar o argumento de Carlo Cipolla:

the question of the relative value of the gold florin and the local silver currency was not one of interest only to the bankers and a few big merchants. It was, on the contrary, a question of preeminent general interest with all the potential of causing widespread social tension and unrest.¹⁹⁴

O último fator que influenciava na conjuntura monetária refere-se à participação dos grandes protagonistas econômicos do período, como o Estado e a Igreja. Como referido acima, o dízimo de 1296 arrecadou 21.000 *liras*, e o fisco público de 1343, 942.000 *liras*. O Estado e a Igreja funcionavam como mecanismos de redistribuição da moeda, embora seja difícil estimar com precisão o impacto local nos níveis de liquidez,

¹⁹¹ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, liv. XII, cap. 53, p. 1526.

¹⁹² G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, liv. XIII, cap. 94, p. 1596-97.

¹⁹³ Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. 76-85.

¹⁹⁴ Cipolla, **The monetary policy of fourteenth-century Florence**, Berkeley: University of California Press, 1982, p. 28.

na relação ouro/prata, e no sistema de preços. O estudo de John Day sobre a arrecadação eclesiástica em 1296 mostra que parcela importante do pagamento, mesmo em área rural, foi feito em florim; acaso a coleta teria resultado em um temporário esvaziamento monetário dos vilarejos toscanos? Em todo caso, só encontramos indícios da influência negativa dos grandes protagonistas durante a famigerada e difícil década de 1340, agora referente a uma breve escassez das espécies de ouro, resultante da atuação das principais companhias comerciais de Florença.¹⁹⁵ Novamente é Giovanni Villani quem descreve os acontecimentos. Durante o conflito militar entre Florença e Pisa, em 1342, embaixadores florentinos em Trento, então sob a órbita política do Sacro Império Germânico, receberam do Imperador Ludwig IV uma promessa de apoio militar. A notícia alcançou a corte da monarquia de Nápoles, aliada tradicional de Florença e inimiga do Sacro Império Germânico, e disparou rumores de que Florença trocava suas alianças políticas internacionais, aderindo ao ghibelismo e rompendo relações pacíficas com Nápoles. Esse receio, segundo Villani, fez com que os barões, prelados e homens ricos do reino napolitano corressem para recuperar seus créditos e investimentos nas principais casas bancárias do reino de Nápoles: as companhias florentinas. Diante da súbita obrigação de pagamento, e para evitar a falência, as companhias cobraram seus credores (em Florença) e esvaziaram seus caixas, gerando um fluxo volumoso de florins em direção à Nápoles; como resultado, uma escassez de moedas atingiu a cidade de Florença nesse ano.¹⁹⁶ A pesada operação chegou a quase quebrar o caixa das companhias Acciaiuoli e Bardi, e a quebrar o caixa das companhias Peruzzi, Bonaccorsi, Cocchi, Antellesi, Uzzano, Corsini, Castellani, Perondoli, e “muitos outros mercadores individuais, mestres de ofício e pequenas sociedades, causando grande dano para a prática da mercadoria de Florença, e universalmente para todos os cidadãos”.¹⁹⁷ Entretanto, essa única incidência negativa realizada pelos grandes protagonistas econômicos sobre o nível de liquidez acaba por indicar os efeitos positivos realizados pelos mesmos, durante o período que se estende de 1284 a 1340. Afinal, o evento, ao confirmar a capacidade das companhias em manipular somas monetárias importantes e tecer relações de crédito no mercado de dinheiro

¹⁹⁵ Edwin Hunt utiliza o termo de “super-companhia” para descrever as principais companhias comerciais-financeiras de Florença, nesse período. Para a descrição detalhada de suas atividades, ver. Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 11-75.

¹⁹⁶ Todo o evento é descrito em G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, liv. XII, cap. 138, p. 1414-1415.

¹⁹⁷ “falliro i Bonaccorsi (...), e più altri singular mercatanti e più artefici e piccole compagnie a gran danno e rovina della mercatantia di Firenze, e universalmente di tutti i cittadini”, G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 138, p. 1414-1415.

internacional, pode ser tomada como uma prova de atuação constante dessas mesmas companhia, e mesmo dos “mercadores individuais”, contribuindo para fazer de Florença um imã regular de atração monetária.

É possível perceber o conjunto desses fatores em atuação a partir da análise das atividades de Filippo del Sega, cambista florentino que operou no mercado de dinheiro entre 1314 e 1322. É interessante notar que, pouco antes de suas aventuras no mercado monetário, del Sega sofreu o peso do fisco. Entre os anos de 1310 e 1311, quando a República se via sob a iminência de uma invasão militar, o Estado levantou oito cobranças de imposto (*estimo*), visando terminar às pressas as novas muralhas que protegiam a cidade. Para pagar o Estado e o serviço de um médico (havia adoecido na mesma época), o jovem Filippo del Sega teve de ir ao mercado monetário, e realizou operações de empréstimo para obter a moeda necessária.¹⁹⁸ As operações não acabaram bem, e, em 1312, del Sega foi preso pelo não pagamento de dívidas; foi obrigado a vender parte de sua herança fundiária para quitar o débito e reconquistar a liberdade.¹⁹⁹ Se a construção das muralhas beneficiou com salário e emprego muitos trabalhadores de Florença, teve um impacto negativo sobre as finanças pessoais de Filippo del Sega. Possível ironia do destino, anos depois o mercado monetário se tornou sua principal fonte de renda. Entre 1314 e 1322, o cambista del Sega lucrou com duas atividades fundamentais: o câmbio entre diferentes unidades políticas, e o câmbio entre diferentes espécies monetárias. Podemos ver, aqui, como a fragmentação política da Península Italiana, gerando diferentes zonas monetárias, era utilizada como uma oportunidade de ganho para o cambista; e uma de suas atividades consistia em viajar, em dorso de animal, entre as diferentes Repúblicas, lucrando com diferentes razões de ouro/prata. Muitas vezes Filippo transacionava somente em espécies, o que tornava a viagem perigosa; entre 1317 e 1319, realizou vinte viagens, tendo como destino Perugia, Siena, Arezzo, Berignone, e, sobretudo, Pisa (oito viagens).²⁰⁰ Em outras ocasiões, Sega retornava com letras de câmbio, passíveis de serem resgatadas em Florença, tornando menos perigosa a viagem de retorno; entre 1317 e 1321, realizou doze operações desse gênero, viajando para

¹⁹⁸ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 25-26.

¹⁹⁹ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 26-28.

²⁰⁰ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 38.

Veneza, Pisa e Siena.²⁰¹ Nessas ocasiões, Segá procurava se beneficiar tanto das diferentes razões ouro/prata, quanto da maior ou menor procura, nas diferentes praças comerciais, de diferentes espécies. A tabela 2.6 acompanha a oscilação do preço do florim em duas praças comerciais diferentes: Pisa e Siena.

Tabela 2.6. Oscilação do valor do florim em Pisa e Siena (em *soldi*)

	1314	1315	1316	1319	1320	1321
Pisa	58 s. 6 d.	59 s.	55 s.	58 s.	58 s.	61 s.
Siena		58 s.	58 s.	61 s. (Janeiro) 63 s. (Dezembro)		64 s.

Fonte: Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du trecento: Lippo di Fede del Segá**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 40.

Os anos mais lucrativos para o cambista acontecerem entre 1316 e 1318, quando realizou lucrativas operações de câmbio entre espécies de prata e espécies de ouro; para Charles de La Roncière, as operações estiveram ligadas a um período de instabilidade da política monetária de Florença em relação à moeda de prata. Afinal, entre 1314 e 1318, seis espécies argentíferas se sucederam, e, nesse ínterim, moedas de má qualidade (valor nominal supervalorizado em relação ao valor intrínseco) foram cunhadas em 1316.²⁰² Afinal, a situação se estabilizou em 1318, e o cambista passou a ter pequenas margens de lucro nos dois anos seguintes.²⁰³ Ao cabo, Filippo del Segá optou por uma nova empreitada, buscando outra zona comercial de atuação: em 1320, após uma pequena estadia em Veneza, o florentino viajou para a ilha de Chipre, se aventurando por cerca de dois anos no mercado monetário do Mediterrâneo Oriental.²⁰⁴

A carreira de Segá nos mostra como diferentes fatores atingiam o nível de liquidez da sociedade de Florença, mas indica, também, um sistema monetário pleno e dinâmico. A moeda era um fato comum na vida social da Florença do século XIV, e, a despeito das oscilações anuais na cunhagem e no valor das diferentes espécies, foi produzida de forma sistemática, e mantida por uma política empenhada em preservar o ambiente econômico favorável aos mercadores e, portanto, à existência dos mercados. Se o acesso à moeda era

²⁰¹ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segá**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 38.

²⁰² Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segá**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 44-45.

²⁰³ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segá**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 64-67.

²⁰⁴ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segá**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 67.

fundamental para a formação de um mercado de trigo, então as evidências reunidas nos permitem afirmar que, no tocante à liquidez, havia uma estrutura madura para permitir a constituição de uma demanda efetiva.

2.4 A desigual circulação monetária e a comercialização da sociedade

Vimos como diferentes níveis de liquidez existiam entre diferentes unidades políticas, influenciando, por exemplo, na formação de diferentes preços do florim entre Siena, Pisa e Florença. Entretanto, naturalmente, diferentes níveis de liquidez podem ser encontrados no interior de cada República. E, aqui, a diferença mais aguda parece se referir à desigual situação do ambiente rural e urbano.

Nos 1499 contratos públicos produzidos pelo notário Matteo di Biliotto, entre 1294 e 1314²⁰⁵, eu pessoalmente²⁰⁶ não encontrei nenhum negócio realizado entre dois cidadãos de Florença que não fossem saldados em espécies monetárias, o que me leva a defender que, no ambiente urbano, as moedas predominavam como instrumentos de troca e reserva de valor. Em uma mostra²⁰⁷ com onze contratos de aluguel de *botteghe* existentes na cidade de Florença, em todos encontramos termos de pagamento estipulados em espécies monetárias.²⁰⁸ Assim, por exemplo, o contrato de aluguel de uma oficina de armaduras estipula o pagamento de 5 *liras* e 10 *soldi* em *fiorino piccolo*:

Andreas Constantini Populi Sancte Marie Maioris locavit ad pensionem Duccio coracçao filio Dini Populi canonice Fesulane ... unum palcum cum camera superius cuiusdam sue domus posite in Campo Corbolini in populo Sancte Marie Maioris... in termino hinc ad unum annum proxime venturum ... Et dictus condutor promisit ... l. quinque et s. decem f.p. dicto termino, faciendo solutionem in medio anno.²⁰⁹

²⁰⁵ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, 2 vols, (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016.

²⁰⁶ Alessandro Stella comenta como é impossível evitar imprecisões, quando o historiador se depara com uma massa documental superior a mil registros. Por exemplo, tanto no *estimo* florentino de 1352, quanto à *prestanza* de 1404, três historiadores contabilizaram três diferentes números para o total de fogos registrados pela documentação. A variação, no entanto, não é significativa, e permite a construção de argumentos. Alessandro Stella, “Fiscalità, topografia e società a Firenze nella seconda metà del Trecento”, in **Archivio Storico Italiano**, n. 151, 1993, p. 816-817.

²⁰⁷ Dada a extensão da documentação, o cálculo exaustivo dos contratos de aluguel de *botteghe* urbanas comprometeria excessivo tempo. Procedemos, portanto, na coleta de uma amostragem.

²⁰⁸ São as minutas de número 30, 88, 111, 141, 229, 238, 317, 645, 827, 906 e 907, em Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, p. 31-32, 84, 103, 137-138, 220-221, 229, 296-297, 611-612, 790-791, 885 e 885-886.

²⁰⁹ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 645, p. 611-612.

Da mesma forma, o aluguel de lojas dos *biadaioli* não era pago em cereais, mas em moedas.²¹⁰ Em ambos casos, tratam-se de artesãos urbanos negociando com proprietários urbanos, em que a monetarização das transações é absoluta. O mesmo não ocorre quando há a participação de um residente em espaço rural. Aqui, encontramos um universo econômico multifacetado, em que os negócios são intermediados pela moeda, pelo trabalho, ou por mercadorias.

O primeiro exemplo diz respeito ao arrendamento de terras cultiváveis. Na Toscana do século XIV, podemos estabelecer dois tipos básicos desse gênero de arrendamento: o *affitto* e a *mezzadria*. No primeiro caso, era estabelecido um cânone fixo de pagamento; no segundo, o arrendatário se comprometia a conceder metade da produção para o proprietário. Ademais, os contratos diferenciavam duas modalidades de propriedade: o *podere* e o terreno agricultável. Nesse último caso, o proprietário arrendava somente o solo para cultivo. Já a palavra *podere* designava uma estrutura agrária completa e complexa, podendo conter edifícios de residência, estábulos, construções destinadas à transformação (de uva em vinho) e ao armazenamento e estoque, estacas para cultivo de vinha, animais de tração, e instrumentos de produção (arado, foices, charrua).

Em uma mostra contendo onze contratos de *affitto*, encontramos três exemplos em que a transação era estabelecida em termos monetários.²¹¹ Por exemplo, em setembro de 1295, Gierardo Baldini arrendou um *podere*²¹² de Cambinus Marabottini de Strinatis pelo valor de 34 *liras* e 10 *soldi*:

Cambinus condam Marabottini de Strinatis locavit et concessit Gierardo condam Baldini populi Sancti Martini la Melsola recipienti... ad affitum unum podere et terras cum domo et fornace et porcile et arboribus positum in populo Sancti Martini predicti ... ad unum annum ... Et idem condutor promisit... eidem dictam terram ... laborare et gubernare ... ex ea arbores non incidere sine licentia dicti locatoris ... et solvere nomine affictus l. triginta quattuor f. p. et s. decem f. p., facendo solutionem medietatem in kalendis augusti et aliam in kalendis novembris sequentis.²¹³

²¹⁰ Ver as minutas 238 e 906, em Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, p. 229 e 885.

²¹¹ Minutas 140, 151, 200, 211, 212, 254, 601, 613, 622, 634 e 782, em Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, p. 136-137, 146, 192, 204-205, 206-207, 242-244, 559-560, 571, 587-588, 601-602, 748-749. Os minutas estabelecidos em termos monetários são o 151, o 211 e o 601.

²¹² A palavra *podere* não designa apenas a terra, mas toda estrutura agrária construída: vinhas, terra limpa e adubada, edifícios para residência e armazenamento, estábulo, ferramentas, e geralmente um plantio misto de cereais, azeite e vinho. No exemplo citado logo abaixo, o *podere* possui também um forno, um chiqueiro, e uma área arbórea.

²¹³ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 601, p. 559-560.

A cobrança em dinheiro aponta para a monetarização da produção rural, uma vez que o chefe de família administrador da complexa estrutura agrícola (*podere*) deveria controlar a comercialização de seus produtos para poder pagar, no mínimo, o custo do arrendamento da propriedade. No caso citado, o valor do arrendamento não era irrisório; se equiparava a cerca de 276 dias de trabalho de um trabalhador urbano da construção²¹⁴, a 150 dias de trabalho de um mestre da construção²¹⁵, e foi mais de seis vezes superior ao preço de aluguel de uma oficina de armaduras localizada na cidade de Florença.²¹⁶ É interessante notar que o contrato realizado por Gierardo Baldini não especifica as espécies cultivadas, nem a criação animal existente no *podere*, deixando assim ao arrendatário a liberdade (e a responsabilidade) de gestão da propriedade. Mais do que um mero trabalhador rural, Baldini pertencia a uma categoria social de administrador de um empreendimento rural voltado para o comércio, e assentado no pleno universo das relações monetárias da Toscana. O dado é especialmente importante porque mostra que o dinheiro circulava não apenas no espaço urbano, mas alcançava regularmente as zonas agrárias de Florença. Ou seja, os residentes rurais poderiam se constituir também como *compradores* no mercado urbano de Florença, uma vez que estavam inseridos no fluxo das relações comerciais e obtinham liquidez para tanto. Mais abaixo, veremos como isso de fato acontecia em duas situações diferentes.

Na mostra selecionada, oito contratos de *affitto* são estabelecidos em termos não monetários; o pagamento ocorria em produtos agrícolas. Por exemplo, em agosto de 1294, Gerio Bonagunte arrendou, por quatro anos, dois terrenos agricultáveis, se comprometendo a pagar com 23 *staia*²¹⁷ de grãos por ano, na festa de Santa Maria:

Ugo condam Cambii spetialis populi Sancte Marie Novelle locavit et concessit ad fittum et nomine affitus tenendum, laborandum, colendum et laborandum Gerio Bonagunte de Sexto populi plebis ... duas petias terrarum ... ad quattuor annos proxime ... Et dictus Gierius conduttore promisit ... mandare Florentiam eius expensis, ad domum dicti Ugonis, viginti tria staria grani boni et puri ex dictis terras ... per festum Sancte Marie mensis augustis.²¹⁸

²¹⁴ Para a comparação, utilizamos o salário médio referente aos anos de 1286-1289, organizados por C. de La Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 326.

²¹⁵ Para a comparação, utilizamos o salário médio referente aos anos de 1286-1289, organizados por C. de La Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 280.

²¹⁶ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minuta 645, p. 611-612.

²¹⁷ Volume de medida equivalente a 24,3 litros. Quando utilizado para cereais, alcançava cerca de 17,5 kg.

²¹⁸ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minuta 140, p. 136-137.

Diferente do *podere* visto no caso anterior, aqui estamos diante do arrendamento de “duas petis terrarum”, ou seja, dois terrenos agricultáveis. A diferença entre o aluguel de uma estrutura agrícola (*podere*) e o aluguel de um terreno se manifesta na disparidade entre os valores contratados; levando em conta que o preço do *staio* de trigo custava cerca de 7 *soldi* nesse período²¹⁹, o arrendamento de Bonagunte pode ser estimado em 8 *liras* e 1 *soldi*, mais de quatro vezes inferior ao montante pago por Gierardo Baldini. Qual o motivo que levava, no entanto, o proprietário Ugo Cambii a escolher pelo pagamento em cereais, e não em meios monetários?

Ao contrário do que se costuma supor, o incremento dos fluxos comerciais e da consolidação da moeda no tecido socioeconômico *não* conduziu à ampliação de relações monetárias entre proprietários e arrendatários. Como vimos, na pequena mostra encontrada, a maior parte dos contratos de *affitto* estabelecia o pagamento em produtos agrícolas. Esse gênero de acordo era absoluto no segundo tipo de contrato de arrendamento existente no período: o contrato de *mezzadria*. Enquanto o *affitto* estipulava um pagamento fixo, em moeda ou produtos, o pagamento da *mezzadria*, estabelecendo a divisão igual dos direitos da produção entre produtores e proprietários, oscilava de acordo com a produtividade agrícola anual. Acontece que esse tipo de acordo passou por uma expansão contínua entre os séculos XIII, XIV e XV²²⁰, se consolidando na paisagem rural do Antigo Regime e ganhando caráter de uma estrutura agrária de longa duração; a *mezzadria* se tornou um problema central nos debates acadêmicos da Itália contemporânea, e sua permanência ou proibição um enfrentamento político do século XX.²²¹ A *mezzadria* ocorria tanto no arrendamento do *podere*, quanto no de terrenos agricultáveis; portanto, assim como no caso do *affitto*, esse gênero de contrato poderia se referir a propriedades de grande ou pequena extensão, de maior ou menor complexidade. Por exemplo, em janeiro de 1301, Gerio Aldebrandini arrendou extensas propriedades:

Manectus Guidi spetiarius populi Sancte Lucie de Mangnolis de Florentia locavit et concessit ad laborandum Gerio Aldebrandini populi Sancte Marie de Susciana, recipienti et conducenti, unum suum podere cum domo, vinea et capanna positum in populo Sancti Salvatoris de Leccio, in loco dicto Rio de Leccio ... Item unum campum terre positum in Insula de Leccio ... Item unum alium campum terre positum in dicto populo in loco dicto Carraria ... Item aliam petiam terre positam in dicto populo in loco dicto Cerbi sive al Sasso ...

²¹⁹ C. de La Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982, p. 86.

²²⁰ Giovanni Cherubini, **Scritti toscani: l'urbanesimo medievale e la mezzadria**, Firenze: Salimbene, 1991, p. 189-208.

²²¹ Gabriela Piccinni, “Mezzadria e potere politico”, in **Studi Storici**, n. XLVI, p. 923-943, 2005.

in termino videlicet a kalendis novembris proxime venturi ad tres annos proximos. Promittens eidem dictum podere et res locatas ei non retollere, set ab omnia persona de iure defendere usque ad dicti termini complementum. Quapropter idem Gerius conductor, dictum podere conducens, promisit eidem locatori dictas terras et res bene et legaliter pro eo laborare et ghubernare bona fide, sine fraude, toto dicto termino suisque bovibus suisque seminibus, laboribus, operibus et expensis et super podere ipso cum uno pari bovinum continuis temporibus habitare ... apud dictum locum dimidiam recollere vini, grani, blavi, panichalis et eius quod Dominus in eo dederit, quolibet anno dicti termini, et duodecim serquas ovorum quolibet anno in quolibet Pascare ratam et tria paria capponorum similiter. ... Que quidem omnia supradicta actendere promiserunt ad invicem et cetera sub pena dupli et cetera et insuper librarum quinquaginta florenorum parvorum et dampna et cetera.²²²

O contrato estipulava o aluguel durante três anos de um *podere* e de dois terrenos agricultáveis, pertencentes a Manectus Guidi, especialista e comerciante em especiarias de Florença. O arrendatário se comprometia a ter as sementes e o par de bois necessários para o cultivo, assim como a residir permanentemente no *podere*; e o proprietário detinha o direito de metade da produção de vinho, de trigo, de cereais menores (*blavi* e *panichalis*), e de “tudo o que Deus der na terra”. Ademais, a cada ano, o arrendatário se comprometia a entregar, em toda Páscoa, a significativa quantidade de doze dúzias de ovos, e três pares de frangos. O contrato nos permite visualizar uma propriedade agrícola capaz não apenas de cultivar vinha, mas de realizar a transformação em vinho; o predomínio de atividades cerealíferas não excluía a criação de frangos e galinhas, além da manutenção de bois para a força-motriz. Assim como Gierardo Baldini, o arrendatário Gerio Aldebrandini não pode ser interpretado como um camponês encapsulado na produção de autossuficiência; trata-se de um administrador no comando de uma complexa estrutura agrícola, e a expressão “tudo o que Deus der na terra” é o termo da liberdade do agricultor de cultivar espécies não designadas no contrato. Tomemos apenas cuidado de entender que, aqui, o termo “administrador” não pressupõe a radical divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, como sói ocorrer no mundo contemporâneo. Os agricultores arrendatários gerenciavam estruturas agrícolas entrelaçadas ao universo urbano, e radicadas na economia monetária e comercial; não obstante, os contratos precisam com clareza a participação dos responsáveis na condução dos pesados trabalhos do cotidiano rural – em ambos, encontramos a expressão “laborare et ghubernare”.

No caso da *mezzadria* a moeda não funcionava como meio intermediário; os produtos circulavam diretamente do arrendatário para o proprietário. Veremos, mais adiante, como isso afetava a estrutura da oferta; por enquanto, permaneceremos

²²² Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 58, p. 61-62.

investigando a composição da demanda do mercado de trigo. Uma vez que os produtos passavam diretamente para o proprietário, o agricultor se via destituído da plena liberdade de obter vantagens com a comercialização total do resultado de seu investimento e de seu trabalho. Em contrapartida, o contrato gerava uma segurança ao arrendatário, à medida que qualquer eventual declínio de produtividade era imediatamente transmitido ao proprietário, sem perigo de endividamento.

É difícil saber até que ponto a *mezzadria* constituiu uma imposição de proprietários, em maior parte residindo na cidade, frente aos produtores rurais. Em todo caso, na segunda metade do século XIV, quando o declínio populacional permitiu um nível maior de acesso à terra à população em geral, a *mezzadria* continuou em expansão. Se os produtores tiveram participação ativa no processo de consolidação desse gênero de relações econômicas não monetárias, então teríamos de concluir que a sociedade coetânea nem sempre interpretou a intrusão da moeda no tecido social como um processo positivo. Nesse caso, ao contrário, o próprio avanço da comercialização das relações sociais teria levado os atores econômicos dos séculos XIII e XIV a formularem mecanismos econômicos de salvaguarda, impedindo a plena e completa monetarização da vida cotidiana. Tanto as oscilações do mercado – e, como veremos no próximo capítulo, eram muitas –, quanto a intensificação da divisão social do trabalho analisada acima, permitida pela comercialização da sociedade e geradora de profunda desigualdade da apropriação na riqueza, nem sempre representariam aspectos positivos; e, assim, os atores econômicos também se empenharam em desenvolver mecanismos anti-monetários e anti-mercantis no *interior* do processo de comercialização da sociedade. A *mezzadria* representa esse processo contraditório de intensificação e resistência à economia mercantil.

Outro indício desse processo contraditório reside nas trocas realizadas fora do mercado (enquanto espaço físico), sem participação de profissionais especializados no comércio, e sem utilização de moeda. Um exemplo pode ser visto em 18 de agosto de 1295, quando Riccus Guidi alugou um asno durante um ano, se comprometendo a pagar três *staia* de cereais:

Riccus Guidi Populi Sancti Colombani de Septimo ... fuit in veritate confessus ... se in soccida et custodia accepisse et conduxisse et ei locatam esse a Bernardone Cieffini populi Sancti Petri Bonconsigli unam asinam pili bianchetti asinini vel quase extimationis et valute comunis l. septem et s. quinque f.p. in termino videlicet hinc ad unum annum proxime venturum.

Promittens ... in fine dicti termini reddere eidem dictam asinam... et insuper três starios grani boni puri.²²³

Não se trata de aplicar a distinção conceitual entre economia mercantil e economia natural. Em primeiro lugar, o trigo não se confundia aqui com a moeda, pois não foi utilizado como instrumento de troca, ou seja, como elemento intermediário entre duas transações²²⁴; seu uso se restringiu a meio de pagamento. Mas, mais significativo, a troca realizada entre Riccus Guidi e Bernardone Cieffini foi realizada justamente porque o comércio participava de forma intensiva no universo cotidiano, e a prova disso está no fato de que o asno tinha um *valor de troca* claramente expresso em termos monetários: 7 *liras* e 15 *soldi*, que deveriam ser ressarcidos se o animal de trabalho não fosse devolvido. O valor de troca do animal funcionava como garantia de um negócio em que os autores econômicos optavam por operar *fora* do mercado de animais para Riccus Guidi, e fora do mercado de trigo para Bernardone Cieffini, cidadão de Florença. A comercialização da sociedade ensejava aos atores econômicos coetâneos arranjos que permitiam que atuassem fora das estruturas do mercado, criando mecanismos que entravavam a dependência absoluta do comércio de produtos. Nesse sentido, os mecanismos mercantis e não-mercantis que conviviam na economia do período não resultavam de um processo natural de evolução, mas existiam pelas contínuas escolhas das pessoas de irem ao mercado e à moeda ou, ao contrário, de calculadamente evitarem o mercado e a moeda.

A utilização de trigo como meio de pagamento aparece regularmente em contratos de aprendizagem, quando o discípulo tem origem rural. Temos razões para acreditar que famílias camponesas tentavam realizar a ascensão social investindo no treinamento de seus filhos; como vimos acima, a categoria social dos artesãos qualificados formava o estrato de renda superior da sociedade florentina. Em 22 de novembro de 1294, Bertinus Romei enviou seu sobrinho para ser aprendiz de Martino, fabricante de produtos de couro na cidade, durante três anos, se comprometendo a remeter 28 *staia* de trigo por ano:

²²³ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 540, p. 489-490.

²²⁴ No interior de uma sociedade ou comunidade, não é a eventualidade de uma transação individual, mas a consolidação de um produto social passível de ser trocado por todos os outros, que caracteriza a função social de instrumento de troca e cristaliza a forma “dinheiro”. Não encontramos nenhum indício de que isso tenha acontecido com o trigo no período analisado – ao contrário, as moedas de metais preciosos parecem ter cumprido com exclusividade a função de dinheiro. A teoria de que as letras de câmbio também foram utilizadas como dinheiro é um debate controverso que foge da investigação dessa monografia. Para uma explanação teórica sobre o dinheiro, cf. Karl Marx, **O Capital. Livro I – O processo de produção do capital**, São Paulo: Boitempo, 2014, p. 169-215.

Bertinus filius condam Romei Populi Sancti Andree de Botenaccio de Quarantola posuit et patto locavit suo proprio et privato nomine Meum nepotem suum filium condam Guerrucçi olim fratris sui cum Martino coregiario filio Pieri Populi Sancte Reparate ad artem coregiarioum serviendam et operandam... hinc ad tres annos proxime venturos (...) et insuper promisit eidem Martino dare et mandare eidem Florentiam, ad eius domum, viginte viginti otto starios grani boni... de mense augusti quolibet anno dicti termini. Quapropter dictus Martinus solemniter promisit dicto Bertino dictum Meum tenere pro suo discipulo et eum bene et legaliter docere artem predictam et ei dare vittus et seu vitam cibi et potus et commestionem bene.²²⁵

Como a quantidade de trigo (28 *staia*/ano) superava em mais de duas vezes àquela necessária para alimentação do sobrinho Meum (cerca de 12 *staia*/ano), só podemos interpretar que o cereal funcionava como forma de pagamento às despesas de alimentação, veste e residência do discípulo, assim como recompensa para a educação e treinamento na *artem coregiarioum*. É interessante que esse arranjo também protegia o jovem aprendiz da dependência do mercado, uma vez que tornava obrigatório que as necessidades elementares da vida (alimentação/moradia/vestimenta) fossem disponibilizadas pelo tutor. Nem o tutor precisava ir ao mercado de trigo, nem o jovem precisava ir ao comércio para sobreviverem. Entretanto, a segurança individual e o itinerário da estabilidade e da hierarquia social custavam a liberdade do aprendiz, inserido em uma relação de dependência com o mestre artesão.

A própria intensidade do mercado de trigo permitia que transações fossem saldadas com o uso do cereal, que, além de ter um valor de troca estabelecido e conhecido, era facilmente vendável e reversível em moeda. Em outubro de 1295, Luto Buoni, residente de um vilarejo rural toscano, encontrou três formas diferentes para conseguir pagar sua dívida de 71 libras com Alferios de Strinatis, cidadão de Florença:

Alferios Marabottini de Strinatis de Florentia fuit in veritate confessus et contentus ... se recepisse ... et solutas esse a Luto condam Buoni de populo Sancti Geri predicto l. viginti novem et s. otto f. p. in grano et spelta et operibus et serviitiis et aportationibus lapidum et in quadam quantitate denariorum quos habuit et recepit idem Alferius pro dicto Luto a Iacobo Sassetti de pretio cuisdam quantitatis grani, de quibus vocavit se contentum et pagatum, ex summa l. quadraginta duarum vel circa quos eidem Alferio tenetur dictus Luti in duobus instrumentis manu mei Matthei notarii scriptis.²²⁶

²²⁵ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 292, p. 278.

²²⁶ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 658, p. 622-623.

Luto Buoni pagou em grãos, em trabalho, e através de uma transferência de dinheiro feita por Iacobo Sassetti, que havia comprado trigo de Luto. O registro é interessante porque flagra não apenas a utilização do cereal como meio de pagamento, mas também a facilidade com que podia ser transformado em moedas. Em contrapartida, dá indícios da referida desigualdade da circulação monetária, em termos de categoria social e de localização geográfica. Para Alferios de Strinatis, a riqueza e o acesso à moeda tornavam possíveis oportunidades de atuação no mercado de dinheiro; Strinatis possuía liquidez suficiente para alugá-la, ou seja, lucrar com empréstimos e juros. Para Luto Buoni, produtor de trigo, carregador de pedras e morador rural, foi necessário um empréstimo para a obtenção de moedas. E talvez, ao término da transação, Buoni permaneceu sem acessar diretamente o dinheiro; a transferência do valor foi feita diretamente do comprador do trigo para o credor do camponês.

Diante da desigualdade de apropriação da riqueza, e do acesso desigual à liquidez, as pessoas da Toscana do século XIV encontraram diferentes estratégias de atuação econômica; para os produtores rurais, a utilização do produto de seu trabalho como meio de pagamento parece ter sido uma saída regular. O resultado dessa prática gerava uma transformação na composição da demanda por alimentos. Mestres que recebiam o pagamento da tutela de seus aprendizes em cereais, credores de camponeses, ou proprietários que recebiam pelo arrendamento de suas terras em produtos agrícolas, criavam canais diretos de obtenção de cereais, passando a *não* depender (integral ou parcialmente) do mercado para sua alimentação. Mas é importante sublinhar que esses canais não existiam em contraposição ao mercado; ao contrário, passaram a funcionar como mecanismos de troca direta justamente em decorrência do processo de intensificação da comercialização dos produtos agrícolas. A estrutura econômica do século XIV se sedimentou em dois processos contraditórios: a ampliação das oportunidades de riqueza e da divisão social do trabalho, e o acirramento da desigualdade de apropriação da riqueza social, com formação de categorias sociais marginalizadas; na comercialização da sociedade, e na consolidação de mecanismos de troca, salário e renda não-comerciais. A expansão do contrato de *mezzadria*, transferência direta resultante das oportunidades de enriquecimento permitidos pelo comércio de trigo, vinho e azeite, parece ter sido o sinal mais claro dessa dinâmica baseada na contradição.

2.5 A volátil composição da demanda: proprietários e consumidores.

Os três arrendamentos de propriedades agrícolas citados acima têm uma característica em comum: os proprietários são residentes urbanos. Dois deles são designados como pertencentes à próspera categoria social de profissionais qualificados; no caso, lojistas especializados na venda de especiarias, experimentados no conhecimento das diferentes mercadorias utilizadas, entre outras coisas, para medicação. A propriedade fundiária representava uma fonte de riqueza.

Gráfico 2.9. A propriedade na composição da riqueza dos *maestri* no *catasto* de 1427

(em percentual relativo a cada faixa de riqueza)

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

O *catasto* de 1427 pode, novamente, nos fornecer alguns indícios importantes. Quando analisamos a composição da riqueza da categoria social dos *maestri*, se sobressai a importância da propriedade privada (gráfico 2.9).²²⁷ Nas categorias mais baixas de riqueza, predomina a ausência de propriedades. É interessante notar que, na faixa de riqueza 1, encontramos chefes de família com o título de *maestro* detentores de algumas propriedades. Não seria excessivo absurdo imaginar profissionais desligados de qualquer atividade profissional e que, no entanto, sobreviviam com as rendas de pequenas posses

²²⁷ Para a definição das faixas de riqueza, cf. acima.

fundiárias. Ao contrário, os poucos chefes de família na faixa de riqueza 2 são destituídos de bens imóveis; em um caso, a riqueza provinha de títulos da dívida pública; em outro, a riqueza em bens móveis provavelmente advinha do exercício da atividade profissional. Mas, mais importante para nós, é a outra ponta da hierarquia socioeconômica; os estratos superiores consistiam, na maior parte, em proprietários de imóveis. Destaca-se aqueles com riqueza superior a 1.305 florins: 60% possuíam mais de 1.000 florins de riqueza em propriedades.

Infelizmente, é impossível estimar o percentual da população residente na cidade de Florença que detinha de propriedades agrícolas. Na versão consultada do *catasto* de 1427, não há distinção entre imóveis rurais e imóveis urbanos; e o aluguel de edifícios na cidade era uma fonte de riqueza tão regular quanto a posse de uma unidade de produção agrícola. Em segundo lugar, como já referido, a Toscana de 1300-1340 era uma região com maior densidade populacional (urbana e rural) comparada à Toscana de 1427; o acesso à terra deveria ser mais restrito, embora também seja difícil quantificar essa diferença. Essas duas ressalvas são incontornáveis e nos impedem de continuar com o uso de estatísticas.

O gráfico, entretanto, é fundamental para indicar a importância da propriedade na composição da riqueza na sociedade medieval. Acima nos referimos a Filippo del Sega, cambista entre os anos de 1314 a 1320. Nos dois últimos anos, com o baixo índice de rentabilidade da profissão, Sega se aventurou em uma viagem para Chipre, atuando no mercado monetário do Mediterrâneo Oriental. Retornando para Florença em 1322, Sega novamente partiria, agora em direção à França. Mas o que marcou a reviravolta na vida econômica desse florentino, após as dificuldades dos anos finais da década de 1310, foi a atenção concedida a um novo gênero de investimento: suas propriedades fundiárias. Sega havia recebido, como herança, um *podere* na região de Pontanico, no *contado* florentino, que não parece ter ocupado sua atenção, enquanto estava ligado às atividades do mercado monetário.²²⁸ No entanto, após 1320, Sega passou a ocupar-se frequentemente de suas propriedades; e chegou a investir uma soma total de 490 *liras* visando melhorias na produção.²²⁹ Filippo gastou 196 *liras* com melhorias do solo, retirando pedras, preparando

²²⁸ “Quand Lippo doit se faire un nom sur la place de Florence puis quand il est dans le feu de la spéculation, il consacre à son métier toutes ses liquidités. Mais dès que la conjoncture change, sans attendre, dans les mois qui suivent, c’est dans la terre qu’il cherche un soutien, dans l’investissement foncier une consolidation de sa fortune.” Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 101.

²²⁹ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 124.

o terreno para plantio de vinhedos, e construindo uma rede de fossas capaz de regularizar o fornecimento de água e proteger a plantação das chuvas.²³⁰ Investiu 84 *liras* e 15 *soldi* na plantação, que passou a contar com produção de trigo, cereais menores, uva, azeite, e uma espécie de bambu para produção de estacas usadas para as videiras.²³¹ Finalmente, Segna também gastou 170 *liras* e 8 *soldi* com a construção de edifícios e instrumentos de produção: uma cabana para armazenamento, um forno, um *fornace* exclusivamente para secar figos, uma granja, um lagar, e um moinho de azeite.²³² Filippo passou a gerir sua propriedade fundiária como unidade de produção voltada para o mercado e para obtenção de ganhos comerciais.

É impossível calcular não apenas o percentual da população urbana de Florença detentora de propriedades agrícolas, mas também o tamanho médio das propriedades. Nas minutas registradas pelos notários, os contratos de *mezzadria* impedem estimativas, e indicam apenas a estrutura das unidades agrícolas e as diferentes espécies cultivadas. Os contratos de *affitto*, em contrapartida, possibilitam uma melhor visualização. E nos permitem defender a ideia de que as dimensões das propriedades eram tão heterogêneas quanto os diferentes níveis de renda da sociedade florentina. Na impossibilidade de trabalhar com maior precisão, temos de nos limitar a utilizar três categorias gerais e elementares de análise: proprietários de pequeno, médio, e grande porte.

As propriedades de grande porte não são difíceis de serem encontradas, quando voltamos o olhar para as principais instituições e para a elite econômica da Toscana. A abadia de Settimo, por exemplo, entre 1317 e 1324, arrendou terras para um total de 26 arrendatários; suas propriedades agrícolas cobriam uma extensão de cerca de 34 hectares.²³³ A família Peruzzi, pertencente à elite florentina, adquiriu propriedades rurais no incrível valor de 27.000 *liras*.²³⁴ Em 13/05/1329, apenas um proprietário vendeu para os mercadores de trigo de Florença a quantidade de 160 *staia* de trigo, soma equivalente a 2.800 quilogramas.²³⁵ A princípio, portanto, as famílias dos grandes proprietários fundiários não se colocavam do lado da *demanda*, mas sim do lado da *oferta* de trigo para

²³⁰ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 120-125.

²³¹ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 120-125.

²³² Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 120-125.

²³³ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 129.

²³⁴ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 127.

²³⁵ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. G. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 309.

o mercado. Mais importante, os grandes proprietários, à medida que tinham um séquito de dependentes, eram capazes de suprir a necessidade alimentar de um número de pessoas superior ao próprio núcleo familiar.

A análise pode ser aplicada aos proprietários de médio porte, como Filippo del Segna. O cambista florentino, após iniciar os investimentos em sua propriedade, colheu frutos na melhoria da produção, tornando-se autossuficiente em relação à parte de trigo e vinho de sua alimentação. Como os grandes proprietários, Segna não necessitava ir ao mercado de cereais para obter seu pão. No entanto, diferente daqueles, não há indícios de que o cambista alimentava também qualquer tipo de dependentes; e sua autossuficiência se reduzia ao núcleo familiar.²³⁶ A situação parece se tornar mais complexa quando observamos os proprietários de pequeno porte. Uma minuta de 10/12/1300 registra o arrendamento em *affitto* de um pequeno terreno agricultável, pertencente a dois irmãos, localizado em Settimo, no *contado* florentino:

Guidottus filius condam domini Elisei, suo nomine pro se ipso et vice et nomine domini Bonaccursi Elisei fratris sui, locavit, dedit et concessit ad affictum et affictus nomine Ridolfo Iunte populi plebis de Septimo, recipienti et conducenti, unam petiam terre aratoriam positam in insula Sancti Colombani (...), quam terram seu terre petiam esse dixit vigintiquattuor statoria ad cordam, vel si plus vel minus est, ad fruendum et usufruttandum, redditus et proventus exinde percipiendos, hinc ad duos annos proxime venturos, promittens ab omni persona et loco de iure et constituto defendere et cetera. Et dictus conductor promisit et convenit solemniter (...) pro affictu et nomine affictus dicte terre et rerum locate eidem deferre decem et otto starios grani ciciliani pro quolibet anno Florentie ad eius domum, usque ad dicti termini complementum, de mense augusti, et unum par caponum (...)²³⁷

Estamos diante de um dos raros contratos em que é mencionada a extensão da terra: 1,26 hectare.²³⁸ Como descrito, não se trata de um *podere*, estrutura agrícola contendo os instrumentos de produção, mas apenas de um terreno cultivável (“petiam terre aratoriam”). É difícil saber se Guidottus ou Bonaccursi Elisei eram detentores de outras terras. O que o contrato nos mostra é o arrendamento de uma propriedade de pequena escala, com o cânone fixo de 18 *staia* de trigo *ciciliano*, compartilhada por dois proprietários. O valor do pagamento não seria suficiente para suprir a alimentação anual dos dois irmãos (24 *staia* de trigo). Como o contrato foi firmado em Florença, é bastante

²³⁶ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 113-137.

²³⁷ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 09, p. 21-22.

²³⁸ Uma “staiora” equivale a cerca de 5,25 ares. Cf. Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 122.

provável que a cidade fosse o local de residência dos Elisei. Se considerarmos, portanto, que os dois irmãos não detinham de outras posses, chegaremos à conclusão de que o arrendamento proporcionaria um fluxo anual de 9 *staia* para cada um, ou seja, $\frac{3}{4}$ (75%) da necessidade alimentar cerealífera padrão. Nesse caso, o restante teria de ser adquirido através do mercado. Se, seguindo nessa hipótese, um dos irmãos fosse casado, o cânone proporcionaria $\frac{3}{8}$ (37%) do consumo familiar de trigo, e, se tivesse um filho, $\frac{1}{4}$ (25%) do mesmo consumo. Nos dois últimos casos, o mercado representaria o principal meio de aquisição do principal produto da mesa florentina. A hipótese, correta ou equivocada, é útil para descrever uma realidade manifestada pelo gráfico 2.9 (abaixo), onde encontramos que, entre os chefes de família com riqueza entre 1 a 65 florins (faixa 1), metade detinha de pequenas posses fundiárias (com valor inferior a 50 florins). Podemos visualizar, em primeiro lugar, um pequeno universo de residentes urbanos que adquiriam modestas somas de terra, e que, portanto, obtinham sua alimentação tanto através de mecanismos de transferência direta, quanto através do mercado urbano.

Em segundo lugar, os dados obtidos nos permitem inferir que a aquisição de propriedades fundiárias era um mecanismo regular de ascensão social. Ou seja, o enriquecimento ou empobrecimento traziam, em seu bojo, a possibilidade de aquisição ou perda de propriedades de terra, no interior da sociedade citadina. Essa realidade se torna visível quando analisamos, de maneira breve, a trajetória do mercador florentino Ricco Macçetti.²³⁹ Suas atividades foram constantemente registradas pelo notário Matteo di Biliotto, o que nos permite acompanhar sua bem-sucedida carreira. A primeira menção a Macçetti é de 05/05/1294, e diz respeito ao aluguel de uma *bottega* voltada à comercialização de cereais, localizada no Mercado Velho (*Mercato Vecchio*) de Florença, no valor de 12 *liras*.²⁴⁰ No ano seguinte, o mercador alugou, no mesmo local, outra *bottega*, agora no valor de 24 *liras*.²⁴¹ Uma vez que seja inverossimilhante supor uma inflação de 100%, é provável que o mercador trabalhava com uma loja maior, índice do crescimento de seus negócios e da prosperidade no ramo comercial dos cereais. A hipótese se afirma poucos anos depois; em abril de 1297, Macçetti realiza a compra de um *podere*, aumentando o patrimônio familiar.²⁴² Em 1301, o mercador se tornou credor

²³⁹ Ricco Macçetti enriqueceu, principalmente, por sua atuação no comércio de sal, tema que foge da atual pesquisa. Pretendemos publicar, em artigo, a trajetória completa desse mercador, que nos permite compreender as especificidades do circuito comercial do sal.

²⁴⁰ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minuta 27, p. 29.

²⁴¹ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 469, p. 434.

²⁴² Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 563, p. 631-632.

de Guiduccio Guilliemi, panificador florentino, no valor de 45 *liras*.²⁴³ Como, em 1312, a dívida permanecia aberta, os filhos de ambos chegaram a um acordo amigável: por uma pequena soma suplementar, o filho de Macçetti adquiriu as propriedades de terra da família Guilliemi, que, assim, quitava o empréstimo realizado onze anos atrás.²⁴⁴ Para a família Macçetti, o enriquecimento acompanhou a aquisição de bens fundiários; para a família Guilliemi, o endividamento resultou em perda de propriedades. Assim como a elite econômica concentrava extensas propriedades rurais, a ascensão e o descenso social estavam entrelaçados ao mercado de terras na Florença do século XIV.

Agora, temos condições de formular o fluxograma 2.1, esboçando de forma esquemática o mecanismo de abastecimento alimentar de acordo com o tamanho da propriedade das categorias sociais florentinas que detinham de unidades agrícolas de produção cerealífera. O fluxograma tem a vantagem de tornar visualmente claro o primeiro axioma que decorre da análise da documentação: o abastecimento urbano não se restringe à formação da demanda, ou seja, da demanda entendida como um mecanismo de mercado. Os grandes proprietários, ao prescindirem do mercado para obtenção de cereais, e se abastecerem com a transferência direta de suas propriedades arrendadas, formavam toda uma categoria social que não participava do mercado como *compradores*, e, assim, não constituía o mecanismo mercantil da demanda.

Fluxograma 2.1. Relação esquemática entre proprietários e o mercado de trigo (do ponto de vista da demanda e em termos relativos)

Pequenos e médios proprietários participavam dos dois circuitos de circulação, e obtinham o alimento tanto pela transferência direta, quanto pela participação no mercado. Isso não significa dizer que, para essas categorias, o mercado não era importante. Ao

²⁴³ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 144, p. 146-147.

²⁴⁴ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 563, p. 631-632.

contrário. Mesmo quando analisamos uma das hipóteses referidas acima – se o proprietário Guidottus Elisei fosse solteiro e dependesse do mercado para suplementar apenas $\frac{1}{4}$ de sua necessidade alimentar cerealífera anual, isso significa dizer que o comércio de trigo era *fundamental* para que Elisei realizasse sua alimentação normal. Nesse sentido, mesmo a análise de pequenos e médios proprietários de unidades agrícolas nos coloca diante da importância de mecanismos comerciais para o abastecimento de Florença. Mas o que está em jogo aqui é a natureza da composição da demanda do mercado de trigo: a volatilidade.

A estrutura da propriedade agrícola inseria três mecanismos de volatilidade na formação da demanda. Em primeiro lugar, se a relação de pequenos e médios proprietários com o mercado era suplementar, isso significa dizer que, enquanto consumidores, eles poderiam *escolher* o momento do ano mais adequado para a realização da compra de cereal. Como veremos com maior detalhe em outro capítulo, o mercado de trigo de Florença ocorria durante todo o ano, e as oscilações dos preços eram mensais, semanais ou diárias. A propriedade de unidades agrícolas, ainda que não satisfizessem a totalidade da necessidade alimentar de seus proprietários, lhes ofereciam a vantagem de poder escolher o melhor momento para irem ao mercado. Nesse sentido, a manutenção de um preço regular durante todo o ano surge como um mecanismo benéfico para os não proprietários de unidades agrícolas, e que precisavam comprar a totalidade de sua alimentação.

O segundo mecanismo de volatilidade era a própria dinâmica da sociedade florentina, com o fluxo contínuo de ascensão e descenso socioeconômico. Nesse universo, a ascensão social tinha como efeito a diminuição da demanda. À medida que uma família cidadina enriquecia, como o caso dos Macçetti, a aquisição e o aumento da propriedade fundiária resultavam na diminuição de sua participação como compradores e frequentadores do mercado. Nesse sentido, não é difícil encontrar registros de compra de terra feita por artesãos urbanos que, assim, consolidavam o aumento do patrimônio familiar – e saíam do comércio (como consumidores). Por exemplo, em 24/07/1294, o sapateiro Dello Bencivenni adquiriu dois terrenos agricultáveis, um deles possuidor de vinhas, cabana e árvores, obrigando os irmãos vendedores (residentes no campo) a se retirarem em quinze dias.²⁴⁵ O descenso social tinha efeito contrário; e não será absurdo dizer que a perda de propriedade criava compradores de trigo, aumentando a demanda.

²⁴⁵ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 122, p. 115-118.

O terceiro mecanismo de volatilidade decorria da oscilação da produtividade. A produção anual de trigo sofria uma intensa oscilação de ano a ano. As variações climáticas faziam anos melhores seguidos de anos piores. É interessante pensar a irregularidade da produção de trigo a partir da ótica dos proprietários de unidades agrícolas. Um ano de colheita ruim tinha como efeito o aumento da dependência de médios e pequenos proprietários do mercado, resultando no aumento da demanda. Assim, os preços sofriam uma dupla pressão: a menor quantidade de trigo disponível no mercado, e o aumento do número de compradores. Em um ano de abundância, a lógica seguia caminho inverso; a maior oferta de cereais acompanhava a diminuição da demanda, uma vez que médios e pequenos proprietários recebiam maior quantidade via transferência direta. Aqui flagramos uma das características mais interessantes do mercado de trigo medieval. O nível de produtividade não tinha uma relação direta com o nível de preços. Antes, as oscilações da produtividade agrícola resultavam em um duplo efeito sobre o mercado; não se tratava apenas de modificar o volume da oferta, mas também de causar mudanças na composição da demanda. Daí decorre que a oscilação dos preços era sempre mais aguda do que a oscilação da produção. Mas nos permite, também, perceber o porquê de cronistas serem tão sensíveis a mencionarem os preços do trigo, durante momentos de dificuldade de abastecimento.²⁴⁶ Afinal, a subida de preços indica não apenas o menor volume de alimentos disponíveis, mas também a maior quantidade de pessoas que passava a depender do mercado para obter alimentação. Os preços consistiam no indicador mais preciso da desestabilização social produzida pelos anos de queda abrupta da produção agrária.

Finalmente, temos de considerar outro elemento de volatilidade da demanda, até agora pouco discutido pela historiografia: a possibilidade de compra de trigo como investimento. O mercador de cereais Domenico Lenzi elenca quatro tipos diferentes de trigos que eram usualmente comercializados na cidade de Florença: o *calvello*, o *ciciliano*, o *comunale*, e o *grosso*. A diferença de qualidade se manifestava em uma hierarquia de valores permanente, de forma que o *calvello* e o *ciciliano*, entre os anos de 1320 e 1335, tiveram sempre um preço mais caro em relação ao *comunale* e ao *grosso*. A evolução de preços entre 1321 e 1333 (tabela 4.6) mostra que a diferença de valores poderia variar, sem jamais mudar a hierarquia.

²⁴⁶ É uma prática comum, por exemplo, do cronista Giovanni Villani.

Tabela 2.7. Hierarquia de valores entre os quatro tipos de trigo comercializados em Florença.

	08/1321	08/1321 (percentual)	04/1326	04/1326 (percentual)	08/1333	08/1333 (percentual)
<i>Calvello</i>	10 s. 6 d.	100%	14 s.	100%	20 s.	100%
<i>Ciciliano</i>	9 s. 6 d.	90%	13 s.	92%	19 s.	95%
<i>Comunale</i>	8 s.	76%	12 s.	85%	18 s.	90%
<i>Grosso</i>	7 s.	66%	11s.	78%	17 s.	85%

Fonte: D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiole**, ed. G. Pinto, Firenze: Olschki, 1978.

Entre as quatro espécies de trigo, é interessante notar que o grão *ciciliano*, o melhor tipo para preparo de *pasta* e *lasagna*, era nativo do sul da Itália, e não se reproduzia regularmente no norte da Península; segundo Giuliano Pinto, o plantio de *ciciliano* na Toscana dava uma ótima primeira colheita; mas, com o replantio, sofria uma transformação, perdendo suas melhores qualidades; e, na terceira geração, passava a se assemelhar com o tipo *grosso*.²⁴⁷ A manutenção do plantio de *ciciliano* em território florentino dependia, portanto, da compra de sementes no mercado. No contrato de arrendamento transcrito acima, os irmãos proprietários estipularam a obrigatoriedade do arrendatário de realizar o plantio de *ciciliano*. Foi possível encontrar o mesmo termo contratual em outra minuta: em 06/09/1294, Arrigus Arrigheti arrendava seu terreno agricultável em *affitto*, estabelecendo como cânone fixo o pagamento de 20 *staia* de trigo *ciciliano*.²⁴⁸ Outras atas comprovam o plantio dessa espécie no *contado* de Florença. No mesmo dia, o cidadão Micho Bonaiuti realizou uma compra antecipada de 72 *staia* de trigo *ciciliano* e *calvello* do camponês Testa Acçi.²⁴⁹ Finalmente, Ugolinus Iohannis, residente em área rural, colocou seu sobrinho como aprendiz de Iacobo Bonamichi, *corregiaio*, em um período de três anos, obrigando-se a enviar anualmente, para o tutor e mestre, a quantia de 24 *staia* de trigo *calvello* e *ciciliano*.²⁵⁰

O plantio de *ciciliano* em território toscano podia tanto ser uma opção pela alimentação de um trigo de melhor qualidade, no caso de consumo direto, quanto podia representar um investimento pelos atores da produção agrícola. Tratava-se de uma escolha comercial, à medida que os produtores passavam a operar em um mercado mais rentável, quando comparado ao comércio de trigo *comunale* ou *grosso*. O fato da primeira

²⁴⁷ Giuliano Pinto, “I prezzi dele Granaglie a Firenze, dal ‘Libro del Biadaiole’ (1320-1335)”, in Domenico Lenzi, **Il Libro del Biadaiole**, ed. G. Pinto, Firenze: Olschki, 1978, p. 32.

²⁴⁸ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, min. 200, p. 192.

²⁴⁹ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, min. 201, p. 193.

²⁵⁰ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, min. 703, p. 655-656.

colheita apresentar ótimos resultados compensaria o gasto com a compra da semente, resultando em um ciclo anual mais lucrativo para proprietários e arrendatários que voltavam sua produção para o comércio. Não custa recordar que, na maior parte dos contratos de arrendamento, o tipo de trigo não era mencionado, o que nos leva a supor que a decisão de qual semente seria plantada ficava, em geral, a cargo do produtor arrendatário. No caso do *mezzadro*, a opção pelo *ciciliano* podia ser bastante vantajosa; pois, contando com apenas metade da plantação para o comércio, se estivesse à frente de uma estrutura agrária de grandes proporções,²⁵¹ o produtor obteria um trigo mais caro utilizando o mesmo espaço de cultivo.

Temos de registrar, portanto, que, no mercado de trigo de Florença, havia também a presença de uma compra de investimento. A documentação torna-a visível quando procuramos visualizar a circulação de trigo *ciciliano*, em que a necessidade de compra de sementes era uma obrigação para os produtores que optavam por essa produção e por esse circuito comercial. Ademais, o mercador Domenico Lenzi também registra a presença regular no mercado urbano do trigo *calvello*, de excelente qualidade e maior preço. Aqui, infelizmente, a documentação silencia, mas não podemos deixar de supor que existia uma janela de oportunidade para os produtores que desejassem mudar seu cultivo de trigo *grosso* ou *comunale* para o trigo *calvello* ou *ciciliano*. É possível supor, também, que dificuldades na administração da unidade agrícola, como o fracasso de uma colheita e a perda de sementes para replantio, poderia empurrar produtores de trigo *calvello* para o cultivo de trigo *comunale*, significando uma suposta queda futura da rentabilidade. Esse, no entanto, não era um jogo de resultado certo; como mostra a tabela 4.6, a relação de valores entre os diferentes tipos de trigo oscilou regularmente, e, entre 1321 e 1333, os produtores de *grosso* e *comunale* parecem ter obtido vantagens, com a valorização desses tipos em relação aos outros dois. O que, para nós, é importante, é o fato de que o mercado de trigo da República (e não necessariamente o da cidade) contava com mais um elemento de demanda (a compra de investimento) que participava e influenciava no jogo da oferta e procura, e, portanto, incidia na oscilação de preços. Era, como os demais, mais um elemento que acirrava a volatilidade da demanda por parte dos proprietários, mas também dos produtores.

²⁵¹ Como vimos acima, os contratos eram bastante heterogêneos; e um *mezzadro* poderia ser tanto um empreendedor responsável por um *podere* de vasta dimensão, quanto um arrendatário de um pequeno terreno agricultável. No primeiro caso, seria possível que adentrasse no universo da comercialização da produção rural. No segundo, é mais crível supor que sua parte da colheita se restringisse ao consumo pessoal e familiar.

2.6. A Volátil composição da demanda: consumidores e dependentes.

Agora podemos voltar nossos olhos para as categorias sociais urbanas que não possuíam nenhuma propriedade fundiária. Em vista da inexistência de dados para a primeira metade do século XIV, podemos começar com a análise das informações contidas no *estimo* de 1427, sem perder de vista, no entanto, a ideia de que, no século XV, possivelmente o acesso à terra era mais fácil.

Gráfico 2.10. A propriedade na composição da riqueza dos *maestri* no *catasto* de 1427.
(em percentual absoluto)

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

O gráfico 2.1 indica que, dos chefes de família registrados como *maestro*, 27% não apresentaram nenhuma riqueza passível de contribuição fiscal, 17% contribuíram com um valor inferior a 65 florins, e 3% contribuíram com um valor de 66 a 103 florins – no total, esse grupo representa cerca de 47% dessa categoria profissional. No interior da mesma categoria, o gráfico 2.10 nos mostra que 40% das famílias não detinham de qualquer propriedade fundiária. Se contabilizarmos apenas os chefes de família sem nenhuma riqueza tributável, o número de fogos destituídos de propriedade alcança a casa de 81% (gráfico 2.9). Na mostra dessa categoria, o estrato detentor de menor riqueza já

nos revela uma primeira faceta dos residentes urbanos destituídos de bens imóveis e que, portanto, não participavam da dinâmica analisada no tópico anterior.

Gráfico 2.11. A propriedade na composição da riqueza dos *corregiai* no *catasto* de 1427.
(em percentual absoluto)

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Os chefes de família registrados como *corregiai*, que, como vimos acima, consistiam em uma categoria urbana próspera, também surgem como proprietários de bens imóveis. Entretanto, se seccionarmos essa categoria de acordo com os bens imobiliários, o grupo mais numeroso (25%) é composto por chefes de família sem propriedades. Esse tipo de organização familiar compunha o centro da demanda no mercado de trigo de Florença. Tratavam-se de mestres de ofício que administravam uma oficina de produção; e é lícito supor que, entre aqueles registrados como destituídos de riqueza tributável, um estilo de vida baseado no gerenciamento e no trabalho de uma unidade produtiva modesta, com pequeno giro de capital e nível de rentabilidade pouco superior às despesas realizadas com a compra de matéria prima, manutenção dos instrumentos de trabalho, manutenção do edifício de produção, e eventuais gastos com o aluguel. Essa poderia ser a realidade, por exemplo, de Antonio Domenico, *corregiaio* de

30 anos, casado, e que deveria sustentar uma residência com cinco residentes (o *catasto* não informa quem eram os demais residentes). Domenico possuía moradia própria, bens móveis no valor de 63 florins, e dívidas no valor de 73 florins.²⁵² A situação revela um chefe de família detentor de uma oficina, que tocava seus negócios frequentando o mercado monetário – o endividamento, a meu ver, é indício de um negócio baseado no adiantamento de capital e de matérias primas –, e que, destituído de propriedades fundiárias, dependia do mercado de trigo para prover a alimentação de sua casa. Diferente era a situação de Francesco Dino, 32 anos, casado, chefe de família em casa com mais três residentes. Dino contribuiu com 196 florins no *catasto* de 1427, o que o colocava entre as categorias prósperas de médio escalão. Não tinha bens imóveis com exceção da própria residência, mas havia optado por investir 200 florins em títulos da dívida pública como estratégia de diversificação de sua riqueza.²⁵³ Antonio Domenico e Francesco Dino frequentavam o mesmo mercado de cereais de Florença, pertenciam à mesma categoria profissional, e, no entanto, tinham níveis de riqueza radicalmente desiguais. Só podemos supor que, enquanto o mais abastado tinha a possibilidade de prover a família com o melhor tipo de cereal à venda – o trigo *calvello* –, o trabalhador mais modesto encontrava nos trigos comuns – o *grosso* ou *comunale* – a opção de compra mais acessível.

Entretanto, como vimos acima, a dinâmica comercial da sociedade toscana, associada à desigual distribuição de liquidez e de acesso monetário, resultava em negociações que envolviam o trigo como meio de pagamento – sobretudo quando um dos atores residia em ambiente rural. É difícil estabelecer até que ponto essas transações eram cotidianas; em todo caso, é inegável que elas realizavam mais um fator de volatilidade da demanda. Nos contratos de aprendiz analisados anteriormente, o mestre de ofício passava a receber quantidades de trigo que permitiam a alimentação do tutor e do aprendiz, formando uma conexão direta entre produção agrícola e o consumo urbano. Negociações desse gênero diminuía a demanda do mercado. Sem dúvida, para nosso Francesco Dino contratar um aprendiz e receber, em troca, abastecimento anual de cereais da família rural do iniciante, representava um maior nível de segurança alimentar, uma diminuição da

²⁵² *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

²⁵³ *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

dependência do mercado e, sobretudo, uma proteção contra as oscilações de preço do trigo. Nesse caso, como estamos insistindo, a comercialização da sociedade não era um processo exclusivo e universal, e não deve ser interpretada como uma marcha incontornável para a economia de mercado e o capitalismo. Na Florença medieval, mesmo atores que protagonizavam o processo de comercialização – como um mestre de oficina de artigos de couro de uma grande cidade, ligado de forma intrínseca à economia monetária e ao aumento da divisão social do trabalho – podiam procurar formas *não comerciais* de abastecer a si e à sua família. O contrato de aprendizagem contendo transferência direta (e não comercial) de trigo não era a única.

Nos contratos notariais, alguns cidadãos de Florença estabeleceram relações de aquisição direta com os produtores rurais. Assim, em 13/08/1313, Bingo Piero, residente rural, se compromete a entregar 15,5 *staia* de trigo para Natino Guidetti, sapateiro urbano, durante dois anos.²⁵⁴ Do ponto de vista de Guidetti, tratava-se de uma operação de compra antecipada, que consolidava uma entrega fixa e permitia a alimentação regular de pelo menos uma pessoa, durante 24 meses. Do ponto de vista do produtor rural, a negociação significava uma operação de crédito, em que ele passava a utilizar o produto agrícola como meio de pagamento de seu credor. Situação semelhante ocorreu em 07/09/1295, quando Corsellus Rarchi, residente rural, obteve o empréstimo de 46 *soldi*, se comprometendo a pagar com duas remessas anuais de 6 *staia* de trigo, em benefício de Nuto Ugonis, ferreiro de Florença. O pequeno valor de ambas operações traz indicativos importantes dos processos contraditórios da economia florentina. Em primeiro lugar, denuncia o grau de comercialização que havia entrado no tecido social. E, em segundo, que os atores também encontraram soluções comerciais para escaparem do mercado de trigo, entendido esse como o circuito operado por profissionais (mercadores), e regulado por autoridades públicas.²⁵⁵ Para Corsellus Rarchi, o menor acesso à moeda existente na paisagem rural levou-o não ao circuito do mercado e aos mercadores profissionais, mas ao empréstimo, empenhando o produto do seu trabalho agrícola durante dois anos. Para Nuto Ugonis, a possibilidade de alugar a sua liquidez permitiu que, durante dois anos, ele passasse a depender menos do mercado de trigo, uma vez que criava um canal de obtenção direta de cereais. A análise nos coloca diante da complexidade da economia medieval e nos vacina contra esquematismos. Já havíamos visto como a demanda do mercado não se confundia com a necessidade alimentar da população, uma vez que diversos grupos

²⁵⁴ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 567, p. 636.

²⁵⁵ Essas características serão melhor explicadas no próximo capítulo.

conseguiam obter acesso aos alimentos sem precisar frequentar as lojas dos mercadores. Agora, percebemos como nem todo ato comercial se confundia com o mercado de trigo. Ao contrário, a engenhosidade dos atores econômicos do período criava transações que os retiravam do jogo da oferta e demanda peculiar ao mercado de trigo, e que será objeto de análise dos próximos capítulos. Com o perdão da formulação, acredito que a documentação torna visível processos socioeconômicos contraditórios ensejados pela comercialização da sociedade que geravam atos comerciais *não mercantis* (como a dependência de um aprendiz e a transferência direta). A importância do mercado de trigo para o abastecimento urbano convivia com as estratégias de atores econômicos que procuravam comercializar *fora* do mercado.

É difícil acreditar, no entanto, que os chefes de família que controlavam uma unidade artesanal ou manufatureira de produção compunham a maior parte da população florentina. Vimos acima como, durante a Revolução dos Ciompi (1378), uma nova corporação congregou cerca de 9.000 trabalhadores urbanos destituídos de especialização ou do controle de uma unidade produtiva. Quando analisamos como o *catasto* de 1427 apresenta os *manovali*, trabalhadores não qualificados, salta aos olhos o predomínio da inexistência de posses fundiárias (gráfico 2.12). Cerca de 62% não apresentavam nenhum bem imóvel; e cerca de 17% foram registrados como possuidores de bens imóveis modestos (valor inferior a 50 florins). A existência de propriedades médias (acima de 100 florins) nessa categoria social parece ser uma silenciosa manifestação de mobilidade social. Domenico Guccio, com 62 anos em 1427, constava entre os *manovali* de melhor condição econômica; contribuindo com a significativa soma de 326 florins para os cofres públicos, esse chefe de família responsável por alimentar 5 pessoas em sua residência foi registrado como possuidor de 158 florins em bens ativos, e 205 florins em propriedades.²⁵⁶ Seria o caso de um trabalhador de grande qualidade, melhor remunerado, e que com a força de seu trabalho alcançou o nível de prosperidade das categorias médias da sociedade florentina? Caso diferente teria ocorrido com Pagolo Vanni. Chefe de família de 41 anos, havia migrado do campo para a cidade, e, em 1427, vivia em residência alugada com sua esposa. Vanni apresentou 25 florins em bens móveis, e 30 florins em bens imóveis. Entretanto, as dívidas parecem não ter sido menores, e esse

²⁵⁶ *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

trabalhador urbano braçal não pode contribuir com o Estado, figurando como destituído de qualquer riqueza.²⁵⁷

Gráfico 2.12. A propriedade na composição da riqueza dos *manovali* no *catasto* de 1427. (em percentual absoluto).

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

Aqui chegamos a outro ponto importante para compreender a economia medieval. Enquanto as categorias socioeconômicas bem-sucedidas passavam a ter maior acesso à liquidez, e podiam realizar pequenas operações de empréstimo – caso, por exemplo, do citado ferreiro Nuto Ugonis –, as pessoas pobres participavam do intenso mercado monetário como *devedores*. Assim, se os ricos geriam capital, os pobres de Florença geriam o endividamento. O gráfico 2.13 apresenta os passivos dos *manovali* em 1427. Nessa data, 80% dos chefes de família foram registrados com passivos, obrigações a serem pagas. O endividamento, portanto, constituía uma característica comum dos trabalhadores de menor remuneração, com tendência de crescimento em direção àqueles destituídos de riqueza tributável: nesse grupo, 85% dos chefes de família tinham passivos a serem cumpridos. Se a tomada de dinheiro adiantado consistia em uma prática

²⁵⁷ *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

econômica comum para a população mais pobre, torna-se compreensível que a existência de cambistas no principal mercado de trigo da cidade era vital para o seu funcionamento; e o mercado de dinheiro indissociável da existência do comércio de cereais.

Gráfico 2.13. Endividamento dos *manovali* em 1427 (em percentual absoluto).

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

O endividamento familiar pode ser abordado a partir de dois temas caros à economia medieval, e que também dizem respeito à formação da demanda do mercado: o trabalho remunerado em bens e produtos e a situação de dependência. Analisamos acima a situação do Hospital de Santa Maria della Scala, em Siena, sob a ótica da divisão social do trabalho. Podemos recuperar os dados, agora sob nova perspectiva – a demanda do mercado de trigo. Como dissemos, em 1344 o Hospital contava com grande número de empregados (124 pessoas); e a remuneração em dinheiro consistia na menor parte do salário. As pessoas trabalhavam principalmente em troca da residência, da alimentação e do vestuário que o hospital oferecia.²⁵⁸ Não obstante, esse gênero de relação de trabalho passou por um declínio constante no século XIII, mesmo período em que a monetarização

²⁵⁸ Duccio Balestracci, “Li lavoratori non cognosciuti”, in **Bullettino Senese di Storia Patria**, Siena: Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 71-83.

invadia o tecido social, em benefício da retribuição em dinheiro. Analisando, por exemplo, os trabalhadores da construção, Giuliano Pinto diz que

a partire dal XIV secolo, il parziale pagamento in natura sembra farsi assai raro, e si mantiene, in genere, solo se legato a condizioni di lavoro particolari, quali prestazioni effettuate in luoghi isolati, lontano dalla residenza del lavoratore.²⁵⁹

Nesse sentido, o próprio Hospital de Santa Maria della Scala mantinha uma remuneração salarial não apenas para os empregados internos (ver acima), mas também pagava em dinheiro para camponeses regularmente contratados para o trabalho na vinha, em sua propriedade rural. Em abril de 1344, 217 trabalhadores rurais foram contratados, e a remuneração diária oscilava entre 2 *soldi* 6 *denari* e 4 *soldi*.²⁶⁰

Indício da intensidade com que a monetarização adentrava no universo do trabalho pode ser encontrado mesmo em um gênero de relação que beirava à situação de dependência: a relação entre mestres de ofício e aprendizes. O contrato padrão entre tutores e discípulos determinava a residência obrigatória do aprendiz na residência do mestre de ofício, que, em contrapartida, ficava obrigado a providenciar três necessidades vitais básicas: a alimentação, a vestimenta, e a moradia. Em uma mostra contendo onze contratos de aprendizagem estabelecidos entre 1294 e 1296²⁶¹, em dois contratos (18%)²⁶² a obrigação do tutor foi estabelecida em termos monetários. Assim, um contrato estabelecido em 12/10/1295, além da remuneração monetária, permite entrever que a relação de aprendizagem se confundia com a mera contratação de força de trabalho por parte do mestre:

Cinius filius Maphei Populi Sancti Fridiani pacto posuit et locavit Nunccium filium suum, ibidem presentem, cum Michele Spinelli blavaiolo de Foro Veteri ad artem blavi adiscendam et operandam in termino et per terminum continuum hinc ad unum annum proxime venturum pro salario l. quattuor f. p. in dicto termino. De quibus fuit confessus se in antea iam habuisse s.

²⁵⁹ Giuliano Pinto, L'organizzazione del lavoro nei cantieri edili (Italia Centro-settentrionale, secoli XIII-XIV), in Pinto, **Il lavoro, la povertà, l'assistenza**, Roma: Viella, 2008, p. 49.

²⁶⁰ Duccio Balestracci, "Li lavoratori non cognosciuti", in **Bullettino Senese di Storia Patria**, Siena: Accademia Senese Degli Intronati, 1977, p. 102-104.

²⁶¹ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016. São os minutas: minutas 43 (p. 42-43), minutas 44, (p. 43-44), minutas 47 (pg 46-47), minutas 51 (p. 50-51), minutas 129 (p. 124-125), minutas 510 (p.466), minutas 598 (p. 556-557), minutas 865 (p. 814), minutas 892 (p. 866-867), minutas 690 (p. 653-654), minutas 268 (p. 256-257)

²⁶² Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 690 (p. 653-654) e minutas 268 (p. 256-257).

quadraginta f. p. Et promisit se fatturum quod ipse Nuccius stabit et operabitur et cetera sub pena dupli et dampna et cetera²⁶³

O fato do aprendiz ter um pai residente na cidade de Florença tornava desnecessária sua permanência com o mestre, e permitiu tal arranjo salarial. Mais interessante, no entanto, é que o aprendiz recebe de imediato um valor de 40 *soldi* (em moedas de prata), como adiantamento de um salário devido ao término do contrato, após um ano de trabalho. Esse valor de 40 *soldi* é visto, da parte do mestre, como um adiantamento; e, da parte do aprendiz/empregado, como um *passivo*, uma dívida a ser saldada com o compromisso de trabalho.

Na economia contemporânea o alto grau de endividamento das famílias das categorias trabalhadoras de menor remuneração indica uma situação de desemprego, estagnação, e diminuição do poder de compra. O mesmo não parece ocorrer na economia toscana do século XIV. Podemos levantar a hipótese de que o alto grau de passivos dos *manovali* registrado no gráfico 2.12 é resultante direto do processo de comercialização da sociedade. À medida que as relações de trabalho passaram a ser mediadas pela moeda, podemos pressupor que tenha se tornado comum operações de adiantamento parcial do pagamento da remuneração, efetivando um compromisso de trabalho por parte dos trabalhadores. Se essa hipótese estiver correta, o gráfico 2.12 não descreve uma multidão de trabalhadores manuais em dificuldades financeiras e incapazes de ir ao mercado. Descreve, justamente, o contrário: uma atividade intensiva de gestão de ativos e passivos (monetários), de compromissos de trabalho e de parcelas adiantadas da remuneração, e, portanto, uma frequência assídua no comércio de pequeno valor e em pequena escala.

Aqui, alcançamos um elemento estrutural da demanda do mercado de trigo da Florença do século XIV. Vimos, acima, o caso do próspero mestre de ofício Francesco Dino, destituído de propriedades fundiárias, mas detentor do título da dívida pública no valor de 200 florins. Francesco Dino pertencia aos estratos econômicos mais altos da sociedade florentina (faixa de riqueza 3). Seu poder de compra tornava possível transações de maiores volumes; e Dino tinha a opção de ir ao mercado durante os meses de preço menor, realizar compras volumosas, e armazenar. Não é possível imaginar a mesma situação para Bernardo Bartolomeo, *manovale* de 38 anos, casado, destituído de qualquer propriedade, e que, em casa alugada, era responsável pela manutenção de um

²⁶³ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 690, p. 653-654.

fogo com mais duas pessoas (esposa e filho?).²⁶⁴ Durante o *estimo* de 1427, Bartolomeo não teve qualquer riqueza tributável, e apresentou um passivo de 57 florins. Podemos imaginar que Bernardo Bartolomeo se enquadrasse na imagem descrita acima: um trabalhador manual ativo que administrava dívidas, compromissos de trabalho e a frequência no mercado? Seja como for, dificilmente esse trabalhador braçal teria meios suficientes para realizar grandes compras no comércio de cereais; antes, é verossimilhante supor que Bartolomeo constituísse a pequena multidão de compradores obrigados a fazer pequenas aquisições mensais (ou mesmo semanais) do trigo necessário para alimentar sua família.

É na novelística do período que encontramos uma bela descrição da luta cotidiana de uma família de trabalhadores de modesta condição. Embora a novela se passe em Nápoles, não é absurdo transpor a imagem para Florença, cidade natal do autor. Giovanni Boccaccio, na segunda novela da sétima jornada do *Decameron*, começa a narrativa das aventuras e desventuras de um jovem casal trabalhador nos seguintes termos:

Egli non è ancora guari che in Napoli un povero uomo prese per moglie una bella e vaga giovinnetta chiamata Peronella, e esso con l'arte sua, che era muratore, e ella filando, guadagnando assai sottilmente, la lor vita reggevano come potevano il meglio. (...) il marito di lei si levasse ogni mattina per tempo per andare a lavorare o a trovar lavorio.²⁶⁵

Certo dia, o homem retorna mais cedo para casa, e tem de ouvir uma dura reclamação de Peronella:

Per quello che mi paia vedere, tu non vogli oggi a far nulla, ché io ti veggio co' ferri tuoi in mano: e se tu fai così, di che viverem noi? Onde avrem noi del pane?²⁶⁶

A alimentação surge como primeira preocupação da esposa. O homem, logo em seguida, vende um barril que possuía, e, ao retornar para casa, comunica à esposa com felicidade: “avremo del pane per più d'un mese”. A possibilidade de não ter de viver da mão para a boca surge como um sinal de abastança para o casal de trabalhadores. Para Peronella e seu marido, a necessidade de ir ao mercado comprar regularmente cereal ou

²⁶⁴ *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

²⁶⁵ Giovanni Boccaccio, **Decameron** (ed. Branca), Firenze: Le Lettere, 1999, p. 426.

²⁶⁶ Giovanni Boccaccio, **Decameron** (ed. Branca), Firenze: Le Lettere, 1999, p. 426.

pão resultava na contínua necessidade de, no caso do marido, vender continuamente sua força de trabalho, e, no caso dela, vender continuamente o produto de seu trabalho (fiação).

O aumento das relações monetárias não eliminou a presença de agregados e dependentes no interior das famílias florentinas, como seria de esperar de uma sociedade fraturada por profundas desigualdades socioeconômicas. No livro de contabilidades da poderosa família Peruzzi, pertencente à elite econômica e política da República, conviviam no palácio familiar 31 pessoas, contando com três núcleos familiares e empregados domésticos.²⁶⁷ A análise das residências que tinham como chefe de família um *maestro*, registradas pelo *catasto* de 1427, torna visível que as residências mais ricas congregavam um número maior de pessoas (gráfico 2.14). Nas famílias com riqueza superior a 1.305 florins, o número de fogos com mais de nove residentes alcançava a ordem de 33%; nas famílias com riqueza tributável entre 502 a 1304 florins (faixa de riqueza 4), 20% das residências apresentavam mais de nove pessoas, e 40% dos fogos tinha entre 6 e 9 moradores. Já nas famílias destituídas de riqueza tributável, o número de residências com mais de nove pessoas não ultrapassava 13%.

Gráfico 2.14. Número de residentes por fogo por faixa de riqueza familiar dos *maestri* no *catasto* de 1427. (em percentual relativo a cada faixa de riqueza)

Fonte: *Online Catasto of 1427*. Version 1.3. Edited by David Herlihy, Christiane Klapisch-Zuber, R. Burr Litchfield e Anthony Molho. Machine readable data file based on D. Herlihy e Klapisch-Zuber, **Census and Property Survey of Florentine Domains in the Province of Tuscany, 1427-1480**. Florentine Renaissance Resources/STG: Brown University, Providence, 2002.

²⁶⁷ Luigi Peruzzi, *Storia del commercio e dei banchieri di Firenze*, Florença: Galileiana, 1868, p. 360.

A existência de residências com alto número de pessoas também funcionava como um fator de volatilidade do mercado de trigo. Assim como pequenos proprietários solteiros poderiam representar uma diminuição na demanda, a existência de fogos habitados por um grande número de pessoas, com chefes de família não detentores ou detentores de pequenas propriedades fundiárias, poderia incidir sobre o aumento na demanda. Infelizmente, é impossível, para a primeira metade do século XIV, cruzar dados estatísticos da propriedade fundiária com o número de residentes por fogo, e, assim, chegar a estimativas da flutuação da demanda do mercado e do fluxo de transferência direta de cereais. No entanto, o livro de contabilidade da família Peruzzi, proprietária de terras, registra o impressionante gasto de 580 *liras* para a compra de 821.968 *staia* de trigo em 1315.²⁶⁸

Com isso, chegamos ao último aspecto da demanda do mercado de trigo de Florença, na primeira metade do século XIV. Como veremos no próximo capítulo, as estruturas de mercado haviam se consolidado e, a despeito dos anos de crise do abastecimento, exerceram papel decisivo no abastecimento urbano de uma cidade que contava com mais de 100.000 habitantes. O funcionamento regular, organizado e com regras claras (como veremos), fazia do mercado de trigo uma instituição permanente na vida cotidiana da cidade. Isso significa dizer que o mercado não funcionava apenas no nível da “necessidade”, abordagem que tem predominado em nossa investigação. O mercado funcionava, também, como parte integrante da cultura urbana e, por isso, se manifestava como uma *opção* aberta para todos os que tinham meios de participar. Isso, a meu entender, gerava um efeito de dinamismo que ultrapassa todos os esquematismos propostos. Proprietários de grande, médio e pequeno porte tinham sempre disponível a opção de comprar ou vender, de acordo com suas estratégias econômicas e preferências pessoais. Assalariados que viessem a receber uma remuneração melhor, ou se beneficiassem de uma conjuntura positiva, poderiam trocar o consumo de um trigo de pior qualidade (*grosso* ou *comunal*), por um trigo de melhor qualidade (*calvello* ou *ciciliano*). Todos que dispusessem de recursos disponíveis poderiam escolher se alimentar de forma mais abundante do que a média mínima mensal atribuída pela historiografia (1 *staio* ao mês por pessoa); em contrapartida, o empobrecimento poderia levar a movimentos contrários. Nesse sentido, não me parece adequado falar que a estrutura do mercado tenha sido construída em paralelo com uma estrutura da demanda;

²⁶⁸ Luigi Peruzzi, em **Storia del commercio e dei banchieri di Firenze**, Florença: Galileiana, 1868, p. 372.

antes, prefiro defender a noção de *composição* da demanda. Em primeiro lugar, porque não podemos dizer que a totalidade da população urbana dependia do mercado para seu abastecimento regular. Outros mecanismos de obtenção de trigo foram constantemente criados e utilizados pelas pessoas para escapar das bruscas oscilações de preço no mercado. Ademais, períodos de alta de preços e de escassez de cereais excluía os consumidores mais pobres do comércio. Em segundo, a consolidação do mercado, associada à flutuação dos preços, gerava um efeito dinâmico de maior ou menor participação de compradores, em uma sociedade de radical desigualdade na apropriação da riqueza social. É interessante pensar que a estrutura da oferta, que será tema do nosso próximo capítulo, produziu maior número de documentação. Analisando a composição da demanda, ao contrário, encontramos uma documentação opaca, quando não obscura. Inúmeros indícios refletem uma volatilidade estrutural, e um leque de estratégias e de decisões tomadas cotidianamente pelos indivíduos e pelas famílias. Ao contrário, foram produzidos ou sobreviveram escassos registros que sugerem a eventual felicidade de famílias pobres que, em algum dia de baixa de preços, realizaram um banquete abundante, ou sobre as tragédias individuais que, mesmo em períodos de preço barato, passaram pela penúria da escassez e pela mortalidade infantil decorrente da má alimentação.

CAPÍTULO 3

A ESTRUTURA DE OFERTA

Imagem 3.1. A colheita de cereais em tempos de carestia.

Fonte: Iluminura de *Il Libro del Biadaiolo*, reproduzida em D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978.

3.1 O caráter estrutural da produção agrícola e a abordagem dos contemporâneos

A cultura de cereais ocorre em ciclo anual, marcado por diferentes trabalhos que acompanham as estações do ano. Na Baixa Idade Média, na Península Itálica, se consolidou um sistema cerealífero baseado na diferença entre dois tipos de cultivo sazonal. Os cereais de inverno – o trigo, a espelta, o centeio e a cevada – possuíam um ciclo longo, que ocupava todo o ano. Já os cereais de primavera – o sorgo (*sorghum vulgare*), o miglio (*panicum miliaceum*), o painço (*setaria italica*) e a cevada de março (“orzo marzuolo”) – possuíam ciclo curto; semeados em março e abril, eram colhidos, como os demais, em agosto e setembro. É no tratado agrícola de Pietro dei Crescenzi, produzido na primeira metade do século XIV, que encontramos um calendário indicando o ritmo anual dos trabalhos agrícolas. Por mais que o texto seja uma peça intelectual construída a partir do estudo de tratados da Antiguidade Clássica²⁶⁹, com especial atenção a Palladio²⁷⁰, e destinada à circulação na corte de Nápoles (não se tratava de um manual para agricultores), tanto o calendário agrícola quanto diversas atividades descritas podem ser consideradas como pertencentes ao ambiente rural da Península Itálica da Baixa Idade Média.²⁷¹ Ademais, no tratado de Crescenzi, encontramos um princípio taxonômico que pode nos auxiliar a compreender a organização do universo rural durante o período, nos preservando de impor uma classificação contemporânea.

Crescenzi discerne quatro tipos de formações agrícolas: os campos, destinados à cultura cerealífera; a horta, espaço de cultivo de ervas e de legumes; a vinha, detentora de especial atenção e cuidado; e os prados e bosques, destinados à pastagem dos rebanhos e à obtenção de madeira para construção. Ademais, o autor descreve 28 árvores frutíferas, como o castanheiro e a oliveira²⁷², e 34 árvores que, apesar de não participarem da cultura alimentar, tinham importante contribuição para a economia rural, como a cana, usada para as estacas de sustentação da vinha.²⁷³

²⁶⁹ Bartolomeu Sorio, editor da obra, reconhece a influência de Aristóteles, Cassio, Columella, Demócrito, Esíodo, Galeno, Hipócrates, Macróbio, Paládio, Pitágoras, Plínio, Varão, e Virgílio, entre outros. Sorio, “Ragionamento I. del correttore Veronese”, in Crescenzi, **Trattato della agricoltura** (ed. Sorio), vol. 1, Verona: Vicentini, 1851, p. 9.

²⁷⁰ Sobre a influência de Palladio na cultura medieval, Jean Louis-Gaulin, “Agronomie antique et élaboration médiévale: de Palladius aux Préceptes cisterciens d’économie rurale”, in **Médiévaux**, [S.l.], n. 26, 1994, p. 61-68.

²⁷¹ O calendário cerealífero de Crescenzi, por exemplo, é semelhante ao encontrado na documentação da Lombardia medieval investigada por François Menant, em **Campagnes lombardes du Moyen Age**, Roma: École Française de Rome, 1993.

²⁷² Crescenzi, **Trattato della agricoltura** (ed. Sorio), vol. 2, Verona: Vicentini, 1851, p. 118-186.

²⁷³ Crescenzi, **Trattato della agricoltura** (ed. Sorio), vol. 2, Verona: Vicentini, 1851, p. 187-210.

Quadro 3.1. Calendário agrícola segundo Pietro dei Crescenzi (excluídas atividades na vinha)

Estação	Mês	Semeadura	Arado/adubo	Colheita/poda	Atividades
Outono	Setembro (20/22)	Trigo (em climas frios e solos fracos)			1. Preparo de cisternas 2. Abertura de poços
	Outubro	Trigo Cevada Farro Espelta Oliva			
	Novembro	Trigo Centeio Cevada			Cruzamento de gado ovino (nascimento na primavera)
Inverno	Dezembro (20/22)	Fava		Corte de cana para vinha.	Corte de madeira para construção
	Janeiro	Fava Cicerchia Lavecia	Arar campos “macios” Coleta de novo adubo		1. Corte de madeira para construção 2. Transporte de abelhas 3. Compra de animais domésticos
	Fevereiro	Cana	Arar terrenos (campo, vinha, horta, prado) Adubar terrenos Preparação de horta.	Poda/limpeza de trigo, centeio, farro, espelta.	1. Drenagem de água. 2. Poda de árvores
Primavera	Março (20/22)	Sagina Miglio Painço Feijão verde	Arar terrenos.	Poda/limpeza de trigo, espelta, cevada.	
	Abril	Cechie Cana Sagina Preparo da horta	Arar terrenos		1. Condução de ovelhas a prado 2. Marcação a ferro de rebanho
	Maio		Arar campo adubado.		1. Talhar bosque 2. Corte de feno (locais quentes) 3. Tosquia de rebanho ovino 4. Preparo de queijos
Verão	Junho (20/22)	Miglio Painço		Colheita de trigo, cevada, feno, legumes.	1. Preparo de queijos. 2. Castração de animais
	Julho		Arar campos	Trigo (local temperado)	
	Agosto		Arar campos	Saggina Figo	Manejo de águas, com abertura de poços e construção de canais

Fonte: Crescenzi, *Trattato della agricoltura* (ed. Sorio), 3 vols, Verona: Vicentini e Franchini, 1851.

O cultivo e o cuidado das espécies arbóreas tinham tanta importância na paisagem rural quanto a extensão dos campos cerealíferos. Nesse sentido, o ambiente não urbano da Toscana parece longe de se reduzir a um cenário de monocultura de cereais. No sexto livro, dedicado à horta, Crescenzi descreve 130 espécies diferentes, incluindo o alho, a cebola, a mandrágora, o manjerição, o melão, o espinafre, e a alface.²⁷⁴ Embora seja equivocado falar em termos de monocultura, a importância do trigo na alimentação se associava à difusão cerealífera na paisagem rural. E, aqui, se destacam as peculiaridades do bioma e do clima da zona do Mediterrâneo.

Podemos considerar que o clima é composto por três variáveis: o relevo ou topografia, a latitude, e a distância em relação ao mar. No tocante à geologia, o continente europeu é classificado em cinco zonas diferentes. O escudo Báltico, com formação de cerca de 600 milhões de anos, apresentando pequenas altitudes, se estende da Escandinávia até a Finlândia. O sistema de montanhas da Caledônia, com cerca de 400 milhões de anos, tem alturas oscilando entre 914 a 2.100 metros, e se estende da Irlanda até o norte da Rússia. O arco de montanhas da zona Íbero-Americana, formada há 200 milhões de anos, com altura máxima de 1.828 metros, perpassa a Meseta Castelhana e forma o Maciço Central da França. O sistema dos Alpes, limite superior da Península Itálica, formado há 20 milhões de anos, apresenta relevos extremos com alcance de 3.600 metros acima do nível do mar e longas cadeias montanhosas, ocupando uma faixa que vai do norte da África (montanhas do Atlas e planaltos da Argélia), passa pelos Pirineus e os Apeninos, forma a cadeia dos Alpes, e se bifurca na Europa Oriental, entre os Cárpatos e os Balcãs. Finalmente, temos as zonas costeiras do Mediterrâneo, com vales, planaltos e litorais, região de menores altitudes, influenciadas pela bacia do mar interior.²⁷⁵ A região da Península Itálica, afetada por duas formações geológicas distintas (o sistema dos Alpes e a zona mediterrânica), apresenta uma grande diversidade de relevos. Apenas a Sicília, com pouco mais de 25.000 km², contém três cadeias de montanhas, incluindo o Etna (3.000 metros de altitude), que resultam na divisão da ilha em três sub-regiões: o val di Mazara, no leste, com cidades como Palermo e Trapani, ligadas ao Mar Tirreno e ao Oeste da Europa – e que passaria a fornecer trigo para o Reino de Aragão; o Val Demone, no nordeste, região montanhosa e ligada à Calábria e ao sul da Península Itálica; e,

²⁷⁴ Crescenzi, *Trattato della agricoltura* (ed. Sorio), vol. 2, Verona: Vicentini, 1851, p. 242-340.

²⁷⁵ Uma ótima reflexão apresentando as cinco zonas geológicas e sua influência para as sociedades medievais existe em Malcolm Barber, *The Two Cities*, Londres/Nova York: Routledge, 2004, p. 5-23.

finalmente, o Val di Noto, ao sul, com a presença de Catania e Siracusa, região voltada para o mar Adriático, e que forneceria trigo para os reinos cristãos do Oriente Médio.²⁷⁶

Ao norte dos Alpes, o continente europeu sofre da influência dos ventos que chegam do Atlântico, resultando, em linhas gerais, em um regime de chuvas razoavelmente distribuído. Ao sul, no entanto, o deserto do Saara funciona como uma zona de alta pressão atmosférica, dificultando a entrada de ventos com origem do Atlântico, e ocasionando um regime de chuvas singular na zona mediterrânica: durante o verão, altas temperaturas e clima seco; e, durante o inverno, chuvas que se dispersam de forma irregular pelo território, com formação de áreas secas ou úmidas.²⁷⁷ A existência de verões quentes, com alto índice de evaporação, e a presença moderada de chuvas, diminuindo efeitos de lixiviação, geraram solos bastante produtivos e adaptáveis à cultura de três diferentes famílias agrícolas: os cereais, as videiras, e as oliveiras. De fato, da antiguidade ao período medieval, se tornou algo vulgar relacionar as sociedades mediterrâneas com o consumo de trigo, vinho e azeite.

A Toscana, com cerca de 23.000 km², contém em 1/5 de seu território o predomínio de montanhas, em 2/3 de colinas, e 1/10 é composto por vales e planícies.²⁷⁸ É delimitada pelo mar Tirreno a oeste, pelas cadeias dos Apeninos a norte e a leste; em contrapartida, há poucos marcadores físicos que a separam, ao sul, da Úmbria e do Lácio.²⁷⁹ A expansão demográfica dos séculos XII e XIV resultou em uma distribuição bastante irregular da população e das atividades agropastoris. As regiões montanhosas, de elevada altitude, representaram limites para a produção agrícola; e as planícies, com destaque para a Maremma no litoral e a Valdichiana no interior, permaneceram como solos úmidos, com presença de água estagnada e infestação de malária, e, portanto, pouca ocupação demográfica e cerealífera, e o predomínio de atividades pastoris.²⁸⁰ Com exceção de Pisa, no litoral, foram nas colinas que se consolidaram os grandes centros urbanos, e nelas desenvolveram-se bolsões de produção cerealífera, em geral próximos das cidades. Durante a primeira metade do século XIV, estimativas apontam que a região

²⁷⁶ Para a descrição geográfica da ilha, Stephan Epstein, **An island for itself**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 25-74. Sobre o abastecimento dos reinos cristãos do Oriente, Toomaspoeg, **Histoire des chevaliers teutoniques**, Paris: Flammarion, 2012, p. 82-87.

²⁷⁷ Malcolm Barber, **The Two Cities**, Londres/Nova York: Routledge, 2004, p. 5-23.

²⁷⁸ Giovanni Cherubini, “L’approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo”, in **Rivista de Storia dell’Agricoltura**, XL, n.1, junho/1995, p. 34-35.

²⁷⁹ Giovanni Cherubini, “L’approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo”, in **Rivista de Storia dell’Agricoltura**, XL, n.1, junho/1995, p. 34.

²⁸⁰ Giovanni Cherubini, “L’approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo”, in **Rivista de Storia dell’Agricoltura**, XL, n.1, junho/1995, p. 34-35.

tinha entre 1 a 1,1 milhão de habitantes, com uma densidade demográfica entre 43 a 48 pessoas por km². Tratava-se, portanto, de um mundo rural pleno do ponto de vista demográfico.

A teoria da crise do século XIV postula que, na primeira metade do século, as sociedades medievais haviam chegado ao limite da capacidade de sustentação; a expansão agrícola sobre solos com menor índice de produtividade, associada à estagnação tecnológica, teria alcançado uma capacidade máxima de extração de recursos naturais, que passou a ser insuficiente diante do crescimento populacional.²⁸¹ Para esse modelo explicativo, que ficaria conhecido como “malthusiano”, as crises de fome e de abastecimento seriam claros indícios de uma insuficiência econômica diante da expansão demográfica.²⁸²

Um modelo teórico contrário, que me parece mais pertinente para compreender a documentação e o século XIV, foi defendido por Ester Boserup. Investigando sociedades agrárias em três continentes diferentes (Ásia, África e Europa), Boserup inicia realizando uma tipologia da atividade agrícola fundamentada em cinco categorias, utilizando como critérios o período de pousio e a intensividade do uso do solo.²⁸³ No “cultivo com pousio longo ou florestal”, geralmente realizado em florestas, clareiras são abertas anualmente, semeadas por um ou dois anos, e deixadas por um período de 20 a 25 anos, com consequente recuperação da vegetação. Nesse caso, é comum que as sociedades existam em regime semi-nômade, com utilização de residências do tipo “cabana”, capazes de serem deslocadas ou construídas com maior facilidade. No “cultivo com pousio arbustivo”, o período de descanso da terra oscila entre seis a dez anos, permitindo a recuperação de uma vegetação de arbustos; o período de cultivo pode variar de dois a oito anos. No “cultivo com pousio curto”, o descanso da terra se reduz a um ou dois anos, permitindo, nesse curto período, apenas o crescimento de vegetação rasteira. No “cultivo anual”, a terra descansa apenas alguns meses, entre a colheita e a semeadura; e, aqui, não é incomum a utilização de sistemas de rotação das espécies cultivadas. Finalmente, o “cultivo múltiplo” surge como o uso mais intensivo da terra, com a realização de duas ou

²⁸¹ Para a melhor exposição do modelo, M. Bourin, F. Menant e L. Figueras, “Les campagnes européennes avant la peste”, in M. Bourin, F. Menant e L. Figueras (org.). **Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014, p. 25-36.

²⁸² M. Bourin, F. Menant e L. Figueras, “Les campagnes européennes avant la peste”, in M. Bourin, F. Menant e L. Figueras (org.). **Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014, p. 21-22.

²⁸³ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 8-14.

mais colheitas anuais, com a semeadura ocorrendo pouco após a colheita, resultando em tempo de descanso insignificante.²⁸⁴

Para Boserup, o crescimento populacional é um fator decisivo para a passagem de sistemas de período de maior pousio para sistemas de utilização mais intensiva da terra. A autora realiza uma crítica incisiva ao paradigma malthusiano, uma vez que esse se baseia em uma visão excessivamente simplista das sociedades agrárias pré-industriais e postula que o crescimento produtivo decorre apenas da ocupação de novas terras (terras “virgens”) ou de “revoluções tecnológicas”. Ignorando, portanto, as diferentes formas de gestão social da agricultura e os vários níveis de intensificação do uso do solo.²⁸⁵ A teoria de que tanto as mudanças nos sistemas agrícolas, quanto o crescimento populacional, são resultados de inovações tecnológicas também é rejeitado:

The change in western Europe to annual cropping used to be described as the result of an autonomous technical revolution, namely the alleged discovery of the possibility of cropping the land without fallow by the use of crop rotations with fodder plants, of which some were leguminous. The rapid growth of population in western Europe was considered to be the result rather than the cause of this change. However, economic historians have revised the traditional explanation of the agricultural revolution. It has been revealed that virtually all of the methods introduced in this period had been known beforehand and that crop rotations without fallow and with leguminous crops were used in the ancient world in the Mediterranean as well as other regions.²⁸⁶

Boserup defende que é possível identificar uma resistência, entre sociedades com uso de sistema de “cultivo de pousio longo ou florestal”, de adoção de tecnologias supostamente mais avançadas. Aqui, a abordagem economicista de uma “maior ou menor eficiência” na exploração de recursos naturais parece ser absolutamente inadequada. A “agricultura de técnicas primitivas”, sem utilização de arado, adubagem ou manejo de águas, é, na verdade, aquela que tem a melhor relação entre jornada individual de trabalho e produtividade. Ou seja, o “cultivo de pousio longo ou florestal” exige menor tempo de trabalho individual para um mesmo nível de produtividade, muitas vezes alcançando um grau ótimo com uma densidade demográfica inferior a uma família por três km²; e,

²⁸⁴ A exposição das cinco categorias: Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 8-9.

²⁸⁵ “(...) economists who are unfamiliar with local agricultural conditions tend to underestimate the scope for additional employment and production in agriculture in such regions because they base their reasoning upon an artificial distinction between expansion of cultivation to ‘new’ land and a much too narrowly defined concept of agricultural intensification. If, in such regions, population is growing at a rapid rate, the further conclusion is usually drawn that sufficient food cannot be produced unless agriculture is equipped with modern means of production from industry”. Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 35.

²⁸⁶ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 29-30.

segundo a autora, as sociedades agrícolas desse tipo, ao lidarem com uma expansão demográfica e consequente aumento da densidade populacional, tenderam a reagir pelo uso da escravidão²⁸⁷ ou por estratégias de dispersão:

In typical cases, a small population can obtain its food by a much smaller input of labour if, instead of crowding together on a part of the territory, they spread widely, with an average population density of one family or two per square kilometer. Such a scattered population may be in contact with neighbouring peoples with other methods of cultivation and much higher cultural levels and may from them receive better axes and hoes than they could make themselves, but it is unlikely that they would emulate their agricultural methods, since this would usually entail an immediate reduction of output per man-hour. They would be forced to work harder in order to obtain advantages which to them would not appear as necessarily connected with change in their system of food production. The difficulty is that the advantages of dense and permanent settlement, which are undoubtedly large, are not reaped from one day to another. They appear very slowly, while the disadvantages of concentration appear immediately in the form of harder and longer working hours spent on cultivation and on investment in land improvement.²⁸⁸

A adoção de tração animal também se torna problemática, em razão do aumento da quantidade de trabalho necessário para a alimentação dos animais.²⁸⁹ No entanto, nem sempre as estratégias de manutenção de baixa densidade terão sido possíveis, e, para Boserup, o aumento da densidade demográfica funcionou, na história da agricultura, como um fator de disparo dos usos mais intensivos do solo:

(...) the transition in Europe from short fallow to annual cropping was not the result of contemporary inventions; it could more plausibly be described as the spread of various methods of intensive cultivation most of which, although known since antiquity, was little used in Europe until the increase of urban population raised the demand for food and the increase of rural population provided the additional labour needed for a more intensive cultivation of the land in the most densely populated regions of the continent.²⁹⁰

A agricultura de pousio curto, quando utilizada para o cultivo de cereais, tem como característica estrutural uma sazonalidade bastante demarcada, alternando períodos de trabalho intensivo com períodos de “tempo morto” de trabalho. Em regiões de clima seco, a tendência é de haver escassez de mão de obra no momento do plantio; como a janela do período de semeadura é curta, a amplitude da área cultivada tem estreita ligação com a força de trabalho disponível em uma família ou comunidade rural.²⁹¹ Em regiões de clima úmido, ao contrário, o gargalo ocorre na colheita, que tem de ser feita em poucas

²⁸⁷ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 62-64.

²⁸⁸ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 62.

²⁸⁹ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 62.

²⁹⁰ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 30.

²⁹¹ Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 39.

semanas para evitar que a umidade estrague a safra.²⁹² Em ambos os casos, a disponibilidade de maior número de mão de obra surge como uma vantagem comparativa. A diversificação de espécies cultivadas e o uso da irrigação surgem como medidas que reequilibram as jornadas de trabalho durante todos os períodos do ano.

O modelo de Ester Boserup oferece uma chave de leitura propícia para as sociedades europeias dos séculos XII a XIV. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu na planície do rio Pó, processo descrito com riqueza de investigação documental por François Menant. No século XI, o norte da Lombardia, com áreas secas e altas, tinha maior densidade populacional; as áreas de menor altura e úmidas, às vezes pantanosas, e próximas ao rio, eram de escasso povoamento.²⁹³ Aqui, um processo de eliminação de água parada, secagem dos solos úmidos e deflorestação, iniciado no século X, se acirrou na primeira metade do século XII, agenciado em pequena escala por proprietários individuais. Então se seguiu uma fase de escavação de fossas de drenagem, com expansão de canais e difusão da irrigação controlada; uma nova etapa de deflorestação e ocupação de zonas incultas exigiu alto nível de organização coletiva e uso intensivo de mão de obra, ocorrendo de forma concomitante com o colapso do senhorio banal e a consolidação do governo comunal sobre os territórios rurais. Finalmente, no século XIII, a gestão comunal das terras permitiu uma verdadeira reorganização da rede hidrográfica das zonas de baixa altitude da Lombardia, promovendo a abertura de novas terras cultiváveis através de uso da irrigação controlada, difusão da vinha, uma legislação incentivando a difusão do castanheiro e dos cereais, e a construção de grandes canais de irrigação e navegação.²⁹⁴ O chamado *Naviglio Grande* é resultante desse esforço que exigiu grande uso de mão de obra e organização do trabalho. A planície do Pó se tornou um centro de exportação de cereais para toda a região, abastecendo a malha de pequenas e médias cidades, e também a grande concentração urbana de Milão. A “revolução” agrícola do Pó foi um processo que dificilmente teria sido possível sem a intensiva força de trabalho resultante da contínua expansão demográfica desse período.

Embora aparentemente nada tão espetacular tenha ocorrido na Toscana, a documentação também manifesta provas de melhorias na produção agrária. Já nos referimos, no capítulo anterior, a Filippo del Sega, cidadão de Florença que atuou como

²⁹² Ester Boserup, **The conditions of agricultural growth**, Londres: Routledge, 1993, p. 39.

²⁹³ F. Menant, **Campagnes lombardes du Moyen Age**, Roma: École Française de Rome, 1993, p. 171-250.

²⁹⁴ F. Menant, **Campagnes lombardes du Moyen Age**, Roma: École Française de Rome, 1993, p. 171-250.

cambista na década de 1310 e 1320 e que, posteriormente, passou a dedicar seus investimentos nas propriedades recebidas em herança. Os gastos de Del Segá foram analisados detalhadamente por Charles de La Roncière (tabela 3.1).

Tabela 3.1. Investimento de Filippo del Segá em sua propriedade agrícola (1311-1355).

	Controle do solo	Plantação	Instrumentos de produção
Retirada de pedras	X*		
Construção de rede de fossas	160 liras		
Subtotal	196 liras		
Figueiras		X	
Oliveiras		X	
Vinha		X	
Canas		X	
Subtotal		84 liras e 15 soldi	
<i>Cappana</i>			1 lira 6 soldi
<i>Forno</i>			18 liras
<i>Fornace</i> (secar figos)			1 florim
Granja e tanque para produção de vinho			4 liras
Moinho de azeite			13,5 florins e 30 liras
Subtotal			170 liras e 8 soldi
Total Geral			490 liras

Fonte: Charles de La Roncière, *Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segá*, Paris: SEVPEN, 1973, p. 120-127.

*: Ausência de valor específico.

Infelizmente, os manuscritos de Segá registram o resultado das colheitas apenas a partir de 1331, quando o proprietário passou a concentrar investimentos em vinhas. A documentação, portanto, registra a melhoria consistente na produção de vinho, deixando na sombra a evolução da produção de trigo. Não obstante, uma característica estrutural da agricultura cerealífera sobressai no registro que vai de 1331 a 1356: a profunda irregularidade da produção.²⁹⁵ Se 1331 significou um ano bom, 1333 chegou apenas à metade do mesmo valor; as ótimas colheitas de 1334 contrastaram com a pífia produtividade de 1337; em 1341 a produção foi de 1/3 comparada ao ano anterior.²⁹⁶ Os dados são tão mais interessantes porque dizem respeito a uma estrutura agrícola complexa, com utilização de controle das águas e de irrigação, associação de diferentes

²⁹⁵ Ao trabalhar com a produção de trigo, Roncière optou por organizar três blocos de tempo (1331-1339, 1340-1347, e 1351-1356), registrando o montante global e estipulando médias anuais para cada um dos períodos. Essa estratégia de exposição não se mostrou funcional para a presente dissertação. Infelizmente, não tivemos oportunidade de acessar os valiosos manuscritos originais.

²⁹⁶ Os dados anuais são apresentados no gráfico 2 (cap. VII), mas Roncière optou por registrar apenas as receitas monetárias decorrentes da venda dos produtos, e não o montante bruto da produção. Charles de La Roncière, *Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segá*, Paris: SEVPEN, 1973, p. 141.

espécies (cereais menores, trigo, vinho, óleo), uso de adubo e reserva florestal para exploração de árvores frutíferas e de lenha. Mesmo essa propriedade, administrada com o melhor da tecnologia disponível para o período, sofria da oscilação nas colheitas, o que torna a irregularidade da produção um dado estrutural da agricultura cerealífera da Baixa Idade Média. A procura de uma “média” medieval de rendimento do trigo (1 semente plantada para 5, 7, 9 ou 12 colhidas) torna-se um exercício algo fictício, uma vez que as oscilações na produção eram uma constante da economia; me parece mais fecundo tentar entender como as sociedades lidavam com o fato ordinário da irregularidade das safras.

O clima constituía um fator determinante na oscilação agrícola. A associação de problemas climáticos, quedas na produção de cereais e alta de preços é uma constante nas crônicas medievais. Em Giovanni Villani, por exemplo, uma grande chuva em 1282, que causou a inundação da cidade, é associada à falta de trigo e à alta de preços no mesmo ano.²⁹⁷ Em 1312, narra o mesmo cronista, um inverno intenso, com abundante queda de neve, atingiu toda Península Itálica, resultando em queda na produção e alta de preços por toda região, “especialmente em Pisa, Lucca, e Pistoia, onde houve grandíssima fome e carestia”.²⁹⁸ Villani é ainda mais preciso ao tratar da quebra de safra de 1345-1346; o trecho é interessante a vale a longa citação:

Nel detto anno MCCCXLVI, cominciandosi la cagione d’ottobre e di novembre MCCCXLV, al tempo della sementa furono soperchie piove, sicché corrupono la sementa, e poi l’aprile e ’l maggio e giugno vegnente MCCCXLVI non finò di piovere, e talora tempeste, onde per simile modo si perdé la sementa delle biade, e lle seminate si guastarono; e cciò avvenne quase in più parti di Toscana e d’Italia, e in Proenza, e Borgogna, e Francia (onde nacque grande fame e caro ne’ detti paesi), ed a Genova, e a Vignone in Proenza, ov’era il papa colla corte di Roma. E cciò avvenne, secondo dissono gli astrolagi e maestri in natura, per la congiunzione passata di Saturno e di Giove e di Marte nel segno dell’Aquario, come adietro è per noi fatta menzione. Onde avvenne che già sono più di cento anni passati non fu sì pessima ricolta in questo paese di grano e biada, di vino e d’olio e di tutte cose, come fu in questo anno.²⁹⁹

Os três exemplos têm distintas ordens de grandeza que são descritas com precisão pelo cronista: o evento de 1282 ocorre em escala local; o evento de 1312 atinge a Itália, e o evento de 1345-46 se repercute sobre o sul da Europa. Será possível interpretar o último evento como resultante de uma mudança climática de longa duração? Brian Fagan defende que 1300 marca o início da Pequena Idade do Gelo, manifesta na grande fome

²⁹⁷ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro VIII, cap. 88, p. 450.

²⁹⁸ “e così seguì quasi in tutta Italia, spezialmente in Pisa e in Lucca e Pistoia, grandissima fame e carestia”, G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro X, cap. 186, p. 832.

²⁹⁹ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XIII, cap. 73, p. 1561.

do Noroeste da Europa entre 1315-1321, e no abandono da viticultura na Inglaterra do século XIV³⁰⁰ – portanto, uma profunda mudança climática, que atingiu todo o planeta e causou eventos de escala global. Seja como for, o microclima exerceu uma influência decisiva, não apenas sobre os eventuais desastres da produção, mas sobre a própria oscilação contínua da produção cerealífera. Nesse sentido, Maximilien Sorre é bastante contundente:

(o clima) présente, en chaque lieu, une individualité originale, parfois irréductible à l'individualité la plus voisine. Une légère différence d'altitude, l'opposition des versants d'une même colline, le passage de la rampe au plateau, et la durée d'insolation, le trouble de l'air, la température, la quantité de pluie, tout change. Et, en même temps, le paysage végétal et les réactions de notre organisme... Le climat local est la réalité fondamentale, la seule donnée immédiate de toute climatologie.³⁰¹

A influência do clima, portanto, sobre a produção cerealífera é extremamente complexa; o microclima é tão importante quanto o macroclima, assim como os fenômenos ocasionais incidem tanto quanto a evolução das mudanças climáticas de longa duração. Ademais, as espécies cultivadas reagem de maneira diferente às mesmas variações climáticas. Em 1302, 1328 e 1339, colheitas medíocres de cereais coincidiram com colheitas normais de vinho; ao contrário, em 1331 e 1337, anos de excelente produção de trigo, não há nenhuma menção ao maior rendimento de videiras ou oliveiras.³⁰²

Entretanto, o clima não era o único fator decisivo. Já vimos acima a classificação de Ester Boserup sobre diferentes formas de agricultura. A estrutura agrária baseada na produção de cereais com pousio de curta duração, ao ter uma sazonalidade demarcada, parece sofrer de maior fragilidade diante de certo grau de imprevisibilidade dos fenômenos climáticos. Não se trata, no entanto, de uma incidência neutra. O modelo de Boserup é importante por conceder uma abordagem global sobre a atividade agrícola, mas não podemos perder de vista que, no interior de cada tipo, há espaço para grande heterogeneidade. A agricultura de pousio curto era praticada há milênios, na Europa; se a expansão demográfica acompanhou a intensificação do uso do solo, isso não se deu pela mudança entre os tipos de Boserup, mas pela utilização de aperfeiçoamento técnico. Guy Bois apresenta uma interessante ideia sobre a difusão de melhorias no interior de um

³⁰⁰ Brian Fagan, *The Little Ice Age*, New York: Basic Books, 2000, p. 47-121.

³⁰¹ Maximilien Sorre, *Les fondements biologiques de la géographie humaine*, Paris : Colin, 1943, p. 14.

³⁰² Giuliano Pinto, “Mondo contadino e ceti urbani di fronte alle carestie”, in D. Lenzi, *Il Libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 143.

sistema técnico de produção agrária. Isso significa dizer que não se trata de procurar uma “revolução agrícola”, uma profunda transformação no uso da tecnologia, mas sim um conjunto (um “sistema”) de técnicas que promoveram o aumento do rendimento agrícola. Bois enumera quatro elementos desse conjunto. Primeiro, a difusão consistente no uso de diferentes tipos de moinho (moagem de alimentos, metalurgia, manufatura têxtil). A conquista de eficiência na energia motriz representou também uma economia do trabalho humano. Baseando-se nas contas de Robert Philippe, Guy Bois afirma que os 20.000 moinhos existentes na França, no início do século XII, equivaliam ao dispêndio de energia de 600.000 trabalhadores.³⁰³ Em segundo, a difusão do ferro ensejou tanto o maior uso, quanto a melhoria em diversos tipos de ferramenta – rodas, lâminas, ferraduras, foices, para citar algumas.³⁰⁴ As ferramentas agrícolas, em particular, receberam modificações importantes; a difusão, no sul da Europa, de trem dianteiro e lâmina nos arados; a substituição do jugo frontal pelo jugo de dorso, para melhor respiração dos animais; maior utilização de cavalos no lugar dos bois, capazes de percorrer uma distância maior em menor tempo, e resultando, portanto, em uma área maior de cultivo por dia de trabalho.³⁰⁵ E, finalmente, a especialização. Como vimos no capítulo anterior, o processo de urbanização, ao impulsionar a maior divisão social do trabalho, permitiu a formação de heterogênea categoria de profissionais especializados. Para Bois, esse movimento também influenciou o espaço rural. Se antes a população do campo realizava diversos gêneros de atividades artesanais, a integração comercial entre o campo e a cidade permitiu que as comunidades camponesas se beneficiassem da difusão de profissionais especializados (na construção, na manufatura do couro, na manufatura têxtil), passando a dispor de mais tempo e, por conseguinte, maiores possibilidades de enriquecimento com a dedicação exclusiva às atividades pastoris e agrícolas.³⁰⁶ Essa maior dedicação aparece de forma nítida na ampliação do cultivo de espécies voltadas para a tinturaria: a plantado-pastel (*Isatis tinctoria*), o açafraão e a ruiva-dos-tintureiros (*Rubia tinctorium*).³⁰⁷ Entretanto, Guy Bois se reporta a Fernand Braudel, que propõe uma diferença fundamental entre as transformações agrícolas no período medieval e a transformação tecnológica da Revolução Industrial. Para Braudel, a Revolução Industrial se caracterizou

³⁰³ Guy Bois, **La gran depresión medieval : siglos XIV-XV**, Valencia: Biblioteca Nueva, 2001, p. 22.

³⁰⁴ Guy Bois, **La gran depresión medieval : siglos XIV-XV**, Valencia: Biblioteca Nueva, 2001, p. 23.

³⁰⁵ Guy Bois, **La gran depresión medieval : siglos XIV-XV**, Valencia: Biblioteca Nueva, 2001, p. 23.

³⁰⁶ Guy Bois, **La gran depresión medieval : siglos XIV-XV**, Valencia: Biblioteca Nueva, 2001, p. 51-52.

³⁰⁷ Philip Jones, “Medieval agrarian society in its prime”, in Postan (org.), **The Cambridge Economic History of Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1966, p. 370-371.

por gerar um efeito em cadeia de uma série de revoluções, ou seja, cada revolução engendrou a seguinte, resultando em uma dinâmica socioeconômica de contínua transformação tecnológica. Em contrapartida, o aperfeiçoamento técnico da agricultura medieval (e moderna) tem um limite, um ponto do qual era incapaz de ultrapassar.³⁰⁸

As considerações de Bois e Braudel permanecem atuais. Vimos como, em primeiro lugar, o aperfeiçoamento de recursos tecnológicos no interior da cultura cerealífera de pousio curto pode trazer profundas mudanças na relação do homem com a natureza, como foi o caso da Lombardia investigado por François Menant. No entanto, do ponto de vista da oscilação dos rendimentos agrários, a construção de canais e controle do manejo das águas, o uso controlado da adubagem, a gestão intensiva do uso de mão de obra nos períodos de gargalo, o preparo de fossas para escoamento da água excessiva, a tração animal na limpeza da terra, enfim, todas as técnicas que foram utilizadas por homens e mulheres do período medieval tiveram como consequência *aumentar* a irregularidade da produção agrícola. Afinal, como a atividade agrícola passou a existir assentada sobre um leque maior de elementos técnicos, não apenas o clima, mas os acidentes que acometessem qualquer um desses elementos influenciavam nos resultados finais da colheita. Assim, na série estatística da propriedade de Filippo del Sega, entre 1331 e 1356, o pior ano não resultou de fenômenos climáticos, mas da crise demográfica causada pela Peste Negra – evento que atingiu aos homens, mas não aos animais do rebanho ou às espécies vegetais.³⁰⁹ Tanto a falta de mão de obra, quanto a quebra da demanda por alimentos, concorreram para que 1349 fosse o pior ano para a produção de trigo de Sega, embora o fabrico de vinho e de óleo, assim como a colheita dos cereais menores, tenham permanecido em níveis estáveis. Infelizmente, a documentação silencia sobre as tribulações que acometiam os trabalhos do campo, e apenas podemos supor como cada elemento da complexa estrutura de produção participava como um fator que influenciava na oscilação dos rendimentos. Assim, os investimentos na construção de fossas para drenagem de água excessiva feitos por Sega se estendem de 1311 até 1354, de forma intermitente, provavelmente reativa aos problemas que iam surgindo. Em 1318, o proprietário planejou a confecção de uma fossa de 128 metros, mas os trabalhos se estenderam durante dez anos; apenas em 1335-36 Sega investiu uma soma duas vezes

³⁰⁸ Fernand Braudel, **L'identité de la France**, vol 1, Valenton: Flammarion, 1986, p. 132.

³⁰⁹ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 141.

superior, provavelmente como resposta às terríveis inundações de 1333.³¹⁰ A aplicação de tecnologia nas estruturas agrárias possibilitava melhorias no rendimento da terra e, *ao mesmo tempo*, inseria novos elementos que incidiam sobre a oscilação da produtividade; o incremento andava a *pari passu* com o aumento da fragilidade da produção. Ou seja, o cenário do século XIV contava com uma produção mais qualificada e, ao mesmo tempo, mais frágil.

Uma vez que o cereal se tornou a base alimentar da população, como ocorreu na Toscana da Baixa Idade Média, a segurança nutricional passou a se entrelaçar com a intrincada incidência do clima sobre estruturas agrárias complexas. No trecho citado acima, Giovanni Villani acompanha a explicação dos “mestres da natureza”, explicando os fenômenos climáticos de grande amplitude de 1345-46 como consequentes de uma rara conjunção dos astros do sistema solar, associando a observação dos corpos celestes com o excesso de chuvas que não apenas atingiu diversas regiões, mas prejudicou a colheita de diversas espécies cultivadas. No entanto, o cronista não utiliza do mesmo procedimento para justificar os problemas climáticos de 1282 e 1312; não se trata de aplicação vulgar ou indiscriminada da observação astronômica/astrológica.³¹¹

Também no manuscrito de Domenico Lenzi a oscilação da produção cerealífera ocupa presença decisiva. Lenzi chega a justificar a produção do *Specchio Umano* pela reflexão do retorno algo incrível da prosperidade e da abundância de cereais, no ano de 1331, após a crise de fome e abastecimento de 1329, sem que os homens tenham modificado sua atuação e seu comportamento:

Nonne da te, o vano malizioso e superbio huomo, abondanza od alchuno altro bene temporale o spirituale, ma più tosto da l'altissimo Idio procede e vine, chome fattore principale, governatore e proveditore di te, e punitore giusto di tuoi mali. Chi a tanta passata charestia chosì abundantemente com ordine dovizioso tanto bene sopraggiugne? E non certo perché i mali passati ti sienno usciti di mente none aoperandoli come fare solevi, gente misera, ma più tosto per sua pietà e misericordia, volliendo anzi dare a tte tempo di tornare a llui co' suoi rimedii.³¹²

O mercador de cereais realiza uma relação bastante diferente entre eventos climáticos e a quebra da safra. No *Specchio Umano*, duas iluminuras são inteiramente dedicadas à representação da colheita de grãos. Dedicada a representar o período de

³¹⁰ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 121-122.

³¹¹ Apenas pontuamos que a rígida distinção entre astronomia e astrologia não parece ser adequada para o período; a discussão foge dos objetivos dessa dissertação.

³¹² D. Lenzi, **Il Libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 436.

abundância, a primeira, sobre um fundo escuro que representa a terra, apresenta quatro personagens realizando as diferentes tarefas da colheita: ceifa, amarração de molhos, carregamento no dorso de mula, uma primeira etapa de debulha. Na parte superior, sob um fundo repleto de flores indicando a prosperidade, um anjo, com o rosto voltado para os homens, carrega duas trombetas, de onde saem as seguintes legendas: “com alegria, todos os homens cantem conosco”, e “agora, que haja abundância de frutos e bens”.³¹³ No canto superior direito, prevalecendo sobre a moldura e sobre um fundo escuro, é representada a esfera celeste, com a presença dos astros, e a presença divina que invade a imagem com uma trombeta e com os seguintes dizeres: “Posso remover tudo, se assim desejar”.³¹⁴ A segunda iluminura tem uma organização pictórica similar (imagem 3.1). No entanto, na parte inferior, apenas uma pequena porção do plano de fundo tem cor escura, representando a terra, e cinco personagens, homens e mulheres, realizam as tarefas de colheita (ceifa, preparação dos molhos, debulha e ensaque). Uma sexta personagem, com as mãos juntas em sinal de prece, tem o rosto voltado para o céu. Não há nenhum adereço decorativo no segundo plano da imagem. No centro da iluminura, uma figura demoníaca, com asas de morcego, domina toda a paisagem. Acima dela, um anjo, de costas para os homens, realiza um movimento de retorno à esfera celeste, no canto superior direito, de onde surgem duas mãos para recebê-lo. Duas legendas manifestam o diálogo de Deus com o anjo: “vem, retorna para o céu, que é mais puro e límpido” (Deus), e “retorno, e deixo os homens em pasto agreste” (anjo).³¹⁵ A autoria das iluminuras é atribuída ao Mestre das Efigies Dominicanas³¹⁶. Aqui, nos restringimos a apontar que as duas imagens têm uma relação de sincronia e adição com a narrativa do *Specchio Umano*. A sincronia decorre do estabelecimento de um vínculo direto entre a participação da esfera celeste e o mundo cotidiano, concorrendo para a construção de uma ética cristã que perpassa todo o manuscrito. Domenico Lenzi era não apenas um leitor de Dante³¹⁷, mas seu pensamento parece ter sido influenciado de forma decisiva por Domenico Cavalca (1270-1342), dominicano estabelecido em Pisa, e que teve papel importante no movimento cultural do período de vulgarização e divulgação, para o público laico, da literatura monástica. Cavalca, por exemplo, foi responsável pela tradução em língua

³¹³ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 160-161.

³¹⁴ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 160-161.

³¹⁵ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 352-353.

³¹⁶ V. Rouchon-Mouilleron, “Miracle et Charité: autour d’une image du *Livre du Biadaiolo*”, in *Revue Mabillon*, t. 19 (t.80), p. 161-162, 2008.

³¹⁷ Giuliano Pinto, “Domenico Lenzi e il suo *Specchio Umano*”, in D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 1-28.

vulgar do *Dialogi libri IV*, de S. Gregorio, que teria bastante sucesso na Toscana.³¹⁸ Suas atividades intelectuais não estiveram dissociadas de sua atuação como predador; na década de 1340, Cavalca liderou a formação do convento de S. Marta de Pisa, destinado a abrigar prostitutas recentemente convertidas por sua pregação.³¹⁹ Entre seus tratados, encontramos o *Specchio de' peccati*, e sua obra mais famosa, o *Specchio di Croce*, que alcançaria mais de uma centena de cópias manuscritas e seria bastante lida no século XV, caindo no esquecimento na centúria seguinte.³²⁰ É verossimilhante supor que os dois tratados serviram de inspiração para o *Specchio Umano* de Domenico Lenzi. A prova mais concreta da influência de Domenico Cavalca para a formação do pensamento do mercador de cereais se encontra na citação literal de poemas do frade dominicano no interior da narrativa de Lenzi. O assunto merece reflexão.

No *Specchio Umano*, 36 poemas existem disseminados por toda narrativa, incluindo quatorze dísticos, talvez na esteira da tradição elegíaca latina – e prova nesse sentido existe porque o próprio Domenico Lenzi identifica um dístico como pertencente a Sêneca.³²¹ A lírica tem função importante para conferir profundidade de teor filosófico e reflexivo à narrativa dos preços; assim, anotando os valores de cereais entre outubro de 1325 e janeiro de 1326, ou seja, pouco após a derrota de Florença na guerra contra a República de Lucca, com o consequente perecimento de aristocratas florentinos no campo de batalha, Lenzi realiza duas reflexões sobre a morte, utilizando-se de dísticos:

Non può già mal morire,
Chi vuol virtù seguire.³²²

La morte é cosa tale
che ciaschun fa iguale.³²³

No primeiro dístico, o mercador postula a permanência da existência virtuosa sobre a morte, concedendo um sentido de vida eterna à realização das virtudes; no

³¹⁸ Carlo Delcorno, “Cavalca, Domenico”, in Castelvetro-Cavallotti, **Dizionario Biografico degli Italiani**, vol. 22, Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1979. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/domenico-cavalca_%28Dizionario-Biografico%29/>

³¹⁹ Carlo Delcorno, “Cavalca, Domenico”, in Castelvetro-Cavallotti, **Dizionario Biografico degli Italiani**, vol. 22, Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1979. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/domenico-cavalca_%28Dizionario-Biografico%29/>

³²⁰ Carlo Delcorno, “Cavalca, Domenico”, in Castelvetro-Cavallotti, **Dizionario Biografico degli Italiani**, vol. 22, Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1979. Disponível em <http://www.treccani.it/enciclopedia/domenico-cavalca_%28Dizionario-Biografico%29/>

³²¹ “Non ricco è que’ che di molto oro è pieno/ ma chi pocho à e disidera meno. (Seneca)”. D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 246.

³²² D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 230.

³²³ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 233.

segundo, reflete sobre a incidência da morte em uma sociedade de extrema desigualdade social. Páginas adiante, em março de 1328, Lenzi insere um poema de seis versos:

O voi ch'entrate nel bel cimitero,
guardando per diletto le pinture,
bassate gli occhi alle morte figure
giù ne' sepolcri del terreno stero;
e rimembrate quel che sono e siete
e quel che dopo loro ancor sarete.³²⁴

O poema inicia descrevendo o deleite que os coetâneos usufruíam das pinturas parietais, e encerra recordando ao leitor que seu futuro não será mais do que os restos mortais existentes nas sepulturas. O poema é inserido com precisão no interior da narrativa, e funciona como o prenúncio da crise: poucos meses depois, no verão do mesmo ano, uma colheita ruim resultava na elevação contínua dos preços e no esgotamento dos estoques, em uma situação que piorou ininterruptamente até culminar na crise de abril de 1329, com falta de grãos e incidência de fome na República de Florença.³²⁵ Seguindo a mesma lógica, o mercador insere três poemas de Domenico Cavalca em sua narrativa.³²⁶ Os sonetos de Cavalca pertencem ao tratado denominado *Trattato delle molte stoltizie che si commettono in della battaglia spirituale*.³²⁷ O combate espiritual de Cavalca decorre da luta contra os pecados, e é descrito com pormenor em sua obra *Specchio de' peccati*.³²⁸ Nesse texto, o dominicano realiza uma análise da subjetividade centrada na compreensão das emoções, e na forma como os pecados podem se organizar a partir da má utilização de seis diferentes movimentos do espírito: o amor, o ódio, a mágoa ou dor, a alegria, o medo, e a esperança.³²⁹ Nas palavras de Carla Casagrande, o objetivo do dominicano no *Specchio de' peccati* é oferecer ao mundo laico uma pedagogia do auto-controle:

The importance of inner analysis is a topic central to the literature on penitence. Moreover, the spread of private confession in its modern form at the level of religious practice, accompanied on the doctrinal plane by the conception of sin as an internal event, had long favored the establishment of individual

³²⁴ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 266.

³²⁵ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 292-303.

³²⁶ A identificação foi feita por Giuliano Pinto. Domenico Cavalca escreveu 30 sonetos ao fim de seu *Trattato della Stultizia*.

³²⁷ Domenico Cavalca, “Trattato delle molte stoltizie”, in Cavalca, *Disciplina degli spirituali*, Roma: Pagliarini, p. 203-299, 1757.

³²⁸ Domenico Cavalca, *Specchio de' peccati* (ed. Furia), Milão: Silvestri, 1838.

³²⁹ “(os pecados) are identified on the basis of the six motions of the heart (...), i.e., love, hate, sorrow or pain, joy, fear, and hope”, Carla Casagrande, “‘Motions of the Heart’ and sins. The *Specchio de' peccati* by Domenico Cavalca, OP”, in Newhauser (org.), *In the garden of Evil*, Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, p. 128-144, 2005.

introspection as a practice. The interest in Cavalca's text lies in the fact that this invitation to carry out an inner analysis goes beyond a generic appeal to readers to examine their conscience and list their own sins with a view to confession. The introspective work that Cavalca proposes to his devout readers (...) requires some knowledge of the powers that act within us and the relationships between vigilance in controlling the emotions. This is psychological knowledge at the service of an ethical and pedagogical project to determine how to best exploit the passions (...). This is how the classification of sins proposed by Cavalca presents itself, and it manages to turn preparation for confession into an opportunity for a more general education, leading to knowledge and to self-control.³³⁰

A inserção dos poemas de Domenico Cavalca no *Specchio Umano* segue o mesmo procedimento dos demais, e funciona como uma reflexão sobre a oscilação de preços registradas pelo *biadaiole*. Assim, em fevereiro de 1333, Lenzi insere um poema do dominicano:

Quantunque l'uom combatta in questa vita,
mai non si vince ben perfettamente;
e questa guerra mai nonn è finita,
né mai star possian sichuramente,
finch'a peccar lo nimico c'invita
et à battallia il corpo colla mente.
Nullo perfetto <à> laude in questa vita:
tema ogni uom dunque, stia humilmente
questa dicendo: 'nullo huomo sconfito
mai non mi par da prender sicurtade'³³¹

Qual motivo terá levado Lenzi a não incluir os quatro versos finais do soneto de Cavalca?³³² Seja como for, o poema ganha em sentido quando lido em diálogo com a narrativa do mercador. Após os eventos calamitosos de 1329, quando a carestia atingiu a cidade, as safras de 1329-1330 e 1330-1331 foram excelentes, possibilitando a paulatina estabilização do abastecimento urbano e o retorno à segurança alimentar.³³³ Após dois anos de tranquilidade, seguiu-se um ano turbulento. A safra de 1331-1332 teve menor rendimento, e, em março de 1333, poucos meses antes da colheita da safra de 1332-1333, os estoques ficaram vazios e uma carestia se abateu sobre Florença, gerando alta de preços, falta de trigo no mercado e cenas de tumulto urbano.³³⁴ Em junho, com as colheitas, a paz retornou à vida cotidiana, mas não para durar muito tempo. Em novembro,

³³⁰ Carla Casagrande, "'Motions of the Heart' and sins. The *Specchio de' peccati* by Domenico Cavalca, OP", in Newhauser (org.), *In the garden of Evil*, Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2005, p. 144.

³³¹ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 465.

³³² Domenico Cavalca, "Trattato delle molte stoltizie", in Cavalca, *Disciplina degli spirituali*, Roma: Pagliarini, 1757, p. 288.

³³³ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 403-447.

³³⁴ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 471.

chuvas torrenciais atingiram a região da Toscana, causando a cheia do rio Arno, o alagamento da cidade, a destruição de pontes, e a desorganização da vida econômica. A luta espiritual do poema de Domenico Cavalca, no interior do *Specchio Umano*, transborda e ganha um sentido de luta cotidiana pela manutenção das exigências básicas da vida, como o sucesso da produção agrícola e a alimentação das famílias. “Quanto o homem combata nessa vida, jamais vence perfeitamente”, lidos como comentários da narrativa do *biadaiolo*, passam a ter uma dupla camada de sentido: se refere tanto aos esforços subjetivos e emocionais do sistema ético do *Specchio de' peccati* de Cavalca; e também à lida cotidiana da produção e manutenção da vida material, com todas as incertezas decorrentes da irregularidade estrutural da produção cerealífera, das bruscas oscilações do preço do trigo e das intempéries climáticas narradas pelo *Specchio Umano*.

Podemos, agora, compreender a relativa dissonância entre as iluminuras e o texto do manuscrito de Domenico Lenzi. Ou, dizendo com maior precisão, qual seja o efeito de adição proporcionado pelas imagens. Nas iluminuras, o artista cria uma relação direta entre a produtividade agrícola e a atuação divina. A representação da colheita próspera ou ruim associadas, respectivamente, com a benevolência da Graça ou com a punição, no interior de um manuscrito dedicado a registrar a série de preços dos cereais praticados no mercado de Florença, tem como efeito estabelecer uma relação imediata entre a irregularidade da produção agrária, os preços altos e baixos do mercado, e a intervenção não menos cotidiana das esferas celestes. Nesse sentido, as iluminuras do *Il Libro del Biadaiolo* funcionam como uma espécie de protótipo da chamada “explicação labroussiana” sobre as crises econômicas peculiares às sociedades pré-industriais. Ernest Labrousse, seguido por Wilhelm Abel e Pierre Vilar, realizaram trabalhos importantes defendendo que, no longo período anterior à revolução industrial, as sociedades sofriam principalmente com crises de ciclo curto, em que a quebra da safra de cereais gerava o aumento exponencial do preço dos alimentos, causando pressão sobre as famílias e repercutindo efeitos negativos sobre a produção e o mercado de manufaturas e, por conseguinte, sobre toda economia.³³⁵ Nesse modelo teórico, a reversão do “ciclo curto” da crise econômica decorreria apenas com a chegada de uma colheita próspera, reduzindo

³³⁵ Para uma síntese do modelo labroussiano, se sua importância para a História Econômica, Pere Benito Monclús, “De Labrousse a Sen. Modelos de causalidad y paradigmas interpretativos de las crisis alimentarias preindustriales”, in Monclús (org.), **Crisis alimentarias en la Edad Media**, Lleida: Milenio, 2013, p. 17-20.

o preço dos cereais e permitindo a reativação dos circuitos comerciais das manufaturas.³³⁶ As iluminuras presentes no *Specchio Umano* apresentam uma perspectiva similar, à medida que o sucesso ou a falência da colheita explicam a abundância ou a escassez de trigo na cidade.³³⁷ Naturalmente, a explicação labroussiana encontra nas variações climáticas a causa dos desníveis de produção agrícola, enquanto nas iluminuras do Mestre das efígies dominicanas a causa era Deus.

A explicação labroussiana se mostra bastante pertinente diante da análise da documentação de Florença. A flutuação das safras era um elemento decisivo para a quantidade de trigo disponível. Entretanto, não era o único elemento; o modelo labroussiano, sem deixar de ser correto, é *incompleto*. E o próprio texto de Lenzi realiza uma abordagem diferente daquela enunciada pelas iluminuras. Se, nas imagens, encontramos uma similaridade com o modelo labroussiano, ao contrário, na narrativa do mercador, o elemento político é o fator central. A descrição da carestia ocorrida em Barletta, na Apúlia, em junho de 1329, é um caso exemplar, e vale a pena acompanharmos o longo trecho:

(...) alla città di Barletta adivenne, per lo fatto del caro, che non si trovava grano né pane per la città, ché pocho ve n'avea, e quello che v'era si era di grandi huomini della terra, ke l'aveano nascosto in certe fosse sotterra. E la gente minuta era a grande stretta, e non sapeano che ssi fare né dire, e andavansi ramarichando e dolendo fortemente che morivano di fame. E sapere dovete che Barletta è delle più abondevoli terre e città quasi delle parti di qua di vittuaglia, ed è terra di re (de Nápoles) ed è molto merchantescha (...). Alquanti gentili e poveri huomini, udendo costoro che si ramarichavano e dolevansi sì fortemente, sì ne inchrebbe loro. Allora si levarono con una brighata d'uomini quase presso nel torno di XXV, e andorono celatamente in Santo Loe e tolsono il gonfalone del re, e uscirono fuori e andarono per la città, chi armato e chi disarmato, gridando: 'Muoia chi à grano e viva messere lo re!'. (...) I grandi huomini, quando vidono il popolo della città che andavano gridando a sì fatto modo, ebbono paura d'esser morti; tornavansi a chasa e non era niuno ardito d'uscire fuori di casa per paura d'esser morti dal popolo. In questo fatto si levaro alquanti cittadini grandi e possenti di quella città, e mandorono per lo giustiziere de' rre celatamente; ed elli venne incontanente. E venuto, allora presono consillio insieme come il popolo si facesse rachetare. A questo fatto providono di fare cerchare chi avesse del grano, sì llo dovesse trarre fuori. E incontanente andò il bando da parte di messere lo re e del suo giustiziere, chi avesse grano sì llo dovesse dare per scritto e rassegnare dinanzi al giustiziere predetto, a bando della persona. (...) E in questo modo fue rachetato la città. Il secondo die che questo fue rassegnato, e trovato assai grano e rechato per ischritto dinanzi al giustiziere, ed elli il fece mettere in sulla piazza, e chi ne voleva sì ne poteva avere dando i danari.³³⁸

³³⁶ Pere Benito Monclús, "De Labrousse a Sen. Modelos de causalidad y paradigmas interpretativos de las crisis alimentarias preindustriales", in Monclús (org.), **Crisis alimentarias en la Edad Media**, Lleida: Milenio, 2013, p. 17-20.

³³⁷ No próximo capítulo iremos investigar a dimensão cívica da crise de abastecimento.

³³⁸ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 339-340.

Na narrativa, a carestia que se abate sobre a cidade de Barletta coloca a *gente minuta* na iminência de uma situação famélica; em contrapartida, os “grandes da terra” escondiam os seus cereais. O problema central não é a quantidade de grãos disponíveis, mas o desequilíbrio de acesso. Da mesma forma que a representação das iluminuras é uma espécie de protótipo da explicação labroussiana, a narrativa do mercador pode ser referida ao modelo teórico de Amartya Sen: o chamado *entitlement approach*. Para Sen, uma crise de fome decorre menos da quantidade disponível de alimentação do que da desigual capacidade de acesso entre indivíduos e categorias sociais; é, portanto, menos um problema quantitativo de produção agrícola do que o resultando de uma estrutura socioeconômica assentada na desigualdade.³³⁹ Para Amartya Sen, há quatro mecanismos distintos de acesso à alimentação: a capacidade econômica do indivíduo de comprar, vender, e intercambiar comida; a capacidade de produção do próprio alimento; o acesso ao trabalho e aos direitos obtidos com as rendas geradas pelo trabalho; e a transferência direta, através de mecanismos de doação ou de herança.³⁴⁰ Nesse sentido, a leitura atenta da narrativa de Domenico Lenzi nos faz levantar dois tipos de problema que ultrapassam a mera oscilação da produtividade agrária. Primeiro, como vimos, a profunda desigualdade da sociedade gerava um grupo populacional *sem acesso* à terra, impossibilitado de produzir cereais, e um grupo com acesso apenas a pequenas propriedades e parcelas de terra, incapaz de produzir grandes quantidades; ambas categorias formam a *gente minuta* que percorria as ruas de Barletta lamentando a fome. Em segundo lugar, o acúmulo e o estoque de cereais pelos “grandes homens” atingiam o direito dos indivíduos de comprar, vender e intercambiar comida. Nesse sentido, Domenico Lenzi não deixa dúvidas: quando a situação é contornada, diz com todas as letras: “os cereais foram colocados (à venda) na praça, e, dando dinheiro, era possível comprá-los”. Finalmente, e não menos importante, a resolução do problema não surge pelo advento da nova safra. A solução do problema é inteiramente política. Lenzi descreve com pormenor como um levante popular armado resultou na expulsão da máxima autoridade pública urbana, o *gonfalone* do rei, com a população entoando uma frase de profundidade política: “morra quem tem cereais e viva o rei!”. A ameaça de morte aos grandes homens que ocultavam os alimentos foi feita em conjunto com a celebração do monarca, ou seja, do representante da ordem pública e da paz no interior da cidade; nessa lógica, a ocultação dos grãos, com consequente retirada do direito ao acesso da população

³³⁹ Amartya Sen, **Poverty and Famines**, Oxford: Oxford University Press, 1982, p. 1-8.

³⁴⁰ Amartya Sen, **Poverty and Famines**, Oxford: Oxford University Press, 1982, p. 2.

urbana, é interpretada como uma agressão ao bem-comum e ao organismo social. Essa percepção se concretiza com a atuação do *giustiziere* imediatamente enviado pelo rei para aplacar a situação, emitindo um decreto que obrigava aos “grandes homens” de colocarem seus cereais à venda na praça de Barletta. *E in questo modo fue rachetato la città.*

A referida carestia de março de 1333, em Florença, também foi resolvida antes do período da colheita. Os oficiais da República imediatamente reagiram com medidas políticas visando restabelecer o acesso de cereais à população³⁴¹, e, em abril desse ano, a despeito dos preços mais altos, o mercado voltou a oferecer trigo.³⁴² Agora podemos compreender porque Domenico Lenzi insere o abastecimento urbano no interior de uma batalha espiritual, e no conflito individual entre a virtude e o pecado. Em primeiro lugar, como vimos, o mercado de cereais está ligado a uma das necessidades mais importantes da existência: a alimentação de homens, mulheres e crianças que viviam na cidade. Na narrativa acima, não é difícil entrever a comiseração do *biadaiolo* pela fome sofrida pela *gente minuta*. O evento que desperta, em Lenzi, o máximo sentimento de repulsa e repreensão, se refere ao tratamento dado aos pobres pela cidade de Siena, durante a crise de 1329. O mercador começa realizando o elogio da pátria de Florença, que, sem ter um território abundante, foi capaz de sustentar metade dos pobres da Toscana, com a participação ativa de seus ricos e “bons” cidadãos.³⁴³ A seguir, invectiva com palavras duras a República de Siena, e descreve de que forma os políticos proibiram que o Hospital de Santa Maria della Scala continuasse doando alimentos à população:

(...) ma io non posso sofferire (...) ch'io non dica di tanta iniquità e chrudele ardire e sbandeggiamento di misericordia quanto nella invecchiata, perversa, tormentatrice e pazza Siena, al tempo di questa fame, per li suoi cittadini si ardi e si persunse d'aoperare ciechamente contro a' menopossenti poveri, ove tutti si sentiro dalla benivole misericordia iniquamente schiusi, lasciati i freni all'impia crudeltà.(...) comandarono che a pena del fuoco tanta limosina da quinci inanzi al postutto si rimangha sanza più farsi. Correte, o universi: qui non si dice che bene non si faccia solamente, qui non si comanda che solamente a Dio sia fatta ingiuria; ma si dice che non si faccia bene o a Dio ingiuria; ma che tutti quelli a chui soli Idio è fratello si lascino morire di fame in riccho e pabuloso albergho. (...) Tornavano adunque come i' llo ro rifuggio i poveri lo sequento di a quello spedale (...) Ma volto il dolce chiamari in isventurato accomiatate, così disse: 'Andate affamati e mendichi a perire insiemenente colle vostre necessità, ché da' signori di qui n'è comandato lasciarvi perire nelle vostre miserie'. (...) ³⁴⁴

³⁴¹ O capítulo cinco será dedicado a analisar as políticas de redistribuição realizadas pelas autoridades da República.

³⁴² D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 473-476.

³⁴³ “nel detto tempo della fame poté essere che bastò a sostenere per sé sola la metà de' poveri Toschi colla provedenza e aiuto de' ricchi buoni cittadini e di loro danari”. D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 317.

³⁴⁴ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 318.

A medida estabelecida pelas autoridades públicas resultou em uma rebelião urbana, com ataque ao capitão de Guerra de Siena; 30 pessoas foram presas e torturadas, e outras dez foram enforcadas. Nos dias seguintes, o governo decidiu pela completa expulsão dos pobres da cidade, e, utilizando pedras e bastões, os soldados “caçaram” os pobres para fora dos muros, sem distinguir se “eram adultos ou crianças, homens ou mulheres, se estavam grávidas ou não”.³⁴⁵ Domenico Lenzi não dissimula sua sensação dolorosa no interior da narrativa, e exclama: “Ah! dura terra, por que não te abriste?”³⁴⁶ Em contrapartida, o mercador pontua que a atuação da República de Florença, ao estabelecer políticas visando a alimentação dos pobres – como a distribuição de pão a preço subsidiado em fornos públicos – se fundamentou na mais alta virtude teologal: a caridade.³⁴⁷

A tensão espiritual não aparece apenas durante a crise. Em 1321, quando as abundantes colheitas se associaram a preços baixos e ao abastecimento urbano regular durante todo o ano, Lenzi insere um soneto em que expõe a incapacidade humana de aproveitar a abundância alimentar a favor da construção de uma sociedade baseada na atitude virtuosa de ricos e pobres:

Fattor celestial ne porta in terra
 Novela piena d'allegrezza e giocho,
 Mosso dalla potenza del gran locho,
 Il chui dritto voler già mai no' erra.
 Gridando: ghodi, posa, fuggi guerra,
 Ringrazia que' ch'assai ti dà del pocho:
 no' aspettare il dispettoso e fiocho
 chorno che crudeltà sciogle e diserra.
 Procede quindi ogni verace frutto;
 tu, homo, quinci mal diletto pigli,
 superbia il povro, al riccho amara dogla.
 A Dio lodar sempr' ai lor chor asciutto,
 e riprendendo i sacri suoi consigli
 traripa te da non pensata sogla.³⁴⁸

A oscilação dos rendimentos da produção agrária, característica estrutural da agricultura da Baixa Idade Média, é tratada como um problema complexo por Domenico Lenzi, passando pelo desigual acesso da população às formas de obtenção alimentar, pelo tumulto cívico, pela decisão das autoridades públicas, e culminando na filosofia, baseada

³⁴⁵ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322.

³⁴⁶ “A! dura terra, perché non t'apristi?”. D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322.

³⁴⁷ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 323.

³⁴⁸ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 169.

no pensamento de Domenico Cavalva, que interpretava a existência como uma batalha subjetiva e emocional vivenciada por cada indivíduo entre o esforço da virtude e a sombra do mal. Nada disso tem a ver com uma crença ingênua e mecânica ligando a punição divina e uma péssima colheita.

O gargalo malthusiano se manifesta pouco eficaz para explicar a economia das sociedades da Baixa Idade Média. Ao contrário, como vimos, o crescimento populacional acompanhou o profundo incremento da produção agrícola, contando com investimentos coletivos ou individuais na organização da produção e na utilização de tecnologias. Mas o próprio incremento tecnológico criava uma situação de maior fragilidade na oscilação da produção. Os homens do período, a partir de um fundo comum de cultura cristã, refletiam sobre essa oscilação em termos políticos e filosóficos. E o texto de Domenico Lenzi, num exemplo algo incomum de devoção e reflexão produzida por um laico, procurou associar a cotidiana oscilação dos preços com uma luta mais profunda do homem não tanto contra as intempéries da natureza, mas contra as dificuldades de seguir uma ação radicada na ética da filosofia cristã de seu tempo.

3.2. O sistema viário.

Iniciamos o capítulo apresentando o modelo de Ester Boserup sobre a expansão demográfica e o uso intensivo da agricultura. Entretanto, o modelo é destituído de um elemento importante: a existência de trocas e mecanismos de circulação dos produtos agrícolas. Domenico Lenzi, ao descrever a fome que atinge Barletta, justifica que a cidade costumava ser bem provida de alimentos em razão de dois fatores: seu extenso e fértil território rural (*Barletta è delle più abondevoli terre*) e sua vivacidade comercial (*è molto merchantescha*).³⁴⁹ Em contrapartida, o mercador de cereais não esquece de mencionar o relativo pequeno território da República de Florença, quando levada em consideração a incrível amplitude da população urbana e sua maciça demanda alimentar. No mesmo trecho em que critica de forma contundente a política de Siena em 1329, Lenzi, ao realizar o elogio da pátria, afirma que a cidade de Florença “não possuía um território rural capaz de providenciar cereais para além de cinco meses da quantidade consumida, e onde o preço dos alimentos é sempre mais caro do que em todas as outras partes da Itália”.³⁵⁰ A

³⁴⁹ D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 339.

³⁵⁰ “nonn è contado che tanto la sostenesse di suo grano quanto è uno spazio di V mesi e ove sempre più vale la vittualilia ch’a nulla parte di Ytalia.” D. Lenzi, *Il Libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 317.

frase é interessante porque entrelaça de maneira imediata a produção agrícola do território sob controle da República (o *contado*) e a capacidade de atração comercial urbana. O mercador deixa claro que mais da metade da alimentação cerealífera da cidade decorria da instauração de um mecanismo de oferta e demanda: ao estabelecer o preço de trigo mais alto que em toda Itália, Florença acionava um mecanismo de atração sobre os cereais existentes na Península.

Além dos cereais produzidos em seu território rural, a cidade de Florença importava trigo em três escalas diferentes: regional, inter-regional e marítima. Não encontrei nada na documentação que permita estabelecer a participação de cada uma dessas escalas no fornecimento de, segundo Lenzi, 58% do trigo consumido na urbe. A escala regional é particularmente opaca na documentação, e é difícil mensurar a quantidade de trigo que, produzido na Toscana e fora do *contado* florentino, afluía para a Florença. A situação é tão mais difícil em razão da contínua rivalidade entre as principais Repúblicas da região: Lucca, Siena, Pisa e Florença, durante o período comunal, permaneceram em um estado permanente que alternava políticas de aliança e tensão militar, culminando com a guerra entre Lucca e Florença em 1325. Não obstante, o trigo circulava regularmente entre as diferentes unidades políticas. Por exemplo, na crise de 1329, Domenico Lenzi narra como Florença e Pisa disputaram o trigo disponível na comuna de Colle di Valdesa; a primeira realizara uma proposta inicial de compra, sendo superada pela oferta da segunda. O resultado acabou causando indignação em Florença e, para manter relações pacíficas, poucas semanas depois Colle di Valdesa comercializou 75 *moggia* de trigo com a vizinha.³⁵¹

A multiplicação de mercados no *contado* florentino exercia papel de correia de transmissão para o trigo da Toscana que fluía em direção à Florença. Charles de La Roncière contabilizou 54 mercados funcionando no início do século XIV, no interior da República de Florença, geralmente em burgos³⁵² e cidades de pequeno porte.³⁵³ Aqui, os rios que atravessam a Toscana tiveram papel decisivo na formação de eixos de circulação de mercadorias e pessoas. No Val d'Elsa, uma série de mercados se localizava na proximidade do rio Elsa, importante afluente do Arno, e que ligava o território florentino

³⁵¹ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 351-354.

³⁵² Guy Bois insiste na importância do *burgo* para a economia medieval, definindo-o como centro agregador de atividades geralmente urbanas (de manufatura e comércio) localizado em espaço rural, e dependente desse para sua vivacidade econômica. Guy Bois, **La gran depresión medieval : siglos XIV-XV**, Valencia: Biblioteca Nueva, 2001, p. 27-30.

³⁵³ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 138-139.

com o território de Siena; em particular, os mercados de Certaldo, de Poggibonsi e de Staggia tinham importância regional, recebendo mercadorias para além do território florentino.³⁵⁴ Da mesma forma, o rio Arno ligava o *contado* de Florença com o *contado* de Arezzo, lugar de grande produção cerealífera; aqui, os mercadores utilizavam tanto a via fluvial, dando vivacidade aos mercados de Incisa, Figline Val D'Arno e Montevarchi, quanto uma estrada que percorria as colinas, onde funcionavam os mercados de Pelago, Castelfranco di Sopra, Loro Ciuffenna e Montelungo.³⁵⁵ Nesses mercados, ao trigo produzido em escala local, no interior do *contado* florentino, se somava o trigo produzido na toscana não-florentina. O mercado de Figline Val D'Arno, por exemplo, tinha uma importância excepcional para o abastecimento urbano de Florença. Funcionava como captador do trigo produzido na cadeia de colinas do Chianti, em território florentino, assim como atraía a produção cerealífera de Arezzo. Em 1336, as autoridades de Florença reclamavam que os cereais que chegavam à Figline de fora do *contado* da República sofriam taxas excessivas, encarecendo o preço.³⁵⁶ No texto de Domenico Lenzi, Figline tinha uma relação direta com Florença; e, segundo o testemunho do mercador, as autoridades públicas concentraram seus esforços nesse mercado na tentativa de obtenção de cereais durante a crise de abastecimento urbano de 1329.³⁵⁷ Para o cronista Marchionne di Coppo Stefano, Figline consistia no principal mercado de trigo e cereais de todo o *contado* florentino, sem dúvida se beneficiando das relações mercantis com Arezzo e o sul da Toscana.³⁵⁸

A amplitude e regularidade da circulação de trigo no interior da Toscana era resultante da construção de uma verdadeira *estrutura de oferta*. Ou seja, a experiência e o acúmulo secular de trocas comerciais, o protagonismo de produtores, mercadores e autoridades públicas, e o investimento constante de capital e trabalho criaram uma estrutura mercantil que permitia uma circulação de natureza cotidiana. Podemos

³⁵⁴ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 138-139.

³⁵⁵ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 138-139.

³⁵⁶ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 52.

³⁵⁷ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 310-370.

³⁵⁸ Citado em Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**. Florença: Olschki, 2005, p. 196. É nesse sentido que George Dameron tem pouca razão em questionar a estimativa de D. Lenzi, de que o *contado* tinha capacidade de fornecimento de apenas cinco meses. Em primeiro lugar, claro está que Lenzi não se refere à totalidade da República, mas apenas à capital; e é bem provável que algumas regiões do *contado*, como o Mugello, não apenas eram “autossuficientes”, mas eram *exportadoras* de trigo. Em segundo, Lenzi se refere apenas ao trigo produzido no território submetido à República; e, como vemos aqui, a Toscana, para além do território florentino, fornecia regularmente trigo à cidade. Sob essa perspectiva, a estimativa do mercador não é absurda ou inverossimilhante. Cf. George Dameron, “Feeding the Medieval Italian City-State: grain, war, and political legitimacy in Tuscany, c. 1150 – c. 1350”, in **Speculum**, Cambridge, n. 92 (4), 2017, p. 986-987.

identificar quatro elementos que participavam dessa estrutura e requisitavam a contínua atuação dos atores socioeconômicos: a construção e manutenção de uma rede viária; um sistema monetário e creditício que ultrapassava as unidades políticas; uma rede integrada de mercados locais; e a segurança jurídica composta por um quadro institucional investido pelas autoridades públicas.

Se o transporte eventual e de pequenas quantidades pode prescindir de uma rede viária estabelecida, e o dorso de mula vencer montanhas e colinas destituídas de calçamento, o mesmo procedimento se torna difícil para o comércio de quantidades maciças de trigo. Em 1307, a companhia Acciaioli, impedida de utilizar a via rotineira do porto de Pisa e o rio Arno, após desembarcar uma grande quantidade de trigo no porto de Talamone, na Maremma (litoral sul da Toscana), reclamou às autoridades da República de não ter meios para carregá-lo para a cidade de Florença. A má condição da única estrada exigia grande esforço das mulas, provavelmente viajando a velocidade lenta em estradas intransitáveis em dias de chuva.³⁵⁹ Resultado: os grãos iriam demorar dois anos para serem inteiramente transferidos. O exemplo ilustra de que forma a rede viária era decisiva para o comércio de cereais. Não apenas os mercadores, mas as autoridades públicas tinham essa consciência, como prova o contínuo esforço de construção e manutenção de uma malha de transporte. O estabelecimento de um verdadeiro sistema viário transparece pela constante preocupação na interligação de duas modalidades – o transporte terrestre e o transporte fluvial –, e na importância dada à construção de pontes. Não apenas oficiais eram designados para a observação e a intervenção, mas o caixa público era constantemente mobilizado. Em 1286, o conselho da República concedeu um crédito de 200 libras para a construção e reparo de estradas que fossem utilizadas por mercadores de trigo.³⁶⁰ Já vimos, no capítulo anterior, como a construção de pontes representou uma mobilização constante do trabalho ligado à construção. Ultrapassando medidas emergenciais decididas durante os conselhos da República, a preocupação com as estradas se consolidou, como política regular, com o estabelecimento de rubricas nos estatutos comunais. O *Statuto del Capitano del Popolo* da década de 1320, por exemplo, estabelecia como obrigação dessa magistratura de manter em boas condições a estrada

³⁵⁹ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 55.

³⁶⁰ O texto diz: “(200 libras) convertendis in stratis e pro stratis per quas granum et bladum conducitur ad civitatem Florentie ... reaptari”. Citado em Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 59.

que ligava a ponte de Signa até a ponte de Montelupo.³⁶¹ As autoridades dedicavam especial atenção a três temas. Primeiro, as estradas próximas à cidade de Florença, em um raio de cerca de 15 kms, passaram a se beneficiar com o calçamento, permitindo o uso de carros e, portanto, concedendo maior velocidade e capacidade para o transporte.³⁶² Mercadores, peregrinos e viajantes que, vindo do distante território rural, se aproximavam da capital, sentiam o impacto de adentrar uma zona de trânsito de maior intensidade, rapidez e, talvez, conforto. Assim, por exemplo, o *Statuto del Podestà* (1325) estabelecia, como obrigação do *Podestà*, que a via que ligava Florença ao rio Mugnonis deveria ter uma “amplitudinis brachiorum quinque” (cerca de 2,75 metros).³⁶³ Em segundo, a República distribuía o peso de custeio da rede viária, impondo-o como responsabilidade das aldeias, vilas, burgos e cidades do *contado*. Uma longa rubrica do estatuto comunal da década de 1320 determinava a responsabilidade de todo território rural em cuidar das principais estradas da República, deixando claro que, independente das tradições jurídicas, nenhum vilarejo ou aldeia poderia se escusar³⁶⁴; segundo Charles de La Roncière, a legislação de 1280 já contava com essa normativa.³⁶⁵ Em terceiro, uma preocupação especial com o transporte de trigo. O mesmo estatuto estabelecia como obrigação do magistrado denominado *capitano del popolo* de manter como um verdadeiro corredor livre de obstáculos a estrada citada acima: partindo da porta de São Paulo, em Florença, avançava poucos quilômetros até o rio Mugnone, se conectando ao caminho que cruzava os Apeninos em direção à atual região da Emília-Romanha. Qualquer edifício, muro ou tenda deveria ser removido, e, se reconstruído, deveria manter uma distância mínima da estrada; a rubrica especificava que se tratava de um itinerário no qual passavam e repassavam carregamentos de trigo.³⁶⁶ Trata-se de apenas um exemplo entre outros; Charles de La Roncière, analisando as decisões do Conselho da República,

³⁶¹ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325 degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro IV, rub. 10, p. 181.

³⁶² Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 35.

³⁶³ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Stab. Tipografico E. Ariani, 1921, livro IV, rub. 53, p. 355.

³⁶⁴ “Statutum et ordinatum est quod homines comitatus et districtus Florentie teneantur imperpetuum aptare et aptari facere seu reficere et conservare et manutenere stratas et vias mastras infrascriptas, et ad ipsarum reaptationem et conservationem secundum infrascriptum modum per dominum Capitaneum et Defensorem compellantur, ita quod nullus populus vel plebatus ab hoc ullo modo vel iure se valeat excusare”. **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro IV, rub. 8, p. 175.

³⁶⁵ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 60.

³⁶⁶ “Stabilitum est quod dominus Capitaneus et Defensor teneatur proprio iuramento ... manuteneri incorruptam, solidam et illesam stratam per quam itur et curritur blavium”. **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro IV, rub. 11, p. 181-182.

enumerou, entre 1295 e 1297, seis exemplos de intervenções em estradas visando especialmente a melhoria ou a manutenção do trânsito de cereais.³⁶⁷ No estatuto de 1348 encontramos uma legislação completa, concedendo autoridade aos oficiais (*sei della biada*) de vigiar permanentemente as estradas e vias da República, com especial atenção ao transporte alimentar, impondo às comunidades rurais a obrigação de manterem em bom estado o trânsito dos alimentos:

Possint quoque predicti offitiales cogere et compellere, ac cogi et compelli facere, per rectores et offitiales comunis Florentie, homines populorum et comunium comitatus et districtus Florentie ad reficiendum vias, pontes et ponticellos, doganas et fossas super stratis mastris ubi destruct et destruct sunt in totum vel in partem, seu ubi difficilis est transitus per eosdem vel easdem, ita quod deferentes granum et victualia cum eorum bestiis, possint, sine impedimento et tardite temporis, venire et conducere victualia ad civitatem Florentie quolibet tempore³⁶⁸

É interessante notar que a rubrica dá especial atenção a uma dificuldade central da circulação de pessoas, animais e mercadorias: o impacto da sazonalidade. Se, durante o período seco, havia maior facilidade na travessia de rios com uso de pinguelas, em contrapartida, nos períodos de chuva e de transbordamento de leitos fluviais, as estradas podiam sofrer inundações, desaparecendo sob a lama, e as pontes serem destruídas, tornando intransitáveis os pontos de travessia, interrompendo o tráfego normal e depreciando o sistema viário. A legislação, ao expressar a tentativa de manter uma circulação perene, capaz de suportar períodos de chuva/neve e períodos de seca/calor, era o signo da maturidade política da República no esforço de dar maior eficácia à rede viária. Em outros termos, a política viária, esboçada já nas décadas de 1280, alcançava plenitude na década de 1320. Nesse sentido, tratava-se de um importante incremento tecnológico na economia da República; mas, como estamos insistindo, um dos aspectos contraditórios das melhorias técnicas estava em aumentar o nível de fragilidade do complexo sistema de abastecimento.

Mesmo importantes rotas, como aquela que, passando por Siena, conduzia até a cúria romana, sofriam com as chuvas de inverno. A legislação, aqui, aponta para o último aspecto importante. Mesmo a política viária acumulada durante mais de meio século, e que obrigava magistrados e comunidades rurais a manterem atenção constante à manutenção do trânsito, o transporte no período medieval era uma atividade que sofria

³⁶⁷ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 54.

³⁶⁸ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici 'Vita e Pensiero', 1934, rub. 7, p. 62-63.

com gargalos, como limitações para se sobrepor à topografia acidentada, e com as intempéries climáticas. A descrição da importante rota que os florentinos usavam para viajar até a cúria romana, passando por Siena, é uma manifestação em cores vivas das dificuldades da circulação. A viagem não era marcada pelo espaço percorrido, mas pelo tempo demorado, em razão da impossibilidade de manter uma “velocidade regular”; trechos difíceis, aclives acentuados, descidas íngremes, zonas pantanosas, forçavam a diminuição da marcha e a construção de pontos de repouso e abrigo para pessoas e animais.³⁶⁹ Outra vez nos permitimos cansar o leitor com uma longa citação, referente à estrada Florença-Roma, descrevendo o difícil trecho que, de Montebuone até Sant’Andrea in Percussina (cerca de 4,1 km), deveria vencer o rio Greve, a menos de 15 km de Florença:

Cum strata qua itur versus civitatem Senarum et versus Romanam Curiam, que utilissima est publice rei, sit, in ea parte videlicet ab exitu et discensu Motisbuoni usque ad ascensum de Sancto Andrea in Percussina, adeo derupta et dissipata equitibus et peditibus tediosa propter descensum difficilem de Monte buono et ascensum postea resumendum, et propter impedimentum grave fluminis et eius inundationes quas sepe sepius facit super ipsa strata tempore iemis, et deruptionem riparum fluminis, ac etiam propter oblicum et tortu[o]sitatem itineris per quam de necessitate defectivi transitus solet iri et aliis pluribus defectibus et rivis, quod transeuntibus tedium et detractio fame strate prefate, et cum pulcrum sit et utilitati reipublice bene conveniat stratas publicas, et maxime illam per quam victualia et mercantie deferuntur ut plurimum in civitatem Florentie, in dicto tortuoso et derupto et obscuro transitu reparari.³⁷⁰

3.3. A rede de mercados e o quadro institucional

O segundo elemento estrutural da oferta era o consistente sistema monetário e creditício estabelecido, já referido no capítulo anterior. O aumento da liquidez disponível possibilitava a abertura suficiente para que produtores, mercadores e consumidores atuassem de forma regular no mercado de trigo. Aqui nos defrontamos com o terceiro elemento da estrutura da oferta: a constituição de uma rede integrada de mercados.

Um estatuto comunal determinava melhorias de uma estrada que levava de Empoli, importante mercado de caráter regional, até Vinco, a oeste de Florença. A via cobria uma distância de cerca de 10 km e se tornava de difícil trânsito durante o inverno, adentrando uma zona rural que não tinha ligação direta com Florença. A legislação cita

³⁶⁹ Guido Castelnovo, “Tempi, distance e percorsi in Montagne”, in **Spazi, tempi, misure e percorsi nell’Europa del Basso Medioevo**, Spoleto: Centro italiano di studi sul basso Medioevo, 1996, p. 201-236.

³⁷⁰ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Stab. Tipografico E. Ariani, 1921, livro V, rub. 101, p. 428.

quatro aldeias/cidades que se beneficiavam dessa pequena rota comercial: além de Empoli e Vinco, que possuíam mercados regulares, as aldeias de Colle de Petra e Cerreti de Musignano.³⁷¹ Qual o interesse das máximas autoridades da República, ocupadas com os problemas diários da capital, em se responsabilizar por uma “estrada vicinal”, que ligava uma zona rural a uma cidade de pequeno porte (Empoli)? A razão não me parece outra, senão o papel que os mercados rurais desempenhavam: fontes de abastecimento de primeira importância para a constituição da estrutura da oferta de trigo. Em outras palavras, a preocupação das autoridades públicas de Florença com uma pequena estrada secundária indica o alto nível de integração sistêmica da produção e circulação de trigo no interior da República. Os mercadores que transitavam desde Vinco, atraindo a produção local dos vilarejos de Colle de Petra e Cerreti, ao chegarem em Empoli, conectavam o comércio local com o comércio de amplitude regional e internacional: localizada na margem sul do rio Arno, Empoli era uma etapa importante do comércio que, desembarcado em Pisa, no litoral da Toscana, subia o rio até alcançar Florença. Os comerciantes de trigo que se abasteciam no mercado de Vinco, e transitavam no coração rural da República florentina, se conectavam, assim, a um eixo mercantil de primeira importância. Empoli funcionava como etapa do comércio de longa distância (marítimo), e também como um polo capaz de atrair e organizar o fluxo mercantil dos produtos agrários do entorno rural. O trigo produzido, por exemplo, em Cerreti, conduzido no dorso de mulas, após vencer a péssima estrada que conduzia até Empoli, poderia seguir viagem até Montelupo (c. 7 km), e de lá alcançar uma via com calçamento de primeira qualidade, passando a ser transportado por carros até a capital da República.³⁷² A capilaridade das estradas permitia a consolidação da capilaridade comercial; assim, por exemplo, ao sul de Florença, se sucediam os mercados de Gaiole, Montelupo, Bucine, Torri e Montevarchi; a nordeste, o encadeamento de Pozzo, San Godenzo, Marradi, Palazzuolo, Firenzuola e Santeramo alcançava as áreas montanhosas.

A malha comercial fortalecia a capacidade de atração da produção rural exterior ao *contado* de Florença, ou seja, exercia influência sobre o negócio do trigo em escala

³⁷¹ “Statutum et ordinatum est, cum a mercato de Empoli usque ad Vincium de Greci sit via et iter taliter tortuosum et oblicum, immo dissipatum et deruptum, quod transeuntes et ad illum mercatum venientes cum victualibus et rebus aliis ad vendendum et mercandum nequeunt iemali tempore de ytinere illo sine magno tedio exire nec transire, quod villa et Commune de Empoli Collegonçi, Commune et villata Colle de Petra et Commune et homines Cerreti cum Musignano et Commune et homines Vinci totum illud iter et viam debeant reparare, reficere et reparatam manutenere”. **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Stab. Tipografico E. Arian, 1921, livro V, rub. 102, p. 429.

³⁷² **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro IV, rub. 10, p. 181.

regional e inter-regional.³⁷³ Na primeira metade do século XIV, é possível contabilizar 54 mercados de funcionamento regular (semanal) e 72 centros mercantis (burgos, aldeias ou cidades) no *contado* florentino.³⁷⁴ A multiplicação desses mercados não funcionava apenas como polo de atração da produção do entorno, mas organizava as etapas de circulação de trigo em direção à Florença. Assim, no Arno superior³⁷⁵, localizava-se o mercado de Incisa; cinco quilômetros ao sul, estava Figline Valdarno; seguindo treze quilômetros, os mercadores chegavam no mercado de Montevarchi; percorrendo mais 9,2 quilômetros, sempre em direção ao sul, alcançavam Bucine.³⁷⁶ Nessa densa rede, os mercadores podiam obter albergue, espaços de alimentação e repouso para os animais, novos animais, notícias sobre a produção e a conjuntura, além da possibilidade de contratar mão de obra de carregadores e transportadores, adquirir liquidez através de empréstimos, e dispor de armazéns para estocar e proteger o trigo do mau tempo, da chuva, da neve, do sol excessivo. Os mercadores de trigo dispunham, portanto, de uma rede de serviços que tornava mais eficaz, segura e administrável a circulação de suas mercadorias.

As autoridades políticas se esforçaram por criar um quadro institucional favorável para a segurança do comércio. A legislação estabelecia um estatuto de salvo-conduto para os mercadores de trigo, tentando criar uma solução de intocabilidade mesmo em casos de conflitos e de guerras.³⁷⁷ A concessão da isenção da represália aos mercadores de cereais que conduziam trigo para a cidade de Florença parece ter sido um benefício exclusivo para essa categoria.³⁷⁸ Ademais, a normativa impunha regras claras para a proteção de qualquer pessoa que comercializasse em alimentos:

³⁷³ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 143.

³⁷⁴ Para mercados e centros mercantis, respectivamente: Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 138-139 e p. 332-333. Geralmente, mas nem sempre os mercados existiam em centros mercantis.

³⁷⁵ O rio Arno é dividido em “inferior”, trecho que vai do mar até Florença, e em “superior”, trecho que segue de Florença até Arezzo.

³⁷⁶ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 138-139.

³⁷⁷ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: T. Galileiana, 1910, livro I, rub. 18, p. 31.

³⁷⁸ Quando um mercador de um dado lugar cometia uma fraude e escapava, a vítima tinha o direito da “represália comercial”, ou seja, de recuperar danos confiscando bens e mercadorias de qualquer outro mercador oriundo do mesmo lugar daquele que cometeu o dano. O resultado da “represália comercial” era criar uma situação em que os mercadores de uma mesma “nação” se vigiavam e procuravam impedir que um criminoso ficasse impune. O estatuto de 1348 diz: “Provisum est quod, occasione alicuius represalie concedesse vel concedende alicui vel aliquibus, aliquis ducens sive conducens granum vel bladum ad civitatem Florentie, ab una salma supra, ad vendendum in foro seu platea Orti Sancti Michaelis, gravari vel molestari non possit in persona vel rebus”. **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, rub. 19, p. 70-71.

Omnes persone venientes de extra civitat(em) Flor(entie), exceptis exbannitis et condepnatis comunis Florentie, possin[n]t libere venire et redire per districtum Florentie, et ad omnia mercata que fuerint in districtu Florentie ubicunque cum frumento et blado et aliis victualibus eodem die quo fuerit mercatum. Et nullus summat eum offendere vel offendi facere, neque gravare vel gravari facere, de iure vel de facto, nisi occasione malleficii ab eo perpetrati contra aliquem, in persona vel rebus, vel propter proprium debitum³⁷⁹

Já vimos como o mercado de Figline Valdarno era capaz de atrair a produção das comunidades rurais do entorno e, ao mesmo tempo, do trigo produzido no Arezzo; no dorso das mulas que viajavam, e no livro de contabilidade dos *biadaioli*, o trigo local se misturava ao trigo regional. Na documentação não faltam, porém, menções à importação em escala inter-regional – ou seja, com as regiões vizinhas à Toscana. Indícios apontam que o conjunto de regiões atualmente denominado Emília-Romanha consistia na principal ligação comercial no que se refere ao circuito do trigo, através da travessia dos Apeninos. O estatuto do *Podestà* de 1325, ao determinar a necessidade da reconstrução de uma ponte no burgo de San Piero, sobre o rio Seve, explicita que a estrada era utilizada por mercadores que se abasteciam de cereais no Mugello e na Romanha, além de conectar um tráfego cotidiano entre as cidades de Florença e Bologna, e ser utilizado mesmo por mercadores vindo da distante Lombardia:

Statutum et ordinatum est quod Potestas Florentie teneatur et debeat infra duos menses sui regiminis facere reaptari, refici et compleri pontem de lignamine qui est inceptus et positus super flumen Sevis prope burgum Sancti Petri ad Sevem, ita quod venientes de Romandiola et de Mucello cum grano et aliis victualibus et aliis mercationibus, et alii qui vadunt cotidie et redeunt Bononiam et Florentiam et libere et secure ipsum flumen in estate et in yeme transire possint (...) ob cuius pontis dirutionem mercatores venientes de partibus Lombardie et Romandiole ad civitatem Florentie.³⁸⁰

A abertura de um trânsito regular entre Florença e Bologna, beneficiando toda sorte de viajantes – mercadores, peregrinos, carregadores, embaixadores, soldados, migrantes – decorria dos mesmos elementos que possibilitavam a estrutura do mercado de cereais. O sistema viário, uma rede de albergues, a facilidade de obtenção de bens (alimentação, roupas, botas, animais, selas, ferraduras) e serviços em troca de dinheiro viabilizava, a homens e mulheres, a aventura do deslocamento inter-regional, e o conhecimento de um universo para além da aldeia ou cidade de origem. Nas novelas do Decameron, o albergue de estrada aparece mais de uma vez como cenário; e, em uma

³⁷⁹ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, rub. 21, p. 71-72.

³⁸⁰ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Stab. Tipografico E. Ariani, 1921, livro IV, rub. 54, p. 344-345.

novela, encontramos uma bela descrição de um camponês que oferecia albergue ocasionalmente a conhecidos:

Nel pian di Mugnone fu, non ha guari, un buono uomo, il quale a' viandanti dava pe' lor denari mangiare e bere; e come che povera persona fosse e avesse piccola casa, alcuna volta, per un bisogno grande, non ogni persona ma alcun conoscente albergava.³⁸¹

A via dos Abruzos, que corria rente aos Apeninos, evitando as zonas alagadiças da planície costeira, sem superar altitudes de 700 e 800 metros, ligava a Toscana com o Reino de Nápoles.³⁸² O itinerário vivenciou a formação de centros mercantis nos Apeninos, resultando na conexão entre a Itália adriática e a tirrênica, e em um dinamismo econômico sustentado pela multiplicação dos profissionais ligados aos setores do transporte – albergues, cambistas, transportadores e taverneiros. Aquila se destacou, se tornando a segunda maior cidade do reino, e seu crescimento se deu em conjunto com a formação de uma malha de pequenos centros comerciais: Ascoli, Norcia, Cascia, Leonessa, Amatrice, Avezzano e Tagliacozzo.³⁸³ Aqui, o gênero comercial mais intensivo era a condução de gado, tanto para corte e alimentação, quanto para uso de força motriz e tração animal. Os animais partiam da distante Apúlia, caminhando diversos quilômetros e cruzando os Apeninos; o rebanho aumentava nos Abruzos, e recebia mais animais criados no entorno rural da cidade de Perugia; finalmente, mais de um milhar alcançava, todos os anos, a República de Florença.³⁸⁴ Quanto ao trigo, é bem provável que o Alto Lácio, região exportadora de cereais, se beneficiasse dessa rota comercial, fornecendo alguma quantidade ao consumo florentino.³⁸⁵ Não há indícios, porém, de que, no comércio de trigo, o transporte terrestre inter-regional tenha ultrapassado o raio geográfico da vizinhança. Se o trigo da Emília-Romanha e do Alto Lácio chegavam na Toscana carregados em dorso de mula, o mesmo não parece ter ocorrido com o trigo

³⁸¹ Giovanni Boccaccio, **Decameron** (ed. Vittore Branca), Firenze: Le Lettere, 1999, 9,6, p. 552AB.

³⁸² Giuliano Pinto, “Città e centri minori dell’Appennino centrale: attività economiche e reti commerciali (secoli XIII-XV)”, in E. Stefano, **Produzioni e commerci nelle province dello Stato pontificio**, Narni: Crace, 2013, p. 16.

³⁸³ Giuliano Pinto, “Città e centri minori dell’Appennino centrale: attività economiche e reti commerciali (secoli XIII-XV)”, in E. Stefano, **Produzioni e commerci nelle province dello Stato pontificio**, Narni: Crace, 2013, p. 21-23.

³⁸⁴ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**, Florença: Olschki, 2005, p. 292-293 e Giuliano Pinto, “Città e centri minori dell’Appennino centrale: attività economiche e reti commerciali (secoli XIII-XV)”, in E. Stefano, **Produzioni e commerci nelle province dello Stato pontificio**, Narni: Crace, 2013, p. 20.

³⁸⁵ Giuliano Pinto, “Produzioni e reti mercantili nelle campagne Toscane del secolo XIII e XIV”, in M. Bourin, F. Menant, To Figueiras, **Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014.

lombardo ou da Apúlia. É possível que, aqui, encontramos o limite do mercado de cereais; mesmo o alto valor pago na cidade de Florença, “maior do que em toda Itália”, não parecia cobrir os custos de um transporte terrestre de longa distância. De fato, os atores econômicos do período encontraram uma solução mais vantajosa para se desviarem desse escolha. Chegamos na última escala de importação de trigo realizada pela República de Florença: a via marítima.

3.4. O comércio marítimo

É impossível estimar o percentual de trigo consumido em Florença que advinha da importação marítima, calculando o peso específico desse fluxo comercial na alimentação urbana. Entretanto, não será demasiado equívoco pensar que a via marítima se tornou central para a alimentação dos florentinos, além de representar uma fonte de lucro consistente para as grandes companhias comerciais da República. O negócio começou a se organizar com a conquista da Sicília pela dinastia de Anjou, na década de 1260 – quando, portanto, a pressão demográfica florentina estava longe de alcançar a dimensão existente na primeira metade do século XIV. A República de Florença e o papado apoiaram Charles I d’Anjou contra a casa Hohenstaufen; com a morte de Manfredo, filho do imperador Federico II, na batalha de Benevento, em 1266, a nova casa se consolidou na monarquia do reino da Sicília.³⁸⁶ Em contrapartida ao apoio recebido, as companhias comerciais de Florença passaram a negociar diretamente com Charles I, passando a frequentar a corte real, em uma relação que se tornaria próspera e duradoura.³⁸⁷ Entre 1266 e 1282, o Reino da Sicília foi a unidade política de maior extensão territorial na Península Itálica, se estendendo de um território que ia dos Abruzzos, no norte, até à ilha que dava nome ao reino. A dinastia de Anjou se beneficiou dos alicerces administrativos organizados pelos Hohenstaufen, assim como das inovações econômicas planejadas pela dinastia vencida. Na Apúlia, o imperador Federico II havia arquitetado um sistema portuário centralizado e de maior eficácia para uma exportação marítima regular, projeto realizado pelo filho Manfredo, e que passou, portanto, a contar com uma série de portos locais que enviavam embarcações menores para dois portos de

³⁸⁶ Edward Coleman, “Law and monarchy in the south”, in Abulafia (org.), **Italy in the central Middle Ages**, Oxford: Oxford University Press, 2004.

³⁸⁷ D. Abulafia, “Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370”, in **Economic History Review**, n. 34, v. 3, 1981, p. 379.

maior dimensão – Barletta e Manfredonia. Esses últimos, possuindo alta capacidade de ancoragem, recebiam os navios que cruzavam o mar Mediterrâneo.³⁸⁸

Em 1282, a Revolta das Vésperas, movimento liderado pela elite urbana siciliana, apoiou a invasão da ilha por Pedro III de Aragão, causando a formação das “duas Sicílias” e resultando em um antagonismo que se estendeu até 1442. Enquanto a dinastia de Aragão detinha do reino da Sicília, se tornando uma das principais potências políticas marítimas da Europa e cultivando ambições de estabelecimento de um “mar aragonês”³⁸⁹, a dinastia de Anjou permaneceu com a coroa do Reino de Nápoles.³⁹⁰ Apesar de um permanente anseio de conquista do território inimigo por ambas coroas, visando a reunificação do reino, a paz de Caltabellota (1302) sedimentou a divisão entre a Sicília aragonesa e o reino de Nápoles angevino.³⁹¹

A permanência de mercadores florentinos no sul da Itália dependeu, em grande parte, da capacidade das companhias de estabelecer relações positivas com a(s) monarquia(s). Durante o período de incontestável domínio angevino (1266-1282), os mercadores de Florença ligados ao comércio de cereais foram bem sucedidos em criar pontos de exportação nos portos do reino. Em 1269, a companhia Mozzo-Spini, em Barletta, operou a exportação de 5.000 *salme*³⁹² de trigo, e, em 1279-80, um agente florentino conseguiu licença para exportar 7.393 *salme* do porto de Manfredonia.³⁹³ Com a guerra, a divisão do reino, e o estabelecimento da dinastia de Anjou em Nápoles, a presença florentina deslocou-se definitivamente para a região continental do sul da Itália. O aumento maciço das exportações de trigo ocorreu de forma concomitante com a expansão das grandes companhias de Florença.

Investigando os livros de contabilidade da companhia Peruzzi, Edwin Hunt encontrou no negócio do trigo o principal impulso para o primeiro estágio de acumulação

³⁸⁸ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 64-65.

³⁸⁹ David Abulafia, **Mediterranean emporium: the Catalan Kingdom of Majorca**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

³⁹⁰ Stephan Epstein, **An island for itself**, Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 85.

³⁹¹ Robert d’Anjou, por exemplo, tentou campanhas militares de reconquista em 1314, 1316, 1325-7, 1333, 1335, 1338, sem, no entanto, resultados efetivos. Stephan Epstein, **An island for itself**, Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 85.

³⁹² Se o *staio* e a *moggia* eram as medidas de volume que prevaleciam na Toscana, no sul da Itália predominava a *salma*. Entretanto, a unificação dessa medida foi apenas parcial e, se em Nápoles e na ilha de Sicília a *salma* tinham o mesmo peso, na Apúlia marcava um peso 10% superior. Cada *salma* da Sicília equivalia a 1.145 *staia* florentina. Cf. Francesco Pegolotti, **La Pratica della Mercatura** (ed. Evans), New York: Kraus Reprint Co, 1970, p. 112-113.

³⁹³ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 78-81.

de capital por essa firma. Para Hunt, é possível distinguir três níveis de organização societária, de acordo com a escala, a organização e a natureza das operações. Pequenas associações, de dois ou três agentes, geralmente de curta duração e com pouco capital empregado, se multiplicaram no universo medieval e formaram a forma corrente de condução de negócios.³⁹⁴ Em um nível superior, a formação de companhias, capazes de reunir maior capital inicial, e conduzir operações de maior escala no espaço e no tempo. E, em um patamar superior, funcionou o que Hunt denominou “super-companhias medievais”, compostas por um núcleo de societários e acionistas, reunindo ampla massa de capital inicial, e com um quadro organizacional contendo uma sede (em Florença), sucursais estrategicamente localizadas em grandes praças comerciais, e representantes em praças de médio e pequeno porte. Com atuação internacional, a rentabilidade dessas “super-companhias” baseava-se na oferta de um leque de serviços: depósito bancário, empréstimos, coleta de impostos, gerenciamento e organização de produção manufatureira, e um comércio realizado em escala maciça.³⁹⁵ O autor classifica apenas as firmas Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli como “super-companhias”; entretanto, não deixa de mencionar outras que, tendo grande porte e funcionamento em escala internacional, quase alcançaram o mesmo patamar: Buonaccorsi, Scali, Frescobaldi, Alberti (todas de Florença), além da companhia Bonsignori de Siena e Ricciardi de Lucca.³⁹⁶ A companhia Frescobaldi, por exemplo, provavelmente esteve presente no apoio à conquista da Sicília por Charles I de Anjou; em 1260 operava na exportação de produtos agrícolas de Nápoles³⁹⁷ e, em documentação relativa a 1283, aparece como beneficiária de uma licença de remessa comercial de trigo, emitida pela corte, da Apúlia para Veneza.³⁹⁸ Diferente das chamadas companhias super-medievais, porém, a firma Frescobaldi não parece ter sido bem sucedida em manter operações comerciais em diferentes praças. Na década de 1270, a companhia abriu uma sucursal em Londres e, após uma rápida passagem servindo como banco oficial do papado (1291-1293), o negócio da Inglaterra acabou por absorver o caixa e a atenção da matriz em Florença. No início do século XIV, sem atuação

³⁹⁴ A documentação atesta a frequência de sociedades de um a quatro participantes: Sabatino Lopez e Raymond Irving, **Medieval trade in the Mediterranean World**, New York/Londres: Columbia University Press, 1961, documentos 54, 58, 95, 97, 98, 99, 101, 102, p. 129-211.

³⁹⁵ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 3 e 38-41.

³⁹⁶ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 38-60.

³⁹⁷ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 59-60.

³⁹⁸ D. Abulafia, “Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370”, in **Economic History Review**, n. 34, v. 3, 1981, p. 381.

importante no sul da Itália, a firma concentrava os negócios em Londres, conseguindo alcançar o posto de principal casa bancária da coroa inglesa.³⁹⁹

Diferente foi o destino das companhias Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli, que expandiram sem interrupção a presença mercantil no sul da Península Itálica, durante o primeiro quarto do século XIV. Já em 1294, um consórcio entre as firmas Bardi, Acciaiuoli e Mozzi – que já encontramos operando na região – realizou a exportação de 2.250 toneladas de trigo da Apúlia, no reino de Nápoles, como benefício de um empréstimo de 1.000 onças de ouro à coroa.⁴⁰⁰ A companhia Bardi, em particular, parece ter sido a primeira a estabelecer um sistema comercial de exportação de grande fluxo de cereais. Em 1299, exportou 36.000 *salme*, e 35.000 *salme* em 1302.⁴⁰¹ Em 1308, a companhia Peruzzi obteve licença da monarquia para exportação de 25.000 *salme* de trigo dos portos dos Abruzos⁴⁰²; no ano seguinte, um consórcio entre as companhias Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli exportam 135.000 *salme* de grãos de todo o reino.⁴⁰³ As duas décadas seguintes marcaram o ápice do negócio de trigo para as companhias florentinas. Em 1311, realizaram a extraordinária exportação de 45.000 toneladas de grãos da Apúlia, talvez a maior operação desse gênero em todo o período medieval.⁴⁰⁴ Na safra de 1312-1313, menos espetacular mas não menos maciça, a companhia Bardi exportou 22.000 *salme*.⁴⁰⁵ Em 1316, as firmas Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli se consolidaram definitivamente como presença importante na corte de Nápoles, formalizando a atuação em conjunto a partir da formação de um conglomerado comercial⁴⁰⁶. Passando a unificar as operações a partir de um consórcio, as firmas passaram a coletar taxas para a coroa, transportar grandes volumes monetários, pagar burocratas e tropas, gerenciar o abastecimento militar, além, naturalmente de controlar o comércio de trigo e vinho.⁴⁰⁷ Em 1325, 130.000 *salme* foram

³⁹⁹ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 59-60.

⁴⁰⁰ D. Abulafia, “Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370”, in **Economic History Review**, n. 34, v. 3, 1981, p. 380.

⁴⁰¹ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 84.

⁴⁰² D. Abulafia, “Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370”, in **Economic History Review**, n. 34, v. 3, 1981, p. 379-380.

⁴⁰³ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 84.

⁴⁰⁴ D. Abulafia, “Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370”, in **Economic History Review**, n. 34, v. 3, 1981, p. 379-381.

⁴⁰⁵ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 84.

⁴⁰⁶ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 84.

⁴⁰⁷ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 49.

exportadas pelo consórcio. E, no ano seguinte, Robert d'Anjou acabou por conceder ao conglomerado todo o controle sobre a exportação de cereais do reino; as companhias haviam organizado sedes em Nápoles e em Barletta – os dois principais portos de exportação, situados, respectivamente, no Mar Tirreno e Adriático.⁴⁰⁸

No reino da Sicília, as companhias florentinas comercializaram grãos em menor proporção. Francesco Forzetti serviu como representante comercial da firma Peruzzi em Palermo durante os anos de 1299 a 1341, indício inegável da presença permanente e estável de mercadores toscanos na ilha.⁴⁰⁹ Entre 1307-1309, a companhia Bardi exportou 7.073 *salmas* (cerca de 800 toneladas) através de Palermo. No entanto, a aposta e a atenção dos mercadores florentinos ao reino de Nápoles, onde obtiveram grandes vantagens, resultou na paulatina saída da Sicília da influência da esfera comercial toscana. A ilha teve 71% de suas exportações agrícolas direcionadas para a Toscana entre 1300 e 1309, no que foram os momentos finais das sólidas relações construídas pelos mercadores florentinos na década de 1260; entre 1319-1329, apenas 6% do montante exportado foi dirigido para a mesma região.⁴¹⁰ Sicília, sem perder o posto de escala e centro comercial de primeira importância para o Mediterrâneo, diversificou o destino de suas exportações de cereais, escapando do domínio comercial das companhias florentinas.

Edwin Hunt critica uma abordagem que identifica as operações financeiras realizadas em território inglês e no noroeste da Europa como as principais atividades das três “super- companhias” de Florença; ao contrário, o investigador defende que o negócio do grão, no Mediterrâneo, representou a atividade central:

“(...) the orientation of the super-companies (...) was more toward the Mediterranean area. For example, they were affected little by the Great Famine of 1315-17 that ravaged northern Europe but very much by the Italian crop-failures from the late 1320s onward. (...)”

“(...) although the super-companies engaged in general commerce, banking, and manufacturing in substantial volume, what made them exceptional was commodity trading, which they conducted on a heroic scale. The core of the business was the Florence-Naples axis, wherein the companies controlled most of the export of grain from the Angevin kingdom of southern Italy, while exploiting that market's appetite for textiles of all types.⁴¹¹

⁴⁰⁸ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 84.

⁴⁰⁹ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 56.

⁴¹⁰ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 56.

⁴¹¹ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 3.

O sucesso das operações no sul da Península Itálica engendrou um processo concomitante de aumento do capital acumulado pelas companhias e de expansão das atividades mercantis de exportação de cereais. Em 1300 o capital da companhia Peruzzi, composto por sócios e acionistas, tinha a incrível soma de 124.000 libras, crescendo para 149.000 libras em 1310; em 1308 os lucros chegaram a 195.000 libras.⁴¹² Durante esses dez anos, a companhia expandiu o comércio pelo mar interior, passando a operar sucursais na Tunísia, em Maiorca, na Sardenha, além de apoiar a conquista de Rhodes pela Ordem dos Hospitalários, em 1309, aumentando a presença no mar Egeu; na década seguinte, a companhia já possuía operações significativas em Paris, Bruges e Londres.⁴¹³

Decerto, o comércio de trigo das companhias não se reduzia à importação para a cidade de Florença. O mar Adriático e o Tirreno formavam dois eixos comerciais distintos. No Adriático, as embarcações que partiam de Barletta e Manfredonia frequentavam, no mínimo, três centros comerciais de grande e médio porte: Veneza, Ragusa (atual Dubrovnik), e Ancona. Esse itinerário comercial sobreviveu às transformações do período e, no século XV, Manfredonia ainda exportava regularmente trigo para Ragusa.⁴¹⁴ A rota do Tirreno tinha como principais destinos os portos de Pisa e de Gênova.⁴¹⁵

A maior parte da produção do sul da Itália alcançava Florença a partir do desembarque no litoral toscano. Francesco Pegolotti, agente comercial da companhia Bardi, descreve com detalhes todo o processo de desembarque de trigo no porto pisano; a realização de pesagem e pagamento alfandegário em Pisa, com organização de estoques em armazéns; o envio em embarcações de médio porte pelo rio Arno, até Signa; o novo desembarque em Signa, e, finalmente, o carregamento em carros pela ótima estrada que conduzia até Florença, com nova alfândega às portas da capital da República.⁴¹⁶ No entanto, o trigo comercializado na rota Adriática também chegava aos consumidores florentinos; Rivera Magos argumenta que os cereais desembarcados em Ancona tinham

⁴¹² Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 128-135

⁴¹³ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 132-155.

⁴¹⁴ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 87-96.

⁴¹⁵ Nesse sentido, não foi possível estimar a quantidade do trigo negociado pelas companhias destinada à cidade de Florença.

⁴¹⁶ Francesco Pegolotti, **La Pratica della Mercatura** (ed. Evans), New York: Kraus Reprint Co, 1970, p. 209-210.

como destino a cidade da Toscana, utilizando uma via terrestre que cruzava os Apeninos.⁴¹⁷

Mais uma vez, podemos retornar à expressão já mencionada de Domenico Lenzi, provavelmente o trecho do mercador mais conhecido e discutida pela historiografia.⁴¹⁸ Diz o autor do *Specchio Umano* sobre Florença: “*nonn è contado che tanto la sostenesse di suo grano quanto è uno spazio di V mesi e ove sempre più vale la vittualia ch’a nulla parte di Ytalia*”.⁴¹⁹ Geralmente, porém, a historiografia fragmentou a expressão, mantendo atenção apenas à primeira expressão referente à pequena produção agrícola do *contado* florentino. Creio que podemos fazer justiça a Domenico Lenzi quando não perdemos a totalidade da formulação. O mercador associa, de forma cristalina, a grande escala de importação de trigo da República com os preços praticados no interior de Florença. Ou seja, a capacidade de imposição de um preço superior, quando comparado ao resto da Itália, funcionava como um mecanismo de atração decisivo, permitindo a atuação lucrativa de comerciantes que operavam em diferentes níveis de negócios: mercados individuais modestos que circulavam pela malha comercial do *contado*, associações de médio capital, e as grandes companhias de Florença. Na perspectiva de Domenico Lenzi, o preço tinha papel decisivo como mecanismo regulador de um comércio que funcionava em escala local, regional, inter-regional e marítima. Mais do que isso, a capacidade de estabelecimento do valor do trigo permitiu que todo o complexo sistema comercial fosse construído. Um sistema que, na base, contava com a participação de uma multiplicidade de mercados rurais na Toscana, ensejando a comercialização de pequenos produtores rurais – como vimos no caso da pequena comunidade de Colle de Petra – e influenciando na vida de modestos camponeses que não apareceram na documentação, mas não passaram despercebidos ao olhar perspicaz de um novelista como Giovanni Boccaccio. Mas que contava, também, com a atuação das grandes companhias florentinas, com agentes mercantis de estilo de vida aristocrático negociando na corte do reino de Nápoles, com mobilização de imensos capitais, e com o emprego de inúmeros modestos carregadores (que transitavam nas regiões rurais da Apúlia) e de

⁴¹⁷ Rivera Magos, “La chiave de tutta la Puglia”, in Licinio, **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 79-81.

⁴¹⁸ Ver longa historiografia em George Dameron, “Feeding the Medieval Italian City-State: grain, war, and political legitimacy in Tuscany, c. 1150 – c. 1350”, in **Speculum**, Cambridge, n. 92 (4), 2017, p. 986-987. O próprio Dameron discutiu a formulação de Lenzi.

⁴¹⁹ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 317.

embarcações de médio e pequeno porte que transitavam entre os portos do mar Adriático e do mar Tirreno.

3.5 A estrutura de oferta e os conflitos militares

Podemos terminar analisando um evento que testou as forças de abastecimento da República: o pior conflito militar ocorrido na Toscana da primeira metade do século XIV. A dimensão da batalha de Altopascio, quando as tropas de Lucca, liderada por Castruccio Castracani, venceram a força militar de Florença, com morte e captura de parte importante da aristocracia derrotada, se manifesta no grande número de fontes que citam o evento. O mercador Domenico Lenzi, em meio aos preços dos cereais, anota com brevidade:

A dì xxijj detto mese di settembre, ci schonfisse Chastruccio degl'Intelminelli da Luccha ad Altopascio choll'aiuto d'Azzo Vischonti da Melano, tiranno, e col tradimento di messer Beltramo di Chaorsa, cardinale legato di Lombardia, che lasciò venire il detto Azzo con xijc di chavalieri per ijm fiorini d'oro, sanza farlo sapere a' fiorentini⁴²⁰

Entretanto, é Giovanni Villani quem narra com riqueza de detalhes os eventos imediatamente posteriores à batalha, quando a cavalaria de Lucca avançou por território florentino durante o mês de outubro, saqueando e pilhando diversos vilarejos, e se aproximando das muralhas de Florença:

Nel detto anno (...), come Castruccio ebbe la vittoria della battaglia, mandati i pregioni e le spoglie del campo a Lucca, non tornò a Lucca in persona, ma posto l'assedio ad Altopascio, si fece disfarre le torri e 'l ponte a Cappiano, e poi il castello di Cappiano e di Montefalcone, per non avere in quella parte a guardare, e se ne venne a Pistoia per guerreggiare i Fiorentini (...). Poi a dì XXVIII di settembre Castruccio con tutta sua oste venne a Lecore in sul contado di Firenze, e il dì seguente puose il suo campo in su i colli di Signa. I cavalieri e' pedoni de' Fiorentini ch'erano in Signa, faccendola afforzare, veduta l'oste di Castruccio abbandonarono la terra, e furono sì vili, che non ardirono a tagliare il ponte sopra l'Arno. Poi il dì di calen di ottobre Castruccio puose suo campo a San Moro, ardendo e rubando Campi, Brozzi, e Quaracchi, e tutte le villate d'intorno; e a dì II d'ottobre venne in Peretola, e la sua gente scorrendo infino presso a le mura di Firenze, e là dimorò per III dì, faccendo guastare per fuoco e ruberia dal fiume d'Arno infino a le montagne, e infino a piè di Careggi in su Rifredi, ch'era il più bello paese di villate, e 'l meglio acasato e giardinato, e più nobilmente, per diletto de' cittadini, che altrettanta terra che fosse al mondo. (...) ma i Fiorentini molto inviliti, e storditi di paura e sospetto che dentro a la città non avesse tradimento, con tutto avessono cavalieri assai e gente a piè innumerabile, si tennono dentro in arme di dì e di notte com grande affano e sollecitudine a guardare la città e le mura e le porte.⁴²¹

⁴²⁰ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 227-228.

⁴²¹ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro X, cap. 317, p. 928-930.

No dia 26 de outubro de 1325, Castracani voltou a marchar sobre território florentino, passando por Signa, entreposto fundamental do trigo importado do sul da Itália, e montando acampamento às vistas da cidade.⁴²² Nesses dias atribulados, em que a República se viu na iminência de ser conquistada por um poder político rival, o que acontecia com o mercado de cereais?

O comércio, no registro de Domenico Lenzi, funcionou regularmente. Todos os cereais foram disponibilizados à população.⁴²³ De fato, a insegurança e o bloqueio das estradas, causados pelas tropas de Castracani, e o aumento temporário da população urbana, resultante dos residentes do *contado* que se refugiaram dentro dos muros, provavelmente causaram um breve desequilíbrio na relação entre oferta e demanda. A anotação diária dos preços nos permite visualizar os solavancos que atingiram o comércio, alternando, entre os meses de setembro e novembro, momentos mais ou menos agudos de aumento dos preços: entre os dias 12 e 16 de novembro, o trigo de tipo *calvello* chegou a ser vendido a um valor 27% superior do que seu preço em fins de agosto.

Tabela 3.2. Oscilação do preço do trigo *calvello* durante a guerra entre Lucca e Florença (1325).

Data	Preço (em <i>soldi</i>)	Oscilação (em relação ao preço base)	Oscilação (em relação ao preço anterior)
27 – 31 de agosto	11 s.	Preço base	-
07 – 21 de setembro	11 s.	-	-
21 – 30 de setembro	11, 5 s.	+ 4,5%	+ 4,5%
01 – 05 de outubro	12, 5 s.	+ 13,6%	+ 8,7%
05 – 08 de outubro	12 s.	+ 9%	- 4%
09 – 22 de outubro	13 s.	+ 18%	+ 8,3%
22 – 26 de outubro	12, 5s.	+ 13,6%	- 3,85%
26 – 31 de outubro	13 s.	+ 18%	+ 4 %
01 – 12 de novembro	13, 5 s.	+ 22,7%	+ 3,84%
12 – 16 de novembro	14 s.	+ 27,2 %	+ 3,7%
16 – 21 de novembro	12, 5 s.	+ 13,5%	- 10,72%
21 – 30 de novembro	12 s.	+ 9%	- 4%

Fonte: Domenico Lenzi, **Il Libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 226-230.

⁴²² G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro X, cap. 319, p. 931-932.

⁴²³ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 226-230.

Tabela 3.3. Oscilação do preço do trigo *calvello* em perspectiva anual (1325-1326).

Mês	Preço médio	Oscilação (em relação preço base)
Maio de 1325	15 s.	+ 25 %
Junho de 1325	14 s.	+ 16,6%
Julho de 1325	12 s.	Preço base
Agosto de 1325	11,6 s.	- 3,3%
Setembro de 1325	11,25 s	- 6,25%
Outubro de 1325	12,6 s.	+ 5%
Novembro de 1325	13 s.	+ 8,3%
Dezembro de 1325	12,16 s.	+ 1,3%
Janeiro de 1326	12,25	+ 2,08%
Fevereiro de 1326	12,5	+ 4,1%
Março de 1326	12 s.	-
Abril de 1326	12 s.	-
Maio de 1326	11,75 s.	- 2,89%
Inflação 06/1325 a 05/1326	12 s. (Preço Base)	Inflação: 0,92%

Fonte: Domenico Lenzi, **Il Libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 226-230.

A tabela 3.2 manifesta a pressão inflacionária causada pelo conflito militar. Danos ao sistema viário, a interrupção das comunicações, a necessidade de manter os portões da cidade fechados – provavelmente estorvaram a realização cotidiana do comércio. Entretanto, quando observamos a oscilação do preço do trigo em perspectiva anual (tabela 3.3), salta aos olhos que o pior conflito militar ocorrido na Toscana do período não trouxe problemas ao abastecimento regular da cidade; e a breve inflação manifestada no clímax da crise foi absorvida na oscilação anual dos preços dos cereais.

É possível admitir que, durante a guerra, a noção de salvo-conduto aos mercadores de trigo existia como um consenso entre as partes em conflito? Nesse sentido, Jean-Claude Maire Vigueur examinou como, no século XIII, não havia interesse na realização de uma “guerra total”, com aniquilação do inimigo e ataque à população civil, característica das guerras do século XX⁴²⁴. Antes, a guerra, sem deixar de mobilizar o saque e a pilhagem, tinha como elemento central o resgate de reféns da aristocracia derrotada após a batalha, ganho que chegava a consistir em parte regular da economia dos “cavaleiros-cidadãos” que formavam a elite comunal italiana.⁴²⁵ Será possível pensar que a prática ordinária do uso do cerco militar, visando interromper o abastecimento dos

⁴²⁴ Sobre Vigueur, cf. próxima nota. Sobre o conceito de guerra total, cf. Eric Hobsbawm, **A era dos extremos**, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 29-60.

⁴²⁵ Jean-Claude Maire Vigueur, **Cavaliers e Citoyens**, Paris: École de Hautes Études, 2004.

sitiados e, pela fome, obter sua derrota, convivia com a tentativa política de estabelecer um salvo-conduto aos mercadores de alimentos?⁴²⁶ Embora seja uma hipótese possível, não parece haver dúvida de que outro foi o principal fator que permitiu o abastecimento regular de alimentos durante o ano de 1325: a capilaridade construída pela estrutura de oferta. Quando acompanhamos a movimentação do exército de Castruccio, percebemos que as tropas não tinham condições de varrer todo o território florentino e atingir os mais de 70 mercados dispersos pelo *contado*, e que criavam uma multiplicidade de circuitos comerciais fluindo em direção à capital da República. Ao contrário, a força da capilaridade do comércio, consolidada após décadas contínuas de crescimento, apoio institucional, e integração local, regional e inter-regional parece ter sobrepujado as capacidades militares e políticas do estado comunal. Afinal, não apenas a vitória acachapante de Castruccio em Altopascio e o itinerário de tropas inimigas em território florentino não foram capazes de trazer graves problemas para o circuito de circulação de trigo. No ano anterior, prevendo a escalada da guerra, as autoridades políticas da República de Florença ensaiaram sufocar a República de Lucca através da realização de um grande bloqueio econômico. Estabeleceram-se duras condenações a qualquer mercador que mantivesse conexões comerciais com o território inimigo; e embaixadores foram enviados para tentar convencer a participar do bloqueio as comunas de Bolonha, Gênova, Siena, Pistoia, Prato, Colle di Valdelsa, S. Gimignano, Volterra e de Pisa.⁴²⁷ A estratégia, porém, fracassou inteiramente. Não apenas as outras comunas não parecem ter atendido, como os próprios mercadores de Florença, incluindo a elite mercantil, desrespeitaram a interdição; poucos meses depois, a República teve de desistir do bloqueio. O Leviathan do Estado teria de esperar ainda alguns séculos para despertar.

⁴²⁶ Em diversos conflitos militares narrados por Giovanni Villani, o cerco aparece como estratégia comum. Exemplo típico: G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro IX, cap. 52-53, p. 584-586.

⁴²⁷ Armando Saporì, “Firenze e Castruccio: tentativi di guerra economica”, in Saporì, **Studi di Storia Economica**, vol 1, Florença: Sansoni, 1982, p. 399-405.

CAPÍTULO QUATRO

O MERCADO DE TRIGO EM FLORENÇA

Imagem 4.1. Localização da praça de Orsanmichele em Florença. As linhas pontilhadas demarcam os muros do século XII e, em tamanho maior, aqueles construídos entre 1284 e 1333. Como vemos, o mercado de cereais (n.2) se localizava entre o *Palazzo della Signoria* (n. 3) e a Praça da Catedral (n. 1).

Fonte: Goldthwaite, *The Economy of Renaissance Florence*, Baltimore: John Hopkins University Press, 2009, p. 24.

4.1. O mercado de trigo em Florença

O comércio de trigo não representava, na Baixa Idade Média, nenhuma novidade. Um documento do século VIII menciona o transporte de grãos e de sal de Maremma, no sul da Toscana, até a cidade de Lucca.⁴²⁸ No entanto, como vimos, a formação de uma demanda urbana massiva ensejou, também, uma transformação no comércio de cereais, resultando na consolidação de uma estrutura de oferta capaz de providenciar, em um fluxo contínuo e estável, o abastecimento da grande população de Florença. Nem sempre o abastecimento alimentar foi bem sucedido; e os protagonistas econômicos e políticos esforçaram-se cotidianamente para satisfazer a necessidade alimentar da população; a permanente oscilação de rendimento da produção cerealífera, característica estrutural da agricultura do período, criava um cenário contínuo de incertezas. Durante os anos que se seguiram entre 1284 e 1340, a integração dos elementos envolvidos – modestos produtores dispersos pela Toscana, pequenos mercadores, grandes companhias, importação marítima negociada politicamente no reino de Nápoles, circulação por rios e estradas, poder de compra das famílias de artesãos e trabalhadores destituídos de propriedades fundiárias – formaram um sistema dinâmico e em contínua transformação.⁴²⁹ A década de 1340 é um divisor de águas, iniciando com o impacto de uma epidemia que deixou para trás cerca de 20.000 mortos, e avançando com toda sorte de problemas: escassez monetária; falência das grandes companhias (Buonaccorsi em 1342, Acciaiuoli em 1343, Peruzzi em 1343, Bardi em 1346); crise de abastecimento de 1346-47; e, finalmente, o horror da Peste Negra, que transformou a cidade em uma paisagem desértica, reduzindo uma população de 120.000 para 30.000 habitantes.⁴³⁰

Isso não significa dizer que, antes de 1340, a população não tenha sofrido momentos difíceis, quando menor quantidade de cereais disponíveis para a venda gerou

⁴²⁸ O documento, traduzido para inglês, está na coletânea organizada por Sabatino Lopez e Irving Raymond: “(...) And the aforesaid duty we promise, that is, to transport grain and salt from the boundaries of the Maremma all the way to that port where it is customary for the produce and salt of that household of the church to be offered for sale”. A tradução é difícil, mas os autores preferem a leitura de que os grãos e o sal sejam destinados ao comércio. Sabatino Lopez e Irving Raymond, **Medieval trade in the Mediterranean World**, New York/London: Colombia University Press, 1961, doc. 12, p. 43-44.

⁴²⁹ Naturalmente, isso não pode se aplicar à totalidade da população urbana. George Dameron leva em consideração que talvez 10% da população vivia em condições miseráveis, ou seja, em situação permanente de “escassez”. Cf. Dameron, **Florence and its Church in the Age of Dante**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 3.

⁴³⁰ Para os dados sobre a peste e a demografia, Niccolò Rodolico, “Note Statistiche su la popolazione fiorentina”, **Archivio Storico Italiano**, vol 30, n. 228, 1902, pg. 241-274; para as dificuldades monetárias, conferir o capítulo 2; as falências foram descritas por Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; e a crise alimentar de 1346-46 por Giuliano Pinto, *Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)*, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 107-130.

alta de preços, meses de carestia remediados politicamente, e mesmo uma dura crise de abastecimento entre os anos de 1328 e 1330. Ao contrário da imagem de uma sociedade estável paralisada no tempo e na repetição, a vida de mulheres e homens era assombrada permanentemente pela imprevisibilidade, e provavelmente nenhuma geração passou incólume às rupturas ocasionadas por eventos climáticos extremos (seca, enchente, irrupções vulcânicas, terremotos), por fracassos na produção agrícola, por guerras e violências civis, pela difusão de doenças e epidemias de menor ou maior intensidade, ou pela carestia e escassez alimentar.⁴³¹

No século XIV, a República de Florença foi atingida por duas crises severas no abastecimento alimentar. Nas duas ocasiões, o problema decorreu da falta de trigo disponível. A crise de 1329 foi descrita em detalhes por Domenico Lenzi, e ocupa a parte central da narrativa do *Specchio Umano*. Os problemas começaram a aparecer no início do ano, provável indicativo da safra ruim entre 1327-1328. Em abril, dois meses antes da safra de 1328-1329, houve falta de trigo no mercado de Florença, parte da população reclamou de fome, tumultos ocorreram nas ruas da cidade, e as autoridades públicas iniciaram medidas de urgência⁴³² – no próximo capítulo, iremos analisar de que maneira a quebra no abastecimento alimentar desencadeou uma crise de caráter cívico. Por ora, basta mencionar que, em 22/06/1329, pouco trigo estava disponível no mercado de Florença, e, no entanto, a população manteve-se tranquila: Domenico Lenzi descreve que a nova colheita estava por chegar, gerando expectativas positivas de queda de preços na população.⁴³³ De fato, em 26/06/1329, o preço do trigo caiu bruscamente, com o advento da nova colheita e da importação de cereais.⁴³⁴ A felicidade durou pouco, posto que a safra de 1328-1329 consistiu em um segundo ano de péssima produtividade agrícola, e, poucos meses depois, a cidade foi atingida pela crise de abastecimento. É interessante notar que o narrador do *Specchio Umano*, antes de se referir aos acontecimentos ocorridos em Florença nos meses posteriores a julho, menciona uma queda de colheita que atingiu o reino de Nápoles, indício de que o mercador tinha consciência da ligação sistêmica entre a produção agrícola no sul da Península Itálica e o abastecimento da cidade de Florença.⁴³⁵ Lenzi descreve com riqueza de detalhes a escassez de trigo que acometeu a população

⁴³¹ Uma bela descrição do cenário de insegurança existe em Malcolm Barber, **The two cities**, Londres/Nova York: Routledge, 2004, p. 5-23.

⁴³² D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 292-293.

⁴³³ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 356.

⁴³⁴ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 357.

⁴³⁵ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 338-340.

dos dois principais pontos de exportação do reino napolitano: as cidades de Nápoles e de Barletta.⁴³⁶ Como um rastilho de pólvora, no mês de setembro de 1329 a escassez chegou à capital florentina; em outubro, os trigos de tipo *cavello* e *ciciliano* já não eram vendidos no mercado.⁴³⁷ A crise de 1329 decorreu da combinação entre a fraca produtividade agrícola na Toscana e a ruptura do sistema comercial de importação do sul da Itália. Com a escassez de grãos no reino de Nápoles, os atores econômicos e políticos de Florença se esforçaram em abrir uma conexão mercantil com uma nova zona – a Sardegnha –, e em intensificar o comércio existente entre a Toscana e a Emília-Romanha.⁴³⁸ Até a próxima colheita, a cidade teve de conviver com o alto preço de trigo, a presença constante de cevada e trigo de má qualidade na panificação, e com a distribuição regular de pães e de cereais subsidiados pelas autoridades públicas.⁴³⁹ A carestia não se restringiu à urbe; ao contrário, como a capital concentrou as medidas políticas de combate à crise agrícola e comercial, os residentes do *contado* passaram a frequentar a cidade de Florença para escapar da escassez do campo. Domenico Lenzi insiste como, durante o semestre final do ano de 1329, os “camponeses” se apinharam na praça do mercado, lutando para obter os poucos cereais disponíveis⁴⁴⁰; no ápice de crise, houve dias em que metade dos compradores eram pessoas que vinham do *contado*⁴⁴¹, percorrendo grandes distâncias.⁴⁴²

A segunda crise agrícola-comercial de abastecimento ocorreu em 1346-1347. Em 1345, uma intempérie atingiu o sul da Europa, e chuvas excessivas arruinaram a plantação; grande parte da Península Itálica, assim como a Provença e a Borgonha tiveram péssimas colheitas.⁴⁴³ As produções de cereais, vinho, azeite e “de todas as coisas” foram atingidas; o preço da carne de aves, bois, porcos e bezerros disparou.⁴⁴⁴ Segundo Giovanni Villani, os camponeses abandonaram suas terras, e, impedidos de trabalhar e obrigados pela fome, roubavam e saqueavam, ou vinham à Florença mendigar.⁴⁴⁵ Os

⁴³⁶ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 338-340. Cf. no capítulo anterior a descrição da revolta urbana causada pela carestia em Barletta.

⁴³⁷ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 365-382.

⁴³⁸ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 325 e 348.

⁴³⁹ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 292-403.

⁴⁴⁰ Menções a camponeses: D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315, 324, 326, 335.

⁴⁴¹ Em 03/06/1329, Lenzi diz que “queste die venne molta gente a comperare ed erano più l’uma metà contadini”. Em D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 335.

⁴⁴² 27/05/1329: “Questo dì i comperatori a buon’otta nella piazza giugnevano d’ogni parte e dalla lungha del nostro contado intorno di XV millia o più”. D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 326.

⁴⁴³ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 97-98.

⁴⁴⁴ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. XIII, cap. 73, p. 1561-1564.

⁴⁴⁵ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. XIII, cap. 73, p. 1562.

fornos públicos, que passaram a distribuir pães para as famílias necessitadas, chegaram a atender, em abril de 1347, 94.000 pessoas, cidadãos e camponeses.⁴⁴⁶

Além das duas crises de 1329 e 1346-47, diversos outros momentos de carestia se agravaram sobre a cidade. Na década de 1290, os anos de 1291, 1296 e 1298 tiveram colheitas ruins, e consolidaram a intervenção estatal na manutenção do abastecimento urbano.⁴⁴⁷ Em 1302, a extrema seca que atingiu a Itália prejudicou a safra e chegou a paralisar o funcionamento de moinhos de água em Siena, causando um forte movimento inflacionário sobre a farinha; o ano seguinte foi de carestia em Florença.⁴⁴⁸ É na narrativa de Domenico Lenzi, no entanto, que encontramos maior nível de detalhe, e podemos observar como mais de uma vez a safra se mostrou insuficiente para garantir o abastecimento regular durante o ano, resultando, nos meses anteriores à colheita, em tendência à alta de preços ou, nos anos de pior rendimento, de irrupção da carestia e de falta de trigo disponível para o comércio. Assim, em março de 1333 e em abril de 1335, as altas de preços acompanharam a falta de cereais disponíveis para venda no mercado; a carestia ensejou tumulto nas ruas da cidade e só foi remediada pela intervenção das autoridades públicas.

Situação diferente ocorreu em 1339. A péssima colheita na Toscana desencadeou em Florença o par alta de preços/carestia em junho, julho e setembro; a opaca descrição de Giovanni Villani dá a entender que a brusca queda da produtividade atingiu apenas a região da Toscana, e que não houve problema na produção agrícola no sul da Península Itálica: a situação pode ser revertida através do aumento maciço da importação de grãos.⁴⁴⁹ Nesse caso, podemos visualizar de que forma a maturidade do sistema comercial foi capaz de reverter um problema de crise agrária regional. Os anos seguintes, com exceção de 1345, marcaram a manutenção do preço alto de grãos; a despeito de não haver indícios da irrupção da carestia e da escassez de cereais, não há dúvidas de que o nível médio de vida da população piorou.⁴⁵⁰

A ameaça da fome era uma sombra permanente para grande parte da sociedade, sobretudo para as pessoas pertencentes aos estratos socioeconômicos de menor renda; e

⁴⁴⁶ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. XIII, cap. 73, p. 1564.

⁴⁴⁷ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 82-84.

⁴⁴⁸ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 84-85.

⁴⁴⁹ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. XII, cap. 100, p. 1363.

⁴⁵⁰ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 97.

o versos de Jorge Luis Borges, escritos no século XX, dão forma a uma sensação possivelmente análoga àquela sentida pelas famílias medievais atingidas pela carestia e pela indigência:

(...) Madre antigua y atroz de la incestuosa guerra,
Borrado sea tu nombre de la faz de la tierra.

(...) Tú que entre el nacimiento del hombre y su agonía
Pides en la oración el pan de cada día.⁴⁵¹

Isso não significa dizer, no entanto, que a população da República de Florença da primeira metade do século XIV estava submetida à escassez crônica e à deficiência alimentar. Se a carestia impulsionava tumultos, desespero e perturbações políticas, a abundância e o excesso alimentar manifestavam-se nas festas, banquetes públicos e na exibição de riqueza e distinção social. Na novela de Giovanni Boccaccio, a frequência de um penetra na mesa opulenta da aristocracia, tipo de personagem *trickster*, é motivo para riso em uma narrativa de conotação cômica:

(...) essendo in Firenze uno da tutti chiamato Ciacco, uomo ghiottissimo quanto alcuno altro fosse giammai, e non potendo la sua possibilità sostenere le spese che la sua ghiottornia richiedea, essendo per altro assai costumato e tutto pieno di belli e di piacevoli motti, si diede a essere non del tutto uom di corte ma morditore e a usare con coloro che ricchi erano e di mangiar delle buone cose si diletavano; e con questi a desinare e a cena, ancor che chiamato non fosse ogni volta, andava assai sovente.⁴⁵²

O trecho nos permite refletir sobre o lugar do mercado de trigo na totalidade do abastecimento da cidade. Como visto acima, a ausência de cereais ocasionava problemas na alimentação cotidiana dos habitantes de Florença, indicando a importância do trigo na dieta da população. Porém, o mercado de cereais não pode ser simplesmente confundido com o abastecimento urbano. O problema do abastecimento, em verdade, é muito mais extenso, à medida que os cereais compunham apenas uma parte do leque de alimentos consumidos na cidade. Além do trigo, uma diversidade de produtos transitava pelo comércio, se aproveitando da estrutura de oferta descrita no capítulo anterior. Aliás, vemos como, além da manufatura têxtil e da construção, um terceiro ramo econômico experimentou um período de decolagem durante os séculos XIII e XIV: o comércio a

⁴⁵¹ Jorge Luis Borges, “El Hambre”, in **El otro, el mismo**, Buenos Aires: Emecé, 1960, p. 236.

⁴⁵² Giovanni Boccaccio, *Decameron* (ed. Vittore Branca), Firenze: Le Lettere, 1999, 9,8, p. 560A.

retalho.⁴⁵³ Analisando a contabilidade do Hospital de Santa Maria Nuova, Charles de La Roncière indica a obtenção, pela compra, da seguinte série de produtos:

Quadro 4.1. Produtos consumidos na cidade de Florença (lista não exaustivo).

Produto	Detalhe
Vinho	Grande consumo popular
Porcos	Peça inteira ou partes salgadas
Cabra	Peça inteira ou partes
Vaca e novilhas	Produtos de luxo.
Ovos	A partir de 1354: organização de mercado particular para <i>pollaiuolos</i>
Galináceos	Idem
Óleo	Utilizado para consumo, iluminação e indústria têxtil
Frutas	Frescas ou secas
Legumes	Vendidos em conjuntos com cereais

Fonte: Charles de la Roncière, **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**, Roma: École Française de Rome, 1982.

É Giovanni Cherubini quem procura mensurar a quantidade de alimentos consumidos, em média, pelos cidadãos de Florença.⁴⁵⁴ Se o vinho talvez alcançasse alto consumo diário – talvez um litro por dia –, a carne, em contrapartida, tinha baixo consumo, não mais (estima o historiador) do que três quilos durante o mês. Na mesa comum, naturalmente predominavam os diversos tipos de trigo, com participação importante dos cereais menores (espelta, centeio e cevada). O peixe era bastante consumido durante a quaresma. Ovos e queijos eram componentes relevantes; e as hortas existentes no cinturão agrícola adjacente à cidade providenciavam grande variedade de gêneros: repolho, alho, cebola, alho-poró, favas, ervilha grama, grão-de-bico, ervilha e feijão branco.⁴⁵⁵ Se as frutas frescas (cerejas, melões e figos) deviam ser consumidas em pouco tempo, e permaneciam no limiar entre produtos comuns e produtos de luxo, as frutas secas podiam ser armazenadas e participavam em maior quantidade da mesa do

⁴⁵³ Cf. capítulo 2 sobre a decolagem dos ramos econômicos.

⁴⁵⁴ Cf. Cherubini, “L’approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo”, in **Rivista de Storia della agricoltura**, XL, n.1, junho/1995. Todo esse parágrafo é baseado nesse artigo.

⁴⁵⁵ “Le città erano circondate da una vera e propria cintura di orti e che spesso e con frequenza gli orti penetravano all’interno delle mura”. Cf. Cherubini, “L’approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo”, in **Rivista de Storia della agricoltura**, XL, n.1, junho/1995, p. 48.

florentino: castanha (bastante consumida), pera, maçã, amêndoas, nozes, avelãs e figo seco.⁴⁵⁶

O maciço fluxo comercial de alimentos, na cidade de Florença do século XIV, se organizava em três níveis: nos amplos edifícios ou praças públicas reservados aos mercadores; em mercados de menor dimensão; e em lojas e tendas dispersas pelos bairros. No primeiro nível, a cidade contava com três grandes espaços públicos de comércio: o *Mercato Vecchio*, a *loggia* de Orsanmichele, e o *Mercato Nuovo*.⁴⁵⁷ O primeiro foi o principal espaço dedicado à comercialização de alimentos durante o século XIII. Sua peculiaridade estava na oferta variável. O poeta Antonio Pucci (1309-1388) deixou uma descrição interessante sobre o cotidiano do *Mercato Vecchio* do século XIV:

Io ho veduto già dimote piazze
 Per diverse città, ma de' vicini
 Vorre' cantar lasciando l'altre razze.
 (...) Niente son di frutte, e di bellezza,
 E di ciò, ch'alla gente dà governo,
 (...) Cioè Firenze, e se 'l mio dir non erra,
 Mercato vecchio al mondo è alimento.
 (...) Medici v'ha d'intorno a tutt'i mali,
 Ed avvi pani lini, e Linaiuoli,
 V' há Pizzicagnoli, e v'há Speziali,
 Evvi chi vende bicchieri, ed orciuoli,
 E chi alberga, e dà mangiare, e bere,
 (...) ed evvi la più bella beccheria,
 Che sia, di buona carne, al mio parere.
 (...) Cioè di Prestatori, e Rigattieri,
 Tavole di contanti, e Dadaiuoli
 D'ogni ragion, che sano a' lor mestieri.
 Quivi da parte stanno i Pollaiuoli
 Forniti sempre a tutte le stagioni
 Di lepre, e di cinghiali, e cavrioli,
 E di fagiani, starne, e di pippioni,
 Ed altri uccelli (...)
 (...) Sempre di più ragion vi stanno Trecche;
 Diciam prima di quelle delle frutte,
 Che tutto dì per due castagne secche
 Garrono insieme, chiamandosi putte;
 (...) Ed alter vendono uova, con formaggio
 (...) Le contadine vengon la mattina
 (...) Ciscuna rifornisce sua cucina.
 (...) Non fu giammai così nobil giardino,
 Come a quell tempo egli è Mercato Vecchio.⁴⁵⁸

⁴⁵⁶ Cherubini, “L’approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo”, in **Rivista de Storia della agricoltura**, XL, n.1, junho/1995, p. 48-49.

⁴⁵⁷ Não examinamos o *Mercato Nuovo* porque esse se especializava em transações financeiras, tema que não pertence a nosso escopo. D’Aguanno Ito, **Orsanmichele. The Florentine Grain Market**, Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Arts and Sciences, Catholic University of America, Washington, 2014.

⁴⁵⁸ A versão completa pode ser encontrada em Antonio Pucci, “Le Proprieta di Mercato Vecchio”, in **Delizie degli Eruditi Toscani**, Tomo VI, Firenze: Cambiagi Stampator Granducale, 1775, p. 267-274.

Os versos de Pucci constroem a imagem de um mercado em forma de bazar, concentração comercial onde os cidadãos podiam encontrar um leque variado de alimentos, consultar médicos, comprar roupas novas e usadas, comer e beber e descansar nos albergues, e talvez jogar dados.

No último quarto do século XIII, porém, a República passou a considerar a importância de eleger um espaço reservado somente para o comércio de cereais, manifestando a necessidade de organizar o gênero mercantil que, possivelmente, sofria forte demanda com o aumento populacional. Índícios apontam que a década de 1280 foi um divisor de águas. Em fevereiro de 1284, a República estabeleceu em lei a obrigação de que todos mercadores e carregadores que traziam trigo e cereais à cidade deveriam descarregar no *foro Orti Sancti Michaelis*.⁴⁵⁹ Segundo Giovanni Villani, nesse mesmo ano começaram as obras de pavimentação de toda a praça, e de construção de uma *loggia* destinada ao mercado de trigo:

Nel detto anno (1284), del mese di febbraio, essendo i Fiorentini in buono e pacefico stato, e la città cresciuta di popolo e di grandi borghi, si ordinarono di crescere il circuito della città, e cominciarsi a fondare le nuove porte, ove poi conseguirono le nuove mura (...) E in questi tempi si fece per lo Comune di Firenze la loggia sopra la piazza d'Orto Sammichele, ove si vende il grano, e lastricossi e amatonossi intorno, la quale allora fu molto ricca e bella opera e utile.⁴⁶⁰

Diferente do *Mercato Vecchio*, espaço heterogêneo de mercadorias e serviços, o novo edifício público se constituía em um mercado *especializado*. Os mercadores da nova *loggia* deveriam vender apenas trigo e *biada*.⁴⁶¹

A construção de um edifício destinado ao mercado de cereais possibilitava dois benefícios à República. A *loggia* de Orsanmichele, protegida no interior das muralhas, permanecia acessível, de forma relativamente igual, às principais portas da cidade e aos residentes dos diversos bairros (imagem 4.1). Um documento de 1336 comenta que o mercado se localizava *in medio corporis ipsius civitatis*.⁴⁶² Ademais, se situava entre os

⁴⁵⁹ Consulta do conselho comunal citada por Gino Masi, em *Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348) (1348)* (ed. Masi), Milano: Società Editrici 'Vita e Pensiero', 1934, p. 71, nota 2. Marie D'Aguanno Ito defende que a praça de Orsanmichele era reservada aos mercadores de cereais desde 1249, embora os indícios sejam escassos. Cf. D'Aguanno Ito, *Orsanmichele – The Florentine Grain Market*, Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Arts and Sciences, Catholic University of America, Washington, 2014, p. 198.

⁴⁶⁰ Giovanni Villani, *Nuova Cronica*. Parma: Einaudi, 1991, liv. VIII, cap. 99, p. 463.

⁴⁶¹ O termo *biada* se refere a um conjunto composto por cereais menores (a cevada, o centeio e a espelta), por outros grãos (como grão de bico), e por leguminosas (como feijão verde).

⁴⁶² Documento impresso em Johannes Gaye, *Carteggio inedito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI*, Florença: G. Molini, 1839, p. 48.

três principais pontos de articulação política de Florença: a praça do Batistério e da Catedral, o Palácio dos Prioros (atual *Palazzo Vecchio*), e o Palácio do *Podestà* (atual museu Bargello). A localização estratégica permitia uma maior capacidade de regulamentação, a vigilância e o controle do abastecimento pelas autoridades públicas. *Il Libro del Biadaiolo* descreve a rapidez com que a guarda cívica intervinha na praça de Orsanmichele, quando os oficiais públicos responsáveis pelo controle do mercado assim requisitavam. Durante a crise de 1329, houve momentos em que a população chegou às raias da sublevação; os magistrados responsáveis pelo abastecimento urbano (*sei della biada*) convocaram a intervenção do *podestà*, líder de um corpo estatal munido de funções policiais e judiciárias. O *podestà*, trazendo consigo a guarda cívica, rapidamente alcançou a praça e impôs medidas de controle.⁴⁶³

Possivelmente, parte importante da *loggia* construída em 1284 era de madeira. Em 1304, no decorrer do conflito civil entre guelfos brancos e negros, descrito com detalhes por Dino Compagni – então participante ativo na vida política da República –, um incêndio criminoso se alastrou pela cidade, destruindo muitas casas e atingindo o prédio de Orsanmichele.⁴⁶⁴ A historiografia tem mostrado bastante dúvidas quanto à forma da *loggia* anterior ao ano de 1337, quando uma reestruturação integral estabeleceu o plano retangular, de grande pé direito, e os dois andares superiores, resultando em uma estrutura monumental e que, após tantos séculos, transformaram o atual Orsanmichele em um ponto turístico de Florença, incluindo o funcionamento de um museu.⁴⁶⁵ Creio ser possível, porém, estabelecer a história do edifício anterior a 1337, ainda que a documentação referente seja escassa.

Péssima foi a safra de 1289-1290; após o período de colheita, entre agosto de 1290 e janeiro de 1291, a República tomou medidas visando a importação de grãos, incluindo o uso 342 libras do caixa público para a compra de trigo da Romanha através de um tal Guido da Polenta, mercador florentino.⁴⁶⁶ No íterim dos esforços públicos de manutenção do abastecimento urbano, em agosto de 1290, as autoridades determinaram

⁴⁶³ “Giunti in sulla piazza bene armati, sì come allora si richiedea, posto il ceppo e lla mannaia al modo usato con due manigoldi per giustizia fare”; “e feciono mettere il ceppo e la mannaia nella piazza, per chi facesse offesa ricevese il paghamento”. Cf. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978, p. 331 e 326.

⁴⁶⁴ Dino Compagni, *Cronica*. Roma: Carocci, 2013, p. 88.

⁴⁶⁵ Brandon Strehlke, “Orsanmichele before and after the Niche Sculptures: making decisions about Art in Renaissance Florence”, in *Studies in the History of Art*, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 23.

⁴⁶⁶ G. Pinto, “Crisi Annonaire e problemi di approvvigionamento (1250 circa-1358)”, in D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978, p. 82-83.

que o trigo deveria ser conduzido “sub logia comunis – Orti Sci. Michaelis”, revelando de forma cristalina que o prédio para o mercado de trigo, com ordem de construção de 1284, estava em pleno funcionamento.⁴⁶⁷ No mesmo ano começou a surgir uma nova forma de utilização do prédio pela população que teria impacto decisivo sobre o destino do mercado de trigo. Em 1290 ocorreu a fundação da companhia *laudesi* de Orsanmichele, dedicada ao culto da Virgem Maria, e que se reunia todo final de tarde para cantar em sua devoção.⁴⁶⁸ A partir de julho de 1291, se espalharam notícias de que uma imagem de Maria, existente em um dos pilares da *loggia*, era capaz de realizar milagres de cura, marcando a definitiva consolidação da fraternidade de Orsanmichele na vida cotidiana de Florença: segundo Giovanni Villani, a fraternidade passou a receber, em esmolas, mais de 6.000 libras por ano, contando com a matrícula de membros da elite da República.⁴⁶⁹ A partir de então, na festa dedicada à Virgem, peregrinos de toda Toscana vinham à Orsanmichele, deixando inúmeras imagens de cera espalhadas pela *loggia*.⁴⁷⁰

Uma rubrica do estatuto da fraternidade de Orsanmichele, de 1297, permite entrever que o comércio e o culto à Maria passaram a conviver no mesmo espaço dedicado ao mercado, nem sempre de forma harmônica. A passagem menciona que as atividades comerciais estavam causando danos a uma imagem de São Miguel, estabelecendo que um véu deveria ser colocado para proteção; a pintura só deveria ser descoberta nos horários e dias de culto.⁴⁷¹

Após o incêndio de 1304, encontramos menção à *loggia* em um documento de 1308. O pequeno trecho dá a entender que uma *loggia* existia, mas de tamanho insuficiente; a República destinou então 300 libras para a construção de novas arcadas, como complemento do edifício.⁴⁷² Provavelmente, a obra foi realizada com rapidez, sem

⁴⁶⁷ “Deputati ad custodiendum granum et bladum, quod reponitur sub logia comunis – Orti Sci. Michaelis”. Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 421.

⁴⁶⁸ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. VIII, cap. 155, p. 521.

⁴⁶⁹ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. VIII, cap. 155, p. 521.

⁴⁷⁰ “e crebbe tanto la fama de’ detti miracoli e meriti di nostra Donna, che di tutta Toscana vi venia la gente in peregrinaggio per le feste di santa Maria, recando diverse ’magini di cera per miracoli fatti, onde grande parte della loggia dinanzi e intorno alla detta figura s’empié, e crebbe tanto lo stato di quella compagnia, ov’erano buona parte della migliore gente di Firenze, che molti beneficii e limosine, per offerere e lasci fatti, ne seguirono a’ povere, l’anno più di libbre VIIm; e seguissi a’ di nostri, senza aquistare nulla possessione, con troppa maggiore entrata, distribuendosi tutta a’ poveri”. Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. VIII, cap. 155, p. 521-522.

⁴⁷¹ “Anche ordiniamo – che conciosia cosa che per casgione del mercato del grano e per altre cose che si fanno nella detta piazza sotto la *loggia* la tavola di messer santo Michele si impoveri e si guasti, li capitani siano tenuti di farla stare coperta acciò kessi conservi nella sua bellezza et non si guasti”. Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 49.

⁴⁷² “Solvere possint – in hedifficatione et pro hedifficatione, constructione et complemento lodie et portici Orti Sci. Michaelis – usque in quantitatem et summam libr. 300. f.p.”, in Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 448-449.

maior cuidado, e com utilização de madeira para as pilastras e o teto. Podemos inferir isso porque, pouco mais de uma década depois, em 1321, os pilares se encontravam em um estado deplorável de desgaste, e a própria *Signoria*, alertada para o perigo de desabamento, decidiu dispor de 60 florins para a manutenção das estruturas:

Cum dominibus prioribus artium et vexillifero iustitie – fuerit relatum, quod nisi logiae platee Orti S. Michaelis in brevi provideatur aliquibus reparationibus et aptaminibus, ipsa logia propter mala lignamina et corrupta de facili ruere possit - ; statuerunt, quod in reparatione dicte logie – solvantur usque in quantitatem 60 floren. Auri.⁴⁷³

A República, porém, mudou de ideia. Apenas passagens breves e opacas nos permitem entrever o que deve ter sido resultado de bastante discussão entre as autoridades públicas, os mercadores, e a elite que participava da fraternidade de Orsanmichele. Seja como for, a República chegou a uma nova determinação, e decidiu reconstruir o edifício com utilização de tijolos. É no *Statuto del capitano del popolo*, de 1322, que vamos encontrar como obrigação desse magistrado de se encarregar, desde o primeiro mês de sua magistratura, da supervisão das obras de reestruturação de todo complexo da praça de Orsanmichele:

Teneatur dominus Capitaneus infra primum mensem sui regiminis facere et curare quod platea Communis Florentie que nuncupatur platea Orti Sancti Michaelis in circuitu, sicut se extendit, debeat expediri et exgombrari ab omni occupatione lignorum et columpnarum in terra fixorum et porcituum et tectorum super ipsis lignis et columpnis positorum, que reperientur super ipsa platea seu aliqua parte platee ipsius Communis, preter honorabilem porticum et logiam dicti Communis noviter ibi constructam pro Comuni; et quod nulla tabula seu banca circumcirca plateam debeat extendi extra domos ultra unum brachium, ad cannam callimale.⁴⁷⁴

O fato da determinação aparecer no corpo de leis me parece prova da importância que as autoridades davam à reforma, da grandeza do novo projeto, e da vontade de imediata realização. Que as obras não demoraram a começar, comprova um documento do segundo semestre do mesmo ano (1322), registrando a reforma em andamento.⁴⁷⁵

Quando, na década seguinte, a República decidiu pela última e mais ambiciosa reestruturação de Orsanmichele, encontramos um cenário bastante diferente daquele

⁴⁷³ Johannes Gaye, *Carteggio inedito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI*, Florença: G. Molini, 1839, p. 448-462.

⁴⁷⁴ *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro IV, rub. 5, p. 172.

⁴⁷⁵ Johannes Gaye, *Carteggio inedito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI*, Florença: G. Molini, 1839, p. 448-462.

descrito pelo documento de 1321. Felizmente, aqui, a documentação apresenta maiores detalhes. Em primeiro lugar, encontramos, pela primeira vez, menções a pilares de tijolos.⁴⁷⁶ Em segundo lugar, mais do que mero mercado, Orsanmichele cumpria a função de “canova”, ou seja, de armazém de trigo; armazém, aliás, espaçoso o suficiente para guardar uma quantidade de trigo maior do que a demanda, uma vez que parte do estoque chegava a envelhecer e apodrecer.⁴⁷⁷ Em terceiro lugar, a documentação dá testemunho da organização da nova *loggia*, ao descrever que, na entrada do edifício, os cereais pagavam uma *gabella* (imposto sobre mercadoria); e que, em um dos pórticos, se realizava a pesagem e venda de farinha.⁴⁷⁸ No campo das hipóteses, nada nos impede de pensar que o novo edifício, construído em tijolos, já possuía um segundo andar, destinado à reserva de cereais; não apenas esse gênero de arquitetura não era incomum no Mediterrâneo⁴⁷⁹, quanto, como veremos abaixo, a “nova” Orsanmichele, descrita por Domenico Lenzi no *Specchio Umano*, era capaz de armazenar grandes quantidades de trigo. Finalmente, o novo edifício era capaz de sediar a existência de um tabernáculo que mantinha em destaque a imagem miraculosa, e onde, durante o dia, sempre permanecia um membro da fraternidade de Orsanmichele, cuidando das velas oferecidas e da caixa de esmolas. Francesco Caglioto defende que, entre 1334 e 1335, o tabernáculo, anteriormente de madeira, foi reconstruído em mármore, pelo trabalho do importante artista Giovanni de Balduccio, permanecendo no edifício monumental de Orsanmichele construído a partir de 1337, até ser substituído pela obra-prima de Andrea Orcagna.⁴⁸⁰

Durante esse período, as atividades de devoção e caridade, organizadas pela fraternidade de Orsanmichele e com participação de heterogênea camada da população, continuavam ocorrendo no interior da *loggia*. A decisão de uma nova reconstrução do edifício, em 1336, começou considerando a importância de um lugar mais apropriado ao culto de Maria, no *interior* do mercado de trigo; e o projeto inicial previa a construção de um “palácio” (*palatium*) no pavimento superior da *loggia*, destinado a cumprir uma tripla

⁴⁷⁶ Giovanni Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 67, p. 1315.

⁴⁷⁷ A deliberação da reforma de 25/09/1336 comenta sobre a ação negativa que o apodrecimento dos cereais causava sobre as atividades de culto às imagens “... locorum in quibus granum et bladum **incanovatur** et ponitur, dicto comuni propter grani et bladi pruttefactionem danpna plurima sunt secuta”. Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 48.

⁴⁷⁸ Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 49.

⁴⁷⁹ Brandon Strehlke, “Orsanmichele before and after the Niche Sculptures: making decisions about Art in Renaissance Florence”, in **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 23.

⁴⁸⁰ Francesco Caglioti, “Giovanni di Balduccio at Orsanmichele: the Tabernacle of the Virgin before Andrea Orcagna”, in **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 103.

função: a criação de um espaço mais adequado para as atividades de devoção religiosa, o armazenamento mais eficaz dos cereais, e a residência dos oficiais ligados à regulamentação do mercado.⁴⁸¹ Diferentemente de 1322, quando a responsabilidade recaiu apenas sobre o *capitano del popolo*, dessa vez o ônus da tarefa envolveu a *Signoria*, o corpo dos “doze homens probos”, e os *gonfalonieri*, representantes de cada um dos *sestos* (distritos) em que a cidade de Florença era dividida. Ou seja, envolvendo um leque mais amplo dos organismos estatais que formavam a República, o projeto da década de 1330 tinha teor de primeira importância para a cidade.

Em 1337, os trabalhos começaram, com algumas modificações em referência ao projeto inicial. A essência do novo plano para Orsanmichele permanecia: a construção de um edifício de dimensão monumental. A partir daí, o mercado de trigo passaria a articular dois espaços: a *loggia*, existente no piso térreo, amplamente aberta à circulação de pessoas, animais e mercadorias; e, no andar superior, o palácio. Embora a historiografia date daqui a forma retangular e regular de Orsanmichele, me parece impossível saber se o extenso comprimento e a largura do prédio não existiam desde a reforma da década de 1320. Seja como for, a primeira decisão dos arquitetos-engenheiros foi substituir os pilares de tijolos, estreitos e, aparentemente, feitos de maneira apressada, por maciças pilastras de pedra; as fundações tiveram de ser inteiramente refeitas.⁴⁸² Entretanto, o projeto realizado foi ainda mais ambicioso do que o original, e contou com o plano de um palácio com dois andares, talvez visando cumprir as três funções acima mencionadas; cada um dos pisos foi projetado para ter um pé-direito de grande altura.⁴⁸³

É essa *loggia* com volumosos pilares de pedra que aparece em uma das iluminuras do manuscrito original, realizada menos de uma década depois do início das obras, quando o edifício constituía uma verdadeira novidade na paisagem urbana (imagem 4.3).⁴⁸⁴ A imagem representa o trabalho do mercador de trigo. Na parte inferior, entre os

⁴⁸¹ “sitque tamen minus quam deceat ornata, potius in obproprium communis flor. quam honorem (...); et quod in honorem, decorationem et ornatum dicte civitatis multum cederet et communis perfectum, si super ipsa platea pro comuni flor. hedificaretur et construeretur et fieret quoddam palatium, in quo veneratio gloriose virginis Marie posset aptius celebrari, et granum et bladum melius conservari, recondi et reponi; et volentes in his et super his providere modo et forma iamdictis, providerunt, ordinaverunt (...) quod ipsi domini priores artium et vexillifer iustitie una cum gonfaloneriis societatum et officio duodecim bonorum virorum possint eis que liceat pro comuni flor. providere, quod super platea predicta pro ipso comuni hedificetur et construat et fiat quoddam palatium pro conservando (...) – granum et bladum (...), et in quo habitet officialis communis flor. tam cives quam forenses pro eorum offitiis exercendis”. Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 48.

⁴⁸² G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 67, p. 1315.

⁴⁸³ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 67, p. 1315.

⁴⁸⁴ Para a datação das iluminuras no início da década de 1340, Veronique R. Mouilleron, “Miracle et Charité: autour d’une image du *Livre du Biadaiole*”, in **Revue Mabillon**, t. 19 (t.80), 2008, p. 157-160.

sólidos e recentemente construídos arcos de pedra, assentado em uma bela estrutura de tijolo, o *biadaiolo* controlava seus estoques e sua contabilidade em um livro de razão, e atendia os compradores. Em sua bancada, as moedas sinalizavam a existência das transações monetárias; os instrumentos de medição, pendurados em um varal de madeira, possibilitavam aos compradores adquirirem quantidades maiores ou menores, e os tonéis representam os diferentes tipos de trigo e de cereais comercializados. Na parte superior da iluminura, é difícil saber se o artista representou o andar superior de Orsanmichele ou um mercado rural. No primeiro caso, a iluminura seria uma representação completa do funcionamento da *loggia*, com os mercadores no piso térreo, e os estoques protegidos e organizados no andar superior. Nesse caso a imagem indica que o teto ainda não havia sido terminado, com a presença de estrelas no céu. É esse detalhe que insere a dúvida; e a cena pode representar um mercado no *contado* de Florença (como Figline Valdarno), em que os tonéis eram dispostos a céu aberto pelos vendedores locais. Nesse caso, a imagem representa o *biadaiolo* que, após viajar para os pontos de abastecimento, realiza a aquisição com os comerciantes locais, e seu auxiliar ou aprendiz indicando que as compras eram exclusivamente destinadas a atender os compradores em Orsanmichele. Seja como for, a escolha por representar o edifício construído recentemente não deixa de enaltecer o novo mercado de trigo florentino, que havia requisitado a atuação das principais autoridades da República.

Sabemos que a construção não seguiu de forma regular. Em 1350, treze anos após o início das obras, o terceiro andar estava inacabado e destituído de teto, e os responsáveis pela obra requisitavam dinheiro emergencial à *Signoria*⁴⁸⁵; o cronista Matteo Villani descreve que a solução encontrada foi a construção provisória de um teto de baixa altura.⁴⁸⁶ O plano inicial de 1336, de alocar o culto da Virgem no andar superior, também não funcionou, talvez em virtude da facilidade de acesso do andar térreo; e o tabernáculo de Balduccio, ponto central do culto organizado pela fraternidade, continuou compartilhando o espaço com o comércio de cereais. A devoção e a participação popular aumentaram exponencialmente durante a Peste Negra (1348); e a caixa da companhia chegou a captar, entre 1348 e 1349, uma soma extraordinária de 350.000 florins através de doações em testamentos para a *Madona de Orsanmichele*.⁴⁸⁷ O imenso tesouro

⁴⁸⁵ Johannes Gaye, *Carteggio inedito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI*, Florença: G. Molini, 1839, p. 51.

⁴⁸⁶ M. Villani, *Cronica* (ed. Dragomanni), Florença: Sansone, 1846, livro I, cap. 57, p. 69-70.

⁴⁸⁷ M. Villani, *Cronica* (ed. Dragomanni), Florença: Sansone, 1846, livro I, cap. 7, p. 15.

permitiu que a fraternidade desse início a uma obra não menos ambiciosa do que a dimensão do prédio: 86.000 florins foram destinados para a construção de um novo tabernáculo, encomendado a Andrea Orcagna.⁴⁸⁸ O artista trabalhou sete anos (1352-1359)⁴⁸⁹ no que viria a se tornar uma obra-prima da arte florentina.⁴⁹⁰ Mais uma vez, no entanto, os membros da fraternidade manifestaram incômodo em compartilhar o espaço com as atividades cotidianas do mercado de trigo, e em abril de 1357 realizaram a primeira petição para que o comércio de cereais fosse transferido para outro local. A *Signoria* aprovou o pedido e organizou uma primeira comissão para encontrar um novo espaço para os mercadores.⁴⁹¹ Entretanto, a provisão não seguiu adiante, e a fraternidade conseguiu apenas que a farinha não fosse mais comercializada no interior de Orsanmichele, em outubro do mesmo ano.⁴⁹² Dois anos depois, a *Signoria* decidiu por fechar as arcadas da *loggia* com traceria, incluindo uma rica decoração escultórica; os trabalhos se estenderiam até o primeiro terço do século XV. A decisão, ao diminuir a facilidade de circulação, não beneficiava os mercadores; em 1367, a fraternidade conseguiu finalmente retirar o comércio do interior de Orsanmichele.⁴⁹³ O prédio monumental, desde então, passou a se dedicar exclusivamente ao culto, passando a compor o elenco de edifícios religiosos de Florença – no monumental dicionário de Emanuele Repetti, por exemplo, é na lista de igrejas que encontramos o verbete “Orsanmichele”.⁴⁹⁴ É interessante pensar que o predomínio da função sacra na utilização do prédio não resultou da imposição de autoridades laicas ou religiosas, mas foi a consequência da contínua devoção da população florentina e toscana, das mais variadas categorias sociais. Durante a construção do palácio, em 1337, as sete maiores corporações ganharam o direito de representar seu santo protetor em uma das pilastras da *loggia* de Orsanmichele; e, durante a festa anual do referido santo, a guilda se comprometia a dispensar um donativo à fraternidade, que, por sua vez, organizava a distribuição de pães

⁴⁸⁸ Alexander Perrig, “La pintura y la escultura de la Baja Edad Media”, in R. Toman (org.), **El arte en la Italia del Renacimiento**. China: Ullmann, 2005, p. 78b.

⁴⁸⁹ Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 52.

⁴⁹⁰ Alexander Perrig, “La pintura y la escultura de la Baja Edad Media”, in R. Toman (org.), **El arte en la Italia del Renacimiento**. China: Ullmann, 2005, p.78-83.

⁴⁹¹ Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 52.

⁴⁹² Gery Kreytenberg, “The limestone tracery in the arches of the original grain loggia of Orsanmichele in Florence”, in **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 113.

⁴⁹³ Brandon Strehlke, “Orsanmichele before and after the Niche Sculptures: making decisions about Art in Renaissance Florence”, in **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 24.

⁴⁹⁴ E. Repetti, **Dizionario Geografico Fisico Storico della Toscana**, Florença: Mazzoni, 1843, vol II, n.p.

para os pobres, durante a festa.⁴⁹⁵ Vemos aqui a ligação entre a arte pictórica e expressão artística, a representação de um personagem cristão de teor mítico, a festividade em dia feriado, a doação feita pela elite urbana através dos priores das grandes corporações de ofício, a administração e organização do culto e da redistribuição social da riqueza por uma fraternidade laica, e o afluxo de pobres que dependiam da economia da caridade. O jogo desses elementos revela como o mercado de trigo existia para além da mera compra-venda de mercadorias dos dias regulares, participando da vida política e cultural cotidianas. Nesse sentido, o próprio *Specchio Umano*, produzido por um mercador de trigo que viveu e trabalhou durante anos no interior da *loggia* de Orsanmichele, se insere nessa complexa convergência, contendo a oscilação dos preços praticados durante mais de duas décadas, iluminuras com riqueza de decoração, poemas inspirados ou pertencentes a Domenico Cavalca, e uma intrincada conotação política.

Imagem 4.2. Planta baixa de Orsanmichele, após a reestruturação de 1337. À esquerda, andar térreo, onde se distribuíam as lojas dos mercadores. À direita, o segundo andar, ou primeiro piso do “Palácio”, destinado ao armazenamento de grãos.

Fonte: BARTOLI, Maria Teresa. “Designing Orsanmichele: The Rediscovered Rule”, in C. B. Strehlke (org.), **Orsanmichele and the history and preservation of the civic monument**, Washington/New Haven: National Gallery of Art/Yale University Press, 2010, p. 39.

⁴⁹⁵ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 67, p. 1315.

Imagem 4.3. Iluminura representando o trabalho do mercador de trigo.

Fonte: A melhor reprodução da iluminura do manuscrito foi publicada por Mouilleron, “Miracle et Charité: autour d’une image du *Livre du Biadaïolo*”, in **Revue Mabillon**, t. 19 (t.80), 2008, p. 180.

Imagem 4.4. Visão da fachada sul de Orsanmichele, após a reestruturação de 1337. No piso térreo, a abertura da *loggia* facilitava o trânsito contínuo de pessoas, animais e mercadorias; a decisão de fechar as arcadas com traceria transformaria definitivamente a natureza do edifício. A dimensão do segundo e terceiro andares mostra o ambicioso projeto, que demorou anos para ser inteiramente realizado.

Fonte: Georges R. de Fleury, **La Toscane au Moyen Âge : Lettres sur l'architecture civile et militaire en 1400**, Paris : Morel, 1874, vol 1, e reimpresso em Gery Kreytenberg, "The limestone tracery in the arches of the original grain loggia of Orsanmichele in Florence", in **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 114.

Imagem 4.5. Atual segundo piso de Orsanmichele, onde funciona um museu. Projetado como “palácio”, o andar superior ainda impressiona pela beleza das abóbadas de tijolo, e pela força das colunas de pedra. Aqui, tanto grande quantidade de trigo era armazenada com maior segurança contra a umidade, o frio ou o calor excessivos, quanto os magistrados responsáveis pelo mercado encontravam um espaço palaciano para a vigilância do abastecimento urbano.

Fonte: fotografia tirada pelo autor em 2019.

Embora a permanência da utilização do piso intermediário como armazém de grãos tenha permanecido, o fim do uso comercial marcou definitivamente a história do edifício. A inclusão de altar e tabernáculo, afrescos, vitrais e esculturas, resultaram na riqueza decorativa do espaço dedicado exclusivamente ao culto religioso; e, como referido, a transformação mais radical surgiu da decisão de fechar as passagens abertas da *loggia* com pórticos e trabalho de traceria, fazendo com que um prédio laico marcado pelo livre trânsito entre interior/exterior se transformasse em um bloco fechado, enigmático, e pesado na paisagem urbana.⁴⁹⁶ Atualmente, na atmosfera sacra e pouco iluminada do andar térreo, apinhada de turistas e câmeras fotográficas ansiosas por *selfies* com obras de arte, poucos indícios restam dos dias em que os mercadores, debruçados sobre seus livros de contabilidade, gerenciavam os estoques de trigo e de cereais. Não obstante, a leitura do *Specchio Umano* nos permite refletir sobre a forma com que o comércio dava vida à arquitetura. É nesse sentido que a análise da disposição arquitetônica de Orsanmichele nos pareceu como o melhor ponto de partida para compreender o funcionamento do mercado. Os preços, as mercadorias, os mercadores e os compradores não existiam de forma abstrata; e, assim como as estradas e a organização das grandes companhias mercantis constituíam a estrutura de oferta, o edifício de Orsanmichele participava de maneira decisiva na constituição dos preços e do quadro institucional do mercado.

A primeira característica importante decorria da regulamentação dos dias e do horário de funcionamento. Na década de 1290, o estatuto da fraternidade de Orsanmichele estabelecia que as atividades religiosas deveriam ocorrer após o encerramento do comércio, ou seja, nas tardes de sábado e nos domingos.⁴⁹⁷ Entretanto, entre 1297 e 1320, uma alteração levou a um pequeno aumento do horário de funcionamento do comércio, passando a englobar as tardes de sábado. Domenico Lenzi descreve que o comércio fechava nos domingos e dias santos. No mês de agosto, por exemplo, encontramos seis festas, em cinco dias de feriados: S. Pedro Acorrentado (dia 1), Santa Felicità (1), São

⁴⁹⁶ Gery Kreytenberg, “The limestone tracery in the arches of the original grain loggia of Orsanmichele in Florence”, in **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 123.

⁴⁹⁷ Johannes Gaye, **Carteggio inedito d’artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839, p. 49.

Lorenzo (10), Nossa Senhora da Assunção (15), S. Agostinho (28), e S. João “decapitado” (29)⁴⁹⁸. Giuliano Pinto calcula que o comércio ocorria de 270 a 280 dias durante o ano.⁴⁹⁹

O mercado abria para os compradores apenas a partir da “nona hora”, quando os sinos da cidade soavam pela terceira vez. Levando em consideração que as horas eram contadas a partir da aurora (entre cinco e seis da manhã), a “nona” devia recair entre as duas ou três da tarde.⁵⁰⁰ A legislação estabelecia que, antes desse horário, todos estavam proibidos de praticar comércio na praça de Orsanmichele.⁵⁰¹ A descrição de Domenico Lenzi nos permite perceber que a lei não tinha apenas função memorialística, e que essa cláusula de fato exercia um papel regulador.⁵⁰² No dia 26 de maio de 1329, momento em que a cidade sofria de escassez de cereais, o mercador descreve como os compradores foram chegando já pela manhã (“presso a terza”), tentando garantir os primeiros lugares na fila. Entretanto, como nos demais dias, não houve comércio até que fossem soados os sinos, a partir da nona.⁵⁰³ O próprio Lenzi, em outra passagem, nos permite supor a razão do comércio iniciar apenas à tarde. Diz o comerciante de cereais que as vendas se iniciaram após a praça ser fornecida com novos produtos.⁵⁰⁴ Isso nos permite pensar que a manhã era reservada para os carregadores que traziam os grãos à cidade, em carros ou dorso de mulas. A praça de Orsanmichele era um espaço de descarregamento cotidiano de mercadorias, e o volume de animais que chegavam deveria ser tão ininterrupto que os estatutos da República insistiram em proibir que as alimárias fossem amarradas às colunas

⁴⁹⁸ Cf. D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978, p. 198, 216, 242, 275, 276, 511, 538. Será possível realizar um calendário de festas religiosas unificado para toda a Cristandade Ocidental dos séculos XIII e XIV? Comparamos as datas religiosas registradas por D. Lenzi com o site *Medieval Calendar Calculator*, instrumento online mantido pela *University of Oxford*. Para o mês de agosto de 1323, três festas são registradas por ambos, quatro festas apenas pelo *Medieval Calendar Calculator*, e três apenas por Lenzi. O tema foge do escopo dessa pesquisa, mas essa breve comparação serve como aviso por cautela nas generalizações precipitadas de um calendário medieval apinhado de festas religiosas. Cf. o site em <https://www.wallandbinkley.com/mcc/>, consultado em 09/07/2018.

⁴⁹⁹ Pinto, “Crisi Annonaire e problemi di approvvigionamento (1250 circa-1358)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 77.

⁵⁰⁰ Nos baseamos em A. Barbero e C. Frugoni, **Medioevo**, Roma: Laterza, 1999.

⁵⁰¹ “Item quod nulla persona vendat granum vel bladum quod haberet in platea Orti Sancti Micaelis postquam campanella dicte platee pulsaverit tertio sono, nec ante quam pulsaretur, sub pena solidorum centum f. p.” **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro I, rub. 27, p. 33-34.

⁵⁰² Creio ser pouco produtivo a tentativa de estabelecer se os estatutos eram seguidos ou não. Ao contrário, me parece que, aqui, não há como fugir de uma investigação pontual: a República ou os organismos civis eram mais ou menos capazes de fazer cumprir cada uma das cláusulas.

⁵⁰³ “Quando venne presso a terza, e i comperatori venivano (...), grande gente maggiore che non era suta per adrieto, e andavano nella piazza a buon’ora per avere buono luogho presso alle bigoncie del grano. Et quando nona fu sonata e la gente era sì grande che copria tutta la piazza, et...” D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

⁵⁰⁴ “Quando ebbono fornita la piazza (...) inanzi che ‘l grano cominciasse a vendere”. D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978, p. 332.

da *loggia* de Orsanmichele, o que transformaria o edifício em um “estacionamento” e dificultaria a circulação.⁵⁰⁵ A insistência da regulamentação, talvez inusitada ou sem importância para o olhar contemporâneo, indica que nem sempre os carregadores cumpriram a lei, criada para agilizar o descarregamento de cereais e desobstruir o espaço do mercado. Seja como for, uma vez que os compradores chegavam apenas à tarde, os mercadores de trigo tinham a manhã livre para receber tanto as remessas adquiridas nos mercados do *contado*, quanto aqueles que vinham espontaneamente vender trigo na cidade – e que, como veremos, eram obrigados a vender apenas aos *biadaïoli* de Orsanmichele. Tinham tempo, também, de realizar o controle dos estoques. E, atividade central, tinham tempo para estabelecer os preços que seriam praticados durante aquele dia, assunto ao qual voltaremos. Instaurar o comércio a partir do início da tarde indica o esforço dos protagonistas, autoridades públicas e mercadores, de organizar o amplo volume de transações ocorridas na praça e no edifício do mercado: era preciso receber e armazenar grandes quantidades de grãos, era necessário controlar o estoque, era necessário organizar horários distintos para receber o fluxo de carregadores e o fluxo de compradores.

A organização espacial do mercado possibilitava aos oficiais controlar a entrada e a saída de pessoas. O *Specchio Umano* descreve momentos em que o *cavaleiro* da *podestà* ordenou a seus soldados fecharem as entradas da praça. Assim, em 27/05/1329, percebendo que o lugar estava tomado por uma multidão descontente antes mesmo dos mercadores iniciarem as vendas, houve uma ordem para que se fechassem todas as “bocas da praça”.⁵⁰⁶

Além do controle dos horários de comércio e do fluxo de compradores, um terceiro elemento arquitetônico se destaca: a possibilidade de armazenamento da *loggia*. Vimos como a reforma de 1337 visava à construção de um armazém colossal e eficaz

⁵⁰⁵ “Item quod nulla persona liget vel ligari faciat vel retineat aliquem asinum vel bestiam sub logia vel ad columpnas ipsius logie, nec etiam retineat vel liget in platea Orti Sancti Micaelis, sub pena solidorum centum”. Em 1325: **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, cap. XXV, p. 33. Em 1348: “Item quod nullus, cuiuscunque conditionis sit, audeat vel presummat ligare, vel ligare facere, vel retinere, aliquem asinum vel someriam, vel bestiam, sub logia vel ad columpnas ipsius loggie, nec etiam retinere vel ligare in platea Orti Sancti Michaelis”. **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348) (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 73-74.

⁵⁰⁶ “Furono incontanente serrate tutte le bocche della detta piazza co’ legni, e stavavi de’ berrovieri a guardare e non vi lasciavano entrare persona, grande né piccolo, per veruna cagione. (...) O cavaleiro della detta podestà, andavano per la piazza e d’intorno co’ la famiglia colle mannaie, chacciando coloro che aveano avuto del grano, ed erano mandati fuori della piazza incontanente”. D. Lenzi, **Il libro del Biadaïolo** (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978, p. 326-327.

para a proteção dos cereais. Antes dessa data, porém, é nos textos de Domenico Lenzi, referentes aos anos de 1320 a 1335, que encontramos referências à quantidade de grãos que o edifício era capaz de guardar. Em primeiro lugar, o mercador diz que, em geral, o mercado era capaz de colocar em oferta de duzentas a trezentas *bigoncie*⁵⁰⁷ de grãos. Isso significa que, durante os dias de comércio regular, Orsanmichele disponibilizava aos compradores uma incrível soma que variava entre 63 a 94 toneladas de grãos.⁵⁰⁸ Outra passagem menciona que, quando os magistrados compraram 1500 *moggia* (cerca de 630 toneladas)⁵⁰⁹ de trigo da Sardenha, fizeram conduzir todo o carregamento para a *loggia* de Orsanmichele. Esses grãos, armazenados no mercado, foram comercializados paulatinamente durante os meses seguintes.⁵¹⁰

É interessante notar que as duas iluminuras do *Specchio Umano* que retratam o mercado de trigo (imagens 5.1 e 5.2) representam os tonéis de cereais e os compradores a céu aberto. Aqui, podemos recuperar a passagem do estatuto de 1322, transcrita páginas acima. A descrição da rubrica traz a imagem de um comércio que se articulava em dois planos: no interior da *loggia*, então construída em madeira, e na praça de Orsanmichele. O projeto de intervenção manifesto no estatuto previa não apenas a reforma do edifício, mas a reestruturação da praça, regulamentando as tendas e bancas de comércio. De fato, sabemos que cambistas ofereciam serviços de troca de moedas, de depósito e de empréstimo na praça do mercado de trigo.⁵¹¹ A ocupação da praça por feirantes, comerciantes de carnes e frutas, foi tão intensiva, que obrigou às autoridades determinarem que esses comerciantes *não* poderiam se instalar no *interior* do mercado; provavelmente, permaneceram comercializando nos arredores da praça.⁵¹² Outro gênero de comerciante expulso pelas medidas de 1322 foram os vendedores de madeira e

⁵⁰⁷ *Bigoncie* eram os tonéis de grãos.

⁵⁰⁸ Uma *bigoncie* era capaz de conter cerca de 315 kg de cereais.

⁵⁰⁹ A *moggia* equivalia a cerca de 420 kg de grão.

⁵¹⁰ “In questo tempo medesimo (13/06/1329) il comune fece conperare grano sardescho in quantità di xv centinaia di *moggia* e feciello mettere in piazza ordinatamente per lo comune” (p. 346). Durante os próximos meses acompanhamos a oscilação do grão “sardesco”, como era chamado (p. 348-406). D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto). Firenze: Olschki, 1978.

⁵¹¹ Charles de La Roncière, **Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973, p. 29, nota 5.

⁵¹² A proibição de que montassem tendas dentro da *loggia* está em **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Stab. Tipografico E. Ariani, 1921, livro V, rub. 65, p. 403. Outra rubrica, proibindo que *biadaiole* e *treconci* (feirantes) não utilizassem o complexo *loggia* e *praça* como dormitório e moradia nos permite supor que esses dois gêneros de mercadores eram os mais comuns no complexo mercantil de Orsanmichele: **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 34, p. 35.

lenha.⁵¹³ As medidas visavam, em primeiro lugar, desembaraçar o espaço e manter a melhor circulação; no entanto, revelam o esforço constante da República de impedir que Orsanmichele perdesse o caráter de mercado especializado em cereais, e acabasse por ter o mesmo destino de “bazar” do *Mercato Vecchio*. Uma rubrica da legislação de 1322 proibia, também, que feno e palha fossem comercializados. Devemos ler, aqui, a expulsão de outros comerciantes que haviam se instalado na praça? Ou terá sido a “tentação” do comércio que, utilizando o espaço privilegiado, levou os mercadores de cereais a comercializarem um leque de produtos maior? Seja como for, a reforma de 1322 previa que os grãos ocupassem o espaço interno do edifício, mas não impedia que os tonéis fossem dispostos na praça, aumentando tanto a quantidade de oferta, quanto facilitando a frequência dos consumidores. Nesse ponto, possivelmente a legislação deixava o espaço livre para a decisão da coletividade dos mercadores de trigo que ocupavam o edifício. As medidas, acrescentadas às reformas da *loggia*, tiveram como resultado fazer com que Orsanmichele não fosse apenas o local de comércio, mas também o espaço urbano de armazenamento por excelência de cereais. A cidade poderia obter, durante os meses subsequentes à colheita – junho, julho, agosto e setembro – grandes volumes de trigo, adquirindo capacidade de abastecer a demanda durante o resto do ano, e permitindo uma regularidade maior à oferta. O edifício beneficiava a constituição de uma lógica mercantil em que os mercadores trabalhavam não tanto sobre uma dinâmica imediata de compra-e-revenda de cereais, mas sim sobre o cálculo constante dos estoques, fator decisivo para a formação dos preços. Já sabemos como a quantidade colossal de grãos consumida pela cidade, todos os dias do ano, era motivo de surpresa para os atores coetâneos, como expresso na fórmula de Giovanni Villani: “istimavasi avere in Firenze da LXXXX di bocche tra uomini e femmine e fanciulli, per l’aviso del pane bisognavano al continuo alla città”.⁵¹⁴ Ora, a crise de abastecimento de 1329, como vimos, resultou de duas safras consecutivas de péssima colheita, incluindo uma falha da produção agrícola que atingiu todo o sul da Península Itálica. Podemos pressupor que, a despeito da pressão da demanda, a cidade havia organizado um sistema capaz de enfrentar pelo menos um ano de péssima safra de trigo. É verdade que, nessas ocasiões, problemas de escassez de oferta, e alta de preços, tendiam a surgir no final do ano agrícola, pouco antes do período das colheitas; como visto acima, esse parece ter sido o mais comum dos momentos de

⁵¹³ *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 30, p. 34.

⁵¹⁴ G. Villani, *Nuova Cronica* (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 94, p. 1351.

adversidade inflacionária; nem sempre, entretanto, desencadearam uma crise de abastecimento. É por essa razão que o mercado de Orsanmichele pode ser visto como uma tecnologia comercial indissociável da estrutura de oferta, e que permitia a arquitetura institucional que analisaremos mais abaixo. O que, por conseguinte, nos dá algum direito de pensar que, ao menos em nosso caso, a institucionalidade mercantil não ocorreu sem a colocação de tijolos e, posteriormente, pilastras de pedra.

4.2. O comércio no tecido social urbano e a panificação.

Já mencionamos que a economia florentina vivenciou uma decolagem em três setores: a construção, a manufatura têxtil, e o comércio. O primeiro indício da difusão do comércio por toda cidade pode ser entrevisto nas tentativas de controle sobre a edificação na paisagem urbana e utilização das vias públicas. Projetos de regulamentação visavam obrigar o uso de pedra e de tijolo nas áreas centrais da cidade, e à padronização de novos lotes de construção. A partir da segunda metade do século XIII, é possível reconhecer a difusão de uma estrutura comum nas residências construídas em Florença (imagem 4.6).⁵¹⁵ Naturalmente, o princípio de regularização da ocupação urbana não foi capaz de predominar sobre a paisagem heterogênea e de contínua sobreposição que prevaleceram como fisionomia das cidades medievais.

Imagem 4.6 – Princípio de regularização da paisagem urbana: a estrutura média, de pequena dimensão, das residências florentinas “populares” a partir de 1250.

Fonte: Duccio Balestracci, “Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana Bassomedievale”, in **D’une ville à l’autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)**. Roma: École Française de Rome, 1989, p. 87-105.

⁵¹⁵ Duccio Balestracci, “Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana Bassomedievale”, in **D’une ville à l’autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)**. Roma: École Française de Rome, 1989, p. 97.

Imagem 4.7 – Iluminura de Cisti Fornaio. Essa iluminura, realizada no início do século XV, pertence a um manuscrito do *Decameron*, de Boccaccio; a autoria da pintura é atribuída ao Maître de la Cité des Dames. A imagem retrata o padeiro Cisti oferecendo uma taça do melhor vinho à aristocracia urbana. Provavelmente é sua esposa quem, da porta, observa a cena.

Fonte: *Decamerone, französische Übersetzung des Laurent de Premierfait*, Pal. Lat. 1989, fólio 184r. Versão digitalizada em: https://digi.vatlib.it/view/bav_pal_lat_1989/. Consulta realizada em 16/08/2018.

A regulamentação também incidia sobre o acesso das residências à rua, e aqui nos deparamos com a possibilidade das casas de disporem de um pórtico exclusivamente destinado ao comércio.⁵¹⁶ A iluminura de Cisti Fornaio (imagem 4.7) nos fornece uma imagem desse gênero de construção, de pequeno porte e acesso comercial à rua.

A inexistência da divisão entre setor produtivo e setor comercial, na economia da Baixa Idade Média, se manifesta pela presença comum de uma fachada comercial nas oficinas de artesanato e manufatura; sapateiros, alfaiates, tecelões, coureiros e demais artesãos geralmente dispunham de um frontispício, pórtico ou tenda voltado para a via pública, oferecendo seus produtos para compra. A difusão do comércio na malha urbana concedia à paisagem uma fisionomia de empório permanente. Giovanni Villani comenta que, cotidianamente, Florença recebia cerca de 1.500 estrangeiros, viajantes e soldados, que não deveriam deixar de se beneficiar com a variedade de produtos comercializados em uma das grandes capitais da Europa e do Mediterrâneo.⁵¹⁷ Não é diferente a cena feita por Ambrogio Lorenzetti, no Palácio Público de Siena; a famosa pintura *Effetti del Buon Governo in città*, realizada entre 1338-40, oferece a perspectiva de uma cidade ideal, bem fornecida de produtos e mercadorias, e constituída de edifícios de pedra de dois andares, com o andar térreo geralmente aberto para o comércio das oficinas de produção.

Também podemos perceber de que forma o comércio se entranhou no tecido social urbano analisando como a elite da República encontrou novas estratégias para se beneficiar com o crescimento demográfico. A gestão dos bens do capítulo da Catedral de Florença é exemplar. Durante a primeira metade do século XIII, o capítulo se mantinha com as prebendas advindas de extensa propriedade fundiária; as décadas posteriores marcaram uma inflexão na administração econômica, à medida que os membros do capítulo passaram a vender terras da área rural e comprar terrenos na zona urbana. No início do século XIV, a riqueza do capítulo provinha do aluguel de imóveis na cidade, geralmente destinados a lojas e estabelecimentos comerciais.⁵¹⁸ A arrecadação com o

⁵¹⁶ A legislação mais explícita se refere à cidade de Volterra: “A Volterra, nel 1224, chi costruisce ex novo deve rispettare un’ altezza minima di 6 braccia (circa 3 metri) fra il suolo e il *ballatorium vel porticum*, e potrà occupare $\frac{3}{4}$ di braccio (meno di mezzo metro) sulla strada per costruirvi un *sedium* oppure il *bancum* destinato alle eventuali attività commerciali”. Duccio Balestracci, “Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana Bassomedievale”, in *D’une ville à l’autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)*. Roma: École Française de Rome, 1989, p. 100.

⁵¹⁷ “(...) ragionandosi avere comunemente nella città da MD uomini forestieri, e viandanti e soldati, non contando nella soma di cittadini riligiosi e frati e religiose e rinchiuse”. G. Villani, *Nuova Cronica* (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 94, p. 1351-1352.

⁵¹⁸ “In 1289 and 1290, however, the cathedral chapter decided to abandon its properties and servile tenants (*fideles*) in the Mugello to develop lucrative rental properties in the central parishes of the city”, George

aluguel de *apothecas* aparece no orçamento de outros importantes corpos eclesiásticos. O Hospital de *San Giovanni Evangelista* abrigava lojas, em sua estrutura, que pagavam aluguel e contribuía, assim, para a manutenção dos residentes.⁵¹⁹ O bispado de Florença contava com a locação de 37 oficinas/lojas que forneciam um valor superior aos obtidos por suas propriedades fundiárias.⁵²⁰ A elite laica usufruiu da mesma estratégia, e se tornou comum que a construção de palácios, como o caso da monumental residência da família Davanzati, disponibilizasse de uma *loggia* no andar térreo.⁵²¹ Diferente da cidade nativa desse que escreve, o governo da Pisa medieval chegou mesmo a intervir sobre as práticas especulativas da elite urbana, que, pela exploração excessiva dos preços dos aluguéis, começava a prejudicar as atividades de manufatura e de comércio.⁵²²

Além dos mercados públicos e das lojas, a comercialização de produtos alcançava grande mobilidade com o uso de tendas e a existência de comerciantes ambulantes. O uso de tendas, aliás, parece ter sido uma prática comum, sobretudo nas praças onde se localizavam os principais mercados públicos. A regulamentação estabelecia que, com exceção do tempo chuvoso, as tendas e barracas existentes nas praças do Mercado *Vecchio* e *Nuovo* deveriam ser desmontadas todos os dias.⁵²³ Uma categoria especialmente importante eram os comerciantes, homens e mulheres, denominados *triccolus* e *triccola*. Como nas demais categorias socioeconômicas, havia aqui desigualdade de riqueza e status, e uma nítida distinção entre aqueles prosperavam e realizavam grande quantidade de vendas, daqueles que tinham um comércio modesto e

Dameron, “Life in the Tuscan Mugello at the time of Dante”, in Findlen, Fontaine e Osheim (org), **Beyond Florence**, Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 52.

⁵¹⁹ “The income from shops into the structure was go to the poor”, in George Dameron, **Florence and its church in the Age of Dante**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 63.

⁵²⁰ George Dameron, **Florence and its church in the Age of Dante**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 117. A meu ver, entretanto, essa questão merece melhor investigação.

⁵²¹ Teresa Bartoli, “Designing Orsanmichele: The Rediscovered Rule”, in C. B. Strehlke (org.), **Orsanmichele and the history and preservation of the civic monument**, Washington/New Haven: National Gallery of Art/Yale University Press, 2010, p. 43.

⁵²² “L’eccessiva speculazione sugli immobili urbani operata dalle più antiche e potenti famiglia aristocratiche pisane, a cavallo della metà del ‘200, a spese degli immigrati induce il governo popolare ad intervenire sia sul piano monetario sia su quello fiscale per contrastare una manovra che rischia di inaridire il flusso migratorio e di danneggiare così l’industria urbana che dalla manodopera immigrata trae non indifferenti benefici”. Duccio Balestracci, “Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana Bassomedievale”, in **D’une ville à l’autre. Structures matérielles et organisation de l’espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)**. Roma: École Française de Rome, 1989, p. 97.

⁵²³ “Quia disci et tende que remanent de nocte in foro novo et veteri (...) statutum et ordinatum est quod nullus suum dischum vel tendam dimictat in foro novo vel veteri nisi quando ipse tende essen pluvia madefacta et balneate”. **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910, livro IV, rub. 33, p. 197.

pertenciam às camadas empobrecidas.⁵²⁴ Esses mercadores realizavam a venda de diversos produtos alimentícios: ovos, queijos, cogumelos, frangos, galinhas e outras aves (*alia volatilia*)⁵²⁵, lebres, porcos silvestres e frutas.⁵²⁶ Alguns possuíam lojas espalhadas pela cidade, mas, a maior parte de *triccolus* e *triccola* eram feirantes e vendedores ambulantes, e usufruíam de grande mobilidade; ao menos, é o que nos permite entrever a regulamentação de 1348, que obrigava-os a manter suas atividades em tendas estabelecidas em vias públicas – e não negociarem, por exemplo, no interior de residências.⁵²⁷ Finalmente, também lojas e oficinas de produção utilizavam a estratégia de expandir sua área comercial estendendo, para além da fachada, tendas e barracas que invadiam a via pública, obrigando a República ao frequente esforço de impor limitações à utilização do espaço urbano. Na importante rua Calimala, que conduzia do centro da cidade até a Ponte *Vecchia*, cortando o coração de Florença, as lojas podiam estender tendas de no máximo “um braço” de comprimento.⁵²⁸ Caso mais emblemático ocorreu na própria Ponte *Vecchia*, onde, além das lojas estabelecidas às margens, ocorria de comerciantes instalarem tendas e barracas; a passagem deve ter sido de tal forma obstruída, que as autoridades decidiram, em 1325, banir todos os ambulantes e feirantes, deixando apenas as lojas.⁵²⁹

Além do mercado de Orsanmichele, existiam lojas ou tendas espalhadas pela cidade destinadas à venda de trigo e cereais? Analisada a paisagem comercial de Florença, podemos agora entender os mecanismos que operavam o mercado de trigo, e como as diferentes categorias profissionais reagiram e fizeram funcionar a distribuição urbana.

4.3. A circulação de trigo no espaço urbano

A documentação do período trabalhava com uma distinção fundamental entre o trigo e a *biada*. A *biada*, como sabemos, era o termo que designava os cereais menores e as leguminosas; e o comércio podia existir em qualquer ponto de Florença. Nos registros do notário Matteo di Billioto, por exemplo, encontramos o aluguel de lojas no *Mercato*

⁵²⁴ “quod nullus triccolus vel triccola **parva** vel **magna**”, *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 33, p. 35, ênfase minha.

⁵²⁵ *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 33, p. 35.

⁵²⁶ *Statutum Reipublicae Florentinae (1348)* (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 99-103.

⁵²⁷ *Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)* (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 103-104.

⁵²⁸ *Statuto del Podestà degli anni 1325* (ed. Caggese), Firenze: Ariani, 1921, livro IV, rub. 69, p. 357.

⁵²⁹ *Statuto del Podestà degli anni 1325* (ed. Caggese), Firenze: Ariani, 1921, livro IV, rub. 69, p. 356-357.

Vecchio destinadas ao comércio de *biada*.⁵³⁰ Da mesma forma, Domenico Lenzi vendia regularmente essas espécies em Orsanmichele. Os cereais menores e as leguminosas se beneficiavam da difusão do comércio no tecido urbano. Entretanto, como veremos abaixo, o trigo deveria ser exclusivamente comercializado na praça de Orsanmichele.

Primeiro, devemos começar notando que os mercadores de *biada* eram também mercadores de trigo – os *biadaioli*.⁵³¹ Em segundo lugar, a documentação nos permite entrever que a circulação urbana de trigo e de cereais passou por contínuas transformações entre 1284 e 1348. As autoridades públicas se empenharam em construir uma arquitetura institucional sobre dois fundamentos: que o comércio de trigo fosse feito exclusivamente pela comunidade de *biadaioli*, e que ocorresse somente no interior de Orsanmichele. Começaremos analisando o primeiro aspecto.

A atuação da República incidia diretamente sobre os comerciantes que poderiam fazer concorrência aos *biadaioli* no mercado de trigo. Três tipos de categorias profissionais eram especialmente visados. Já nos referimos aos feirantes e vendedores ambulantes (*triccolus* e *triccola*); dada a variedade de mercadorias alimentícias com que trabalhavam, o acesso frequente ao espaço rural – onde se abasteciam –, e a facilidade de mobilidade, ofereciam constante perigo de concorrência. A documentação deixa visível que, de fato, esses comerciantes chegaram a participar no comércio de cereais. No entanto, o que é fundamental, não através da concorrência direta, como compradores de cereais no *contado*. A documentação nos informa que *triccolus* e *triccola*, nas duas primeiras décadas do século XIV, funcionaram como redistribuidores de trigo: frequentavam a praça de Orsanmichele para se abastecer e, então, revender os grãos pela cidade, junto com os demais produtos alimentícios.⁵³² Em 1322, porém, as autoridades da República decidiram por restringir as compras de feirantes e ambulantes a 2 *staia* por dia, ou seja, não mais do que 35 quilogramas.⁵³³ É difícil saber se o objetivo das autoridades era impedir que esses comerciantes praticassem qualquer comércio de trigo, e comprassem em Orsanmichele apenas para consumo pessoal, ou se visavam impedir que revendessem em grande quantidade, retirando o controle dos estoques e do comércio dos

⁵³⁰ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 27, p. 29.

⁵³¹ *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 36, p. 36.

⁵³² *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 28, p. 49.

⁵³³ “Item quod nullus triccolus vel triccola emat in platea Orti Sancti Michaelis granum vel bladum ultra duos starios per diem”, *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 28, p. 49.

biadaïoli. Cumpre admitir, porém, que essa distinção é algo vaga, e que a letra da lei permitia as duas interpretações. E, acredito, assim tenha acontecido; feirantes não perderam a oportunidade para se manter no comércio de grãos. É por isso que, ao meu ver, três anos depois as autoridades decidiram por publicar uma lei complementar, e que, de maneira clara, estabelecia a proibição desses comerciantes de comprar em Orsanmichele para revenda.⁵³⁴ A nova lei tornava claro que a compra de 2 *staia* se destinava exclusivamente ao consumo pessoal e familiar. E, ao contrário da lei anterior, parece ter sido bem sucedida, posto que a legislação de 1348, ainda mais rigorosa em relação ao controle do comércio do que nas décadas anteriores, não cita nenhum problema desse gênero.⁵³⁵ Possivelmente, o medo da penalidade imposta contra a desobediência da legislação levou os feirantes a desistir da concorrência no circuito de cereais. O risco não devia valer a pena, e os *triccolus* e *triccola* que percorriam as ruas de Florença se concentraram no rico leque de mercadorias com que tinham direito de trabalhar.

Outras categorias profissionais que tinham facilidade de adentrar o comércio de trigo eram aquelas que participavam das etapas posteriores de transformação dos cereais em pães e *lasagna*. Em Florença, era possível comprar cereais com os *biadaïoli*, farinha com moleiros e comerciantes, e os pães prontos para consumo com forneiros e vendedores ambulantes. E, aqui, moleiros e padeiros tinham oportunidades e razões para aumentar seus ganhos constituindo estoques de cereais.

A panificação, assim como o comércio de cereais, era um ofício regulamentado, possuindo, inclusive, um estatuto particular.⁵³⁶ Três categorias profissionais existiam. O *fornaio* (também designado “fornarius”) era aquele que detinha de um forno, e realizava o assamento de diversos tipos de alimentos (inclusive do trigo). Já o *pistor* (também designado “panaterio”) era aquele dono de forno especializado na feitura de pães. Ambos podiam contar com oficiais e aprendizes; porém, como o *fornaio* deveria dominar o preparo de um número maior de alimentos, o tempo de aprendizado durava quatro anos – ao invés dos três anos exigidos para o ofício de *pistor*.⁵³⁷ A linguagem corrente, porém,

⁵³⁴ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Ariani, 1921, livro V, rub. 33, p. 388.

⁵³⁵ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934.

⁵³⁶ **Statuti delle Arti dei Fornai e dei Vinattieri di Firenze (1337-1339)**, ed. Morandini, Firenze: Olschki, 1956.

⁵³⁷ O grande historiador Charles de La Roncière defende outra distinção: o *fornaio* seria aquele que apenas prestava serviço do forno, assando o trigo trazido pelo cliente; em contrapartida, o *pistor* assava o próprio cereal, realizando todo o processo de transformação do pão (compra de grãos, moagem e assamento). Como prova, apresenta o capítulo 30 do estatuto da Corporação definindo todo aquele que faz e vende pão como “panacterius”, sinônimo de *pistor*. Porém, essa interpretação tornaria sem sentido o treinamento de quatro anos para *fornaio*, e três anos para *pistor* (capítulo 16) – ou seja, aquele que realiza o trabalho mais completo

designava ambas as categorias sob o nome de *fornaio*. O personagem Cisti *fornaio*, protagonista de uma das novelas do *Decameron*, permanece um ótimo exemplo das duas atividades⁵³⁸. Finalmente, existia uma terceira categoria que não era regida pelos estatutos e os trabalhadores não pertenciam à corporação: os vendedores ambulantes de pão. É o próprio estatuto quem fornece a imagem de pessoas carregando cestos sobre os ombros ou sobre a cabeça, e perambulando pelas ruas da cidade.⁵³⁹

Os ofícios de panificação e de comércio de cereais estavam entrelaçados. Novamente, entre 1284 e 1320, os profissionais da panificação não devem ter hesitado em frequentar de maneira assídua a praça de Orsanmichele, realizando grandes compras nos dias de preço menor. Encontramos, na legislação de 1322, uma determinação obrigando qualquer um desses profissionais, caso desejassem comprar quantidades maiores do que 2 *staia*, a obter uma licença junto com os *sei della biada*, magistrados que regulamentavam o mercado.⁵⁴⁰ Essa cláusula aparentemente colocava o poder de controle nas mãos dos magistrados; entretanto, a letra fria da lei não permite descobrir como de fato ocorreram os negócios entre panificadores, magistrados e *biadaioli*. A leitura do estatuto de 1348 me faz suspeitar que, dada a alta rotatividade dos *sei della biada* (6 meses), e o protagonismo dos mercadores de trigo em Orsanmichele, esses últimos predominaram, e estabeleceram um sistema sub-reptício que utilizava oficinas de panificação como espaços de redistribuição de trigo. Pois é essa prática que a lei de meados do século procura coibir: que os *biadaioli* disponibilizassem para venda seus estoques pessoais nas padarias espalhadas pela cidade.⁵⁴¹ O esquema, sem dúvida,

teria um treinamento *menor* (?). A resolução do problema, creio, pode surgir da leitura atenta do capítulo 51 do mesmo estatuto, esclarecendo que o *fornaio* que passasse a assar apenas pão deveria ser classificado como *panacterius*, embora, durante dois anos, continuasse a participar politicamente como *fornaio*. No caso contrário, da ascensão de *panacterius* para *fornaio*, o “engessamento” político duraria um ano. “Statutum et ordinatum est quod, si quis fornarius dimiserit artem furni et fecerit solum artem panis, non possit ipse fornarius eligi, vel esse pro arte et membro panacteriorum rector, inde ad duos annos proximos venturos a die dimissi furni (...). Et. e contrario, si aliquis panacterius venerit ad faciendum artem furni et solverit que in statuto continentur, recipiatur ad artem furni, tamen non possit esse rector pro membro fornariorum”. **Statuti delle Arti dei Fornai e dei Vinattieri di Firenze**, ed. Morandini, Firenze: Olschki, 1956, p. 15 e p. 28.

⁵³⁸ Trata-se da segunda novela da sexta jornada, Giovanni Boccaccio, **Decameron** (ed. Vittore Branca), Firenze: Le Lettere, 1999, 6, 2, p. 386-388.

⁵³⁹ “Statutum et ordinatum est, quod quicumque de dicta arte panem ad vendendum super collo vel capite portaverit ad aliquam plateam, vel viam civitatis Florentie (...) ab uno anno citra, rectores non possint esse huius artis”. **Statuti delle Arti dei Fornai e dei Vinattieri di Firenze**, ed. Morandini, Firenze: Olschki, 1956, p. 8.

⁵⁴⁰ “Item quod nullus fornarius vel fornaria, pistor vel pistrix, panicoqus vel panicoqua civitatis, burgorum vel suburborum Florentie emat vel emit faciat per se vel alium in platea Orti Sancti Micaelis, absque licentia sex de blado, ultra duos starios grani pro vice qualibet”. Cf. *Statuto del Capitano del Popolo*, 1, 19, p. 31.

⁵⁴¹ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 68-69.

beneficiava não só a ambos, mas também aos consumidores. Os *biadaioli* aumentavam a chance de venda, ao deixar, em uma espécie de “consignação”, pequenos estoques de trigo nas padarias e fornos dispersos na malha urbana. Por sua vez, os panificadores poderiam trabalhar com os estoques existentes em suas lojas, sem necessidade de frequentar constantemente Orsanmichele. Ademais, a lei de 1348 deixa claro que os compradores estavam comprando diretamente os grãos nas padarias, e mesmo remetendo-os aos moleiros.⁵⁴² Não há dúvidas, porém, que esse mecanismo, encontrado pelos protagonistas econômicos diante da legislação, era diferente do praticado antes de 1322. Antes, panificadores participavam no comércio de cereais como atores independentes. Após a legislação da década de 1320, o mecanismo de “consignação” mantinha os *biadaioli* no controle de todo o negócio. A dimensão dos estoques, o preço dos cereais, e possivelmente a autorização de compra junto aos magistrados do mercado, dependia dos mercadores de trigo. Aliás, essa deve ter sido a razão para a República ter admitido e silenciado sobre a situação durante mais de vinte anos, uma vez que a legislação de 1325 não menciona uma palavra a respeito. Esse é o primeiro indício que encontramos que a função de monopólio de trigo exercida por Orsanmichele dependia principalmente do protagonismo dos mercadores de trigo. Afinal, o estatuto de 1348 mostra que, nesse caso, a lei de 1322 foi inteiramente benéfica aos *biadaioli*.

Entre 1284 e 1348, o endurecimento da legislação contra moleiros foi constante. A força hidráulica se mostrava uma matriz de energia tão eficiente que os moinhos não só existiam na região rural circunvizinha à cidade, mas se multiplicavam no interior dos muros. Na crônica de Giovanni Villani, o excesso de eclusas (*pescaie*) e canais (*fossato*), utilizados para movimentação das rodas dos moinhos, ao diminuírem o leito do rio, foi tido como principal responsável pela grande inundação de 1333.⁵⁴³ Nesse evento, quando chuvas torrenciais aumentaram exponencialmente a vazão, o rio transbordou pelas ruas da cidade, derrubando não só três das quatro pontes existentes, mas destruindo os próprios moinhos que continham a água; apenas dois permaneceram em funcionamento, ambos situados fora dos muros: o moinho Rovezzano e “*quella di San Salvi*”.⁵⁴⁴ Grande parte

⁵⁴² **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 68-69.

⁵⁴³ “molte pescaie fatte infra la città per le molina, onde l’Arno per le dette pescaie era alzato oltre l’antico letto di più di braccia VII”, G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XII, cap. 1, p. 1205.

⁵⁴⁴ D. Lenzi, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 292-293.

dos moinhos se dedicavam à moagem de grãos.⁵⁴⁵ Nesse sentido, os moinhos podiam se tornar centros naturais de atração comercial e estoque de trigo. Parece ter sido comum que os moleiros pertencessem aos estratos econômicos prósperos, posto que sejam mencionados como proprietários de terras.⁵⁴⁶ Assim, além dos cereais da própria produção, a possibilidade de comprar cereais, visando a formação de estoques e a venda de farinha, não deixou de ser uma estratégia comum dos moleiros. Em algum período entre 1284 e 1320, possivelmente essa categoria profissional começou a participar de tal forma no mercado de trigo, realizando compras em grandes quantidades e formando estoques, que passaram a ser vistos como concorrência ao predomínio dos *biadaoli* nesse circuito comercial. A legislação da década de 1320 constituiu uma rigorosa arquitetura institucional visando impedir o atravessamento de moleiros no mercado de cereais. Em 1322, a República simplesmente proibiu que essa categoria (ou carregadores contratados) comprassem cereais na cidade de Florença.⁵⁴⁷ Como Orsanmichele era também, como visto no segundo capítulo, um espaço de concentração e redistribuição de cereais para o *contado*, uma cláusula adicional permitia que aqueles que fossem proprietários de terras comprassem grãos para a sementeira, requisitando, para tanto, licença dos magistrados responsáveis.⁵⁴⁸ Como obrigação complementar, o mesmo estatuto impunha que toda farinha deveria ser vendida e comercializada em Orsanmichele.⁵⁴⁹ Os moleiros encontraram uma saída alternativa, diferente daquela empregada por panificadores, com o objetivo de manter seus estoques. A legislação de 1325 revela que havia se tornado comum que moleiros e carregadores oferecessem empréstimos, aceitando trigo como penhor e garantia de pagamento. Uma vez que a mesma legislação não proibía a prática da penhora, provavelmente o comércio de trigo passou a existir oculto sob a aparência de operações de crédito; moleiros e carregadores tinham oportunidade de formar estoques durante o período de baixa de preço, após a colheita, e lucrar revendendo durante o período de alta. A lei de 1325 procurou banir essa prática da República.⁵⁵⁰ Ainda assim,

⁵⁴⁵ No estatuto de 1348, das sete rubricas referentes aos moinhos, seis incidem sobre a moagem de cereais: **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici 'Vita e Pensiero', 1934, p. 79-84.

⁵⁴⁶ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 32, p. 35.

⁵⁴⁷ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 32, p. 35.

⁵⁴⁸ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 32, p. 35.

⁵⁴⁹ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. R. Caggese). Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 36, p. 36.

⁵⁵⁰ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Ariani, 1921, livro V, rub. 33, p. 388.

a adição na lei de 1322, permitindo aos proprietários a compra de grãos para sementeira, talvez criasse oportunidades de má-fé, corrupção dos magistrados públicos, e, enfim, de compra visando à revenda. Em 1348, a República decidiu pela proibição total dos moleiros de adquirirem em Orsanmichele, proprietários de terra ou não.⁵⁵¹ Aqueles que quisessem obter grãos para a sementeira teriam de obter fora dos muros da cidade. Entre 1284 e 1348, não apenas o edifício passou por duas reconstruções consecutivas, mas o quadro institucional foi se tornando sempre mais rigoroso. Os estatutos nos permitem entrever um período inicial, entre fins do século XIII e início do século XIV, em que o trigo e os cereais participaram da expansão do comércio no tecido urbano e social, e circularam pela cidade; um período intermediário, iniciado sem dúvida já na primeira década do século XIV, e marcado pelo crescente esforço da República em instituir o monopólio comercial de Orsanmichele; e um terceiro momento, formado paulatinamente na década de 1340 e culminando com o estatuto de 1348, em que os magistrados, assentados no palácio monumental do andar superior de Orsanmichele, tinham grande poder de fiscalização não apenas sobre a circulação de grãos, mas sobre todo o comércio de alimentos da cidade. Iremos agora nos concentrar sobre o período que vai de 1320 a 1335, nos aproveitando sobretudo do texto produzido pelo mercador Domenico Lenzi, para compreender a lógica comercial empreendida pelo conjunto dos *biadaoli*, sancionada pela República, que tornou possível o funcionamento de um mercado vigoroso em uma economia não capitalista.

4.4. O monopólio de Orsanmichele e o mercado oficial de trigo.

A mesma legislação que visava impedir a participação de outras categorias profissionais no comércio de grãos procurava criar as melhores condições para que os mercadores de trigo fossem capazes de controlar os dois aspectos fundamentais do mercado: os estoques e os preços. A centralização das atividades de comércio de trigo em Orsanmichele era fundamental para que a República conseguisse sedimentar uma arquitetura institucional baseada em cinco fundamentos: o monopólio de Orsanmichele, a vigilância sobre o papel de redistribuição desse mercado, o controle das vendas, a vigilância sobre a praça e o edifício, e a garantia do abastecimento.

O monopólio aparece sistematicamente nos três estatutos analisados. Assim, em 1322, encontramos:

⁵⁵¹ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348) (1348)** (ed. Masi), Milano: Società Editrici 'Vita e Pensiero', 1934, p. 80.

Item quod nulla persona vendat vel emat vel vendi vel emi faciat in civitate Florentie nec prope civitatem per miliarium aliquod granum, bladum vel legumen nisi in platea Orti Sancti Micaelis. (...) Salvo quod biadaioli possint et eis liceat vendere ac emere et vendi et emi facere in civitate Florentie ad apothecas eorum ordeum, speltam, panicum, milium, fabas, legumina et civiais ; non tamen tenere possint ultra duos modios ordei, spelte, panichi, milii vel fabarum.⁵⁵²

A rubrica tem grande importância porque registra uma situação dúbia: a imposição do monopólio do comércio de trigo na praça de Orsanmichele, e a existência de lojas de *biadaioli* distribuídas pelo tecido urbano. Analisar essa situação quase paradoxal nos ajuda a elucidar uma questão central: o estatuto de 1322 impõe pela primeira vez a restrição do comércio de trigo no mercado público de Orsanmichele? Seria pouco sensato estabelecer uma resposta definitiva, dada a escassez da documentação a respeito. Eu acredito ser possível trabalhar com três hipóteses, todas convergindo para uma mesma situação: uma ruptura existente entre 1318 e 1322.

A primeira hipótese é simples, e responde à pergunta de forma afirmativa. Nesse sentido, a construção da *loggia* do mercado de cereais a partir de 1284 não teria sido acompanhada da imposição de *monopólio* do comércio de trigo. A República tendia a uma arquitetura institucional articulada em dois planos: um mercado central, situado em um espaço privilegiado da cidade, com grande capacidade de atração, e uma disposição arquitetônica que tornaria possível aos *biadaioli* trabalhar com grandes quantidades; e uma rede de redistribuição na malha urbana, contando com cereais vendidos em lojas de *biadaioli*, de feirantes (*tricolus*), de panificadores e de moleiros. Aliás, podemos encontrar um indício favorável dessa organização comercial: em 1308, mesmo vendedores especializados no comércio de óleo e azeite (*oliandoli*) também estavam vendendo cereais menores.⁵⁵³

As duas demais hipóteses são parecidas: ou a República, desde a construção da *loggia* a partir de 1284, estabeleceu o monopólio, ou poucos anos depois criou uma lei nesse sentido. Em ambos os casos, a legislação de 1322 apenas daria continuidade formal a uma determinação anterior. A conhecer a lógica institucional de Florença, a última hipótese é bastante verossimilhante. A história do edifício de Orsanmichele é um caso emblemático do ritmo político da República. As primeiras movimentações resultam das

⁵⁵² **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 36, p. 36.

⁵⁵³ D'Aguianno Ito, **Orsanmichele – The Florentine Grain Market**, Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Arts and Sciences, Catholic University of America. Washington, 2014, p. 263, n. 206.

discussões ocorridas no interior dos diversos corpos políticos; e os cinco conselhos (existentes na década de 1320-30) criavam espaços de contato constante entre a *Signoria* e as camadas da população com acesso à vida política. O resultado das deliberações da *Signoria* se concretizava nas provisões, e tinham um caráter de resposta a problemas imediatos. Vimos como, na segunda metade do século XIV, as primeiras propostas de fechamento da *loggia* de Orsanmichele e de transferência do mercado de trigo começaram como demanda formal da fraternidade de Orsanmichele (1357), e se manifestaram por uma provisão da *Signoria* de encontrar outro espaço para os *biadaoli* (1357); o processo se arrastou durante dez anos, até a transferência definitiva (1367). Após o incêndio de 1304, a despeito da importância do mercado para o abastecimento urbano e para a paz cívica, uma *loggia* mal construída e de madeira permaneceu até a década de 1320 – ou, talvez, a oferta de trigo por toda malha comercial da cidade prescindia de um mercado central de grandes proporções. Para a construção do edifício monumental, a primeira provisão da *Signoria* data de 1336; as obras se iniciaram em 1337; em 1350, um teto era improvisado no segundo andar, inacabado. As decisões políticas demoravam para se cristalizar em prática, e a legislação estabelecida nos estatutos, em geral, consolidava provisões e determinações que vinham se repetindo nas decisões das autoridades públicas. O Estado, destituído da burocracia contemporânea, era um maquinário mal articulado de muitos corpos, se tornando uma entidade de marcha pesada, lenta, e não poucas vezes violenta.⁵⁵⁴ Sua atuação na vida cotidiana era marcada pela inconsistência e irregularidade: algumas provisões se tornavam letra morta, e outras eram impostas a ferro e fogo sobre a sociedade. E aqui chegamos à tese que me parece mais convincente. A legislação de 1322 podia ou não ser uma novidade; entretanto, apenas a partir de fins da década de 1310 que a República realmente passou a se empenhar e fazer valer que Orsanmichele detivesse do monopólio do comércio de trigo. Vejamos.

As medidas políticas referentes ao mercado, nas décadas finais do século XIII, decorrem de decisões tomadas diante de ameaças de carestia. Para Giuliano Pinto, é na

⁵⁵⁴ É necessário evitar, entretanto, a mitologia de um “Estado violento” contra uma “sociedade inocente e indefesa”. A violência de senhores de caráter feudal representou um enfrentamento contínuo para a República. Assim, durante o conflito civil de 1303, os “guelfos brancos” encontraram apoio em velhos senhorios rurais, concentraram forças no castelo de Montagliari, e passaram a assaltar mercadores e ferir os animais que transportavam trigo para Florença, tentando cortar o abastecimento urbano. Os guelfos negros, então no controle dos corpos estatais, declararam que quem permanecesse dentro dos muros de Montagliari seria condenado por “lesa majestade”, e enforcado sumariamente; após dois meses de assédio, o castelo foi conquistado e destruído, até não sobrar pedra sobre pedra. Cf. Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 85-86.

década de 1280 que se torna visível uma atuação sistemática da República para manter o abastecimento: entre 1285-86, diante de alta de preços, as autoridades decidiram pela instituição de um armazém público de cereais, pela utilização do orçamento do Estado para importação, e, finalmente, pela concessão de um “prêmio de importação” para mercadores que trouxessem trigo à cidade.⁵⁵⁵ Esses anos marcam, sem dúvida, o primeiro amadurecimento dos protagonistas de Florença diante de uma demanda colossal, inexistente 30 anos atrás.⁵⁵⁶ Nesse período Orsanmichele já surge na documentação como espaço central do comércio; mas, na mesma documentação, os principais esforços das autoridades incidem sobre a manutenção do abastecimento em tempos de safras ruins. Assim, nas dificuldades de 1290-1291, as duas principais atuações políticas foram o estabelecimento de penalidade rigorosa para quem exportasse trigo do *contado* ou dos mercados rurais para *fora* da República (100 libras que, se não pagas em três dias, levavam à mutilação do pé); e a contratação de um mercador para importação de trigo da Romanha.⁵⁵⁷ O próprio Giuliano Pinto considera que, nessa década, poucas restrições haviam sobre a circulação de trigo na malha comercial urbana.⁵⁵⁸

Nas décadas de 1280 e 1290 se delinearão tendências políticas que iremos encontrar estabelecidas nos estatutos da década de 1320, todas referentes à consolidação e ao apoio institucional do que chamamos de estrutura de oferta. As autoridades da República elaboraram, então, medidas sobre quatro temas.⁵⁵⁹ Primeiro, providenciaram a respeito da liberdade e da segurança de circulação de mercadores e mercadorias (de trigo) no *contado*, e daqueles que vinham de fora do território florentino. Definiram com maior precisão as tarefas dos magistrados responsáveis pelo mercado (*sei della biada*). Estabeleceram a possibilidade de requisição compulsória, em território rural, sobre quem detivesse de estoques excedentes. Finalmente, iniciaram a prática de levantar impostos emergenciais visando à importação de grãos.⁵⁶⁰ Enquanto as duas últimas passaram a dormir no arcabouço das medidas tomadas em tempos emergenciais, como em 1296 ou

⁵⁵⁵ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 80-82.

⁵⁵⁶ Conferir o ritmo da expansão demográfica exposta no capítulo 2.

⁵⁵⁷ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 82-83.

⁵⁵⁸ “Pare quindi che non ci fossero restrizioni di sorta alla compra-vendita del grano sul mercato cittadino”, Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 83.

⁵⁵⁹ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 79-88.

⁵⁶⁰ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 79-88.

1298⁵⁶¹, as duas primeiras consolidaram o primeiro desenho institucional do mercado de trigo.

Tanto os princípios de política “anonária”, quanto a estrutura de oferta foram colocados à prova no início do século XIV. Em 1303, conflitos militares e cívicos fizeram com que adversários de Florença apostassem na ideia de cortar o abastecimento alimentar da cidade. A inimiga República de Pisa impediu, durante alguns meses, que o trigo desembarcado no porto Pisano subisse o Arno em direção à Florença, obrigando os importadores a utilizar as péssimas estradas que ligavam o porto de Talamone, então território de Siena, à capital florentina.⁵⁶² Guelfos brancos exilados se aliaram aos grandes senhores rurais para impedir esse trânsito, assim como paralisar o comércio existente entre a Toscana e a Emília-Romanha.⁵⁶³ Porém, nessa data, o sistema comercial de importação do sul da Itália já estava francamente estabelecido, e as grandes companhias florentinas viviam a época dourada de expansão de seus negócios.⁵⁶⁴ Grandes quantidades de trigo trazida pelas firmas Bardi, Peruzzi, Acciaiuoli e Franzesi foram suficientes para reverter os danos causados pelos adversários da República.⁵⁶⁵ A inexistência de problemas nas safras, tanto na Toscana quanto nas demais regiões da Itália, tornou desnecessária que a República repetisse as medidas emergenciais de 1286. Após isso, durante quinze anos, o abastecimento urbano seguiu de forma regular. Dificuldades ocorreram em 1305-1306; em 1310-1311 sorgo foi utilizado para panificação, contrabalanceando a escassez de trigo; entretanto, em nenhum dos casos há menções de carestia ou desabastecimento da cidade.⁵⁶⁶ Ou seja, as medidas emergenciais encontradas pelas autoridades públicas nas décadas de 1280 e 1290, somadas ao aperfeiçoamento do quadro institucional benéfico à estrutura de oferta, foram eficazes em garantir anos seguidos de fornecimento à capital florentina. Ainda que, nesse ínterim, tivesse surgido projetos e provisões de restringir a Orsanmichele o monopólio do comércio de trigo, a documentação não registra motivos para que as autoridades empreendessem esforços nesse sentido. Ademais, a existência de uma organização comercial em que Orsanmichele

⁵⁶¹ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 83.

⁵⁶² Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 84-88.

⁵⁶³ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 84-88.

⁵⁶⁴ Cf. capítulo 2.

⁵⁶⁵ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 84-88.

⁵⁶⁶ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 88.

surgia como espaço central do comércio, trabalhando com quantidades volumosas, e uma rede de distribuição de pequenos lojistas participantes da circulação mercantil do trigo, parece se adequar à aparente despreocupação com a precariedade da *loggia* do grande mercado de cereais. Nesse sentido, os *biadaiole* se aproveitaram para montar lojas na malha urbana, como descrito no estatuto de 1322 e registrado nas atas notarias: em 1294, por exemplo, o *biadaiole* Ricco Macçetti pagava 12 libras de aluguel para manter sua loja de cereais em pleno *Mercato Vecchio*.⁵⁶⁷ Não parece que a República se preocupava com os pequenos estoques mantidos por panificadores, moleiros, e mesmo por mercadores de óleo e azeite.

A situação muda nos anos de 1318-19. Após anos de bonança, uma péssima colheita obrigou as autoridades a lançar mão do arcabouço de medidas emergenciais.⁵⁶⁸ Em 10 de outubro de 1318, a República comprou, com orçamento público, grande quantidade de grãos das companhias Acciaioli e Tolosini, vendendo a preço subsidiado e contendo a carestia durante alguns dias.⁵⁶⁹ O “remédio”, porém, foi de curta duração; e uma nova alta do preço fez com que as autoridades, em 30 de outubro, lançassem mão de duas estratégias que não encontramos nos anos anteriores: a isenção de impostos sobre cereais (cobrados à entrada da cidade), e a tentativa de imposição de preços dos grãos vendidos em Orsanmichele.⁵⁷⁰ Podemos imaginar que as medidas tiveram uma eficácia apenas moderada. A comparar com a crise de 1329, se a isenção de taxas deve ter incentivado o comércio em direção à cidade, a tentativa de controle de preços deve ter fracassado vigorosamente.⁵⁷¹ Em 01 de janeiro de 1319, a República gastou a incrível quantidade de 700 florins, reembolsando a Arte della Lana, que havia adquirido, na Apúlia e na Sicília, a quantidade não menos incrível de 700 *moggia* de trigo (cerca de 294 toneladas).⁵⁷² Esse último carregamento, sem dúvida, conteve a carestia e foi bem sucedido em manter o abastecimento da urbe. Mas custou caro para a República. Por um

⁵⁶⁷ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 27, p. 29.

⁵⁶⁸ Giuliano Pinto apresenta a documentação, incluindo as datas das medidas. O que nos permitiu uma interpretação um pouco diferente daquela apresentada pelo próprio historiador. Ver notas seguintes.

⁵⁶⁹ Diz o documento: “remedium fuit ne furmentum ascendere, et leve facta fuit carestia que fuisset”. Citado em Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 89.

⁵⁷⁰ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 88. Embora Giuliano Pinto não faça nenhum comentário, não cita essas duas medidas em nenhuma documentação referente aos anos anteriores.

⁵⁷¹ Conferir abaixo.

⁵⁷² Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 89.

lado, a isenção fiscal levou a uma arrecadação menor. Em segundo, enquanto a República vendia a preço subsidiado em Orsanmichele, a dispersão do comércio na malha urbana permitia aos mercadores escapar da imposição dos preços e vender mais alto⁵⁷³; o Estado perdia onde os protagonistas individuais ganhavam.

Não devemos naturalizar os estatutos da década de 1320 como decisões políticas que surgiram na cabeça das autoridades públicas como Atenas nasceu da cabeça de Júpiter. Foram as experiências da carestia de 1318 que conduziram os atores políticos e os protagonistas comerciais a repensar o quadro institucional, e iniciar modificações no circuito comercial do trigo existente em Florença. Assim que, na década de 1320, encontramos uma série de inovações, a começar pela reestruturação do complexo de Orsanmichele, com reconstrução da *loggia* e reorganização da praça, visando alcançar uma estrutura mais eficaz em termos de capacidade de venda e de armazenamento. Se é possível que a legislação sobre o monopólio do comércio não date do estatuto de 1322, são os esforços de imposição e manutenção do monopólio de trigo em Orsanmichele que datam dos anos de 1318-1322. Desde então, mesmo o comércio eventual e em pequena escala de feirantes (*triccolus* e *triccola*) passaram a ser alvos de controle e proibição. E, aqui, não devemos interpretar como uma mera decisão autocrática das autoridades máximas da República. Embora a documentação seja opaca em relação à participação dos mercadores de trigo nas decisões políticas, o quadro institucional manifesto nos anos de 1322-25 deixa claro que os *biadaoli* colhiam grandes benefícios com as restrições de circulação e a concentração do comércio em Orsanmichele. Se, antes, conviviam com certa concorrência de outras categorias profissionais, a partir de então os mercadores de trigo tiveram oportunidade de exercer grande controle sobre toda a circulação de trigo na República, e sobre a venda na cidade de Florença. Não foram tanto as leis que caíram do céu sobre o cotidiano; mas o protagonismo individual e coletivo de *biadaoli*, apoiados por uma institucionalidade que não hesitava em usar o peso da violência, que permitiu a constituição de uma nova lógica no mecanismo de mercado.

Uma vez que o monopólio de Orsanmichele tenha sido adotado como princípio de organização do mercado, a República iniciou um processo contínuo de enfrentamento de todos os poros alternativos de comércio. No estatuto de 1325, as autoridades descreviam

⁵⁷³ Em 1329, o tabelamento de preços levou à criação de um mercado negro, com preços bastante superiores àqueles fixados pelas autoridades. Se, em 1329, a República tinha muito maior controle a circulação de cereais no interior da cidade, o que não podemos imaginar que tenha acontecido em 1318? Abaixo analisaremos a formação do mercado negro em 1329.

em detalhes que aplicariam punições a todo comércio existente no interior das casas de Florença:

Item quicumque portaverit vel portati fecerit granum vel blavum ad civitatem Florentie causa vendendi debeat ipsum discaricare et vendere in Orto Sancti Michaelis tantum. Et nullus hospitator patiatur aut audeat recipere in sua domo vel hospicio aliquod frumentum vel blavum aut discaricari permictere. Set denuntient hospitibus suis quod in Orto Sancti Micaelis deferant et discaricent tantum et superstitibus dicti mercati representent, nec emat idem hospitator nec patiatur emi vel vendi in sua domo vel hospitio granum seu frumentum vel blavam predictam. Hospitator qui contra fecerit puniatur per Potestatem in libris decem f. p. et quotiens; de quibus medietatem habeat accusator et medietatem Commune Florentie⁵⁷⁴

A determinação manifesta uma das mais rigorosas restrições, em benefício dos mercadores de trigo. Estabelecia uma arquitetura institucional que procurava impedir que qualquer pessoa residente na cidade tivesse oportunidade de praticar o comércio de cereais, mesmo em pequena escala. É difícil mensurar até que ponto a lei era capaz de se tornar efetiva; já vimos como, no capítulo anterior, o comércio era apenas um dos diversos mecanismos de transferência de cereais do campo para a cidade. Na documentação notarial, não faltam registros de cidadãos recebendo e adquirindo trigo direto com os produtores. Em 15/01/1301, Corsus Bini e os irmãos Stoldus e Vanni Geri, da aldeia de São Romulo Campestre, entram em acordo com o ferreiro Nuto Ughi, cidadão de Florença. Os camponeses foram incapazes de saldar uma dívida com Nuto Ughi, e, recebendo uma soma extra de 27 libras, venderam parte de suas terras ao ferreiro, além de se comprometerem, para saldar definitivamente o negócio, a enviar anualmente 1 *moggio* de trigo (c. 315 kg), durante cinco anos.⁵⁷⁵ Nesse arranjo, Corsus Bini e os irmãos Geri, para saldar suas dívidas, tiveram de utilizar os dois meios de pagamento mais acessíveis para os camponeses: terra e trigo. Em 13/06/1313, um tal Natino Guideti, sapateiro, residente em Santa Trinitade na cidade de Florença, comprou antecipadamente a Binghus Pieri, do vilarejo de *Ghiacceto*, no *contado*, o total de 31 *staia* de grãos, a serem entregues em duas remessas anuais (16,5 *staia* por ano)⁵⁷⁶. Finalmente, uma ata de 25/11/1294 registra um acordo entre cidadãos; Luti Guardi e Natus Gunte *linaiolus* se comprometeram a pagar uma dívida de 24 libras a Cino Borghi, todos do bairro de São Lourenço, através do envio anual de 36 *staia* de trigo (c. 630 kg), durante quatro anos.⁵⁷⁷

⁵⁷⁴ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Ariani, 1921, livro V, rub. 15, p. 377.

⁵⁷⁵ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 65, p. 68-69.

⁵⁷⁶ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 567, p. 636.

⁵⁷⁷ Matteo di Biliotto, **Imbreviature**, vol. 1 (ed. Sznura e Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 301, p. 284-285.

Os três exemplos mostram como cidadãos e camponeses encontravam na transferência de cereais uma maneira de saldar dívidas e obter empréstimos, sinal de um universo econômico em que a intensificação das trocas na vida social talvez ocorresse em uma velocidade maior do que a expansão e o acesso à liquidez. Os três exemplos se referem a um período anterior a 1318, quando, de acordo com minha perspectiva, o trigo circulava com maior liberdade. Seja como for, a lei de 1325 não incidia sobre esses tipos de arranjos, que provavelmente continuaram a existir no cotidiano econômico do período. O que a lei determinava é que, em todos casos semelhantes, o receptor final dos cereais não poderia vendê-los de forma livre, na cidade. Ou seja, o consumo pessoal e familiar mantinha-se intacto; e um mecanismo comercial de circulação de trigo permanecia existindo entre o campo e a cidade, fora do alcance dos mercadores de Orsanmichele. Entretanto, se os cidadãos, após 1322 (e talvez antes), que entrassem em negócios envolvendo troca de trigo – como Nuto Ughi, Natino Guideti ou Cino Borghi –, desejassem revender os grãos recebidos, deveriam conduzi-los para os mercadores estabelecidos em Orsanmichele. Estavam obrigados a comerciar apenas com os *biadaioli*, e a ninguém mais. Cabia aos mercadores de trigo a exclusividade da revenda. Tal arquitetura institucional resultava em desequilíbrio de forças entre o eventual vendedor individual e a comunidade de *biadaioli*: uma vez que o primeiro só poderia vender para o segundo, o mercador de trigo tinha ampla vantagem no cálculo de preço.

De fato, a lei não ignorava que muito trigo que passava pelos muros seguia diretamente para as residências da cidade. Em outro capítulo, já nos referimos que a elite urbana era, também, proprietária de terras; e, em geral, os contratos de *affito* ou *mezzadria* determinavam que os arrendatários deveriam conduzir, como forma de pagamento, os produtos agrícolas para as residências dos proprietários. Trata-se de um mecanismo de transferência direta de circulação de cereais, que tinha papel importante na totalidade do abastecimento urbano. Aqui, como no caso anterior, os proprietários que desejassem vender os produtos de suas terras, deveriam encaminhá-los compulsoriamente aos mercadores de trigo. Era vetado qualquer comércio no interior das residências. O monopólio construía uma institucionalidade que procurava reservar aos *biadaioli* toda oferta comercial de cereais, canalizando para Orsanmichele o trigo de produtores, proprietários, credores, e de qualquer família que, achando-se em posse de um eventual excedente, desejasse vendê-lo.

Como dito, é difícil dizer até que ponto a lei conseguiu se tornar efetiva. No tocante aos proprietários, é pouco provável que o comércio eventual realizado no interior

das casas tenha sido objeto de vigilância e punição. É nesse sentido que passaremos a definir o circuito comercial de Orsanmichele como *mercado oficial* de trigo. Pois, para além do mercado oficial, controlado pela comunidade dos mercadores de trigo, e centralizado na *loggia* pública, é provável supor que os cereais circulavam, fugindo dos registros notariais, das leis, e da vigilância do pequeno corpo de magistrados responsáveis (*sei della biada*). Além do mercado oficial, é lícito estipular a existência de um mercado paralelo. Mas esse circuito não parece ter ocorrido senão com quantidades diminutas, quando comparado à escala e ao profissionalismo das operações do mercado oficial. A razão decorre da própria falta de perspectiva de lucro para quem desejasse participar no paralelo. Nos referimos acima, por exemplo, à compra de 31 *staia* por Natino Guideti, em 13/06/1313, a ser entregue em dois anos.⁵⁷⁸ Ora: entre 1313 e 1314 o valor do *staio* de trigo vendido em Florença teve uma queda de 12%.⁵⁷⁹ Se Guideti desejasse revender o trigo no paralelo, suas operações não terão sido bem sucedidas, já que todo o montante foi pago em 1313 – e, no ano seguinte, os grãos valiam menos. As abruptas oscilações do mercado dificultavam cálculos especulativos e desmotivavam atores econômicos a se aventurar na concorrência do mercado oficial. Menos do que uma vigilância policial, a própria organização e profissionalismo do circuito de comércio assegurava o sucesso e o predomínio do mercado oficial. A eventual existência de um mercado paralelo deveria mobilizar não tanto protagonistas comerciais em busca de lucro, mas famílias que eventualmente dispusessem de excedentes.

A interdição de qualquer comércio de trigo, no interior dos muros, fora de Orsanmichele, vinha acompanhada da restrição da quantidade de compras no mercado de cereais. A proibição deixa manifesto que visava um objetivo claro: impedir a formação de estoques individuais, que possibilitassem a qualquer tipo de ator econômico se beneficiar das oscilações de valor, comprando grandes quantidades na baixa de preço, e vendendo na alta.⁵⁸⁰ A República determinava que

nullus emat vel emi faciat in civitate Florentie vel districtu frumentum vel bladum ultra quam sit sibi et sua familie necessarium pro sua et sua familie vita pro uno anno tantum, nisi foret unum modium plus ultra dicta quantitatem. Et hec⁵⁸¹

⁵⁷⁸ Matteo di Biliotto, *Imbreviature*, vol. 2 (ed. Soffici), Firenze: Sismel, 2016, minutas 567, p. 636.

⁵⁷⁹ Lenzi, *Il libro del Biadaio*, p. 542.

⁵⁸⁰ *Statuto del Podestà degli anni 1325* (ed. Caggese), Firenze: Arian, 1921, livro V, rub. 14, p. 377. O título da rubrica é “De endicis non faciendis”.

⁵⁸¹ *Statuto del Podestà degli anni 1325* (ed. Caggese), Firenze: Arian, 1921, livro V, rub. 14, p. 377.

A legislação, procurando banir os atravessadores e concorrentes aos *biadaioli*, não oculta certa delicadeza do tema. Afinal, a limitação de compra atentava contra a liberdade das famílias que não tinham nenhum interesse em lucrar com comércio, mas buscavam apenas providenciar reservas para enfrentar, com tranquilidade, longos períodos. Mais do que isso, a lei atentava diretamente contra a prática das elites florentinas. No capítulo anterior, já nos referimos às grandes quantidades de trigo armazenada no palácio dos Peruzzi, visando a alimentação de um tronco familiar composto por três casais e mais de duas dúzias de familiares, além dos domésticos que residiam com a família. Nesse caso, a família possuía largas extensões de propriedade fundiária, chegando a gastar 27.000 libras em aquisições de terras durante o século XIV⁵⁸²; mas, nem por isso, deixava de realizar grandes compras de cereais.⁵⁸³ Me parece que, frente a esse desafio, a legislação encontrou algo semelhante a uma solução de compromisso. A elite econômica de Florença, como exposto no capítulo dois, tinha ampla capacidade de acessar o espaço rural da República. O acesso ocorria em três planos diferentes: a propriedade de grandes posses fundiárias; a possibilidade de acesso direto aos produtores; e o acesso à rede de mercados do *contado*. Ora, todo o esforço das autoridades que estamos analisando dizia respeito ao controle do trigo vendido no interior dos muros da cidade. Aqui, a lei recaía com dureza sobre os pequenos comerciantes que tentaram obter ganhos na venda e revenda de cereais. Fora dos muros – geralmente, a lei estabelecia uma periferia de “quatro milhas” no entorno da cidade –, o comércio e a circulação de trigo corriam de maneira livre. Grandes famílias poderiam não apenas manter grandes estoques de trigo, como também se tornar fornecedores dos *biadaioli* de Orsanmichele. Entretanto, uma vez que os cereais adentrassem os muros e fossem descarregados no mercado público, famílias ricas ou pobres, poderosos ou pequenos comerciantes – todos estavam impedidos por lei de tentar atravessar o comércio. Nesse sentido, aqueles que dispusessem de meios financeiros não poderiam usar a estrutura de oferta urbana para práticas especulativas, comprando na baixa e vendendo na alta de preços. A arquitetura comercial forçava não apenas a interdição da concorrência de outros comerciantes, mas existia também para impedir que os *biadaioli* detivessem o controle da formação de estoques.

Decerto, a livre circulação no *contado* e a restrição no interior dos muros poderia conduzir a situações contraditórias. As autoridades estabeleceram, em estatuto, uma

⁵⁸² Charles de La Roncière, *Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Segna*, Paris: SEVPEN, 1973, p. 127.

⁵⁸³ Luigi Peruzzi, em *Storia del commercio e dei banchieri di Firenze*, Florença: Galileiana, 1868, p. 372.

cláusula bastante singular, visando proteger o abastecimento da cidade. A letra da lei estabelecia que “*ad hoc ut de frumento et blado uberius haberi possit, statutum et ordinatum est quod reducentes granum et bladum teneantur et debeant illud reducere et vendere in Orto Sancti Michaelis*”.⁵⁸⁴ A *Signoria*, com aprovação dos conselhos de Estado, concedia ao cavaleiro da *podestà* o poder de intervenção sobre todo e qualquer armazém particular. É a crise de 1329, descrita por Domenico Lenzi, que nos possibilita entender como essa lei, de fato, funcionava. Ao contrário do tom cesarista do estatuto, o corpo judicial sob comando do cavaleiro da *podestà* não exercia a prática de percorrer os campos de Florença, vigiando os estoques de proprietários e camponeses; na quase totalidade do tempo, a lei não existia senão como letra morta. Tudo se transformava quando o abastecimento urbano entrava em crise. Em 1329, como analisaremos com detalhes no próximo capítulo, o trigo sumiu de Orsanmichele, criando um tumulto cívico. Entre as medidas emergenciais tomadas pelas autoridades, encontramos um *bando*⁵⁸⁵ determinando que todos aqueles que possuísem estoques de trigo, no *contado*, estavam obrigados a vendê-los para os mercadores, que revenderiam em Orsanmichele.⁵⁸⁶ A magistratura do *podestà* anunciava uma determinação que era permitida pelo estatuto de 1325. O mero fato da necessidade de um *bando* manifesta como a rubrica do estatuto existia apenas como uma possibilidade, que o *podestà* fazia valer como medida emergencial em tempos de crise. O próprio *biadaiolo* manifesta surpresa pela radicalidade da decisão, e se vê obrigado a explicar aos leitores que, para além da péssima safra de 1328-1329, em maio de 1329 rumores de que a República seria invadida pelo imperador germânico levou as autoridades ao máximo desespero e à violência do referido *bando*.⁵⁸⁷

Não causa espanto saber que a lei de venda compulsória se mantinha como uma possibilidade exercida apenas em tempos de crise. Como sabemos, o *contado* de Florença abastecia pouco menos da metade do trigo consumido na cidade. O poder de imposição política, limitado à circunscrição territorial, teria pouca eficácia em manter a alimentação da capital. Na verdade, como temos visto, os esforços políticos da comuna, a partir da década de 1320, avançaram sobre dois pontos: a manutenção de uma estrutura de oferta e a constituição de uma arquitetura institucional que concedia o máximo de controle do

⁵⁸⁴ **Statuto del Podestà degli anni 1325** (ed. Caggese), Firenze: Arian, 1921, livro IV, rub. 67, p. 355.

⁵⁸⁵ Os *bandos* eram decisões dos altos magistrados que adquiriam força de lei, concedendo direito de atuação das forças judiciais e policiais.

⁵⁸⁶ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p.324.

⁵⁸⁷ “Questo bando era ito per paura del Bavero, che si dicea ch’era i’ Roma e venire dovea a Firenze”. D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p.324.

mercado de trigo aos *biadaioli*. Não era pela constrição política, mas pelo protagonismo de uma categoria mercantil fortalecida pelo quadro institucional – que quantidades maciças de trigo afluíam regularmente do *contado*, da Toscana, da Emília-Romanha, da Apúlia, e da Sicília, em direção à cidade de Florença.

Entretanto, o processo de constituição do circuito comercial de trigo, realizado pelo protagonismo constante de mercadores, autoridades públicas, e de uma população que não hesitava em manifestar descontentamento diante da alta de preços – não ocorreu sem sofrer contradições constantes. Vimos como, no capítulo anterior, o mercado de Orsanmichele não apenas abastecia a cidade; mas, ao se constituir como polo de atração de grãos que vinham de outras regiões, funcionava como uma “placa giratória”, fornecendo constantemente cereais para o *contado*. Proprietários e camponeses podiam tanto adquirir espécies de trigo do sul da Itália (*ciciliano*), como cambiar o cultivo de grãos menos valiosos (*grosso*), por espécies de maior valor (*calvello*). Proprietários que investissem em suas terras, aumentando a área de cultivo, tinham em Orsanmichele um lugar seguro para obtenção de sementes. Como esse dinamismo, francamente favorável à produção agrícola florentina, poderia sobreviver diante das restrições de compra no mercado público da capital? Nesse ponto, acredito que, mais uma vez, podemos ver as transformações do circuito comercial de trigo existente entre 1284 e 1348. Embora, sem dúvida, desde o início a principal função de Orsanmichele estava em abastecer a população da urbe, em um primeiro período, o papel de redistribuição do mercado da capital deve ter beneficiado o campo com o fornecimento regular, fortalecendo a estrutura de circulação de pessoas e mercadorias pelo território florentino. Em um segundo momento, consolidado com a legislação de 1322, a República tentou sintonizar a restrição de vendas com o papel de redistribuição através da criação de uma sazonalidade comercial. A legislação estabelecia que, durante os meses de agosto, setembro e outubro, quando as colheitas inundavam os armazéns, Orsanmichele poderia vender trigo e *biada* aos mercados rurais.⁵⁸⁸ Nos demais meses, os carregadores não poderiam transportar além da pequena quantia de 2 *staia*, embora os magistrados do mercado tivessem liberdade de autorizar quantidades maiores – cláusula possivelmente aplicada durante os anos de abundância.⁵⁸⁹ Em todo caso, o controle das compras também atingia, portanto, a função

⁵⁸⁸ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Firenze: Galileiana, 1910, livro I, rub. 17, p. 31.

⁵⁸⁹ “... nullus portator vel portatrix de scalis portet vel tollat a platea Orti Sancti Micaelis ultra duos starios frumenti, bladi vel leguminis pro vice sine licentia sex de blado (...), excepto quam de mensibus augusti et

de fornecedora do mercado da capital, criando uma janela anual, de três meses, que permitia aos mercados do *contado* e aos camponeses se abastecer no grande mercado público de Florença.

As terríveis crises de abastecimento de 1329 e 1346 conduziram as autoridades a fechar o cerco sobre o comércio de trigo, atingindo todos os protagonistas. Assim, no estatuto de 1348, a janela sazonal criada para que Orsanmichele fornecesse trigo para os mercados e residentes do *contado* foi definitivamente fechada, e qualquer venda para fora dos muros deveria obter licença dos magistrados do mercado.⁵⁹⁰ Além disso, três cláusulas procuravam dar maior força ao monopólio do comércio de cereais. Primeiro, a reafirmação de que compras e vendas deveriam ser feitas apenas em Orsanmichele era acompanhada de maior precisão geográfica, indicando que a lei incidia sobre o território intramuros, e um raio de “quatro milhas” além dos muros da cidade.⁵⁹¹ Em segundo, todos os carregadores de trigo que passavam pelas portas, e que levassem cereais para comércio, deveriam se dirigir diretamente para a praça de Orsanmichele.⁵⁹² Finalmente, o estatuto dispunha uma cláusula interditando definitivamente a compra para revenda.⁵⁹³

Diante da concorrência de outras panificadores e moleiros, a legislação alcançou maior clareza, definindo que ambas categorias não poderiam ter estoques de trigo.⁵⁹⁴ O estatuto apresentou grande rigor em outras duas matérias. A primeira se refere aos próprios mercadores de trigo, grandes beneficiários do quadro institucional em funcionamento na década de 1320. Como vimos, provavelmente como resquício de uma situação de livre comercialização de trigo na malha urbana, os *biadaioli* mantinham lojas dispersas pela cidade, que tinham licença para vender apenas cereais menores e leguminosas. Na década de 1340, as autoridades decidiram por avançar sobre os mercadores, passando a determinar que *todos* os cereais, incluindo o trigo, deveriam ser comercializados somente em Orsanmichele.⁵⁹⁵ A medida resultava na obrigação dos mercadores de fechar as lojas que possuísem na malha urbana, resolução que não deve ter sido fácil para os *biadaioli*. Sem dúvida, a decisão decorria da forma com que os

septembris et octobris, in quibus liceat portare ac tollere sicut emptum fuerit”. **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 17, p. 31.

⁵⁹⁰ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 64.

⁵⁹¹ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 65.

⁵⁹² **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 75.

⁵⁹³ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 64.

⁵⁹⁴ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 16 e p. 80

⁵⁹⁵ **Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348)** (ed. Masi), Milano: ‘Vita e Pensiero’, 1934, p. 64.

mercadores de trigo evitaram as tentativas de imposição de preço, feita pelas autoridades públicas, durante a crise de 1329.

A segunda grande mudança se refere à livre circulação de trigo no *contado*. As autoridades passaram a determinar que as compras deveriam se restringir às necessidades da família, e “unum modium plus ultra” (c. 420 kg), não apenas em Orsanmichele, mas em *todos* os mercados da República. Se, anteriormente, a intervenção no *contado* ocorria apenas em tempos de crise, agora as autoridades passavam a ter uma expectativa de controle permanente de todo o trigo que circulava no território da República. Naturalmente, o rigor da lei atingia apenas o comércio de cereais, não tocando nos interesses e nos armazéns dos grandes proprietários, e jamais interferindo no circuito de circulação de trigo via transferência direta, sob contratos de *affito* ou *mezzadria*. O rigor da lei contra o comércio permanecia sem tocar os grandes estoques da elite florentina, formados não tanto pela compra, mas pela posse de terras.

4.5. O mecanismo de preços.

Após as dificuldades de 1318, o monopólio de Orsamichele passou a existir sob uma arquitetura institucional que procurava conceder aos *biadaioli* o controle sobre o mercado de cereais. Uma vez que se se encontravam reunidos fisicamente no edifício de Orsanmichele, e detinham do domínio sobre a comercialização do trigo, os mercadores poderiam atuar coletivamente na realização de duas tarefas fundamentais: o controle dos estoques e o estabelecimento dos preços. Uma ação estava inteiramente ligada à outra.

Durante os meses subsequentes à colheita, os mercados abundavam de trigo. Infelizmente, não encontrei traços sobre as estratégias de compra e aquisição dos *biadaioli* sediados em Orsanmichele. É verossimilhante supor que não tivessem necessidade de percorrer os campos em busca de produtos, entrando em contato direto com produtores; tarefa provavelmente realizada pelos próprios mercadores do *contado*. Pois, não sendo assim, os mercados rurais não teriam a vivacidade peculiar à Toscana do século XIV.⁵⁹⁶ A rede comercial criava espaços onde os *biadaioli* da capital poderiam obter fornecimento regular. Já mencionamos, por exemplo, como Figline Valdarno servia como polo de atração de cereais produzidos no Arno superior, e ponto de passagem da produção agrícola do Arezzo, região exportadora de trigo. Figline parece ser um local bastante conhecido por Domenico Lenzi: no *Specchio Umano*, Lenzi descreve como a

⁵⁹⁶ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**. Florença: Olschki, 2005, p. 155-177.

crise de 1329 atingiu a cidade de Florença e o mercado de Figline.⁵⁹⁷ Além dos centros comerciais do território florentino, uma vez que todo o trigo destinado à venda deveria ser conduzido a Orsanmichele, os mercadores recebiam regularmente carregadores com mercadorias. O poema do Antonio Pucci descreve como, todos os dias, o *Mercato Vecchio* era inundado por camponeses que ofereciam seus produtos. Se a mesma dinâmica se aplicar ao mercado de trigo, e considerando a intensidade de animais de carga que frequentavam a *loggia*, possivelmente produtores e proprietários de cereais chegavam todas as manhãs para negociar grãos com os *biadaioli*. Será possível imaginar que camponeses e produtores teriam a liberdade de oferecer seus grãos para os compradores de Orsanmichele, evitando os intermediários? Ao contrário, os indícios nos permitem avançar sobre outro mecanismo fundamental da organização do comércio de trigo: a atuação coletiva dos mercadores.

A hipótese de camponeses ocuparem Orsanmichele com tendas e bancas, como ocorria no *Mercato Vecchio*, parece pouco provável. Durante a crise de 1329, não encontramos nenhum sinal de que faltava trigo porque os produtores e camponeses pararam de exibir suas mercadorias na *loggia* ou na praça. Ao contrário, durante todo o *Specchio Umano*, a escassez ou abundância de cereais e a oscilação de preços são inteiramente relacionadas com a atividade dos mercadores. Na iluminura do *Specchio Umano*, o *biadaiolo* parece dominar todo o espaço da *loggia*. Diante da ineficácia de medidas emergenciais, as autoridades públicas acabaram culpando exclusivamente os mercadores de Orsanmichele pela ausência de grãos na cidade, tomando a drástica medida de prender 36 e torturar 8 deles.⁵⁹⁸ Poucos dias depois, diante da ineficácia da violência de Estado, e da permanência da diminuta quantidade de cereais disponíveis, é da anônima voz popular que surge uma exclamação, dizendo que não era possível comprar grãos “*ché gli è stata tolta l’arte a’ biadaiuoli e non possono vendere quelli che consolavano noi e la povera gente*”.⁵⁹⁹ Na filigrana de *Il Libro del Biadaiolo*, os mercadores ocupam o protagonismo da circulação comercial, em sintonia com o quadro institucional desenhado pela regulamentação. Última prova nesse sentido advém de outra decisão tomada pela República durante o período de crise. Em fevereiro de 1330, quando as medidas políticas faziam efeito, e o trigo paulatinamente voltava a circular na cidade, assumiram seis novos

⁵⁹⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 296-369.

⁵⁹⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 371-374.

⁵⁹⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 375-376.

magistrados responsáveis pelo mercado de cereais.⁶⁰⁰ A primeira decisão tomada pelos oficiais recém empossados foi uma surpreendente e temporária ruptura do monopólio mantido pelos *biadaioli* de Orsanmichele. Foi estabelecido que, em cada mercado rural, haveria um oficial da República, que emitiria uma espécie de recibo a quem desejasse comprar trigo para revendê-lo na capital, constando a quantidade adquirida. Esses comerciantes, então, deveriam, ao entrar na cidade, se dirigir até os magistrados, e apresentar o recibo. Nesse instante, obtinham a liberdade para fornecer os cereais para qualquer loja da cidade.⁶⁰¹ Tal determinação representava um retorno à livre circulação, beneficiada pela capilaridade do comércio, existente antes de 1318. Entretanto, a experiência não foi mais do que passageira, e a determinação revogada poucas semanas depois; prevaleceu a tendência pela maior concentração do comércio em Orsanmichele.

Tanto a atuação repressiva das autoridades, quanto aquele lamento de uma voz anônima na multidão, indicam que os mercadores atuavam de maneira coletiva. O próprio desenovelar da cena de tortura e repressão é significativo. Tudo começa em setembro de 1329, com a convocação de 40 *biadaioli* pelos *sei della biada*, sob justificativa de que as autoridades desejavam reunir um conselho para enfrentar a crise de abastecimento. No dia seguinte, 36 mercadores seguiram voluntariamente para o palácio do *podestà*. Foram, então, encerrados em uma sala fechada, e, após ter os nomes anotados pelos notários, foram retirados de dois em dois, e conduzidos discretamente para a prisão – tentativa de manter oculto ao público o encarceramento. Nos dias seguintes, oito *biadaioli* foram torturados. Após cada sessão de tortura, o cavaleiro da *podestà* realizava a mesma pergunta: “*Dimmi di ciascheuno biadaiulo quanto grano o biada per uno à in bottegha o in casa*”.⁶⁰² A atuação das autoridades, portanto, foi pautada pela noção de uma atuação coletiva dos mercadores; aqueles que foram presos e torturados foram escolhidos à revelia, uma vez que, antes do aprisionamento, a magistratura do *podestà* sequer sabia o nome de quem havia se apresentado para, supostamente, participar de um conselho cívico. O interrogatório partia do pressuposto de que um mercador conhecia o estoque do outro. A própria libertação dos cativos decorreu do protagonismo coletivo dos *biadaioli*: logo que souberam das notícias, realizaram em conjunto uma pressão sobre as demais autoridades públicas, que intervieram favoravelmente.⁶⁰³

⁶⁰⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 423.

⁶⁰¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 423-424.

⁶⁰² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 374.

⁶⁰³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 374.

Em outros dois momentos da crise de 1329 a documentação descreve a atuação coletiva dos mercadores. Imediatamente após o encarceramento e tortura, os *sei della biada* emitiram um *bando* determinando, primeiro, que ninguém poderia vender antes que eles decidissem o preço que cada tipo de trigo teria naquele dia, e, segundo, que ninguém deveria vender mais do que um *staio* por comprador.⁶⁰⁴ Entretanto, resultado direto da repressão feita pelo cavaleiro da *podestà*, os *biadaioi* permaneceram de portas fechadas, com receio de sofrer prisão e tortura como punição ao novo *bando*. Durante mais de uma semana, os mercadores desapareceram do mercado público, e novamente Domenico Lenzi põe na voz anônima dos compradores infelizes a justificativa:

ove andremo oggi mai o per biada o per grano, che non ci à biadaiuolo in Firenze che n'osi vendere per paura del bando? Così ci faranno questi ladroni morire di fame.⁶⁰⁵

Diante do sumiço dos mercadores de trigo, diante das lojas fechadas, o descontentamento público passou a mirar diretamente as autoridades políticas. Oito dias depois, os magistrados cederam à pressão popular, causada pela ação orquestrada dos *biadaioi*. Em 10 de outubro, os *sei della biada* suspenderam o *bando* e anunciaram a completa liberdade de atuação para os mercadores, encerrando o tabelamento de preços e a restrição de 1 *staio* por comprador.⁶⁰⁶ Nos dias seguintes, as lojas voltaram a abrir, os mercadores retornaram a Orsanmichele, e o mercado de trigo voltou a funcionar, embora a carestia – ou seja, a insuficiência de grãos diante da demanda e a alta aguda de preços – permanecesse. Esses acontecimentos são uma prova cabal de que será ilusório enxergar exclusivamente no protagonismo de autoridades políticas a dinâmica da economia medieval. A estrutura material de oferta e a arquitetura institucional, como estamos insistindo, surgiram da interação constante, harmônica em tempos de abundância e conflitiva em tempos de escassez, entre as autoridades da República, os mercadores de trigo, e a população.

Em novembro de 1329, a magistratura dos *sei della biada*, de caráter semestral, foi renovada, e seis novos magistrados empossaram.⁶⁰⁷ A primeira decisão dos novos oficiais foi reimpor, logo no segundo dia do mês, o tabelamento de preços. Nesse instante, a paciência de nosso Domenico Lenzi parece se esgotar; com todas as letras, anuncia não

⁶⁰⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 377

⁶⁰⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 377

⁶⁰⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 379. O fim do tabelamento de preços é, no entanto, apenas temporário.

⁶⁰⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 383.

apenas que os mercadores praticavam o mercado negro, vendendo pela cidade grãos fora das vistas das autoridades, mas dizendo em alto e bom som que muito maior quantidade de trigo seria vendida em Orsanmichele, se não fosse a excessiva intervenção dos magistrados.⁶⁰⁸ Dessa vez, não houve nenhuma atuação repressiva do cavaleiro da *podestà*, resultado não apenas do fracasso das prisões e torturas cometidas à revelia, mas da provável péssima repercussão do episódio diante das demais autoridades políticas e da população florentina. Como o retorno do *stimo* (tabelamento de preços) reduziu abruptamente os grãos oferecidos em Orsanmichele, no dia 10 de novembro, uma sexta-feira, os *sei della biada* estabeleceram 13 fornos públicos na malha urbana, que deveriam vender, de manhã à noite, pães a preços subsidiados.⁶⁰⁹ É possível que haviam determinado a medida não apenas para garantir o abastecimento urbano, mas para recuperar o poder político sobre o mercado: garantindo pães à cidade, havia espaço para avançarem sobre os mercadores. Seguiu-se um sábado feriado, e o domingo.⁶¹⁰ Na manhã de segunda-feira, 12 de novembro, os *sei della biada* recolheram o estoque que os *biadaioli* tinham em Orsanmichele, remetendo-o à sede de onde despachavam.⁶¹¹ A medida visava o controle total sobre as vendas particulares de cada mercador. Foi a gota que faltava. A resposta dos *biadaioli* foi, simplesmente, a greve. Durante três dias, entre 14 e 16 de novembro, as lojas permaneceram fechadas, e nenhum trigo foi vendido na cidade.⁶¹² A população correu, então, aos fornos públicos recentemente instituídos. A súbita concentração de toda demanda urbana conduziu ao imediato colapso da capacidade dos fornos públicos; no dia 16, conseguiram atender apenas metade da demanda, e uma grande pancadaria eclodiu em meio à multidão: pessoas se pegavam pelos cabelos e se esmurravam no rosto para conseguir chegar à frente da fila e obter os pães.⁶¹³ No fim do mesmo dia, os magistrados cederam. Asseguraram aos mercadores que estavam livres

⁶⁰⁸ “A di X, infino a l’uscita detto mese, ebbe nella piazza x bigonce di grano di più ragione, e non più, ché ciaschuno si tiene et non llo vuole rechare in piazza, perché i detti si llo stimavano a llo loro senno. E anche vale di fuori a’ merchatì più, e per la città: e vendeasi di nascoso più che non potea fare im piazza. E veramente, s’e’ Sei nonn avessono tenuto questo modo di stimallo, ogni di sarebbe assai più venduto che non si faceva per paura del bando”. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 385.

⁶⁰⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 386.

⁶¹⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 386.

⁶¹¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 386.

⁶¹² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 386-387.

⁶¹³ “(...) a di xvj del detto mese, ebbe alle canove dette grandissima gente, tanta e sì smisurata che con adirato animo ve n’ebbe assai di quelli che si pilliavano per li capelli e davansi di molte pugna sì che di certe parti del viso usciva loro fusione di sangue; e tutto faceano per ghara ch’avea l’uno dell’altro che ciaschuno volea essere inanzi. (...) Bene l’una metà non ne poté avere il dí”. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 388.

para adquirir grãos tanto na cidade quanto no *contado*, e livres para descarregá-los em suas lojas em Orsanmichele.⁶¹⁴ Nas semanas seguintes, a situação se estabilizou. Os *sei della biada* confabularam fazer render os grãos que possuíam, produzindo uma quantidade maior de pães da pior qualidade, acrescentando à farinha o farelo (a *crusca*).⁶¹⁵ Permaneceram tabelando o preço do trigo vendido em Orsanmichele, tendo de conviver com as diminutas quantidades disponibilizadas pelos mercadores no mercado. E passaram a fazer vistas grossas ao mercado negro que se espalhou pela cidade. A situação se estendeu de novembro de 1329 até maio de 1330.⁶¹⁶ A partir de janeiro, aliás, os trigos de tipo *ciciliano* e *calvello* só poderiam ser adquiridos no mercado negro da cidade; e uma quantidade ínfima de *comunale* e *grosso* era oferecida em Orsamichele.⁶¹⁷ Os magistrados parecem ter desistido de enfrentar os mercadores, e abriram mão do controle do comércio de cereais, em benefício do abastecimento e da paz urbana; em contrapartida, concentraram toda a atenção e esforços nos fornos públicos e na distribuição de pães. De fato, em março de 1330, o sistema montado às pressas em novembro do ano anterior parece ter alcançado a maturidade, e, em meio à dificuldade do acesso a cereais, as autoridades públicas conseguiram oferecer pães em quantidade superior à demanda.⁶¹⁸ Ademais, ao conceder total liberdade de comércio de pães, em maio a cidade passou a receber um fluxo constante de camponeses que vinham vender nas ruas de Florença, a despeito de não possuírem licença ou matrícula de panificadores (*pistor* ou *fornarius*).⁶¹⁹ Nesse mês, finalmente as autoridades decidiram começar a retomar o quadro institucional anterior à crise, estabelecendo o monopólio do comércio em Orsanmichele e combatendo o mercado negro. No dia 12 de maio, o cavaleiro da *podestà* emitiu um bando ameaçando confiscar o trigo de quem andasse comercializando fora de Orsanmichele; uma vez que não houve punições, a determinação teve mais caráter de aviso do que de punição.⁶²⁰ De fato, a repressão não era necessária: no mês seguinte, em junho, a nova safra começou a ser colhida e enviada para os mercados rurais e para a capital, os magistrados suspenderam o tabelamento de preços, os mercadores retornaram a encher seus estoques nas lojas de Orsanmichele, e finalmente a crise de 1329 terminou.⁶²¹

⁶¹⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 387.

⁶¹⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 388.

⁶¹⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 388-403.

⁶¹⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 390-403.

⁶¹⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 395-397.

⁶¹⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 401.

⁶²⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 401.

⁶²¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 403.

Não podemos deixar de mencionar um detalhe interessante. A organização do circuito comercial de trigo pela coletividade dos mercadores se manifestou em uma expressão no mínimo curiosa para o leitor contemporâneo. Talvez, pela primeira vez na história (a afirmação é temerária), o mercado foi tratado como uma entidade orgânica. O trecho se refere a maio de 1329, um mês após a crise de abastecimento,⁶²² quando as autoridades públicas, realizando os primeiros esforços de regularização, restringiram as compras para $\frac{1}{2}$ *staio* por comprador.⁶²³ O mercador de trigo diz que os magistrados

pigliarono questo ordine per lo mellio, ma e' non poterono rispondere a' comperatori, imperciò che lle merchata di fuori non rispondeano, e ogni persona del contado e della città, chiunque n'avea fiore, sì llo tenea celato e davallo per amistà a' loro amici.⁶²⁴

A passagem flagra a complexidade da economia medieval, dando luz a três mecanismos diferentes em atuação. Lenzi descreve a atuação política, esforçando-se para satisfazer a demanda dos compradores. À atuação dos magistrados, porém, os mercados “não respondem”. Em uma fórmula de grande síntese, o *Specchio Umano* narra o choque de duas instâncias: as medidas das autoridades e a decisão dos atores econômicos. Finalmente, um terceiro mecanismo vem à luz: a circulação, no período da crise, seguiu uma lógica da *amicitia*. Familiares, vizinhos, aliados, sócios – doaram ou venderam grãos entre si.⁶²⁵

O mercado não respondeu às medidas políticas, descreve o *Specchio Umano*. Como mercador de trigo, Domenico Lenzi conhecia como ninguém o principal mecanismo que poderia fazer o mercado responder. Nada mais, nada menos do que o *preço*. Finalmente temos condições de compreender o papel dos *biadaioli*, o mecanismo de preços do comércio de trigo na Florença medieval, e a lógica inerente a esse mercado.

No segundo capítulo, acompanhamos a formação de uma sólida demanda urbana, fundamentada pelo poder de compra de uma economia de grande vivacidade manufatureira. No terceiro capítulo, analisamos a formação de uma estrutura de oferta capaz de manter, em direção à capital de Florença, o contínuo fluxo de cereais do *contado*, da Toscana, das regiões circunvizinhas, e do sul da Península Itálica. Até agora, no quarto

⁶²² A alta de preços começou já em janeiro de 1329, sinal da safra ruim colhida em 1328. Em abril, o mercado amanheceu sem nenhum trigo para vender, marcando a passagem da carestia para a crise. D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 282-303.

⁶²³ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 329.

⁶²⁴ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 329.

⁶²⁵ A palavra “davallo” é ambígua, e não deve ser traduzida pelo verbo “doar”, podendo designar tanto a doação, quanto a venda.

capítulo, acompanhamos a formação do espaço físico do mercado de cereais, na malha urbana, e a constituição de uma arquitetura institucional que visava centralizar o controle do comércio nas mãos da comunidade dos *biadaioli* de Orsanmichele. Partindo do pressuposto de que a economia tem uma dinâmica sistêmica, a exposição da dissertação se esforçou em analisar as partes que compunham o sistema da circulação mercantil de trigo na Florença medieval, sem perder de vista que outras formas de circulação – como a transferência direta via contratos de *affito* ou *mezzadria* – tinham peso decisivo na totalidade do abastecimento urbano. Tomando a liberdade da expressão, iremos agora encerrar analisando o *coração* do sistema mercantil: a construção social dos preços. Afinal, os valores estabelecidos em Orsanmichele cumpriam a função de bomba de sucção, capaz de atrair o interesse de produtores e vendedores da Toscana ao sul da Itália, e colocar em movimento milhares de carregadores e transportadores que, como glóbulos vermelhos, percorriam milhares de quilômetros para oxigenar a enorme cidade com o pão de cada dia.

A *loggia* e praça de Orsanmichele, ao concentrar os especialistas do comércio de cereais em um mesmo espaço físico, permitia que esses mantivessem um contato diário constante – resultando em uma comunidade *face to face*. Quando o cavaleiro da *podestà* escolheu aleatoriamente interrogar, sob tortura, alguns *biadaioli*, sabia que os mercadores se conheciam mutuamente. E, mesmo se esforçando para manter a prisão em segredo, no dia seguinte os mercadores já se organizavam para libertar os prisioneiros – em menos de 24 horas a notícia correu e houve a reação coletiva. Com isso, queremos dizer que a comunidade dos mercadores não era uma abstração, mas uma realidade cotidiana possibilitada pela arquitetura e pela organização material do espaço urbano. Mais do que isso, ao concentrarem-se no mesmo local, os mercadores tinham possibilidade de conhecer, de forma coletiva, a dimensão do estoque total do mercado oficial disponível para venda. Mais do que a contabilidade sobre o estoque individual, os *biadaioli* tinham condições de trabalhar sobre a contabilidade do estoque geral existente em Orsanmichele. O fato do comércio só iniciar à tarde permitia diariamente aos mercadores analisar o montante vendido no dia anterior, a quantidade recebida de transportadores, e o tamanho real do que tinham para vender. Como resultado, os preços não brotavam sob a natureza e o sol. Os preços eram estabelecidos de acordo com a decisão diária e coletiva dos mercadores, a partir do cálculo realizado entre estoque e remessas por receber, e a pressão da demanda. Quando um grande número de compradores fazia diminuir o estoque de Orsanmichele, no dia seguinte os mercadores reagiam aumentando os preços e forçando

a diminuição daqueles que poderiam comprar. Quando o trigo era abundante, os mercadores decidiam pela deflação, atraindo uma quantidade maior de pessoas para o mercado – incluindo, como já analisado, proprietários procurando investir na terra e substituir o cultivo por grãos mais valiosos.

Podemos perceber que os preços surgiam do cálculo cotidiano da coletividade dos *biadaioi* quando atentamos para a oscilação dos preços de diferentes tipos de trigo (tabela 4.1).

Tabela 4.1. Comparação entre preço do trigo *comunale* e *ciciliano* (em *soldi* e *denari*).

	<i>Comunale</i>	<i>Ciciliano</i>
Preço base: 08/1321	8 s.	9 s. 6 d.
Relação entre preços em 1321	100%	119%
Preço em 08/1326	11 s.	12 s. 6 d.
Relação de preço entre os dois tipos	100%	113%
Inflação em relação a preço base	150%	131%
Preço em 08/1333	18 s.	19 s.
Relação de preço entre os dois tipos	100%	106%
Inflação em relação a preço base	225%	200%
Preço em 08/1335	18 s. 6 d.	19 s. 6 d.
Relação de preço entre os dois tipos	100%	105%
Inflação em relação a preço base	231%	205%

Fonte: D. Lenzi, **Il Libro del Biadaioi** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978.

O trigo *comunale* cultivado no território de Florença se beneficiava da rede viária consolidada, da capilaridade dos mercados rurais, e do quadro institucional construído para tornar mais eficaz a circulação comercial. Era, portanto, um trigo que não viajava mais de cinquenta quilômetros, utilizando, às vezes, estradas calçadas e diminuição de custos de transporte pelo uso de carros de boi. Entretanto, o *comunale* era um trigo comum na Toscana; e a cidade de Florença recebia regularmente esse tipo de trigo do Arezzo e de Siena. Assim, em agosto de 1331, 300 *moggia* (c. 160.000 kg) de trigo chegam de Siena, “tutto buono grano comunale”⁶²⁶; em dezembro de 1332, a mesma operação conduz 200 *moggia* (c. 84.000).⁶²⁷ Domenico Lenzi menciona que, para remediar as altas de preço ocorridas após a crise de 1329 – ou seja, em 1333 e 1335 –, as autoridades públicas foram comprar no mercado de Arezzo, com a intenção de vender trigo subsidiado

⁶²⁶ D. Lenzi, **Il libro del Biadaioi** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 436.

⁶²⁷ D. Lenzi, **Il libro del Biadaioi** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 458.

em Florença e forçar a baixa de preço do *comunale*.⁶²⁸ Aqui, o comércio de caráter regional animava dois dos principais centros mercantis de Florença; Poggibonsi organizava mercadorias que iam e vinham para Siena, e Figline Valdarno organizava o tráfico com Arezzo.⁶²⁹ Os cereais viajavam distâncias superiores a 50 km e dependiam de centros comerciais intermediários para serem negociados ou chegarem até Florença. Além do maior custo de frete, a aquisição de trigo fora do *contado* resultava em um aumento nos *custos de transação*. Como vimos, dentro do *contado*, a República era capaz de impor uma arquitetura institucional que tornava mais eficaz a circulação comercial de grãos; o sistema regulamentar ia desde a obrigação de pequenas cidades e aldeias de manterem as estradas em boas condições, até a salvaguarda, aos mercadores de cereais, de sofrerem a represália comercial. Fora de seu território, a República não tinha como garantir a mesma segurança aos comerciantes, nem impedir a existência de excessivas taxas alfandegárias. É verdade que, dada a regularidade do comércio regional atestada pela documentação, a Toscana da primeira metade do século XIV parece ter constituído um espaço institucionalmente favorável à consolidação de redes comerciais. Na ausência de melhor documentação, só podemos supor que a diferença entre o custo de transação de obter trigo *comunale* no *contado* aretino, para os mercadores de Florença, não deveria ser radicalmente maior quando comparado às aquisições feitas no território florentino. Nem por isso podemos deixar de considerar que apenas o custo de frete e transporte *não* poderia ser igual. Entretanto, em Orsanmichele, os preços do *comunale*, fossem produzidos em Florença, Siena ou Arezzo, eram os mesmos. O consumidor final pagava o mesmo valor, seja pelo trigo produzido nas proximidades, na propriedade de um cidadão, e obtido diretamente com o proprietário – caso da produção de Fillipo del Segna, em Pontanico, a 4 horas de distância de Florença; seja pelo trigo que, produzido na zona rural da comuna de Arezzo, a três ou quatro dias de viagem, era comprado em Figline Valdarno, e posteriormente revendido em Orsanmichele.

A despeito do “gosto pelos números” de Giovanni Villani, não foram nas crônicas que encontramos a informação sobre a importância da importação de trigo para o abastecimento da cidade de Florença – antes, o cronista menciona o resultado final do sistema de comércio, ou seja, a enorme quantidade de trigo disponível na cidade de Florença.⁶³⁰ Nos estatutos e na legislação, encontramos os esforços das autoridades

⁶²⁸ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 478, 496 e 528.

⁶²⁹ Charles de la Roncière, **Firenze e le sue campagne nel Trecento**. Florença: Olschki, 2005, p. 331-352.

⁶³⁰ Giovanni Villani, **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991, liv. XII, cap. 94, p. 1351.

públicas em manter um tráfico regular de cereais em direção à cidade. Ora, é justamente no livro do mercador de trigo que é mencionada a importância da importação de grãos para a manutenção do abastecimento da capital da República, assim como é realizado um cálculo da quantidade total de trigo importado.⁶³¹ O fato da informação estar onde está tem um significado que não devemos deixar escapar. Pois sugere a consciência e o cálculo racional, feito por um mercador que trabalhava em Orsanmichele, diante da dificuldade de manter um fluxo regular, dentro de margens estreitas. Os mercadores de trigo não poderiam vender excessivamente caro, para não causar o descontentamento da população e a intervenção violenta das autoridades públicas. Em contrapartida, o preço excessivamente baixo não seria capaz de atrair produtos transportado de longe. Podemos supor que aí esteja a razão para que os *biadaioli* tenham encontrado, como uma forma de estratégia, trabalhar com um preço único em Orsanmichele. À medida que estabeleciam diariamente um valor único do *comunale*, é bem possível que os mercadores encontrassem uma média entre grãos comprados pelo menor preço, nas proximidades, e aquele que vinha das comunas vizinhas. É verossimilhante acreditar que boa parte do trigo *comunale* produzido no *contado* era sobrestimado em Orsanmichele; em contrapartida, os mercadores ganhavam certa margem de manobra para diminuírem os níveis de lucro com a revenda de grãos oriundos de outras comunas da Toscana. Seja como for, o preço de Orsanmichele precisava pagar pela importação constante de cereais. Uma vez que a República não tinha o poder de obrigar outras comunas a exportar, os mercadores eram os profissionais responsáveis por calcular um valor que tornasse interessante e atrativo aos produtores de Siena ou de Arezzo o mercado de Florença. Nesse sentido, o *Specchio Umano* não surge como uma “monótona lista de preços”, em que o mercador apenas transcrevia e copiava valores que brotavam. A série de preços consistia no trabalho central dos *biadaioli*; era uma decisão que precisava ser tomada a cada dia, e de forma coletiva. Nos períodos de safra ruim, os mercadores ligavam o botão inflacionário, para poder atrair o desejo de vender de produtores e comerciantes de fora da República. Nesse caso, a arquitetura institucional, e a imposição do monopólio de Orsanmichele, concedia aos *biadaioli* uma margem de manobra muito superior a eventuais especuladores e atravessadores; a atuação coletiva permitia equalizar e calcular lucros e perdas, mantendo um fluxo estável e uma oscilação de valores de menor instabilidade. Só podemos suspeitar que as autoridades públicas tenham considerado essa

⁶³¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 317.

a melhor estratégia de funcionamento do mercado: vimos como a experiência de livre circulação, na crise de 1329, não durou mais do que poucas semanas, e, entre 1318 e 1348, houve o crescimento contínuo do esforço de monopólio e concentração de estoque. Em 1348, entretanto, ao conceder maior poder de controle aos magistrados, a República procurava aumentar a participação das autoridades públicas na realização dos cálculos que levavam ao preço final de trigo. Decisão decorrente, decerto, dos fracassos do tabelamento de preço de 1329.

A evolução dos preços do trigo *ciciliano* nos permite um ponto de observação ainda melhor. Aqui, os grãos precisavam passar por uma longa travessia até chegar aos consumidores florentinos. Cultivado na Sicília ou na Apúlia, os grãos eram comprados em maciças quantidades pelas grandes companhias de Florença, após obtenção de licença política. Do território rural, eram remetidos aos portos de exportação, como Nápoles ou Manfredonia, e, após embarque, seguiam rumo marítimo, em geral, até o porto de Pisa. De lá, após pagar as taxas alfandegárias, subiam o rio Arno, sendo desembarcados em Signa, onde assumiam uma rota terrestre até a cidade de Florença.⁶³² As despesas de operação se revelam no preço final do *ciciliano*: em agosto de 1321, foi vendido a um valor 19% superior em relação ao *comunale*. Para o grupo de cultivadores de *ciciliano* existentes na própria Toscana, o rendimento de 5 grãos colhidos para 1 grão plantado representava uma margem de lucro consideravelmente superior, quando comparado ao cultivo do grão comum na região.⁶³³ O consumo de cereal produzido no sul da Península representou um lucro constante para as grandes companhias. De fato, entre as décadas de 1300 e 1310, representaram o período de ouro para as companhias Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli. Nas décadas seguintes, entretanto, podemos acompanhar um declínio lento, mas contínuo, nos negócios dessas firmas. Em 1324, a companhia Peruzzi teve uma grande redução do capital, de 118.000 para 60.000 libras – embora, possivelmente, o interesse em evitar impostos teve então influência decisiva, e, em 1331, o capital voltou a crescer para 90.000 libras.⁶³⁴ Mais importante foi a diminuição dos lucros; se, entre 1312 e 1324, a firma ganhou cerca de 18.000 libras ao ano⁶³⁵, entre 1324 e 1331 o lucro médio anual não ultrapassou 4.000 libras. Uma vez que a dimensão dos negócios permaneceu

⁶³² A descrição completa, assim como a bibliografia, está no capítulo 3.

⁶³³ Mencionamos em outro capítulo que, na Toscana, o cultivo de *ciciliano* não dava mais do que duas colheitas, obrigando cultivadores desse tipo de trigo a obtê-lo frequentemente no mercado para o cultivo.

⁶³⁴ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 156-157 e 167.

⁶³⁵ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 151.

semelhante nas duas décadas, e, entre 1327 e 1331, a companhia manteve a colossal exportação anual média de 110.000 *salme* de trigo do sul para o norte da Península Itálica, Edwin Hunt considera difícil encontrar o motivo abrupto da queda da lucratividade.⁶³⁶ O investigador levanta a hipótese de que, após 1329, a política de controle de preços da República teve um impacto negativo sobre o caixa das companhias, reduzindo drasticamente a lucratividade do negócio de grãos.⁶³⁷ Ademais, entre 1333 e 1335, a corte de Nápoles aumentou os impostos sobre a exportação de cereais.⁶³⁸

A análise comparativa dos preços, entretanto, nos permite levantar outra hipótese. Em 1321, o trigo *ciciliano* era vendido, em Florença, com um preço quase 20% superior ao *comunale*. A diferença, sem dúvida, incorporava os custos de todas operações de importação marítima. Se estiver correta nossa hipótese de que, antes de 1318, o comércio de trigo tinha uma liberdade de circulação maior no interior dos muros, então as companhias tinham grande margem para determinar o preço dos cereais importados. E, como mencionado, o lucro anual médio dos Peruzzi, entre 1312 e 1324, foi o maior na história da companhia, período em que, ademais, o negócio do trigo ocupava o papel central entre o leque de negócios dessa firma. Se, entre 1318 e 1340, o monopólio de Orsanmichele permitiu o controle formal dos *biadaoli* sobre o mercado, a situação reverteu-se em benefício dos mercadores de trigo. Acontece que, entre 1321 e 1326, o preço do trigo *comunale* sofreu uma inflação de 150%; entre 1321 e 1335, a taxa alcançou 231%. Quando acompanhamos o preço do trigo *ciciliano* para as mesmas datas, a inflação foi inferior, de 131% e 205%. Assim, em 1335, o *ciciliano* custava apenas 5% mais caro do que o *comunale*. Como explicar esse movimento?

A hipótese de uma redução significativa no custo de transporte não parece convincente. Ao contrário, o sistema portuário, as técnicas de navegação, e a melhor eficiência nos tipos de embarcação utilizados já estavam amadurecidos na segunda década do século XIV; e, pela documentação conhecida, 1311 foi o ano recorde de exportação do sul da Itália.⁶³⁹ Entre 1320 e 1335, não há o registro de nenhuma modificação importante desse gênero. Em contrapartida, há uma depreciação nos custos

⁶³⁶ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 164.

⁶³⁷ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 166-167.

⁶³⁸ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 175-175.

⁶³⁹ D. Abulafia, "Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370", in **Economic History Review**, n. 34, v. 3, 1981, p. 379-381

de transação: entre 1333 e 1335, a taxa de exportação de cereais cobrada pela monarquia de Nápoles se tornou mais pesada.⁶⁴⁰ Em 1335, com as atividades comerciais sobre o trigo do sul da Itália representando 84% do crédito da companhia Peruzzi, a firma fechou o ano no negativo.⁶⁴¹ De fato, os próximos dez anos seriam difíceis para essa empresa.

Equacionando os dados sobre a evolução dos preços de trigo, e a diminuição da rentabilidade da companhia Peruzzi, somos levados a acreditar que o *ciciliano* participou da mesma lógica que descrevemos para o *comunale*. Ao deter do controle do mercado, e atuar em coletividade, os *biadaoli* podiam escapar da lógica econômica de repassar diretamente ao consumidor final os aumentos ou diminuições nos custos de produção. Antes, os mercadores, ao decidir sobre o valor de cada tipo de cereal, tinham o poder de trabalhar com margens. Assim, em 1321, podemos flagrar o período de ouro para as grandes companhias florentinas, que fizeram ouro com a venda do *ciciliano* diante da grande demanda urbana. Nos anos seguintes, porém, à medida que a inflação incidia sobre o *comunale*, diminuindo o poder de compra e excluindo compradores do mercado, os *biadaoli* decidiram forçar um movimento de redução de preço do *ciciliano*. Embora a inflação atingisse todos os cereais, em 1335 o cereal importado por custosas operações marítimas tinha um preço pouco superior ao trigo da Toscana. Os anos de ouro das companhias haviam decididamente acabado. Não obstante, os preços de revenda em Florença ainda representavam um interesse de lucro inquestionável para essas grandes organizações comerciais-financeiras; e, até o início da década de 1340, o negócio do grão continuava ativo para os Peruzzi, Bardi e Acciaiuoli.⁶⁴² Na verdade, talvez a drástica diminuição na lucratividade das operações de importação de cereais da Península Itálica tenha levado os líderes da companhia Peruzzi, a partir de 1336, a concentrar esforços, tempo e dinheiro em expandir suas atividades na Inglaterra, atuando na exportação de lã e nos empréstimos à Coroa.⁶⁴³

Aqui encontramos, também, um motivo capaz de explicar o interesse das autoridades da República em conceder uma margem de manobra tão ampla para os mercadores de Orsanmichele. A alta excessiva de preços, assim como oscilações drásticas

⁶⁴⁰ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 175-175.

⁶⁴¹ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 180-183.

⁶⁴² Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 217.

⁶⁴³ Edwin Hunt, **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 190-207.

e a atuação de especuladores, não interessava aos mercadores de trigo. Na comparação entre o *comunale* e o *ciciliano*, podemos supor que os *biadaioli* tivessem pouco poder para impedir o encarecimento do trigo produzido na Toscana. Entretanto, podiam forçar uma baixa no preço do *ciciliano*, comendo os grandes lucros das companhias, em benefício dos compradores comuns e da “gente minuta” que frequentava Orsanmichele. Decerto, ninguém teria como adivinhar que a aposta na Inglaterra seria desastrosa para as três super companhias, levando-as à falência nos primeiros anos da década de 1340.

Seja como for, a comparação de preço entre o *comunale* e o *ciciliano* resulta em forte indício favorável à ideia de que os preços não decorriam de forma direta dos custos de produção, mas eram estabelecidos socialmente, pela contabilidade diária dos *biadaioli*. A possibilidade de aumentar o preço do *comunale* permitia que Florença absorvesse como uma esponja uma produção de trigo que ia para muito além de seu território. Atiçava o investimento de produtores, como Filippo del Sega, e o interesse de uma miríade de pequenos comerciantes que animava a rede de mercados rurais. Em contrapartida, percebendo que as grandes companhias dificilmente encontrariam outro mercado semelhante a Florença, os mercadores forçaram uma relativa baixa de preço, tornando o trigo mais acessível para os frequentadores de Orsanmichele. A cuidadosa anotação dos preços, feita por Domenico Lenzi, não era uma simples transcrição de dados. Ao elencar detalhadamente os valores dos cereais, o mercador dava um testemunho do cálculo exaustivo e cotidiano de seu trabalho que, como veremos, existia em benefício da paz urbana.

CAPÍTULO CINCO

O MANIFESTO POLÍTICO DO MERCADOR DE TRIGO

Imagem 5.1. Iluminura representando o mercado de trigo de Florença em tempos de abundância.

Fonte: A melhor reprodução da iluminura do manuscrito foi publicada por Mouilleron, “Miracle et Charité: autour d’une image du *Livre du Biadaiole*”, in **Revue Mabillon**, t. 19 (t.80), 2008, p. 180.

Imagem 5.2. Iluminura representando o mercado de trigo de Florença em tempos de escassez.

Fonte: A melhor reprodução da iluminura do manuscrito foi publicada por Mouilleron, “Miracle et Charité: autour d’une image du *Livre du Biadaiolo*”, in *Revue Mabillon*, t. 19 (t.80), 2008, p. 177.

5.1 1329: a primeira onda da crise.

A complexa arquitetura institucional criada pela regulamentação de Florença dificilmente poderia ser efetiva sem a designação de magistrados responsáveis, e sem a possibilidade de mobilização de força policial para combate e punição de transgressores. Não faltam, na documentação, menções a ambos. No *Specchio Umano*, as autoridades públicas têm presença importante, mas irregular. No auge da crise do abastecimento, em maio de 1329, Domenico Lenzi cita a presença de todas as autoridades públicas no mercado de Orsanmichele, visando à contenção de uma população à beira da revolta pela falta de trigo. No dia 24, o cavaleiro da *podestà*, o *capitano del popolo* e o *esecutore degli ordinamenti di giustizia*, reuniam os corpos de soldados de cada um dos três corpos políticos, e a soma das forças armadas, utilizando placas de madeira para bloquear o acesso ao complexo de Orsanmichele, tentava impedir que uma grande multidão insatisfeita adentrasse na praça e, talvez, tentasse pilhar a *loggia*.⁶⁴⁴ A situação extrema exigiu a presença das máximas autoridades políticas; não obstante, a organização da defesa da praça ficou a cargo do cavaleiro da *podestà*. De fato, essa magistratura ocupa papel preponderante no *Specchio Umano*.

Domenico Lenzi nomeia 24 cavaleiros da *podestà*.⁶⁴⁵ A eleição da magistratura foi a mais regular durante o período registrado pelo mercador: com uma única exceção, nenhum cavaleiro foi reeleito, e as posses ocorreram regularmente em janeiro e em julho, mantendo o tempo semestral do cargo. A única exceção ocorreu no período turbulento de 1329. Em janeiro, *messer Villano* da cidade de Gubbio assumiu a magistratura⁶⁴⁶; em julho, foi substituído por *messer Franceschino*, natural do mesmo lugar, em meio à crise de abastecimento.⁶⁴⁷ Não sabemos se a elite política rejeitou o novo *podestà*, ou se o próprio Franceschino resignou diante do desafio; em setembro, *messer Villano* foi reconduzido à magistratura, permanecendo até dezembro.⁶⁴⁸

Durante dois intervalos, no entanto, a magistratura do *podestà* foi substituída pelo ofício de vicariato. Isso ocorreu nas vezes em que o rei de Nápoles e o duque da Calábria

⁶⁴⁴ “I detti Sei ufficiali, quando vedeano queste strida e ’l pianto, sì mandarono per la famiglia della podestà e per quella del capitano e per quella dell’asegitore; e, quando giunsono nella piazza d’Orto Samichele bene armati e le bocche dell’entrate della piazza furono incontanente tutte chiuse co’ legni e bene guardate dalla famiglia che non vi entrasse persona, innanzi che ’l grano si cominciasse a misurare sì ne furono chavate fuori due femmine tramortite.” D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315.

⁶⁴⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 174-520.

⁶⁴⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 294.

⁶⁴⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 358.

⁶⁴⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 370-390.

assumiram a *signoria* de Florença. Entre 1313 e 1322, diante dos eminentes perigos da invasão do imperador germânico, a República optou pela *signoria* de Nápoles, ou seja, uma submissão nominal em troca de proteção militar.⁶⁴⁹ Nesses anos, o *podestà* foi substituído pelo vicário, representante oficial da *signoria* de Nápoles. A princípio, um pacto de cinco anos foi estabelecido, sendo posteriormente renovado por mais três, forte indicação de que a *signoria* havia ocorrido dentro de uma relação nominal, sem interferência na independência política de Florença, e auferindo a aprovação da elite da República; a magistratura do vicário provavelmente obedeceu às regras impostas ao *podestà*, mantendo sob controle o mesmo corpo de juízes, notários e guardas pagos pela República, e sendo eleitos semestralmente. Bem verdade que, em 1320, Piero Guilielmi exerceu o vicariato apenas por 2 meses (julho e agosto), sendo substituído por Giovanni de Sassoferato até dezembro⁶⁵⁰; em 1321, no entanto, os dois vicários seguiram a prática de assumir o cargo em janeiro e julho.⁶⁵¹ Poucos anos depois, após a derrota para Lucca na batalha de Altopascio, a República tentou se valer novamente do instituto da *signoria*, dessa vez apelando ao duque da Calábria. Durante julho de 1326 a julho de 1328, cinco vicários foram eleitos.⁶⁵² Diferente da experiência anterior, no entanto, o duque da Calábria fez questão de se mudar para Florença, realizando uma entrada espetacular no fim do mês de julho, acompanhado de Giovanni Caetani degli Orsini, legato pontifício da Toscana, sua esposa, Maria de Valois, e com uma coorte de 2000 cavaleiros.⁶⁵³ O duque permaneceu no Palácio do *podestà*, e sua participação na política da República foi sentida como uma intervenção excessiva pela elite florentina; a morte do duque em 1328 foi recebida como uma notícia de libertação da cidade.⁶⁵⁴

A observação dos lugares de origem dos cavaleiros da *podestà* e dos vicários que assumiram entre 1320 e 1335 dá a impressão de um padrão que foi regularmente respeitado pelo rito oficial (tabelas 5.1, 5.2 e 5.3).⁶⁵⁵ Durante todo o período, independente do oficial ser eleito como vicário ou *podestà*, as cidades da Úmbria predominaram como principais lugares de origem. A Emília e as Marcas tiveram papel

⁶⁴⁹ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro X, cap. 56, p. 729.

⁶⁵⁰ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 160-162.

⁶⁵¹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 165-168.

⁶⁵² D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 229-273.

⁶⁵³ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XI, cap. 1, p. 961.

⁶⁵⁴ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 281. O duque não parece ter realizado nenhuma intervenção no que se refere ao mercado de trigo; por sua, a análise de sua participação política não foi objeto de investigação aqui.

⁶⁵⁵ Dos 24 lugares referidos, apenas um não foi identificado: Rocha Chiaramonte. Por isso, trabalhamos sobre 23 localidades.

importante. Entre as cidades, e durante o período do *podestà*, Gobbio se sobressaiu, chegando a fornecer quase 40% dos cavaleiros eleitos. A escolha de homens oriundos de cidades de menor importância na geopolítica italiana provavelmente seguia a lógica de manutenção da independência política da cidade, restringindo a possibilidade de famílias poderosas de centros militares rivais assumirem poder na República.

Tabela 5.1. Cidades de origem dos cavaleiros da *podestà* (1322-26 e 1329-1335).

Região	Cidade	Número de eleitos	Porcentual
Úmbria	Gobbio	9	52%
	Perugia	2	
	Foligno	1	
Emília	Modena	1	13%
	Piacenza	1	
	Reggio da Emilia	1	
Marcas	Tolentino Macerata	1	13%
	Stafollo	1	
	Ascoli	1	
Mântua	Mantova	1	4%
Toscana	Massa Marítima	1	4%
Lombardia	Brescia	1	4%

Fonte: D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978.

Tabela 5.2. Cidades de origem dos vicários de Florença (1320-21).

Região	Cidade	Número de eleitos	Porcentual
Úmbria	Perugia	2	75%
	Montesanto	1	
Marcas	Sassoferrato	1	25%

Fonte: D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978.

Tabela 5.3. Cidades de origem dos vicários de Florença (1326-1328).

Região	Cidade	Número de eleitos	Porcentual
Úmbria	Orvieto	2	50%
Emília-Romanha	Modena	1	25%
Fara	Abruzzos (?)	1	25%

Fonte: D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978.

A República designou um corpo de magistrados responsáveis exclusivamente pela fiscalização das mercadorias alimentares. Nos estatutos da década de 1320, os *sei della biada* já aparecem como uma magistratura regular. Semelhante ao *podestà*, o cargo tinha duração semestral. As eleições eram conduzidas pelas principais autoridades da República: os *priors* e o *vexillifer*, que formavam a *Signoria*, e os capitães das sete maiores Artes da República.⁶⁵⁶ O critério de escolha seguia uma lógica de divisão urbana; cada um dos *sestos* da cidade de Florença – *Scheraggio*, *Borgho*, *San Brancazio*, *porte Sam Piero*, e *Duomo* – fornecia um magistrado. É interessante notar que, aparentemente, não havia nenhuma exigência de formação ou treinamento para os escolhidos. Entretanto, a legislação vetava que qualquer mercador ligado ao abastecimento urbano – *biadaioi*, *pizzicagnolo*, *tricolus*, *oliandoli* – assumisse a função. Os *sei della biada* eram responsáveis, basicamente, por duas tarefas. Em primeiro lugar, deveriam fiscalizar os impostos sobre mercadorias alimentícias, que deveriam ser pagos pelos mercadores que, diariamente, cruzavam as portas da cidade, e pelos panificadores urbanos. A legislação, aqui, informa aos *sei della biada* para dedicarem especial atenção ao pagamento de impostos sobre a produção de pão, provavelmente mais difícil de controlar do que os carregamentos que passavam pelas portas da cidade.⁶⁵⁷ Em segundo lugar, os magistrados eram incumbidos de julgar e dar sentença sobre qualquer conflito ou infração referente aos seis itens alimentares que tinham sob responsabilidade: trigo, *biada*, legumes, farinhas, vinho, e azeite.⁶⁵⁸ No entanto, a jurisdição dos *sei della biada* era restrita a causas pequenas, e qualquer conflito que ultrapassasse o valor de 25 libras deveria ser julgado em uma instância superior.⁶⁵⁹

Diferente da função de *podestà* ou vicário, registrada em todos os anos do *Specchio Umano*, Domenico Lenzi nomeia os eleitos para *sei della biada* apenas a partir de novembro de 1328.⁶⁶⁰ Ou seja, o narrador inicia com o corpo de magistrados que teve de enfrentar o princípio da crise de abastecimento. Também, à diferença do *podestà*, as

⁶⁵⁶ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 16, p. 27-31. As 7 Artes maiores são: Arte dos juizes e notários; Arte dos mercadores de Kalismala, Arte dos cambistas, Arte da lã, Arte de Porta Santa Maria, Arte dos médicos e especialistas em especiaria, Arte dos curtidores e guasqueiros, cf. **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 10, p. 21-24.

⁶⁵⁷ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 16, p. 28-29.

⁶⁵⁸ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 16, p. 28-29.

⁶⁵⁹ **Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325** (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 16, p. 27-28.

⁶⁶⁰ D. Lenzi, **Il libro del Biadaioiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 279.

eleições ocorreram de forma menos regular (quadro 5.1). Nos sete anos em que há nomeação completa (1329-1335), houve predomínio dos meses de abril e agosto para renovação dos cargos; porém, em quatro anos o *Specchio Umano* menciona a existência de uma terceira eleição, geralmente no mês de dezembro.

Quadro 5.1. Eleição dos *sei della biada* e dos *ufficiali della abbondanza* em Florença (1328-1335).

	Início da 1ª magistratura	Início da 2ª magistratura	Início da 3ª magistratura (ocasional)	Ufficiali della abbondanza
1328		Novembro		
1329	Maio	Setembro	Novembro	
1330	Março	Agosto		
1331	Fevereiro	Agosto		
1332	Fevereiro	Agosto	Dezembro	
1333	Abril	Agosto	Dezembro	Setembro
1334	Abril	Agosto	Dezembro	Setembro
1335	Abril	Agosto		Maio

Fonte: D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978.

O início do registro de Domenico Lenzi apenas em 1328 pode ser interpretado como uma transformação da relação existente entre os *sei della biada* e os *biadaiole* que trabalhavam em Orsanmichele. Como mencionado, o estatuto comunal colocava sob encargo dos magistrados um número significativo de responsabilidades, concedendo apenas sete empregados para auxiliarem nas tarefas: seis mensageiros e um “metrologista”, ou seja, especialista em pesos e medidas, capaz de controlar a exatidão dos instrumentos de mensuração dos vendedores – para a correta medição dos *staia* e *moggio* que nos acompanham desde o início da dissertação.⁶⁶¹ No tocante aos cereais, os *sei della biada* eram os principais responsáveis pela vigilância da arquitetura institucional construída pela legislação, e descrita no capítulo. Ou seja, eram os magistrados que davam realidade ao estabelecimento do monopólio de trigo em Orsanmichele. Nesse sentido, diferente de muito do que foi escrito, os *sei della biada* não representavam uma hierarquia que pesava sobre os *biadaiole*, controlando o comércio, os estoques, e o estabelecimento de preços. Ao contrário, a atuação dos magistrados consistia em impedir que outras

⁶⁶¹ *Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325* (ed. Caggese), Florença: Galileiana, 1910, livro I, rub. 16, p. 29.

categorias de comércio atravessassem o negócio, proibir que lojistas e feirantes comercializassem trigo, e efetivar o controle dos *biadaioli* sobre esse circuito comercial. *Sei della biada* e *biadaioli* atuavam em cooperação para o abastecimento cerealífero da cidade; e o mecanismo de impedir que um mercador fosse eleito como magistrado visava sobretudo barrar o excesso de poder de uma única categoria profissional sobre uma atividade de primeira importância para a República. Ademais, naturalmente, um mercador eleito poderia sentenciar um conflito em favor dos colegas. Provavelmente, a crise de 1329 criou uma mancha na interação entre *sei della biada* e *biadaioli*, levando as autoridades a conceder maior autoridade e exercício de força dos magistrados sobre os mercadores, como já mencionado – incluindo a proibição dos últimos de continuarem com suas lojas, destinadas à venda de *biada*, na malha urbana. Seja como for, o esforço central dos magistrados, quanto ao comércio de cereais, incidia *fora* do complexo de Orsanmichele, na interdição de padarias e moinhos de açabarcarem estoques de trigo e na vigilância sobre os carregamentos comerciais que, cruzando as portas, deveriam ser obrigatoriamente conduzidos para o mercado de cereais. Essa tarefa tornava desnecessária a presença dos *sei della biada* em Orsanmichele, ao menos 1336, quando houve a decisão da construção de um palácio sobre a *loggia* do mercado.

A regularidade e o padrão na escolha do *podestà* e dos vicários não revela, porém, as dinâmicas e os conflitos inerentes ao exercício da política. Durante o período de funcionamento efetivo do mercado, não houve necessidade de convocação do vicário ou do cavaleiro da *podestà*. Em abril de 1329, os *sei della biada* tiveram de convocar a força policial do cavaleiro. A tensão vinha se revelando desde o início de 1329, com o aumento paulatino dos preços dos cereais. Se o que foi exposto no capítulo anterior estiver correto, os *biadaioli*, para preservar a pequena quantidade que tinham nos estoques, praticavam a alta de preços e, dessa forma, restringiam a demanda e o fluxo de compras – provavelmente aguardando a chegada da nova colheita. O trigo *comunale*, vendido em 16 de junho de 1328 a 13 *soldi* e 6 *denari*, em 23 de março de 1329 havia saltado para 29 *soldi*; em 05 de abril, para 31 *soldi*, em uma dramática inflação de 229% em 10 meses.⁶⁶²

Como resultado, no dia 08 de abril, uma multidão enraivecida se apinhou no complexo de Orsanmichele, culpando os mercadores pelos preços excessivos, com ameaças de pilhagem e assassinato.⁶⁶³ Para evitar que a violência explodisse, os

⁶⁶² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 272-292.

⁶⁶³ “Et la gente de’ comperatori era grande e tanta che non sarebbe tocchato per uno u’ mezzo stαιο: e cominciorono a borbottare e a dire l’uno contro l’altro: ‘questi merchatanti sono coloro che amettono il

magistrados apelaram ao *podestà*; e, não sem deixar de expressar sentimento de surpresa, Domenico Lenzi descreve a forma como o cavaleiro chegou na praça acompanhado por grande grupo de soldados, “como se marcha para a guerra”.⁶⁶⁴ O magistrado determinou imediatamente que nenhum cereal fosse vendido acima de 30 *soldi*, e, em contrapartida, determinou que os soldados permanecessem próximos a cada um dos mercadores, para que esses não sofressem violência.⁶⁶⁵ Nos dias seguintes, a despeito da permanência dos soldados em Orsanmichele, rumores denunciavam um plano popular para saquear tanto os mercadores, quanto qualquer pessoa que possuísse estoques de trigo na cidade – ou seja, os estratos mais ricos da população.⁶⁶⁶ Como tentativa de dissuasão, o *podestà* ordenou que fossem colocados, em plena praça de Orsanmichele, um machado e o tronco de justiçamento, para realizar a punição imediata de qualquer desordem.⁶⁶⁷ Enquanto isso, os *sei della biada* passaram a se instalar em um banco na entrada da *loggia* do mercado, marcando sua presença efetiva, e começando a empreender todos os esforços para abastecer o mercado com trigo.

No dia 11 de abril, os magistrados anunciaram aos “homens ricos” de Florença, provavelmente grandes proprietários rurais, que deveriam vender seus estoques aos *biadaioi*.⁶⁶⁸ No dia seguinte, tomaram uma medida ainda mais radical: qualquer família, cidadina ou camponesa, que possuísse estoque, deveria vir até os magistrados e declarar a quantidade estocada; os cidadãos teriam cinco dias para cumprimento, e os camponeses, dez dias.⁶⁶⁹ No dia seguinte, os magistrados convocaram a força armada dos corpos políticos da República – do *podestà*, do *capitano del popolo* e do *esecutore di giustizia*. Os soldados, munidos de machados, se dividiram em dois grupos. Um grupo percorreu as ruas da cidade, enquanto outro adentrou a zona rural no entorno de Florença; e os soldados invadiram as casas, arrombando as portas se necessário, e vasculharam cômodos e móveis à procura de grãos: em cavidades no solo, em sótãos, debaixo de camas, dentro de arcas e de caixas.⁶⁷⁰ As pessoas que tinham seus estoques apreendidos recebiam uma

charo e si vorrebbero tutti uccidere e rubagli”. D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 293.

⁶⁶⁴ “(...) come si va a battaglia” D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 292.

⁶⁶⁵ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 292-293.

⁶⁶⁶ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 297.

⁶⁶⁷ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 297.

⁶⁶⁸ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 293.

⁶⁶⁹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiole** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 294.

⁶⁷⁰ “si mandarono i detti Sei per la famiglia della podestà e del capitano e dell’aseguitore e del bargello, e per messi e picchonai. E feciono venire di molte schure e mandarono una partita di ques famiglia co’ messi e picconai colle schure in collo per la città, e l’altra partita della famiglia mandarono per lo contado bene armati con più armi, rompendo usci e porte i quali fossono serrati che non fossono incontanente aperto loro,

espécie de “recibo”, com a garantia de que a dada quantidade seria paga futuramente, pelo preço de 30 *soldi* o *staio*.⁶⁷¹ Ademais, os grãos conduzidos pelos mercadores também foram confiscados.⁶⁷²

Nos dias seguintes, se iniciou uma espécie de divisão de tarefas entre o *podestà* e os *sei della biada*. O *podestà*, liderando o grupo de homens armados, passou a esforçar-se pela manutenção da ordem no interior de Orsanmichele, enquanto os *sei della biada* se dividiam em medidas para obtenção de mais trigo, e na própria comercialização dos cereais no mercado. Os magistrados não se restringiram à tentativa de apropriação dos cereais existentes, mas se valeram de uma prática comum aos momentos de dificuldade, já presentes na documentação desde finais do século XIII: o uso do orçamento público para a aquisição de grãos produzidos fora da República.⁶⁷³ A estratégia havia sido decisiva para evitar que, em 1303, a cidade fosse atingida pela fome. As autoridades públicas, então, negociaram com os mercadores genoveses uma impressionante importação de 26.000 *moggia* de trigo produzido na Apúlia e na Sicília, montante capaz de alimentar, durante o ano, 52.000 pessoas.⁶⁷⁴ Em abril de 1329, os *sei della biada* visitaram a comuna de Colle di Valdelsa, na própria Toscana, negociando 400 *moggia* de trigo pelo valor de 33 *soldi* o *staio*.⁶⁷⁵ O desenovelar dos acontecimentos suscitou profundo sentimento de indignação no narrador Domenico Lenzi. O mercador de cereais escreve que, no passado, a República de Siena havia avançado suas forças militares visando conquistar e subordinar a comuna de Colle di Valdelsa, e que Florença, recebendo pedido de socorro, enviou suas tropas para bloquear os invasores. A vitória das forças florentinas garantiu a liberdade e a independência da pequena comuna, criando, na perspectiva de Lenzi, uma relação de amizade e gratidão.⁶⁷⁶ Não obstante, em abril de 1329, os representantes comerciais de Florença não conseguiram obter o trigo, sob a falsa

ciercando giù nel terreno e nelle celle, e suso nelle camera sotto il letto e nelle lettiere, e in chasse e soppidiani ed arche e altri assai stovigli là dove credessono trovare grano o biada”, D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 295.

⁶⁷¹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 295.

⁶⁷² D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 295.

⁶⁷³ Giuliano Pinto registra, por exemplo, que em 1291 os *sei della biada* pagaram 342 libras para um mercador importar trigo da Emília-Romanha. Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in Domenico Lenzi, **Il libro del Biadaiolo**, ed. Pinto, Firenze: Olschki, 1978, p. 83.

⁶⁷⁴ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro IX, cap. 68, p. 617. A conta de 52.000 pessoas é feita por Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in Domenico Lenzi, **Il libro del Biadaiolo**, ed. Pinto, Firenze: Olschki, 1978, p. 87.

⁶⁷⁵ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 351-352.

⁶⁷⁶ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 351. Giuliano Pinto, em nota de rodapé, na mesma página, esclarece que a batalha ocorreu em 17/06/1269.

justificativa de que Colle di Valdelsa não tinha estoque excedente. Dias depois, chegou em Florença a notícia de que aquela comuna havia vendido trigo para Pisa, porque os representantes pisanos ofereceram 37 *soldi* por *staio*. O desejo de ganho comercial foi maior do que o sentimento de gratidão, rendendo o vitupério e a indignação do *mercador* Domenico Lenzi: “*o ingratisissima e insensata Colle di Valdelsa, nemicha perfectissima di virtù, porto di puzzolenti vizii (...), obbrobbio non piccolo di tutti tuoi amici, sanguinosa bestiuola!*”.⁶⁷⁷ Havia motivo para a ira: esses grãos haviam de fazer muita falta em Florença.

Após as rigorosas medidas de 12 de abril, os magistrados conseguiram disponibilizar alguma quantidade de trigo para venda nos dias seguintes, trazendo um alívio momentâneo. Ademais, passaram a decidir sobre os preços, provavelmente impondo valores inferiores aos calculados pelos *biadaioli*; para compensar, estabeleceram que nenhum comprador poderia adquirir mais do que 1 *staio*.⁶⁷⁸ É interessante notar que, nesse momento agudo da crise, os magistrados tomaram para si o controle do mercado, com o objetivo de vender o trigo por um valor mais baixo do que os decididos pelos mercadores. O *staio* do trigo *comunale*, vendido no dia 05/04/1329 pelos mercadores por 31 *soldi*, foi definido pelos *sei della biada* a 30 *soldi* e 8 *denari* no dia 12/04/1329, quando, provavelmente, já era estimado por um preço bastante superior. Aqui, duas lógicas econômicas se colocaram em contraposição: a mercantil, praticada pelo conjunto dos *biadaioli*, e aquela realizada pelas autoridades públicas. Os mercadores, pelo dispositivo da alta de preços, procuravam fazer com que os grãos chegassem à cidade, e, ao mesmo tempo, restringir o volume de compras em Orsanmichele. Os magistrados, ao contrário, tendiam para a baixa dos preços; em contrapartida, tinham a capacidade de, pela força armada, apreender e confiscar.

Domenico Lenzi descreve os efeitos negativos da intervenção das autoridades sobre o caixa dos mercadores. No dia 18 de abril, os *biadaioli* de Orsanmichele foram ao mercado rural de Figline Valdarno, e, para adquirir, gastaram 41 *soldi* e 6 *denari* o *staio* do trigo *comunale*, além de dispensar 2,5 *soldi/staio* em pagamento de impostos. Ao retornarem à Florença, foram surpreendidos pelos *sei della biada*, que não apenas assumiram o controle dos grãos, como determinaram que seriam vendidos por 37 *soldi* o

⁶⁷⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 350.

⁶⁷⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 294-296.

staio. A operação saiu deficitária para os comerciantes, e Lenzi narra com precisão que “perderonne i detti merchatanti d’ogni staio s. vij”.⁶⁷⁹

A eficácia das medidas tomadas pelos magistrados foi apenas relativa. Se, por um lado, os *sei della biada* conseguiram oferecer à população cereais a menor preço, por outro lado, o mercado oficial paralisou, e os mercadores desapareceram de Orsanmichele. Durante todo o mês de abril, o único grão vendido na praça foi aquele obtido à força pelos *sei della biada*. Algo que podemos chamar de “mercado estatal” de cereais havia se estabelecido, com uso de soldados para aquisição forçada e vendas a preço subsidiado:

Et in questo mezzo non vi si vendé per niun’altra persona nella detta piazza grano, se non se biada pocha, altro che da’ detti huficiali per lo comune.

Il grano che si vendea per la città del mese d’aprile mcxxviiiij

Vendeasi il detto di xviiij d’aprile, fino a l’uscita, lo staio del grano comunale buono per la città – s. xl.⁶⁸⁰

Nessas breves linhas, utilizando uma expressão direta e destituída de qualquer comentário, Domenico Lenzi enuncia que não apenas o controle estatal passava a ditar a lógica mercantil no interior de Orsanmichele, mas também que um mercado negro criava raízes nas ruas da cidade. A crise de abastecimento havia subvertido o funcionamento do mercado, o monopólio de Orsanmichele, e a atuação cooperativa entre os *sei della biada* e os *biadaioi*.

Os *sei della biada* conseguiram manter, em abril, uma oferta mínima, passando a vender o *comunale* misturado com 1/3 de cevada; por exemplo, em 20 de abril colocaram à disposição 86 *moggia*.⁶⁸¹ Entretanto, a quantidade se mostrou insuficiente para atender a multidão de compradores, que parecia não parar de aumentar. O *podestà* mantinha os soldados na praça, junto com o tronco de justiça, determinando, agora, que a penalidade de mutilação do pé não poderia ser revertida em dinheiro; e Giovanni Villani não deixa de reportar que pessoas de fato sofreram a decepção.⁶⁸² Nem assim foi possível evitar que roubos e furtos ocorressem no tumulto da multidão, e diversas mulheres perderam, por exemplo, o pano com que cobriam os cabelos⁶⁸³. Lenzi narra que só conseguiam comprar grãos aqueles que eram fortes o suficiente para abrir caminho e se

⁶⁷⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 297.

⁶⁸⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 297-298.

⁶⁸¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 298-299.

⁶⁸² G. Villani, *Nuova Cronica* (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XI, cap. 119, p. 1092.

⁶⁸³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 299.

aproximar dos tonéis.⁶⁸⁴ No sábado pascal, dia 22, os *sei della biada* haviam conseguido colocar 54 *moggia* para o comércio, vendendo a 28 *soldi* o *staio* de trigo misturado com 1/3 de cevada. Novamente, uma multidão chegou no complexo de Orsanmichele, e o *Specchio Umano* narra que as pessoas clamavam por misericórdia, afirmando que estavam morrendo de fome em plena páscoa. Tocados pela piedade, os *sei della biada* venderam 30 *moggia* e 12 *staia* de trigo misturado com cevada em troca do dinheiro que cada um era capaz de dar.⁶⁸⁵ Logo depois, no dia 25 de abril, os magistrados enviaram compradores no mercado de Figline Valdarno. Diante da concorrência dos demais mercadores de trigo no mercado rural, os representantes dos *sei della biada* apresentaram um *bando*, assinado por esses, interditando a participação dos *biadaioli*, ou qualquer outro comerciante, naquela praça comercial de primeira importância para a circulação de trigo. Os *sei della biada* davam um passo a mais, consolidando o funcionamento do “mercado estatal” de trigo. Ou seja, dispondo do orçamento público, os magistrados reservaram para si o comércio em Figline Valdarno, adquirindo todo o grão ali vendido pelos comerciantes locais – criando, portanto, uma situação de monopólio da aquisição dos grãos disponíveis nos mercados do *contado*. E, para realizar as vendas, criaram um novo sistema de pagamento, instituído no dia 27 de abril, utilizando o palácio Macci, situado defronte ao complexo de Orsanmichele. Os compradores deveriam ir até o palácio Macci, realizar o pagamento, e receber um comprovante; então, seguir até os tonéis em Orsanmichele, vigiados pelos soldados, e trocar o comprovante por não mais do que 1 *staio* de trigo.

Domenico Lenzi não deixa de registrar como o descontentamento da população, anteriormente direcionado aos mercadores de Orsanmichele, passou a dirigir-se contra os *sei della biada*. O próprio mercador, porém, não emite nenhum juízo, e se restringe a descrever como os esforços contínuos das autoridades públicas eram incapazes de fazer frente à dimensão do tumulto e da desordem. No primeiro dia de funcionamento do novo sistema de compra, na corte térrea do palácio Macci, houve uma aglomeração tão compacta de compradores, que uma moça foi levada desmaiada e inconsciente para a fraternidade de Orsanmichele. Ela, como outras pessoas, teve a bolsa rasgada e o dinheiro furtado.⁶⁸⁶ De um lado, os *sei della biada*, que haviam comprado em Figline por um custo total de 38 *soldi* por *staio*, vendiam em Orsanmichele por 34 *soldi*, subsidiando 4 *soldi*

⁶⁸⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 299.

⁶⁸⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 300.

⁶⁸⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 301-302.

cada *staio* comercializado⁶⁸⁷; assim, em apenas um dia, os magistrados utilizaram 24 libras do orçamento público para conseguir vender cereais abaixo do preço.⁶⁸⁸ Por outro lado, o mercado estatal não apenas não era capaz de atender a demanda, mas afugentava os mercadores de trigo do comércio. No dia 28 de abril, as 93 *moggia* de cereais (trigo misturado com 1/3 de espelta) não foram capazes de atender a quantidade de gente que havia no complexo de Orsanmichele, e, nessa data, o narrador faz questão de indicar que haviam poucos camponeses, e a maior parte era composta por cidadãos. No meio da grande gritaria, uma fala era frequentemente repetida:

erano grandissima gente della città, pochi ve n'avea del contado, e facevano grande pianto e molto si ramaricavano, et diceano: 'Ecco città mal guidata, ké non possiamo avere del grano! E si vorrebbe andare alle chase di questi ladroni che n'anno, e mettermi fuocho e ardeglivi entro perché e' ci tenghono in questa fame'. E chi diceva una e chi un' altra, et in questo modo stava la gente e non si sapeano partire.⁶⁸⁹

Domenico Lenzi, da mesma forma que não hesitou em descrever a violência com que os mercadores foram expulsos do mercado de Figline no dia 25 de abril, ou como alguns *biadaiole* tiveram de arcar com a perda de dinheiro após a imposição de venderem abaixo do preço de custo – também não hesita em detalhar os esforços incessantes das autoridades públicas em remediar a crise. Assim, no mesmo dia 28 de abril, diante das acusações e do lamento de fome, os *sei della biada* mais uma vez destinaram quantidade significativa – 25 *moggia* (10.500 kg) – para os compradores que não tinham dinheiro sequer para comprar o trigo subsidiado.⁶⁹⁰ Desde o princípio da crise, se manifesta uma característica que atravessa a narrativa do *Specchio Umano*: de um lado, a indignação e o opróbrio diante da ação humana ensejada pelo vício, como a *avareza* manifesta por Colle di Valdelsa⁶⁹¹; de outro lado, a percepção dos limites e da falibilidade da ação humana virtuosa diante da crise e do mistério dos desígnios divinos.⁶⁹²

⁶⁸⁷ Domenico Lenzi descreve que os *sei della biada* venderam, no dia 28 de abril, trigo misturado 1/3 com espelta, o *staio* no valor de 28 *soldi*; e imediatamente contabiliza que, nessa operação, o *staio* do trigo *comunale* equivalia a 34 *soldi*. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 302.

⁶⁸⁸ No dia 25 de abril, os magistrados compraram “some xxx di grano comunale buono” em Figline Valdarno. Uma vez que a soma equivalia a 4 *staia*, foram vendidos 120 *staia* (5 *moggia*). D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 301.

⁶⁸⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 302.

⁶⁹⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 303.

⁶⁹¹ Lenzi é preciso na definição do vício: “questo chastello (Colle di Valdelsa) à comesso maliziosamente per avarizia contra al nostro comune”. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 353.

⁶⁹² Esse tema será nosso objeto de investigação no próximo tópico do capítulo.

O controle sobre os mercados rurais se intensifica no mês seguinte. Nos dias 02, 05 e 09 de maio, os representantes comerciais dos *sei della biada* continuaram frequentando Figline Valdarno, interditando a participação de mercadores, permitindo que apenas as famílias locais comprassem (para próprio consumo), e adquirindo trigo para revender na cidade de Florença.⁶⁹³ O preço, nesse importante mercado rural, chegou mesmo a cair (tabela 5.4), e é difícil saber se a queda resultou do entrave à circulação comercial, ou se às expectativas de que a crise havia sido revertida. De fato, na cidade de Florença, após uma alta entre os dias 02 a 04, o próprio mercado negro começou um movimento de queda que durou até o dia 17 (tabela 5.4).

Tabela 5.4. Os preços no mês de maio na crise de 1329 (por *staio*).

Maio de 1329*	Mercado negro	Mercado estatal real (trigo <i>mescolato</i>)**	Mercado estatal (relativo ao <i>comunale netto</i>)
02-04	40 <i>soldi</i>	28 s. (1/3 cevada e espelta)	34 s.
05-08	32 <i>soldi</i>	27 s. (1/3 cevada e espelta)	33 <i>soldi</i>
09	32 <i>soldi</i>	26 s. (1/4 cevada e espelta)	30 s. 8 <i>denari</i>
10	30 <i>soldi</i>	25 s. (1/3 cevada)	30 s.
11-13	30 <i>soldi</i>	25 s. (1/5 cevada)	28 s. 4 <i>denari</i>
15-17	30 <i>soldi</i>	25 s. (1/6 cevada)	27 s.
18	32 <i>soldi</i>	25 s. (1/6 cevada)	27 s.
19-20	32 <i>soldi</i>	25 s. (cevada, espelta, fava velha)	27 s.
22	33 <i>soldi</i>	25 s. (cevada e espelta)	27 s.
23	34 <i>soldi</i>	25 s. (cevada e espelta)	27 s.
24-26	36 <i>soldi</i> .	25 s. (1/4 cevada e espelta)	27 s.
27	36 <i>soldi</i>	25 s. (? cevada e espelta)	28 s.
29	-	28 s. (<i>mescolato</i> ?)	32.
30	40 <i>soldi</i>	?	32 s.
31	42 <i>soldi</i>		32 s.

* Domingos e Feriados: 01, 03, 07, 08, 12, 14, 21, 25, 28.

** Em Orsanmichele, o único tipo de cereal disponibilizado pelos *sei della biada* era o *mescolato*, ou seja, o trigo *comunale* misturado com outro grão. Não obstante, a fonte apresenta o valor relativo do *staio* do *comunale*.

Fonte: D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978, p. 305-334.

A despeito do mercado negro ocorrer fora da vista dos magistrados, atribulados com o controle dos mercados rurais e com o gerenciamento da venda em Orsanmichele,

⁶⁹³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 305-308.

os dois circuitos – o mercado negro e o mercado estatal – parecem manter uma mútua influência. No início de maio, é possível que uma sensação de pânico tenha feito disparar o preço do mercado negro, fazendo o *staio* alcançar o valor de 40 *soldi*. Nesses dias, porém, o controle sobre os mercados rurais possibilitou aos *sei della biada* oferecer o *staio* do *mescolato*, em Orsanmichele, por 28 *soldi*. O fornecimento da praça pelo mercado estatal pressionou o valor do mercado negro para baixo, e um clima de paz passageiro se instaurou nas ruas de Florença. A população, provavelmente ciente do trigo que circulava pelos poros da cidade, passou a pressionar, então, os magistrados sediados em Orsanmichele, através da recusa em comprar o cereal *mescolato*. No dia 04, Domenico Lenzi registrou a interessante formação de uma opinião pública ciente dos mecanismos de mercado, e bastante crítica à oferta do mercado estatal:

Il detto dì quase non v'ebbe calca, ché n'ebbe ogni persona ad agio, e faceansene beffe i comperatori detti, e diceano l'uno a l'altro: "non comperiamo oggi. Indugianci in domane che rinvilierà e nol potranno così mescolato vendere". E bestemmiavano coloro che così mescolato il faceano mettere in sulla piazza per vendere. Soperchionne il dì detto moggia viij e staia xij di grano.⁶⁹⁴

Até o dia 08, todos os dias sobraram grãos em Orsanmichele, colocados à venda pelos *sei della biada*. É possível pensar que as pessoas calculavam a formação de um grande estoque pelos magistrados, uma vez que esses passaram a ter não apenas o controle sobre os mercados no *contado*, mas também a possibilidade de obtenção à força dos excedentes das famílias? Domenico Lenzi descreve que coexistia tanto a insatisfação com o *mescolato*, quanto o cálculo de que, pela diminuição da demanda, os magistrados seriam obrigados a baixar ainda mais o preço.⁶⁹⁵ Decerto, os *sei della biada* não passaram desatentos ao descontentamento e às críticas populares; nos dias seguintes, passaram a diminuir a quantidade de cereal adicionado ao trigo, e, ao mesmo tempo, baixar o preço do *staio* (tabela 5.4). Aqui, portanto, salta aos olhos como a interação constante entre mercadores, magistrados e os frequentadores do mercado construíam em conjunto – harmônico ou conflitivo – as dinâmicas do mercado de trigo. Seja como for, a reação

⁶⁹⁴ D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 306.

⁶⁹⁵ No dia 05: "a grande agio n'ebbe chi dava i danari, e faceano i detti comperatori grande beffe e strazio di questo grano, e diceano: 'Elli è sì mescolato che io non ne posso mangiare'. E l'atro dicea: 'ora lascia fare, che questi ladroni che anno l'endiche del grano se ne stanno co' Sei per farci manichare l'orzo e per farci morire di fame, noi e le nostre familie; ma ellino nol venderanno com'ellino chredono, anzi scenderà assai. Andiancene, non comperiamo oggi che domano il daranno per meno'. D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 306.

enérgica dos *sei della biada*, culminando na formação de uma oferta pelo Estado de cereal subsidiado, e a resposta dos mercadores de deixarem Orsanmichele, comercializando na cidade e fora do controle das autoridades – possibilitaram a retirada do cavaleiro da *podestà* e seus soldados da praça, e, assim, o cessar da intervenção armada nas ruas.

O frágil equilíbrio seria passageiro, e logo nos dias seguintes a situação voltou a se deteriorar. O primeiro sinal ocorreu no dia 09 de maio, quando todo o *mescolato* posto à venda em Orsanmichele foi vendido.⁶⁹⁶ Entre os dias 10 e 18, a situação se repetiu⁶⁹⁷; ainda que, no dia 12, os *sei della biada* tiveram a oportunidade de comprar 140 *staia* de grãos no mercado de Figline Valdarno, quantidade posta à venda por um único grande proprietário de terra denominado Francesco della Foresta.⁶⁹⁸ Essa cena, aliás, evidencia a grande limitação das autoridades em conseguir tanto efetivar a obrigação dos proprietários rurais em colocar seus grãos à venda, imposta no dia 11 de abril, quanto a eficácia da invasão de casas e domicílios realizada por soldados no dia 12 de abril. Exatamente um mês depois, um único proprietário colocou seu estoque à venda, merecendo um registro apologetico do narrador por ter vendido a um preço bastante baixo (22 *soldi*), claro sinal de caridade diante dos tempos difíceis.⁶⁹⁹

O segundo sinal da deterioração ocorreu não em Florença, mas no mercado de Figline Valdarno. No dia 16 de maio, quando os representantes comerciais dos *sei della biada* chegaram no mercado, encontraram uma oferta ínfima de trigo *comunale* (56 *staia*), e uma grande quantidade de compradores.⁷⁰⁰ É possível admitir que a súbita oferta de Francesco della Foresta, por um preço reduzido, tenha resultado, em primeiro lugar, em uma pressão deflacionária, e, em segundo, causado uma corrida de compradores. A reação dos representantes dos *sei della biada* foi rigorosa: determinaram o imediato fechamento do mercado naquele dia.⁷⁰¹ Infelizmente, Domenico Lenzi não data quando os magistrados decidiram importar trigo de fora da República; mas, após o fracasso das negociações com Colle di Valdelsa, não é enganoso supor que a estratégia da importação continuou sendo debatida entre as autoridades públicas. De fato, no dia 18, a *Signoria* autoriza aos *sei della biada* realizarem uma grande importação de trigo, a princípio de

⁶⁹⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 308.

⁶⁹⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 308-313.

⁶⁹⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 309.

⁶⁹⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 309.

⁷⁰⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 310.

⁷⁰¹ “E veggendo questo, i comperatori del comune mandarono incontamente il bando che non fosse niuna persona che dovesse comperare grano o biada, o pocho o d’assai (...). Il detto die non vi si fece merchato”, D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 310-311.

grãos comercializados pelas companhias Bardi e Peruzzi no sul da Itália.⁷⁰² A operação marítima não deve ter sido levada a cabo, por motivos que veremos adiante. Os *sei della biada* se voltaram para o comércio inter-regional, e conseguiram realizar a encomenda da considerável quantidade de 1.500 *moggia* de trigo da Romanha.⁷⁰³ Infelizmente, a operação de compra – envio de emissários, negociação, viagem de mulas pelos Apeninos – não seria rápida o suficiente, e o carregamento só começaria a chegar na metade de junho.⁷⁰⁴

Entre os dias 15 e 20 de maio, o mercado negro e o mercado estatal correram em direções contrárias (tabela 5.4). Enquanto em Orsanmichele o trigo *comunale* era vendido quase puro, pelo menor valor de todo o mês, na cidade de Florença os mercadores aumentavam o preço – a impossibilidade de aquisição nos mercados rurais resultava, é lícito supor, na diminuição dos estoques dos *biadaiole*. No dia 19, porém, os *sei della biada* passaram a piorar a qualidade dos grãos vendidos, chegando a incluir fava envelhecida no *mescolato*.⁷⁰⁵ Ainda assim, todos os grãos foram vendidos.

No dia 22, a situação transbordou. Assim que a praça começou a vender, em pouco tempo toda a quantidade de grãos foi adquirida – e ainda uma grande quantidade de compradores permaneciam dentro da *loggia* e na praça de Orsanmichele. Gritos emergiram: “*Signori, abbiate pietà e misericordia di noi, fateci dare del grano per l’amore di Dio che noi non moiamo di fame, noi et le nostre famiglie*”.⁷⁰⁶ Movidos pela piedade, os *sei della biada* recomendaram aos compradores seguirem até o palácio Mocci, onde disponibilizariam uma quantidade suplementar de cereais. Entretanto, logo uma multidão preencheu toda a corte térrea do palácio – cerca de quinhentas pessoas, homens e mulheres, idosos e jovens –, obrigando os magistrados a fecharem as portas de entrada. Nesse dia, não entregaram mais do que um *staio* por pessoa.⁷⁰⁷

No dia seguinte, antes do comércio iniciar, uma aglomeração se colocava diante da *loggia* de Orsanmichele. Com receio do pior, os magistrados voltaram a convocar a força armada da República. Após quase um mês de relativa paz, o cavaleiro da podestà

⁷⁰² A informação é de Giuliano Pinto, em nota de rodapé em D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 311.

⁷⁰³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 325.

⁷⁰⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 325.

⁷⁰⁵ “mescolato orzo e spelta e fave vecchie nere d’anni v”, D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 312.

⁷⁰⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 313.

⁷⁰⁷ Domenico Lenzi não descreve por qual preço, e como era a composição do *mescolato*, vendido a essas pessoas.

retornou ao mercado liderando um grupo de soldados armados.⁷⁰⁸ As entradas da praça foram bloqueadas; quem tinha entrado, permaneceu, quem não, seria expulso a golpes de bastões. Imediatamente a gritaria eclodiu na população. Em pouco tempo o trigo foi vendido, mas as ruas da cidade eram tomadas pelo lamento, uns por causa da dor do golpe que haviam recebido, outros porque não conseguiram comprar grãos, e ainda alguns por terem sido furtados no meio da multidão.⁷⁰⁹

Em 24 de maio, representantes comerciais voltaram a Figline Valdarno. Tiveram a surpresa de toparem com um tumulto no mercado, com pessoas de várias localidades do *contado* se apinhando para comprar o trigo disponível.⁷¹⁰ Se encontraram, então, diante de um dilema: comprar trigo para abastecer a cidade significaria *desabastecer* a população rural. Os magistrados, então, tomaram uma decisão que modificou a política das autoridades públicas diante dos mercados no território florentino, e que passaria a prevalecer durante todo o ano de 1329: passaram a reservar os mercados do *contado* para o abastecimento das famílias residentes no *contado*. Não apenas qualquer mercador não poderia comprar, mas os próprios representantes comerciais dos *sei della biada* não adquiriram nenhum *staio* de trigo; e impuseram o limite de 1 *staio* por pessoa – ou seja, um comércio voltado exclusivamente para o consumo.⁷¹¹ Era, sem dúvida, uma estratégia para evitar o afluxo de camponeses para as ruas já atribuladas da cidade. Não obstante, o trigo foi vendido a 34 *soldi* o *staio*; a provisão não iria ser remédio para as famílias camponesas mais pobres.

A situação se deteriorava por toda a Toscana. Durante esses dias, a cidade de Siena passava por dificuldade semelhantes à de Florença: a pouca quantidade de trigo disponível, a disparada de preços, estratos da população incapazes de adquirir cereais e lançados à falta de alimento. Narra Domenico Lenzi que, então, um homem denominado Giovanni, ministro do hospital de Santa Maria della Scala, organizou uma distribuição de pães aos pobres. Durante três dias da semana – segunda, quarta e sexta –, determinava que três portas do hospital permanecessem abertas, recebendo, cada uma, uma fila diferente: homens, mulheres e crianças. Às mulheres grávidas, *messer* Giovanni determinou a entrega de dois pães.⁷¹²

⁷⁰⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 314.

⁷⁰⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 314.

⁷¹⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315.

⁷¹¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315.

⁷¹² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 318-319.

Notícias da caridade do hospital não demoraram a se difundir, e necessitados dos mais diferentes lugares começaram a afluir para Siena, para se alimentar no hospital de Santa Maria della Scala.⁷¹³ Segundo Domenico Lenzi, a situação desagradou as autoridades dessa República. A elite política decidiu, então, interditar a caridade; convocou *messer* Giovanni e ameaçou que, se as esmolas não cessassem imediatamente, ele sofreria a morte na fogueira.⁷¹⁴ No dia seguinte, os pobres esperavam diante das portas de Santa Maria della Scala, aguardando o refrigério e a “doce palavra”: “entrai”. Entretanto, “*volto il dolce chiamare in isventurato accomiatare*”, os mensageiros de Siena anunciaram com violência a nova determinação:

Andate affamati e mendichi a perire insiemente colle vostre necessità, ché da' signori di qui n'è comandato lasciarvi perire nelle vostre miserie, a ppena d'essere dal fuocho e noi e le nostre casa e beni consumati; non ci è piu la charità passata.⁷¹⁵

A indignação explodiu entre os pobres. Lenzi narra que cada um dos ali presentes – tivesse vindo da cidade, dos castelos, ou das aldeias – sentia que poderia perder uma pessoa da sua família por fome.⁷¹⁶ O grupo seguiu, então, até o palácio da República, alguns clamando por misericórdia, enquanto outros, incitando a sublevação popular, tentaram liderar uma invasão do edifício onde estava a elite política. Nesse instante, grupos armados saíram do palácio público, e um combate entre os soldados e as pessoas ocorreu nas ruas da cidade; no cerne do conflito, um homem de modesta condição, armado improvisadamente com um pau, sem receio de perder a vida, furou a junta da guarda e conseguiu atingir a máxima autoridade militar, o capitão de guerra, com um golpe que, se fosse com uma arma melhor, teria sido fatal.⁷¹⁷

Domenico Lenzi permite entrever que participavam da sublevação não apenas pobres forasteiros, mas os próprios trabalhadores da cidade de Siena, indignados com a decisão da elite política. Na noite do mesmo dia, após a opressão da revolta popular, os soldados invadiram casas e capturaram 40 pessoas em seus leitos. Todos foram torturados e 10 foram enforcados, incluindo aquele que havia atingido o capitão de guerra, identificado como um empregado doméstico.⁷¹⁸ Como se o opróbrio não tivesse sido

⁷¹³ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 318-319.

⁷¹⁴ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 319.

⁷¹⁵ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 320.

⁷¹⁶ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 320-321.

⁷¹⁷ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 320-321.

⁷¹⁸ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 321.

suficiente – na perspectiva do narrador –, na manhã do dia seguinte as autoridades de Siena decidiram por uma atitude ainda mais drástica: a definitiva expulsão dos pobres e necessitados da cidade.⁷¹⁹ Os nuncios cívicos proclamaram que os forasteiros teriam três dias para saírem. Então, uma triste procissão de necessitados, composta por homens e mulheres, velhos, crianças e grávidas, foi expulsa à base de golpes de bastões e de pedradas. Nessa passagem, surge a exclamação mais dolorosa de todo *Specchio Umano*: “*A! dura terra, perché non t’apristi?*”.⁷²⁰

A cena ocupa papel central na narrativa de Domenico Lenzi. Assim como ocorrido em Colle di Valdelsa, os acontecimentos em Siena representam o espelho do vício diante da crise, e sua narrativa é central para compreender a perspectiva política do autor do texto – tema de nosso último tópico. Por ora, basta dizer que a expulsão dos pobres de Siena resultou em uma migração em massa para Florença. Lenzi diz que “*furono bene ricevuto e fatto a llo ro assai bene*”.⁷²¹ A boa recepção, entretanto, fez com que a crise de abastecimento se tornasse ainda mais aguda, com o súbito aumento da demanda.

No dia 24 de maio, enquanto os representantes comerciais dos *sei della biada* encontravam uma multidão de compradores no mercado de Figline Valdarno, o tumulto eclodia na praça de Orsanmichele. Diferentemente dos dias anteriores, em que a maior parte dos compradores era composta por cidadãos, agora a presença de camponeses e forasteiros se destacava.⁷²² Quando os sinos dobraram, dando início ao comércio, não apenas a *loggia* estava apinhada, mas já não havia espaço na praça, e as pessoas começaram a se bater para conseguir se aproximar dos tonéis.⁷²³ Diante do tumulto, os *sei della biada* não iniciaram as vendas, e apenas convocaram não apenas a guarda do cavaleiro da *podestà*, mas toda força armada de Florença. Os soldados fecharam às pressas a entrada da praça, o tronco e o machado de justicamento foram instalados com dois carrascos; e só então o comércio começou. Nesse dia, Domenico Lenzi estimou que menos de 1/3 dos compradores conseguiu adquirir trigo.⁷²⁴ Os dias de incapacidade de abastecimento haviam retornado.

No dia 25, quinta-feira, o mercado não abriu, mas o texto não menciona nenhum feriado.⁷²⁵ É difícil dizer se o narrador esqueceu de citar a festividade de um santo, ou se

⁷¹⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322.

⁷²⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322.

⁷²¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322.

⁷²² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315.

⁷²³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315.

⁷²⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 315.

⁷²⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

as portas de Orsanmichele não abriram em razão do tumulto no dia anterior. No dia seguinte, antes dos sinos marcarem o início do comércio, o *podestà*, comandando a guarda cívica, já se responsabilizava pela manutenção da ordem no interior da praça.⁷²⁶ Nesse momento, metade da multidão era composta por camponeses.

Domenico Lenzi descreve com precisão como a incapacidade de obtenção de alimentos se alastrava como uma profunda desigualdade de acesso, no interior de uma sociedade marcada por diferentes níveis de riqueza e de poder. Segundo o autor, ainda em 1328, quando Luís IV, em Roma, preparava uma expedição para a Toscana, se espalhou em Florença a notícia de que a República seria invadida pelo imperador do sacro império Romano. Em agosto de 1328, o imperador marchou em direção à Úmbria, com o objetivo de alcançar a República de Pisa, então sua aliada.⁷²⁷ Então, a *Signoria* de Florença emitiu um *bando* determinando que todos os grãos excedentes, no *contado*, deveriam ser levado aos armazéns dos castelos, das praças fortes, ou de qualquer vila que dispusesse de muros para se proteger, sob pena de confisco dos cereais.⁷²⁸ O *bando* assolou o *contado* durante dez dias. Como se tratava dos meses posteriores à colheita, diversas famílias camponesas haviam vendido ou carregado o trigo excedente para as praças-fortes do *contado*, não imaginando a situação dramática que ocorreria no primeiro semestre de 1329, período final da safra.⁷²⁹ Em abril e maio, quando os protagonistas políticos e econômicos pressionaram a circulação de cereais em direção à Florença, seja pelo mecanismo da alta de preço controlado pelos *biadaioli*, seja pela administração dos mercados rurais realizada pelos *sei della biada*, diversas famílias que haviam seguido a determinação de 1328 se encontraram sem estoques, sem capacidade de acessar os mercados, ou sem capacidade de comprar diante da alta de preços.⁷³⁰ Em final de maio e em junho, essas famílias bateram às portas da capital da República, em busca de socorro. No dia 26/05/1329, a despeito dos clamores de misericórdia, os *sei della biada*, na narrativa de Lenzi, não manifestaram nenhuma reação no interior de Orsanmichele, e

⁷²⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

⁷²⁷ Giuliano Pinto data a partida de Roma de 04/08/1328, em nota de rodapé in D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

⁷²⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

⁷²⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

⁷³⁰ “inpercio ke il contado era voto ed era rechato tutta la profenda e ricolta per paura del bando che inanzi era ito per Firenze in sulla ricolta, che ogni persona che avesse grano o biada il debbia avere rechato nella città di ivi ch’andò il bando infra dice di, a pena e a bando del fuoco e d’esserli tolto il grano. Questo bando era ito per paura del Bavero, che si dicea ch’era i’ Roma e venire dovea a Firenze; sì si sgombrò tutto il nostro contado e fue quest’anno piccolissima ricolta di biade e fuori delle castella non se volea trarre, quelle ch’erano forti, per paura d’assedio”, D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 324.

grande número de camponeses retornou para os albergues sem obtenção de cereais. Entretanto, no mesmo dia, os representantes comerciais dos magistrados haviam se dirigido ao mercado de Figline Valdarno, determinados a impor um maior controle sobre o mercado rural. Não apenas mantiveram a determinação de que o trigo deveria ser vendido apenas para o consumo das famílias – e não para os *biadaiole* –, e que ninguém deveria comprar acima de 1 *staio*, como acrescentaram o controle sobre os preços, estabelecendo que nenhum *staio* deveria ser vendido acima de 34 *soldi*.⁷³¹ Sem dúvida, os magistrados visavam desafogar o mercado de Florença, melhorando a situação nos mercados rurais, e desincentivando a migração para a capital da República.

Os esforços tiveram pouco efeito. No dia 27, pessoas vindas dos mais distantes lugares da zona rural se aglomeravam antes do comércio iniciar.⁷³² É provável que não apenas os camponeses da República, mas aqueles de toda Toscana tivessem afluído para Florença: Domenico Lenzi realiza a apologia da pátria dizendo que Florença “*nel detto tempo della fame poté essere che bastò a sostenere per sé sola la metà de’ poveri Toschi*”.⁷³³ Não seria, entretanto, no dia 27 que a população obteria refrigério em Orsanmichele. As medidas do dia anterior se repetiram: os soldados bloquearam as entradas da praça, expulsando a bastões quem não havia conseguido entrar; e, sob receio de um tumulto, da invasão e do saque, grupos de soldados passaram a perseguir e dispersar qualquer rumor ou insatisfação popular nas ruas vizinhas ao mercado.⁷³⁴ Os *sei della biada* restringiram ainda mais a quantidade máxima de compra, para ½ *staio* por pessoa, para atender o máximo número possível. Os guardas que permaneciam no interior de Orsanmichele tratavam de expulsar imediatamente qualquer pessoa que já havia adquirido trigo, sem evitar a violência, visando diminuir uma multidão de sufocante aglomeração. “*Ma com tutto questo non bastò*”.⁷³⁵ A pancadaria da guarda fez levantar uma gritaria daqueles que eram atingidos, e era possível ouvir “*le grida e le strida degli uomini e delle femini*”⁷³⁶ por toda praça. Muitas pessoas foram carregadas inconscientes para fora de Orsanmichele. O trigo vendido pelos *sei della biada* não foi capaz de atender nem metade dos compradores.

⁷³¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 325.

⁷³² “Questo dì i comperatori a buon’otta nella piazza giugnevano d’ogni parte e dalla lungha del nostro contado intorno di xv millia o più. Quando venne in sulla nona, e i detti Sei e ser Villano sì providono la piazza e vidono più gente venuta che niuna altra volta e fortemente sì maravilliavano.” D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 326.

⁷³³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 317.

⁷³⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 326-327.

⁷³⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 327.

⁷³⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 327.

Nos dias seguintes, até 04 de junho, os eventos se repetiram. O abastecimento da República de Florença, cidade e *contado*, havia entrado em colapso. Mesmo o mercado negro, sofrendo uma alta contínua de preços, chegou à exaustão. A própria fonte revela a desordem, manifestando uma imprecisão no registro de preços no controlado mercado estatal, nos últimos dias de maio (tabela 5.4). No interior de Orsanmichele, as cenas de guerra continuavam. Domenico Lenzi relata que, no dia 29 de maio, os grãos disponíveis em toda República não ultrapassavam 92 *moggia* guardadas pelos soldados, sob responsabilidade dos *sei della biada*: os mercados do *contado*, e o mercado negro dentro dos muros da cidade, estavam completamente paralisados.⁷³⁷ Sob comando do *podestà*, a guarda bloqueava a entrada da praça com barricadas de madeira, e ainda assim não era capaz de impedir a aglomeração dentro do complexo de Orsanmichele. No dia 30 de maio, foi proibido que qualquer pessoa com menos de 14 anos frequentasse o mercado, e os soldados perseguiram e expulsaram adolescentes e crianças.⁷³⁸ No dia seguinte, a idade mínima foi aumentada para 15 anos.⁷³⁹ Diante da absoluta crise, o narrador comenta todas os esforços das autoridades públicas:

pigliarono questo ordine per lo mellio, ma e' non poterono rispondere a' comperatori, imperciò che lle merchata di fuori non rispondeano, e ogni persona del contado e della città, chiunque n'aveva fiore, sì llo tenea celato e davallo per amistà a' loro amici.

O mercador considerava que as autoridades políticas haviam agido o melhor que podiam, e, no entanto, “os mercados não respondiam”.⁷⁴⁰ A solução de força havia resolvido apenas temporariamente. Não havia poder militar capaz de se apropriar e controlar a capilaridade da produção e da circulação de trigo. Diante da crise, quem tinha, escondia e, no máximo, dava aos amigos e aos próximos. O mercador de trigo não deixa de notar que a crise havia alcançado até as camadas mais prósperas da população, pois relata que nem aqueles que possuíam dinheiro ou meios de riqueza conseguiam obter o trigo.⁷⁴¹ No dia 02 de junho, o mercado negro alcançava o patamar de 48 *soldi* ou mais.⁷⁴² A crise atingia o clímax. No dia 03, na praça de Orsanmichele, a aglomeração era ainda

⁷³⁷ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 329.

⁷³⁸ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 329.

⁷³⁹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 331-332.

⁷⁴⁰ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 329.

⁷⁴¹ “E maggiormente huomini da bene (...), che avendo danari non poteano comperare l'uno amicho dall'altro di buono grano, né in prestanza, D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 327.

⁷⁴² D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 326.

maior, as pessoas “*stavano siè strette che pareano in crosta*”, antes mesmo do mercado abrir.⁷⁴³ Nesse dia, os céus escureceram, e uma chuva torrencial despenhou. A descrição de Domenico Lenzi assemelha-se à descrição de um martírio, sofrido não por um santo ou mártir, mas pela população anônima fustigada pela fome:

Allora cominciò a venire da' cielo un'aqua sì grande e sì forte come mai fu maggiore; e questa gente che stavano alle bigonce del grano l'uno sopra a l'altro, non se partì e non ne fuggì niuno, anzi stettono fermi tanto che non v'ebbe niuno che non si inmolasse per tutto ed infino alla carne nuda.⁷⁴⁴

No domingo, 04 de junho, o fechamento habitual do mercado foi um verdadeiro refrigério para os *sei della biada*, após tantos dias difíceis.⁷⁴⁵ Diante do fracasso das medidas anteriores, as autoridades, então, transformaram completamente a estratégia de contenção da crise. É possível que a notícia das novas determinações tenha chegado rapidamente à comunidade de *biadaioli*. Pois, logo no dia 05, os quatro tipos de trigo voltaram a circular no mercado negro, ainda que a preços exorbitantes: o *comunale* saiu a 52 *soldi* e o *ciciliano* a 54 *soldi*.⁷⁴⁶ No mesmo dia, a praça de Orsanmichele não vendeu sequer 1 *staio* de trigo. Em contrapartida, os *sei della biada* liberaram todo o comércio de pão, suspendendo não apenas os impostos em toda República, mas permitindo a qualquer pessoa, de toda condição social, vender pães – ou seja, eliminando o monopólio dos panificadores. Foi permitido, ademais, cozinhar e vender qualquer tipo, sem necessidade de respeitar as qualidades mínimas imposta pela regulamentação.⁷⁴⁷ Como medida complementar, os próprios magistrados passaram a utilizar o trigo, anteriormente vendido no mercado estatal, para vender pão subsidiado à população. Para tanto, decidiram instalar esse comércio nas igrejas de cada *popolo* da cidade; e as vendas eram feitas durante as manhãs e durante as tardes.⁷⁴⁸ A multidão, anteriormente concentrada em Orsanmichele, se dispersou pelos bairros. Ainda assim, houve formação de grandes filas diante das igrejas.⁷⁴⁹

No dia seguinte, os representantes dos *sei della biada* foram ao mercado de Figline Valdarno, e liberaram o comércio aos *biadaioli*. Novamente, os quatro tipos de trigo

⁷⁴³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 335.

⁷⁴⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 335.

⁷⁴⁵ “Domenicha, a dì iiij del detto mese di giugno (...), non si tenne piazza in Orto Samichele, che a’ Sei era non piccolo rifriggerio”, D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 336.

⁷⁴⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 338.

⁷⁴⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 336-337.

⁷⁴⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 337.

⁷⁴⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 338.

retornaram aos balcões de negócio, embora o *comunale* não saísse menos do que 3 libras o *staio*.⁷⁵⁰ A reação foi imediata no mercado negro, baixando o preço para o mesmo patamar. Talvez o predomínio dos mercadores em Figline, no dia 06, descontentou as autoridades, e ensejou o receio de que o *contado* ficasse ainda mais desabastecido. Diante da eficácia da decisão em relação aos pães, com a suspensão do monopólio dos profissionais, as autoridades decidiram retornar à reserva do comércio *contadino* para os residentes no campo. Assim, no dia 07, os *sei della biada* determinaram que os *biadaioli* não deveriam frequentar os locais do *contado* durante os dias em que houvesse mercado.⁷⁵¹ A determinação não deixa de ser sutil: se era vetado aos mercadores de trigo de Florença utilizarem os mercados da República como fonte de obtenção, em contrapartida, poderiam negociar *diretamente* com os produtores rurais e os proprietários de terra. Ao mesmo tempo em que os mercados permaneciam reservados aos consumidores do *contado*, os *biadaioli* permaneciam com uma janela de aquisição para revenda. Para completar, no dia 08, os *sei della biada* liberaram o comércio de trigo em Orsanmichele para qualquer um que desejasse comercializar, suspendendo o predomínio dos mercadores na praça.⁷⁵²

Durante todo o mês de julho, uma nova situação se estabeleceu na cidade. A praça de Orsanmichele se tornou um espaço de comércio de pães. Vendedores vinham dos mais distantes lugares em busca de uma oportunidade de negócio. No dia 09, a praça estava fornecida com uma grande variedade. Não apenas panificadores do *contado* florentino haviam migrado, mas diversas pessoas sem qualificação profissional colocavam à venda; alguns tinham mesmo vindo da República de Lucca para lucrar com a demanda e a alta de preços em Florença.⁷⁵³ Como sistema complementar, voltado aos pobres, as autoridades continuavam vendendo pães subsidiados nas igrejas da cidade.⁷⁵⁴ Decerto, o novo sistema não passou sem alguma turbulência. No dia 10, os pães vendidos pelas autoridades públicas eram de qualidade tão ruim, que as pessoas se recusaram a comprar.⁷⁵⁵ No dia 13, um alimento melhor foi posto à venda, por preço inferior àquele praticado em Orsanmichele. O resultado foi uma imediata corrida da população para o pão subsidiado, gerando um pequeno tumulto nas filas das igrejas.⁷⁵⁶ Não obstante, não

⁷⁵⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 341.

⁷⁵¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 342.

⁷⁵² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 343.

⁷⁵³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 346.

⁷⁵⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 345.

⁷⁵⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 346.

⁷⁵⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 347-348.

houve necessidade de convocar a guarda cívica ou a força armada. Diferente dos dias anteriores, a nova estratégia da República conseguia alimentar não apenas sua população, mas os pobres da Toscana que haviam migrado para a capital.

O mercado de trigo também mostrava sinais de melhoria. Em Orsanmichele, durante todo o mês, pequenas quantidades de trigo foram colocadas à venda, por pessoas que não eram mercadores de trigo profissionais (*biadaioli*).⁷⁵⁷ Os mercadores, em contrapartida, continuavam vendendo pela cidade, longe do controle dos *sei della biada*, e sem repressão de qualquer autoridade. Sem dúvida, as autoridades estavam ocupadas demais em manter o abastecimento, e fechavam os olhos para o comércio dos *biadaioli*. A baixa de preços foi constante. A safra de 1328-1329 começava a ser colhida e abastecer os mercados no *contado*, pacificando a carestia no campo. Ademais, a situação melhorou consideravelmente com três diferentes remessas de importação. Em meados do mês, chegou o trigo adquirido na Romanha, durante maio.⁷⁵⁸ A comuna de Colle di Valdelsa, procurando reaver a antiga amizade com a República de Florença, enviou gratuitamente 75 *moggia* de trigo *comunale* às autoridades florentinas.⁷⁵⁹ E os *sei della biada* conseguiram encontrar um espaço alternativo de negociação: o trigo produzido na ilha da Sardenha. Adquirido no dia 13/06⁷⁶⁰, 1.500 *moggia* chegaram no dia 27, e foram imediatamente estocadas em Orsanmichele.⁷⁶¹ No final do mês, os magistrados decidiram liberar, de vez, o controle sobre os mercados no *contado*. Domenico Lenzi conta, em tom crítico, que, no dia 20 de junho, nenhuma autoridade da República esteve presente em Figline Valdarno, e algumas pessoas compraram acima de 1 *staio*/pessoa, visando estocar e revender, em prática especulativa.⁷⁶² Mas a liberação havia sido decidida, e, desde essa data, as autoridades públicas deixaram de controlar os mercados de seu território. O movimento conjunto de importação, liberação do comércio, chegada da nova safra, e distribuição de pães subsidiados – levou a uma baixa generalizada dos preços. Em Figline Valdarno, no dia 23 de junho, o *staio* do *comunale* foi vendido a 46 *soldi*; no dia 27, o mesmo tipo de trigo era comercializado por apenas 24 *soldi*. Em Orsanmichele, o *comunale* foi vendido por 42 *soldi* no dia 21; no dia 27 de junho, caiu também para 24 *soldi*. No fim do mês, os *biadaioli* paulatinamente retornaram às suas lojas em

⁷⁵⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 341-358.

⁷⁵⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 325.

⁷⁵⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 354.

⁷⁶⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 348.

⁷⁶¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 357.

⁷⁶² D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 355.

Orsanmichele. Nos últimos dias do mês, a praça voltou a ofertar grande quantidade de cereais. Como ato final de retorno à normalidade, as autoridades públicas, no dia 01 de julho, reestabeleceram os impostos sobre os pães.

5.2. 1329: a segunda onda da crise.

Nos meses de julho e agosto, houve paz na cidade de Florença. Entre 24 e 26 de julho, o *staio* do trigo *comunale* chegou a ser vendido por 19 *soldi*.⁷⁶³ Os *sei della biada* sofreram alguma indecisão em relação ao trigo adquirido da Sardenha – o chamado *sardesco*. Os grãos eram de péssima qualidade; colocados à venda nos últimos dias de junho, foram evitados pelos compradores.⁷⁶⁴ Em julho, os magistrados chegaram a colocar o *sardesco* por 18 *soldi*⁷⁶⁵, sem dúvida valor bastante negativo para o orçamento público: adquirido na alta de preços, agora esse grão se mostrava invendível.

Os primeiros sinais de que os próximos meses não seriam de prosperidade, no entanto, não ocorreram na Toscana, mas no sul da Itália. Se a primeira onda da crise foi causada pela péssima safra toscana de 1327-1328, a segunda onda decorreu da quebra de produção nas regiões da Sicília e da Apúlia. Já nos referimos como, em abril de 1329, as autoridades concederam aos *sei della biada* um orçamento complementar para que realizassem compras de trigo produzido no sul da Península, negociando com as companhias Bardi, Peruzzi e Acciaiuoli. Entretanto, Domenico Lenzi silencia sobre qualquer remessa de grão importado do sul; antes, as autoridades se voltaram para a Romanha, e conseguiram encontrar uma fonte alternativa de abastecimento na Sardenha – que não parece ter sido uma fornecedora habitual de Florença. É bem possível que, durante o primeiro semestre do ano, a importação da Sicília e da Apúlia estivesse decaindo. O que sabemos é que, em junho, as grandes cidades meridionais foram atingidas pela carestia e escassez de cereais. A segunda onda de crise de abastecimento na Florença de 1329 começou no sul da Itália.

No dia 05 de junho de 1329, não havia trigo na cidade de Nápoles – um dos principais centros exportadores do sul da Península.⁷⁶⁶ Domenico Lenzi narra que a população, constrangida pela necessidade, formou uma multidão compacta e se dirigiu até os fornos e armazéns públicos; diante da ineficácia das autoridades, a fúria se alastrou

⁷⁶³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 361-362.

⁷⁶⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 357-358.

⁷⁶⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 361-362.

⁷⁶⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 338-339.

e deu origem a uma sublevação. Pão cozido e pão cru, grãos e farinhas – tudo foi “apreendido” pela população de Nápoles, “non churando la morte né i’ re”.⁷⁶⁷ Nos dias seguintes, a justiça do rei enforcou três pessoas envolvidas no levante.

A margem oriental do reino de Nápoles também não passou incólume. Durante os mesmos dias, Barletta, principal porto de exportação da Apúlia, também foi atingida pela escassez e falta de grãos no mercado. “*E la gente minuta era a grande stretta, e non sapeano che ssi fare né dire, e andavansi ramarichando e dolendo fortemente che morivano di fame*”.⁷⁶⁸ Correram notícias que os estratos mais ricos da sociedade estocavam os cereais, e não disponibilizavam à venda ou a qualquer tipo de acesso à população mais pobre. Alguns gentis homens se reuniram aos “*poveri huomini*”, formando uma força armada popular; secretamente, invadiram a residência do representante do rei, e expulsaram-no da cidade.⁷⁶⁹ A população, então, tomou as ruas. A elite teve receio de ter suas residências invadidas e saqueadas. Nos dias seguintes, um novo representante da corte, ao chegar à cidade, passou a organizar o acesso da população ao trigo e aos cereais, contando, agora, com a cooperação daqueles que tinham grãos armazenados. A paz retornou à Barletta.⁷⁷⁰

Os problemas em Nápoles e Barletta indicam que a péssima safra de 1328-1329 ocorreu tanto na Toscana, quanto no sul da Itália, espaço que pertencia ao sistema de abastecimento de Florença. De fato, já em agosto, um leve movimento de subida de preços dos cereais começou a se manifestar em Orsanmichele. A alta se tornou mais intensa no mês seguinte. Entre os dias 6 e 7 de setembro, os *biadaioli* ofereciam o *staio* do *comunale* por 26 *soldi*.⁷⁷¹ No dia 09 de setembro, os *sei della biada* voltaram a tentar vender o *sardesco*, por 18 *soldi*. Foram então surpreendidos por uma súbita corrida da população. Os magistrados não reagiram diante do tumulto que se formou na praça, com furtos e confusão; os cereais foram insuficientes para atender a demanda.⁷⁷² Nos dias seguintes, uma situação instável se seguiu. Os *biadaioli* ofereciam suas mercadorias por valores cada dia mais altos, restringindo o número de compradores. Em contrapartida, os *sei della biada* ofereciam o *sardesco* por um preço inferior, e passavam a sofrer a demanda daquelas pessoas sem poder de compra diante da inflação do mercado oficial. No dia 12

⁷⁶⁷ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 339.

⁷⁶⁸ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 361-362.

⁷⁶⁹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 340.

⁷⁷⁰ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 340.

⁷⁷¹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 365.

⁷⁷² D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 366.

de setembro, o *comunale* era vendido a 30 *soldi* pelos mercadores; e o *sardesco* por 24 *soldi* pelos magistrados. Pessoas se apinhavam para tentar comprar o último, e, mesmo com os *sei della biada* restringindo o limite de compras para 1 *staio* por pessoa, o mercado estatal não era capaz de atender a demanda.⁷⁷³ A sombra da crise voltava a se projetar sobre Florença.

Giovanni Villani informa que, durante a crise de 1329, a República chegou a gastar 60.000 florins apenas para conseguir abastecer a cidade.⁷⁷⁴ O elogio à atuação da República feito por Domenico Lenzi não era apenas apologia edulcorada, mas referia-se ao profundo esforço das autoridades em alimentar o segmento da população sem acesso à comida. Porém, antes como hoje, como o dinheiro não brota da terra, os magistrados do mercado hesitaram em repetir as medidas aplicadas em maio, em favor de uma solução menos onerosa aos cofres públicos. A nova estratégia veio à luz no dia 15 de setembro: um *bando* determinava que os *biadaioli* deveriam registrar seus estoques com os *sei della biada* que, por sua vez, iriam decidir o preço de venda do mercado oficial.⁷⁷⁵ Estava imposto o *stimo*. De agora em diante, seriam os magistrados que se tornariam responsáveis por contabilizar os estoques e decidir os preços praticados em Orsanmichele, e não mais a coletividade dos *biadaioli*. Assim, o *comunale*, vendido por 34 *soldi* no dia 13 de setembro, foi estimado pelos magistrados em 27 *soldi*. As autoridades, procurando diminuir a pressão sobre o mercado estatal, obrigavam os mercadores a ampliar a capacidade de atendimento à população florentina. Ao mesmo tempo, escaldados com os acontecimentos, os magistrados reorganizaram a disposição do mercado estatal no interior de Orsanmichele. Passaram a estabelecer três zonas diferentes na praça, reservando duas exclusivas para as mulheres, e a terceira, para os homens.⁷⁷⁶ Tentavam evitar o tumulto, a necessidade de intervenção da força armada, e cenas de violência e furto no interior do mercado. Porém, a despeito dos esforços, o mercado estatal, vendendo o *sardesco* a 24 *soldi*, não foi capaz de atender senão metade dos compradores que afluíram no dia 15 de setembro.

Os mercadores reagiram imediatamente, reinstituindo o mercado negro. Entre os dias 15 e 27, venderam os quatro tipos de trigo na cidade, longe da vista das autoridades, e desrespeitando o preço que os magistrados tentavam estabelecer. É certo que,

⁷⁷³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 366-367.

⁷⁷⁴ G. Villani, *Nuova Cronica* (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XI, cap. 119, p. 1092.

⁷⁷⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 368.

⁷⁷⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 368.

novamente, os *sei della biada* não hesitaram em fechar os mercados no *contado*; em Figline Valdarno, os representantes dos magistrados reimpuseram a interdição de compra aos mercadores, reservando o comércio para pessoas que vinham comprar para consumo familiar.⁷⁷⁷

No dia 16, os homens ricos e proprietários fundiários foram instados a disponibilizar seu trigo para o comércio em Orsanmichele.⁷⁷⁸ A determinação parece ter sido inócua, e a situação piorava com velocidade. Nesse dia, os camponeses voltaram a bater às portas de Florença, à procura do trigo subsidiado; a incapacidade de oferta do mercado estatal resultou em novas cenas de tumulto e de confusão na praça.⁷⁷⁹ Nesse momento, Villano da Gobbio, que havia sido o cavaleiro da *podestà* durante o primeiro semestre, e agido de forma enérgica, foi reconduzido ao cargo.⁷⁸⁰ O braço armado da República estava prestes a entrar em ação.

Dessa vez, no entanto, o cavaleiro da *podestà* marchou contra a comunidade dos *biadaioi*. Já descrevemos, no capítulo anterior, de que maneira um grupo foi preso, e oito mercadores colocados sob interrogatório e tortura. Como descrito, os dias seguintes mostraram como as medidas de violência foram ineficazes diante da atuação coletiva dos mercadores de trigo. Os mercadores fecharam suas lojas, e pararam de vender em Orsanmichele; no dia 02 de outubro, o mercado urbano de cereais ofereceu apenas o trigo *sardesco* vendido pelos *sei della biada*.⁷⁸¹ O descontentamento da população com as medidas repressivas levou à retirada da atuação do cavaleiro da *podestà*, e as autoridades tiveram de se resignar diante do mercado negro. A empreitada havia fracassado absolutamente.

Em outubro, a crise eclodiu novamente. Durante todo o mês, uma multidão se aglomerou na praça de Orsanmichele, e os *sei della biada* foram incapazes de satisfazer a demanda dos mais pobres. Pequenas quantidades de trigo foram colocadas à venda pelos mercadores, sempre sob o *stimo* dos magistrados. A principal oferta era a do mercado estatal. Entretanto, a cada novo dia de mercado, os magistrados não chegavam a satisfazer metade das pessoas que acorriam à Orsanmichele.⁷⁸² No dia 19, os *sei della biada* retomaram a interdição de menores de 15 anos de frequentarem a praça; o narrador diz

⁷⁷⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 369.

⁷⁷⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 370.

⁷⁷⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 370-371.

⁷⁸⁰ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 370.

⁷⁸¹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 376-377.

⁷⁸² D. Lenzi, *Il libro del Biadaio* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 378-383.

que cerca de 400 *fanciulli*, meninos e meninas, realizando grande gritaria, foram expulsos.⁷⁸³ No dia 26, foi restabelecido o sistema de pagamento por comprovante: os compradores entregavam o dinheiro em determinado local, recebendo uma pequena vara com o símbolo da comuna, que poderiam trocar junto aos tonéis de trigo.⁷⁸⁴ A medida serviu apenas para melhorar a organização do comércio, sem aliviar a quantidade de pessoas que, diariamente, não conseguia adquirir trigo. Aqui, Domenico Lenzi critica duramente a atuação das autoridades públicas, dizendo que o *stimo* impedia o trabalho dos *biadioli* e deteriorava a situação do abastecimento urbano: “*E veramente, s’e’ Sei nonn avessono tenuto questo modo di stimallo, ogni dì sarebbe assai più venduto che non si facea per paura del bando*”.⁷⁸⁵ Provavelmente, o *stimo* fazia com que os mercadores tivessem prejuízo; os valores impostos pelos magistrados não cobriam os custos de revenda, impossibilitando todo o circuito comercial. Não é exagerado supor que os cereais circulassem mais caros no mercado negro, sofrendo tanto um prêmio de risco, quanto o aumento dos custos de transação pela impossibilidade de utilização de Orsanmichele.

A situação mudou apenas com a eleição de novos *sei della biada*, em novembro de 1329. Após enfrentar alguns dias de incapacidade de atendimento da população, os novos magistrados decidiram reinstaurar a política de distribuição de pães. No dia 10, estabeleceram 13 pontos de venda de pão subsidiado, dispersos pela cidade.⁷⁸⁶ A praça de Orsanmichele, subitamente, se tornou um espaço desértico, tanto mais porque as lojas dos *biadaoli* não ofereciam nada. No dia 16, os *sei della biada* tentaram uma solução de compromisso com os mercadores, oferecendo a liberdade de comércio no *contado*, incluindo a livre participação nos mercados, e demandando, em troca, o retorno à Orsanmichele.⁷⁸⁷ O espaço de negociação dos magistrados era, porém, bastante limitado. Os pontos de distribuição de pães subsidiados mal conseguiam atender a população faminta; e houve mesmo um dia de pancadaria na multidão, com as pessoas se pegando pelos cabelos e se esmurrando no rosto.⁷⁸⁸ A liberação dos mercados no *contado*, sem a extinção do *stimo*, resultou no fracasso da expectativa dos *sei della biada*, e Orsanmichele permaneceu como um súbito espaço vazio no meio da cidade. O mercado negro, ao contrário, dava sinais de se enraizar. A liberação dos mercados do *contado* deve ter,

⁷⁸³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 381.

⁷⁸⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 382.

⁷⁸⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 385.

⁷⁸⁶ Cada *sesto* recebeu 2 pontos, com exceção do *sesto* de Oltrarno, que recebeu 3. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 386.

⁷⁸⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 387.

⁷⁸⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 388.

inclusive, aumentado a oferta nesse circuito: entre novembro e fevereiro, os preços praticados *diminuíram*, a despeito da tendência sazonal de alta existente no primeiro semestre de cada ano.⁷⁸⁹

Diferente dos dois anos anteriores, a safra de 1329-1330 foi boa, permitindo o retorno ao abastecimento regular da República. Entre novembro de 1329 e maio de 1330, um frágil equilíbrio se consolidou na cidade. Pelas ruas da capital, os *biadaioi*, com acesso aos mercados no *contado*, vendiam trigo longe do controle dos magistrados, estabelecendo os preços de cada tipo de trigo comercializado. Na praça de Orsanmichele, os *sei della biada* seguiam impondo o *stimo* sobre o pouco trigo que, eventualmente, era vendido na *loggia*. Nesse sentido, o tabelamento de preço era apenas fictício, posto que uma parte ínfima do trigo que circulava pela cidade era vendido sob o *stimo*. Também em Orsanmichele continuava funcionando o que denominamos de mercado estatal: o trigo comprado com orçamento público, e vendido pelas autoridades da República a preço subsidiado. Em quarto lugar, pelos bairros da capital, a comuna oferecia pão subsidiado, de baixa qualidade. Para aguentar os últimos dias que antecederiam a nova safra, as autoridades políticas determinaram, em março de 1330, a suspensão dos impostos sobre os pães, e a liberação de comércio na cidade para qualquer um que desejasse vendê-los – repetindo, portanto, as medidas de maio de 1329.⁷⁹⁰ A resolução novamente inundou a praça de Orsanmichele com pães produzidos na cidade e no *contado*.⁷⁹¹ Em maio de 1330, o cavaleiro da *podestà* anunciou que todo o trigo comercial trazido à Florença deveria ser conduzido à Orsanmichele – sinalizando aos mercadores que as autoridades não iriam mais fazer vistas grossas ao mercado negro quando chegasse a nova safra.⁷⁹² Que, na narrativa de Domenico Lenzi, nenhum mercador tenha sido preso, manifesta a cumplicidade dos magistrados com a atividade paralela dos *biadaioi* pelas ruas da cidade. Com a nova colheita, que chegou a partir de junho, a regularidade do abastecimento retornou, com o monopólio de Orsanmichele sobre o comércio de trigo, e o controle da comunidade de mercadores sobre os preços praticados.⁷⁹³

⁷⁸⁹ Em outubro de 1329, o *staio* do *comunale* era vendido a 32 *soldi*, no mercado negro. Em março de 1330, foi vendido por 29,5 *soldi*, no mesmo circuito comercial. D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 384-385 e 393.

⁷⁹⁰ Não foi suspenso apenas o imposto cobrado sobre os pães que, produzidos dentro da cidade, atravessam as portas para serem vendidos fora. Claro sinal de que, nesses dias, a zona rural não apresentava problemas. D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 395-396.

⁷⁹¹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 401.

⁷⁹² D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 401.

⁷⁹³ D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 403.

5.3. Por uma definição da crise de 1329.

Talvez tenha causado incômodo à leitora ou leitor a ausência de uma definição precisa para uma expressão que tem sido empregada desde o início: a “crise de 1329”. Mais de uma vez, nos referimos como, nos dias tumultuosos desse ano, surgiu o clamor da fome. Afinal, a que tipo de situação estamos nos referindo? Uma crise famélica atingiu a Toscana?

Evidentemente, essas respostas não poderiam preceder à reflexão sobre o funcionamento do abastecimento urbano, e à descrição dos eventos ocorridos entre 1328 e 1330. Agora, temos elementos para esboçar uma definição mais precisa.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que tanto a crise de abastecimento, como a insurgência da fome – não foram os objetos de estudo dessa investigação. Pois, se assim fosse, teríamos de nos concentrar sobre outro corpo documental, capaz de fornecer o maior nível possível de detalhes sobre os anos de 1303, 1318, 1328-1330 e 1346-47. A década de 1340, aliás, foi a mais difícil para Florença, e representa o melhor ponto de observação para um estudo sobre a fome na Toscana do século XIV.⁷⁹⁴

A fome é um fenômeno complexo; a própria definição é tema de debate. Um método seguro é estabelecer categorias de acordo com a intensidade do evento. Cormac Ó Grada distingue, por exemplo, crise alimentar, fome, e fome aguda, de acordo com níveis de mortalidade causados por cada uma.⁷⁹⁵ Johanna Morgan, utilizando um vocabulário de difícil tradução, estabelece diferenças entre “*malnourishment*”, “*hunger*”, “*starvation*” e “*famine*” – em que apenas a última poderia ser traduzida como crise famélica.⁷⁹⁶ A definição de crise famélica (“*famine*”) de Cormac Ó Grada tem a vantagem de oferecer um conceito preciso e claro: a fome é definida como a incapacidade de acesso à alimentação, seja pela escassez na produção de alimentos, seja por uma crise econômica, com consequente aumento da mortalidade por inanição e de doenças provocadas pela desnutrição.⁷⁹⁷ Uma crise famélica tem impacto profundo sobre a sociedade, modificando a demografia, a expectativa de vida, a taxa de natalidade, a idade média da contração de matrimônios, além de impactar no nível de violência e nas formas de migração e deslocamento humano.⁷⁹⁸ Ademais, a temporalidade da fome pode resultar em fenômenos

⁷⁹⁴ Giuliano Pinto, “Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348)”, in Domenico Lenzi, **Il libro del Biadaio**, ed. Pinto, Firenze: Olschki, 1978, p. 97-100.

⁷⁹⁵ Cormac Ó Grada, **Famine. A short History**, New Jersey: Princeton University Press, 2009, p. 4.

⁷⁹⁶ Johanna Morgan, “The Invisible Hunger: Is Famine identifiable from Archaeological Record?”, in **Antrocom Online Journal of Anthropology**, vol 9., n. 1, 2013, p. 116.

⁷⁹⁷ Cormac Ó Grada, **Famine. A short History**, New Jersey: Princeton University Press, 2009, p. 4-5.

⁷⁹⁸ Cormac Ó Grada, **Famine. A short History**, New Jersey: Princeton University Press, 2009.

bastantes distintos: uma crise de fome ocasional, que se manifesta em alguns meses, não pode ser comparada àquelas que atingem as sociedades por um período maior, superior a um ano, ou mesmo àquelas que se tornam crônicas, permanente em toda sociedade ou dentro de um grupo, e que apenas se torna mais ou menos intensa de acordo com oscilações sazonais.⁷⁹⁹

A partir daqui, podemos começar estabelecendo que a sociedade de Florença, entre 1284 e 1340, não sofreu nenhum tipo de crise famélica, permanente ou sazonal. A descrição dos eventos feita por Domenico Lenzi nos conduz a um cenário de alta de preços e pouca quantidade de cereais disponíveis à venda, incluindo dias em que o mercado estava paralisado. O fenômeno não atingiu de maneira igual a sociedade florentina; em meio à crise, encontramos grandes proprietários fundiários que cederam seus cereais ao comércio. Na semana mais difícil, *Il Libro del Biadaiolo* registra que nem os homens que possuíam dinheiro conseguiram adquirir – mas a situação não parece ter durado, para essa camada da população, mais do que poucos dias. A existência de um mercado negro na cidade, durante a crise, manteve o acesso de trigo aos estratos mais prósperos da sociedade.

Para a população com menor poder de compra, na cidade e no campo, a situação foi mais dramática. Parece impossível determinar, pelas fontes, a intensidade da carência alimentar para essas famílias, assim como é impossível ter certeza que pessoas não morreram, ou que a taxa de mortalidade infantil não tenha aumentado, pelos efeitos nefastos resultantes da ingestão de alimentos de má qualidade.⁸⁰⁰ Tanto mais que a sorte das pessoas de menor riqueza parece ter sido bastante heterogênea. Entretanto, o que é certo é que a República atuou de forma enérgica para desempenhar um papel de redistribuição do montante de trigo e dos cereais disponíveis, criando os mais variados mecanismos de acesso – a reserva dos mercados do *contado* para o consumo das famílias locais, a formação de um mercado estatal, a distribuição de pães subsidiados. Ao cabo, a capacidade de atender a população causou um efeito de migração, em toda Toscana, em direção à Florença. Domenico Lenzi repete que a República não deixou que os necessitados ficassem às mínguas, embora tenha sido impossível evitar o tumulto e a desordem no interior da cidade.

⁷⁹⁹ Johanna Morgan, “The Invisible Hunger: Is Famine identifiable from Archaeological Record?”, in **Antrocom Online Journal of Anthropology**, vol 9., n. 1, 2013, p. 115-116.

⁸⁰⁰ Cormac Ó Grada mostra como, durante crises famélicas, há um aumento significativo de morte por outras doenças, como a febre tifoide, desinteria, febre escarlate, difteria e coqueluche. Cormac Ó Grada, **Famine. A short History**, New Jersey: Princeton University Press, 2009, p. 102-113.

Dito isso, podemos caracterizar os eventos de 1328-1330 como uma crise de abastecimento. Em primeiro lugar, o circuito comercial do trigo entrou em colapso. O sistema de importação do sul da Península e a produção da região ocorreram num nível muito baixo em relação à pressão da demanda. Como reação em cadeia, a capacidade de atração – comercial e política – da capital da República esvaziou o trigo existente no território florentino, e os mercados no *contado* tiveram problemas em abastecer as populações locais. O problema urbano se espalhou pelo território. À quebra do mercado da capital, e da rede mercantil do território florentino, seguiu-se a incapacidade dos mecanismos de circulação não-comercial de enfrentarem a situação. Quem não dependia do mercado foi obrigado a adquirir cereais no circuito comercial, e o aumento da composição da demanda causou a explosão dos preços e o pânico da procura. O que se iniciou como uma ruptura comercial da cidade de Florença se desenovelou em uma crise generalizada de abastecimento da República.

Entretanto, a pressão popular contra os mercadores e contra a elite política, assim como os incessantes esforços das autoridades políticas, impediram que a crise de abastecimento se transformasse em uma crise famélica. Embora não seja possível descartar casos individuais de inanição e de incapacidade de acesso, a sociedade florentina não foi atingida pela fome como um fenômeno de amplitude social. Isso não significa dizer que a crise de abastecimento tenha sido menos sofrível, ou tenha causado menor ruptura, do que foi e do que causou. Nem que não tenha gerado efeitos permanentes na saúde daqueles que sofreram de forma mais aguda a falta de acesso à alimentação, sobretudo crianças, gestantes e idosos. A documentação analisada nos colocou diante do mercador de trigo e do cronista, ambos pertencentes às categorias sociais com acesso ao trigo mesmo durante a crise de abastecimento. Ou seja, as fontes foram produzidas por pessoas que testemunharam os eventos, mas não por aqueles que *sofreram* a incapacidade de acesso.⁸⁰¹ Por isso, só podemos supor a intensidade do sofrimento daqueles que, por exemplo, tendo uma vida regular de produtor agrícola, tiveram de deixar suas casas na zona rural, migrar para o território estranho da grande urbe, e mendigar pelas ruas de Florença em busca de alívio para si e para a própria família. Também não temos como mensurar o grau de impacto para o orçamento das famílias que, para conseguir se alimentar durante a alta de preços, tiveram de fazer sacrifícios, batendo na porta de usurários ou vendendo pertences importantes para poder pagar o pão de cada dia.

⁸⁰¹ As descrições sobre a fome por aqueles que sofreram a fome têm uma importância central em Cormac Ó Grada, **Eating people is wrong**, New Jersey: Princeton University Press, 2015, p. 1-10.

5.4. O manifesto político do mercador

A análise do *Specchio Umano* tem sido central para a análise do mercado de trigo. Contudo, ao cabo, ainda não respondemos três questões fundamentais sobre esse manuscrito iluminado. Manifesta Domenico Lenzi uma opinião política sobre o mercado e sobre a intervenção dos magistrados da República? Qual a dimensão religiosa do escrito do mercador? Será possível identificar o sentido e uma finalidade de natureza filosófica no *Specchio Umano*? Me parece que as três questões convergem para uma interpretação que, se fica longe de ser exaustiva, ao menos tem o mérito de tentar compreender o texto no interior da cultura de seu tempo e formular o início de um debate. No entanto, gostaria de defender que a tentativa de elaborar uma resposta ganha em precisão quando é feita *após* a análise do funcionamento do mercado de trigo, e não antes. É por esse motivo que a travessia que fizemos nessa dissertação, refletindo sobre a composição da demanda em uma sociedade marcada pela desigualdade de riqueza, a formação da estrutura de oferta em uma economia em que o comércio convivía com outros mecanismos de circulação, e a constituição de um protagonismo coletivo de mercadores no controle do mercado de trigo – são etapas fundamentais para analisar o caráter político, religioso e filosófico da obra.

Em artigo de 2017, George Dameron, ao tratar do abastecimento das cidades medievais, comparou *Il Libro del Biadaiolo* com a atitude do governo de Benin diante da carestia sofrida pelo país em 1976: em ambos os casos, as crises foram atribuídas à ira de Deus, e ao desejo de punir os homens.⁸⁰² De fato, o contato inicial com o manuscrito de Domenico Lenzi tende a reduzir a compreensão do texto a duas camadas de sentido: a tediosa anotação dos preços feita por um mercador, e uma lição moral pautada por uma dicotomia simples: a abundância e a escassez de alimentos resultam da generosidade ou do castigo divinos diante das faltas do comportamento humano. Já tivemos oportunidade de pensar que a lista de preços, longe de ser um mero registro contábil, manifestava o protagonismo e a atuação social dos mercadores diante do desafio cotidiano de abastecer uma cidade de dimensões colossais, a partir de uma produção agrícola marcada pela irregularidade do rendimento e de um sistema em que a importação comercial tinha importância central. Já tivemos oportunidade de vislumbrar a complexidade da obra, reconhecendo a influência de Domenico Cavalca e referindo comentários pontuais do

⁸⁰² G. Dameron, “Feeding the Medieval Italian City-State: grain, war, and political legitimacy in Tuscany, c. 1150 – c. 1350”, in *Speculum*, Cambridge, n. 92 (4), 2017, p. 976.

autor – como o repúdio às atitudes das autoridades políticas de Siena ou Colle di Valdelsa, ou a crítica ao *stimo* imposto pelos *sei della biada*. Temos elementos suficientes para avançar.

A narrativa do *Specchio Umano* é pontuada por expressões devocionais:

Nonne da te, o vano malizioso e superbio huomo, abundanza od alchuno altro bene temporale o spirituale, ma più tosto da l'altissimo Idio procede e viene, chome fattore principale, governatore e proveditore di te, e punitore giusto di tuoi mali.⁸⁰³

As iluminuras acompanham o discurso, compondo um quadro de circuito fechado. Por exemplo, um par de imagens se refere ao mercado em tempos de abundância e em tempos de escassez (imagens 5.1 e 5.2). A primeira apresenta uma disposição organizada do espaço pictórico, distribuído em três planos: na parte inferior, cinco personagens, homens e mulheres, parecem interagir de forma festiva, sentados sobre ou ao lado de sacos carregados. No plano intermediário, doze tonéis repletos de cereais, distribuídos de forma circular, ocupam o centro da paisagem; e dezesseis personagens interagem entre si, ou com os grãos. Um deles, com as mãos para o alto, dialoga com terceiro plano da representação: na parte superior, dois anjos dominam a cena, e um deles, portador de três trombetas, leva três mensagens aos homens. A iluminura referente ao mercado em tempos de escassez, embora apresente também três planos de representação espacial, tem uma organização diferente. Ao invés de três camadas horizontais, uma confusão ocupa a centralidade da cena, se desbordando à margem esquerda, e se estendendo até a parte inferior. Na parte direita, um tabernáculo atravessa a imagem em vertical, conectando os espaços da terra e do céu. No plano superior, o anjo retorna para as esferas celestes, e duas inscrições, representando a voz divina, se dirigem até uma figura demoníaca. Ambas iluminuras apresentam grande riqueza de conteúdo, e merecem análises detalhadas. Aqui, nosso interesse se restringe apenas a notificar como a representação pictórica trabalhou com a interação imediata entre os sucessos ocorridos no mercado e uma percepção devocional e cristã dos eventos históricos.⁸⁰⁴

⁸⁰³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 436.

⁸⁰⁴ Para uma brilhante análise das iluminuras, Rouchon-Mouilleron, “Miracle et charité: autour d’une image du Livre du biadaiolo (Florence, Bibliothèque laurentienne, ms Tempi 3)”, in *Revue Mabillon*, Abbaye Saint-Martin/A. Picard et fils; Brepols, 2008, 19 (80), p.157-189.

Como vimos, os motivos religiosos também aparecem nos poemas. Luisa Miglio, depois de definir o texto como um intento de cunho moralizador, identifica em Domenico Lenzi um autor ligado ao meio intelectual do Duecento, descrevendo o texto como:

Una (...) opera narrativa comunemente nota come diario, cui l'autore, ispirato dagli intenti moralistici cari alla sua età, diede il titolo di 'Specchio Umano'. (...) Egli è anche figlio di un'epoca in evoluzione ma ancora impregnata della mentalità moralistica e teologica del Duecento, che vedeva in ogni manifestazione l'intervento della giustizia divina punitrice degli errori dei mortali e regolatrice dei destini umani, cittadino timorato di Dio che interpreta gli avvenimenti secondo un'ottica moralizzatrice e cristiana, parte attiva e partecipe degli avvenimenti di cui parla.⁸⁰⁵

Não parece haver dúvidas de que o autor compartilhava do sistema de valores da ética cristã, característica aliás comum ao meio mercantil florentino, como já descreveu Charles de La Roncière.⁸⁰⁶ O busílis é que, nessa cultura, as esferas da religião, da moral e da política estavam imbrincadas. Esse entrelaçamento produziu uma teoria política e jurídica refinadas, coerente com os conflitos e contradições do período. Para iniciarmos a compreensão do *Specchio Umano*, temos de começar pela compreensão do vocabulário político do século XIV, na Península Itálica. Sempre será ocioso julgar que, pelo fato de não encontrarmos no texto as categorias e conceitos do nosso tempo, o texto é destituído de uma dimensão política. A breve análise de dois discursos, de diferentes naturezas, será suficiente para nos apresentar alguns elementos fundamentais da linguagem política peculiares ao *Trecento*.

Bartolo de Sassoferrato (1314-1357), jurista formado na Universidade de Bologna, produziu um grande número de obras voltadas à reflexão sobre as formas políticas e a legitimidade (ou ilegitimidade) do exercício do poder.⁸⁰⁷ Dois critérios tornam pertinente a escolha de Sassoferrato. Primeiro, a ampla difusão, nas cidades europeias, de cópias manuscritas de suas obras, evidência de que seus tratados repercutiam nos meios intelectuais do tempo.⁸⁰⁸ Em segundo, a capacidade de seu

⁸⁰⁵ Luisa Miglio, "Domenico Lenzi: tra mercatura e poesia", in **Modern Language Notes**, Johns Hopkins University Press, vol 93, n. 1, 01/1978, p. 110-112.

⁸⁰⁶ Charles de la Roncière, "La foi du marchand: Florence XIVe – Xve siècles", in **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, 19 congrès, Reims: 1988.

⁸⁰⁷ Para uma síntese da vida e obra de Sassoferrato, Diego Quaglioni, **Politica e Diritto nel Trecento Italiano**, Firenze: Olschiki, 1983.

⁸⁰⁸ Realizando o mapeamento dos manuscritos medievais de três tratados de Sassoferrato (De Guelphis et Gebellinis; De regimine civitatis, e De tyranno), Quaglioni encontrou cópias em: Nápoles, Roma, Perugia, Florença, Bologna, Veneza, Lyon, Madri, Toledo, Sevilha, Ljubljana, Graz, Viena, Cracóvia, Munique, Augsburg, Tubingen, Paris, Reims, Trier, Bruxelas, Londres, mainz, Wurzburg, Coburg, Leipzig, Berlin e Lubeck. Diego Quaglioni, **Politica e Diritto nel Trecento Italiano**, Firenze: Olschiki, 1983, p. 128.

pensamento em articular a abstração teórica, de natureza erudita⁸⁰⁹, com a reflexão sobre as realidades políticas do século XIV⁸¹⁰, resultando na formulação de uma linguagem engajada em analisar – e influenciar – os conflitos que ocorriam na Península Itálica.⁸¹¹ Não há, aqui, pretensão de analisar o pensamento de Sassoferrato, mas apenas de identificar o vocabulário utilizado pelo jurista para pensar a política. Em *De Regimini Civitatis*, o autor procura se contrapor à argumentação de Egídio Romano (1247-1316), que apresentava a monarquia como a melhor forma de governo; o tratado de Sassoferrato inicia apresentando o pensamento de seu adversário, segue com uma reflexão sobre os objetivos da política, favorável aos regimes comunais, e termina comentando as diferentes formas de poder existentes nas repúblicas italianas.⁸¹² Dois elementos participam da construção do argumento do jurista: a ideia de *pax* e o elenco de virtudes.

A noção de *pax*, entendida como estabilidade e concórdia no interior da comunidade política, tem importância central no debate, e permeia o texto como critério de valor.⁸¹³ Assim, quando passa em revista a argumentação de Egídio Romano, Sassoferrato não discorda que a manutenção da *pax* e da unidade civil seja o primeiro objetivo do exercício de governar:

Dicet ergo ille Egidius... Primo sic: pax et unio civium debet esse finalis intentio regentis (...). Sed hec pax et unitas magis potest effici et conservari si regatur per unum quam per plures: ergo melius est regi per unum. Hoc probatur sic: in principatu plurium non potest esse pax nisi quatenus illi plures sunt unum per voluntatem.⁸¹⁴

⁸⁰⁹ O jurista constrói sua argumentação sempre a partir de um referencial de autoridade; três se destacam: Aristóteles (sobretudo a *Ética a Nicômaco*), as leis de Justiniano (o *Corpus Iuris Civiles* e o *Digesto*), e os textos bíblicos.

⁸¹⁰ Apenas em *De Regimini civitatis*, encontramos referências aos governos de Pisa, Veneza, Florença, Perugia e Roma. Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), in Quaglioni, **Política e Diritto nel Trecento Italiano**, Firenze: Olschiki, 1983, p. 147-170.

⁸¹¹ A respeito de Roma, por exemplo, diz o *De Regimine Civitates*: “Est et septimus modus regiminis, qui nunc est in civitate Romana, pessimus. Ibi enim sunt multi tyranni per diversas regiones adeo fortes, quod unus contra alium non prevalet. Est enim regimen commune totius civitatis adeo debile, quod contra nullum ipsorum tyrannorum potest nec contra aliquem adherentem ipsis tyrannis, nisi quatenus ipsi patiuntur. Quod regimen Aristoteles non posuit, et merito: est enim res monstruosa”. Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 147-170.

⁸¹² O texto de Egídio romano é o *De regimine principum*: “sed clarius tractat Egidius Romanus, de ordine Heremitarum sancti Augustini, in libro quem fecit De Regimine principum”, Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 153.

⁸¹³ Em outro texto, Sassoferrato trata de um tipo específico de divisão civil que atravessou diversos regimes comunais na Itália, sob alcunha de “guelfos e ghibelinos”: B. de Sassoferrato, **Tractatus de Guelphis e Gebellinis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 129-146.

⁸¹⁴ Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 153.

Sassoferrato, contrapondo-se ao argumento de Romano, relativiza a forma monárquica diante da forma colegiada do governo das comunas, utilizando o mesmo argumento da *pax*, aqui definido como perfeita estabilidade:

(...) regens debet habere perfectam stabilitatem, ut per iram vel concupiscentiam non corrumpatur: quia voluntas debet esse constans et perpetua (...). Sed multitudo difficilius irascitur et difficilius corrumpitur quam unus (...): ergo melius est regi per plures.⁸¹⁵

No final do tratado, o jurista reflete sobre três diferentes tipos de governos comunais; realiza a crítica do regime oligárquico de Pisa, atingido pela desordem e violência a partir do conflito entre seus cidadãos; e elogia as Repúblicas de Florença e Veneza, capazes de manter a *pax* com a condução do regime popular. Mas é em relação a Perugia que o autor desenvolve sua argumentação:

Hoc etiam experimur in civitate Perusina, que isto modo regitur in pace et unitate, crescit et floret, regentes eam secundum vices suas a nullo se custodiunt sed ipsi custodiuntur ab omnibus, et sepe visum est per consilium hominum communium deliberari quedam, que sapientibus et prudentibus male facta visa sunt; eventus vero manifestavit esse prudentissime facta.⁸¹⁶

Aqui, a *pax* se revela, no pensamento de Sassoferrato, como causa fundamental do crescimento e enriquecimento da República (*crescit et floret*), resultado da atuação de atores políticos que, no interior do conselho comunal, se mostraram competentes no exercício do bom governo e na capacidade de identificar os atentados ao bem-comum. Ademais, a *pax* é reconhecida como um valor que se manifesta no exame da realidade histórica (*eventus vero manifestavit esse prudentissime facta*).

Nosso objetivo, aqui, é apenas entender como, no vocabulário político do *Trecento* italiano, a *pax* existia como um conceito de referência, utilizado pelos autores para discutir a melhor forma de governo, ou como critério para julgar, de forma positiva ou negativa, o exercício da política nas diferentes comunas. Outro referencial importante era a composição de um leque de categorias baseado na distinção entre vícios e virtudes. No trecho citado acima, as competências políticas são definidas em termos de sapiência e de prudência. A leitura do tratado de Sassoferrato permite compreender que ambos se reportam ao que, hoje, é passível de ser definido como um sistema de conceitos. Poucas páginas adiante, o autor distingue o governo monárquico legítimo daquele ilegítimo,

⁸¹⁵ Bartolo de Sassoferrato, *De Regimini civitatis* (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 156.

⁸¹⁶ Bartolo de Sassoferrato, *De Regimini civitatis* (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 163-164.

definido como tirania. O texto bíblico surge como ponto de partida e referencial teórico. Sassoferrato, ao invés de fazer uma simples menção à sua fonte, como costuma proceder, faz questão de citar na íntegra os versículos 16 a 20, livro 17, do Deuteronômio. Em seguida, procede à interpretação alegórica da passagem, visando elencar critérios que possibilitem a distinção entre a monarquia legítima e a ilegítima.⁸¹⁷ Em primeiro lugar, o rei deve receber a sanção da Igreja, se constituindo como rei católico e fiel aos preceitos cristãos.⁸¹⁸ Ademais, deve evitar a vanglória, a luxúria, e a avareza; e Sassoferrato não deixa dúvidas de que, aqui, está criticando os excessos da fiscalidade.⁸¹⁹ Ao monarca não é permitido reduzir a população a um regime de servidão, pois os súditos devem ser tratados em uma perspectiva de fraternidade.⁸²⁰ O exercício do governo deve decorrer de uma justiça pautada pelo direito, e não a partir das paixões pessoais.⁸²¹ Finalmente, o rei deve evitar a soberba, definida como “fonte de todos os pecados”. Essa passagem não é gratuita, e mostra o domínio do jurista sobre a teoria dos pecados capitais.⁸²² Ao término da exposição, Sassoferrato retoma, em uma frase de síntese, os preceitos indicados:

⁸¹⁷ “Possunt etiam intelligi allegorice”, Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 159.

⁸¹⁸ Sassoferrato articula esse argumento em dois pontos. Primeiro, a partir da ideia de que a autoridade real só é legítima porque decorre da concessão divina: “hec sunt verba Dei (...). Ait enim: ‘cum fuerit constitutus’. Ex hoc innuitur quod debet quis ab alio rex constitui, non ipsa sua auctoritate sibi regnum assumere: tunc enim no esse rex sed tyrannus.” Em segundo, que o exercício do poder deve proceder, por conseguinte da “evangelice legis”: “Deuteronomium legis huius: Deuteronomium secundum Ysidorum interpretatur secunda lex, idest figura evangelice legis. Debet ergo rex esse fidelis et catholicus”. Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 159-160.

⁸¹⁹ “Effugiat pompam seu vanam gloriam (...). Supra prohibuit vanam gloriam, hic prohibet in rege luxuriam.” “Necque argenti et auri immensa pondera’: hic prohibet avaritiam. Sicut enim propter pompam nimis expenditur et propter hoc populos gravatur, ita propter avaritiam nimis a populo extorquetur”. Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 159-160.

⁸²⁰ O debate sobre o significado de “servidão” em Sassoferrato é complexo e foge de nosso tema. Diz o texto: “non reducat rex populum in servitutem (...). Prohibet ergo per hec verba populum gravari oneribus personalibus, que quasi sunt species servitutis”. E completa depois: “apparet ergo quod illi qui sunt subditi regi non sunt servi, sed fratres. Et sic quod in precedenti auctoritate dictum est non de vero rege, sed de tyranno intellexit”, Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 159-160.

⁸²¹ “Necque declinet in partem dexteram vel sinistram’: quasi dicta (o texto bíblico): rectum sit iudicium, non amore vel odio; quasi dicat: sit iustus”, Bartolo de Sassoferrato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 160.

⁸²² A primeira tentativa de esquematizar uma hierarquia dos pecados é atribuída a Evágrio Pôntico (século IV). Nos séculos XII e XIII, se difundiu a organização teórica de uma hierarquia de vícios menos graves, ligados ao corpo (gula e luxúria), passando pelo amor excessivo aos bens terrenos e uma disposição “egoísta” diante da obra divina (avareza, inveja, *accidia* e ira), e culminando na soberba como máxima ofensa, por se tratar de um desvio espiritual. A ideia de que a soberba é a fonte dos demais pecados também está presente em Agostinho. Para uma primeira aproximação do tema, com rica indicação bibliográfica, ver os ensaios organizados por Richard Newhauser (org), **In the garden of Evil**, Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2005. Sobre Agostinho, William M. Green, **Initium omnis peccati superbia: Augustine on pride as the first sin**, Berkeley: University of California Publications, 1949.

debet ergo bonus rex esse fidelis, Christianus, iustus, non pomposus, non subditorum gravator, non luxuriosus, non avarus nec superbus.⁸²³

É impossível abordar o texto de Sassoferato a partir de uma distinção moderna que separa em três campos discursivos os conteúdos de uma filosofia ética, de um pensamento político, e de uma doutrina religiosa. No pensamento do jurista, a proposição de uma teoria política, não destituída de engajamento e participação nos conflitos do seu tempo, se constrói a partir de um vocabulário em que os termos éticos formam um sistema de conceitos que organiza e compõe a argumentação, e os textos bíblicos participam como referencial teórico de primeira importância. Esse sistema de conceitos é fundamentado sobre duas categorias centrais – as virtudes e os pecados –, e se beneficia dos debates que remetem à patrística e que levaram à formulação da teoria dos pecados capitais.

O conceito de *pax* e um vocabulário político assentado na dicotomia entre virtudes e pecados surgem em outro registro discursivo do período, mas de natureza bastante diferente. Me refiro ao grupo de pinturas de Ambrogio Lorenzetti, realizada em uma das salas do Palácio Público de Siena, em 1338. O conjunto, atualmente conhecido como “Allegoria ed effetti del buono e del cattivo Governo”, é composto por três pinturas à têmpera, localizadas na parte superior das paredes norte, leste e oeste – na parede sul, a janela é o ponto de iluminação da sala. A monumentalidade da obra, sua localização, e a riqueza de elementos representados contribuíram para que se tornasse um tópico na História da arte, e passagem obrigatória para os historiadores especializados na investigação da política do período, segundo Patrick Boucheron.⁸²⁴ Três motivos orientaram a escolha dessa obra para nosso intuito. Primeiro, o consenso, no aparato crítico, de que o pintor realizou, no interior do edifício sede da principal autoridade pública da República de Siena, um grande “programa político”.⁸²⁵ Em segundo lugar, por se tratar de um registro discursivo diferente do texto de Sassoferato. E, mais importante, porque é possível traçar um contato direto entre a pintura de Lorenzetti e o *Specchio Umano*.

⁸²³ Bartolo de Sassoferato, **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni), Firenze: Olschiki, 1983, p. 161.

⁸²⁴ “For though this painting has unleashed a flood of words and a continuous torrent of bibliography, before becoming a commonplace topic for art historians or an obligatory stopping-off point for political historians, it is first and foremost a place”, Patrick Boucheron, **The power of images**, Medford: Polity Press, 2018, p. 16. A bibliografia sobre esse conjunto pictórico é bastante extenso, e continua a suscitar o debate entre historiadores. Nos restringimos, nesse capítulo, à utilização do livro recente de Patrick Boucheron que, inteiramente dedicado à composição de Lorenzetti, oferece uma ampla bibliografia, sintetiza os debates existentes e realiza uma leitura extensiva e detalhada de todos elementos da pintura.

⁸²⁵ “Ambrogio Lorenzetti’s fresco presents, with calm determination, nothing less than a political programme”, Patrick Boucheron, **The power of images**, Medford: Polity Press, 2018, p. 16.

É difícil saber com precisão se o acesso à sala onde estavam as pinturas se restringia à elite urbana; no entanto, em dois sermões de Bernardino de Siena, feitos na principal praça pública da cidade, em 1425 e 1427, e dirigidos em língua vulgar a todas as categorias sociais da população, o orador franciscano se refere às pinturas para construir seu discurso. Teriam os ouvintes, cidadãos de Siena, familiaridade com as imagens existentes no Palácio Público? Seja como for, é importante notar que, nos séculos XIV e XV, a articulação entre a linguagem visual e discurso oral, como estratégia de difusão de ideias voltada para um público iletrado, já era uma tradição consolidada.⁸²⁶ Se não temos como mensurar a eficácia da difusão das ideias contidas no discurso pictórico de Lorenzetti para além da elite comunal, temos, no entanto, no sermão de Bernardino de Siena, um testemunho valioso de como a obra foi recebida e descrita, ao menos na primeira metade do século XV.⁸²⁷ Trata-se de uma prédica dedicada a um tema que já nos é conhecido: a *pax*, ou seja, a estabilidade no interior de uma comunidade política.⁸²⁸ Poucas linhas adiantes, comentando sobre os termos que opõem a paz à guerra, o frade cita a pintura de Lorenzetti:

Ella è tanto dolce cosa pur questa parola pace! Ella è tanto dolce cosa pur questa parola ‘pace’ che dà una dolcezza a le labra! Guarda el suo opposito, a dire ‘guerra!’ É una cosa ruidosa tanto, che dà una una rustichezza tanto grande, che fa inasprire la bocca. Doh, voi l’avete dipenta di sopra nel vostro palazzo, che a vedere la Pace dipenta è una allegrezza. E così è una scuritá a vedere dipenta la Guerra dall’altro lato.⁸²⁹

Bernardino de Siena se refere ao conjunto pictórico de Lorenzetti como uma composição dual e contraposta – a pintura da paz e a pintura da guerra. Um século depois,

⁸²⁶ A pedra fundamental dessa tradição é, em geral, atribuída a uma carta escrita por Gregorio Magno, endereçada a um bispo de Marselha, que define em termos cristalinos a articulação entre imagem e prédica na missão pastoral: “Aliud est enim picturam adorare, aliud per pictura historiam quid sit adorandum addiscere. Nam quod legentibus scriptura, hoc idiotis praestat pictura cementibus, quia in ipsa etiam ignorantes vident qui sequi debeant, in ipsa legunt qui litteras nesciunt. Unde et praecipue gentibus pro lectione pictura est. Quod magnopere a te qui inter gentes habitas attendi debuerat ... Frangi ergo non debui quod non ad adorandum in ecclesiis, sed ad instruendas solummodo mentes fuit nescientium collocatum”. Gregorio Magno, “Registrum Epistularum”, in **Patrologia Latina** (ed. Migne), série Latina, vol 77, 1862, p. 1128. Para o tratamento do tema, D. Menozzi, **Les images: L’eglise et les arts visuels**, Paris: Cerf, 1991.

⁸²⁷ Utilizamos a versão crítica recente de Carlo Delcorno; o título do sermão aparece como “Qui si tratta come David profeta cercando in questo mondo per la pace, non la poté trovare”. Bernardino da Siena (ed. Delcorno), **Prediche volgare sul campo di Siena 1427**, Milão: Rusconi, 1989, p. 1231.

⁸²⁸ Bernardino começa traduzindo uma passagem dos Salmos (132) para a população: “ ‘Oh quanto è buono e quanto è giocondo che i fratelli abitino insieme in uno volere, in una concordia, non essendo mai fra loro altro che unione!’ Simile dico d’una città e d’uno popolo”. Cf. idem, p. 1231. No decorrer do sermão, porém, a “pace” do franciscano será tratada em outro sentido – na relação do homem com Deus. Bernardino da Siena, **Prediche volgare sul campo di Siena 1427** (ed. Delcorno), Milão: Rusconi, 1989, p. 1231.

⁸²⁹ Bernardino da Siena, **Prediche volgare sul campo di Siena 1427** (ed. Delcorno), Milão: Rusconi, 1989, p. 1254.

Giorgio Vasari utilizaria os mesmos termos para se referir à obra.⁸³⁰ Nesses termos, não terá sido uma escolha gratuita que a pintura da paz ocupe duas paredes (norte e leste), e a pintura da guerra apenas uma (oeste). Assim, na parede leste encontramos a representação de uma República favorecida pela paz; diversos elementos caracterizam o bem estar existente tanto na cidade quanto no campo. Na parede norte, Lorenzetti figurou duas cenas com uma série de personagens; algumas, caracterizadas por uma inscrição, se revelam como alegorias das virtudes. Na parede oeste, ao contrário, encontramos a representação invertida e negativa dos mesmos elementos; o campo e a cidade são marcados pela violência e, na lateral direita, personagens com aspectos malignos têm inscrições que indicam tratar-se de alegorias dos vícios.

Não há necessidade de proceder a uma análise da composição; uma breve descrição bastará para explicitar o vocabulário do programa político da pintura de Lorenzetti. As personagens alegóricas são de fácil identificação em razão das inscrições em língua latina. Podemos começar pelo personagem mais importante, representado com dimensões superiores a todos os demais, e que, sentado em um trono, porta o cetro e um escudo dourado, emblemas da autoridade pública. Curiosamente, é a única figura alegórica destituída de uma inscrição de identificação, mas a riqueza crítica apresenta argumentos convincentes de que se trata da representação do conceito de “bem-comum”.⁸³¹ Três figuras angelicais pairam acima do personagem “central”, e são identificadas como a Fé (*Fides*), a Caridade (*Caritas*) e a Esperança (*Spes*) – as três virtudes teologais. Sentadas em um estrado contíguo ao trono, do lado direito, estão representadas a Magnanimidade (*Magnitas*), a Temperança (*Temperantia*) e a Justiça (*Iustitia*). Do lado esquerdo, no mesmo estrado e formando uma linha horizontal, estão a Prudência (*Prudentia*), a Força (*Fortitudo*), e a Paz (*Pax*).

Na parede oeste, encontramos o mesmo modelo de personagens alegóricas, mas portadoras de traços monstruosos, e que representam aspectos negativos do exercício do poder. A figura central, representada com chifres e dentes de javali, representa a tirania (*Tyrannides*); sobre sua cabeça pairam três figuras aladas: a Avareza (*Avaritia*), a

⁸³⁰ “Fece ancora, nel Palazzo della Signoria di Siena, in una sala grande la Guerra, la Pace e gli accidenti di quelle, dove figurò una cosmografia perfetta, secondo quei tempi”, G. Vasari, **Le vite de’ più eccellenti pittori, scultori ed architetti**, Torino: Einaudi, 1986, p. 175.

⁸³¹ Para uma análise extensiva da alegoria e da bibliografia a seu respeito, Boucheron, “With common good as lord”, in **The power of images**, Medford: Polity Press, 2018, p. 102-116. O conceito de “Bem-Comum” se constituiu em ideia chave para a política do *Trecento* italiano, e é possível discuti-lo a partir de diversas fontes – inclusive Bartolo de Sassoferrato. Para uma reflexão recente sobre o tema, **Il Bene Comune: forme di governo e gerarchia sociale nel basso Medioevo**, Spoleto: Fondazione Centro Italiano di studi sull’alto Medioevo, 2012.

Soberba (*Superbia*), e a Vanglória (*Vanagloria*). Do lado esquerdo, temos a Fraude (*Fraus*), a Traição (*Proditio*) e a Crueldade (*Crudelitas*); do lado direito, a Ira (*Furor*), a Discórdia (*Divisio*), e a Guerra (*Guerra*). Encontramos, portanto, uma plataforma política construída sobre uma antítese absoluta, em que cada um dos blocos (o bom e o mau governo, a guerra e a paz) são compostos por grande riqueza semântica; uma extensa bibliografia se detém tanto nos detalhes de cada uma das alegorias (seus instrumentos, vestes, gestos, cores), como na interpretação da totalidade do discurso pictórico, gerando tanto leituras que refletem sobre a filosofia do período, quanto a relação da imagem com os conflitos vivenciados pela República de Siena.⁸³² Para nós, a pintura de Lorenzetti interessa porque exhibe, com forte tonalidade, como o discurso político do *Trecento* se erigia a partir de um vocabulário assentado na distinção entre vícios e virtudes. Mas não só.

Além da representação do poder, há dois blocos que se contrapõem: a representação ilusionista da cidade e do campo. Ligadas à alegoria da tirania, no conjunto que Bernardino de Siena nomeou como “a pintura da guerra”, foram representados diversos elementos de conflito cívico: o assassinato, o estupro, o incêndio, as ruínas. Formam um elenco de males que perpassam os espaços urbano e rural. Na “pintura da paz”, encontramos o que, no discurso de Bartolo de Sassoferrato, resulta da realização de um bom governo: uma República que *isto modo regitur in pace et unitate*, (e portanto) *crescit et floret*. O interior da cidade é marcado pela vivacidade da produção e do comércio; no campo, há abundância nas plantações e segurança nas estradas.

É Véronique Rouchon-Mouilleron quem identificou a convergência temática e formal entre a pintura de Lorenzetti e as iluminuras presentes no *Specchio Umano*. Não se trata de querer descobrir se uma imagem influenciou o autor de outra, posto que não há documentação conhecida capaz de responder com convicção esse problema; antes, a historiadora e crítica de arte realiza o reconhecimento de que as imagens trabalhavam a partir de um repertório comum:

Exactement contemporaines ou à distance de quelques années, les peintures du Biadaiolo et les fresques d'Ambrogio relèvent d'un répertoire commun de motifs conceptuels et allégoriques, indispensables à la compréhension du mode

⁸³² Exemplo de interpretação em termos abstratos da obra: Q. Skinner, “Ambrogio Lorenzetti: the artist as political philosopher”, in **Proceedings of the British Academy**, Vol. 72: 1986, p. 1-156. Exemplo de conexão da pintura com os conflitos vivenciados por Siena: Boucheron, **The power of images**, Medford: Polity Press, 2018.

de pensée politique, économique et religieux en usage dans les communes italiennes.⁸³³

Analisando a iluminura de “O mercado de Orsanmichele em tempos de carestia”, Rouchon-Mouilleron reconhece, em uma das cenas representadas, uma fórmula iconográfica que também é utilizada por Lorenzetti, no interior da cidade em guerra; trata-se de uma fórmula – ou seja, uma convenção na representação dos gestos e da disposição corporal dos personagens – que representa o estupro. Esse não é, porém, o único elemento de conflito civil presente nas imagens do manuscrito. Mouilleron elenca uma série de violências na multidão de personagens distribuídas na imagem. O furto vitima mais de um cidadão. A crueldade surge em uma fórmula iconográfica utilizada para representar o tema do Massacre dos Inocentes. A avareza é identificada na maneira como personagens dão às costas ao retábulo da Virgem. A corrupção (fraude) é sugerida a partir de gestos existentes entre um magistrado e um comprador.⁸³⁴

A própria disposição das iluminuras também pode ser comparada com a pintura de Lorenzetti. No Palácio de Siena, encontramos a oposição de dois blocos: a cidade e o campo ligados à tirania, e a cidade e o campo ligados ao exercício virtuoso do governo. No *Specchio Umano*, o artista utilizou o mesmo modelo, realizando dois pares antitéticos: o espaço rural na abundância/carestia, e o mercado urbano na abundância/carestia. A identificação do mesmo uso de fórmulas iconográficas permite a aproximação entre “a pintura da guerra”, de Lorenzetti, e as iluminuras que representam o campo e o mercado em períodos de carestia; da mesma forma, “a pintura da paz” estabelece uma relação de similaridade com as iluminuras do mercado e do campo em tempos de abundância. Em suma, o programa político disposto no palácio público de Siena compartilha um repertório de ideias e de representações comuns com o manuscrito de Domenico Lenzi. Posto isso, podemos retornar ao *Specchio Umano*, e tentar entender como o vocabulário ético e a concórdia ou discórdia cívicas modulam os aspectos políticos do texto.

O elenco de virtudes e pecados aparece na face do discurso de Domenico Lenzi. O autor realiza uma distinção radical entre o comportamento pautado pela virtude, e merecedor de elogio e aprovação, do comportamento pautado pelo pecado, objeto de desprezo e vitupério. Descrevendo os eventos ocorridos em Siena, na crise de 1329, como

⁸³³ Rouchon-Mouilleron, “Miracle et charité: autour d’une image du Livre du biadaiolo (Florence, Bibliothèque laurentienne, ms Tempi 3)”, in **Revue Mabillon**, Abbaye Saint-Martin/A. Picard et fils; Brepols, 2008, 19 (80), p.157-158.

⁸³⁴ Rouchon-Mouilleron, “Miracle et charité: autour d’une image du Livre du biadaiolo (Florence, Bibliothèque laurentienne, ms Tempi 3)”, in **Revue Mabillon**, Abbaye Saint-Martin/A. Picard et fils; Brepols, 2008, 19 (80), p.164-189.

mencionamos acima, Lenzi realiza o elogio do comportamento de *messer Giovanni*, reitor do hospital de Santa Maria della Scala, que, movido pela virtude da caridade, organizou a distribuição de pães aos necessitados que afluíam à cidade.⁸³⁵ Em contrapartida, descrevendo a violência com que os mesmos são expulsos pelas autoridades públicas de Siena, Lenzi não poupa críticas a uma ação política que, em seu julgamento, era movida pela iniquidade, crueldade, ausência de caridade e soberba.⁸³⁶ Siena é o espelho dos vícios, espaço onde se reproduzem o rol de comportamentos detestáveis, e que se manifesta sobretudo na condução política das autoridades públicas. Em contrapartida, Lenzi pontua de que forma as escolhas da República de Florença foram pautadas pelo ideal de virtude e, portanto, são merecedoras de legitimidade e de reconhecimento:

Veramente da ramentare è alchuna altra opera di verace e fruttuosa intenzione e parte d'ordinatissima charità.⁸³⁷

Veramente ben dicho, se non fosse che a l'uficio de' Sei ebbe in questo anno huomini buoni, che molti poveri e gente minuta e spezialmente contadini sarebbono morti di fame.⁸³⁸

Ao entrelaçar, de forma tão contundente, a atuação de Siena e de Florença com o vício e com a virtude, Domenico Lenzi realizava uma defesa profunda da política de redistribuição de alimentos em benefício daqueles que, em razão da crise, perderam os mecanismos de acesso à comida. Nesse sentido, a linguagem ética não é apenas uma ação moralizadora, como propõe Luisa Miglio, ou uma simples forma de transferir para os desígnios divinos a responsabilidade da fome, como propôs George Dameron. Já vimos como, se fosse necessário aproximar o *Specchio Umano* dos conceitos modernos que explicam a fome, tenderíamos a nos aproximar muito mais de Amartya Sen do que de Thomas Malthus: no texto do mercador, a questão central não é a produção agrícola, que mal aparece na obra, mas sim o drama da falta de acesso à alimentação sofrido pelos estratos mais pobres de Florença e da Toscana. Domenico Lenzi, entretanto, utilizava a linguagem política por excelência de seu tempo: o sistema conceitual de vícios e de

⁸³⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 318.

⁸³⁶ “ma io no posso sofferire (...) ch'io non dica di tanta iniquità e chrudele ardire e sbandeggiamento di misericordia quanto nella invecchiata, perversa, tormentatrice e pazza Siena, al tempo di questa fame, per li suoi cittadini si ardì e si presunse d'aoperare ciechamente contra a' menepossenti poveri, ove tutti si sentiro dalla benivole misericordia iniquamente schiusi, lasciati i freni all'impia crudeltà”. “Da schrivere e non da obbiare è come a le porte della superbissima e indegna città di Siena, cacciati tutti i poveri d'essa”. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 318 e 322.

⁸³⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322-322

⁸³⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 333.

virtudes. Acredito que perdemos o sentido da obra quando naturalizamos uma “política alimentar” existente de forma pacífica nas comunas da Itália medieval. Pois o mercador de trigo insiste em explicitar a forma com que as autoridades públicas – de Florença, de Siena, de Colle di Valdelsa, de Barletta, de Nápoles – realizaram políticas distintas durante a crise. Mais do que isso, o escrito de Domenico Lenzi é uma defesa cabal da política pautada pela caridade, e que custou à sociedade de Florença engajamento, esforços permanentes, tumultos constantes nas ruas da cidade, e um montante colossal de 60.000 florins.⁸³⁹

Há outra passagem em que o narrador identifica um comportamento merecedor de repúdio. Como já mencionamos, em abril de 1329, os *sei della biada* tentaram comprar, sem sucesso, 400 *moggia* de trigo da comuna de Colle di Valdelsa.⁸⁴⁰ As autoridades dessa comuna são reprovadas por atuarem pautadas pelo vício da avareza: preferiram vender o trigo que tinham disponível para a República de Pisa, que ofereceu um valor maior.⁸⁴¹ É interessante notar que esse trigo estava para ser adquirido pelos magistrados do mercado de cereais de Florença, e vendidos a preço subsidiado aos pobres e necessitados que afluíram à capital da República. Ao se pautarem pela perspectiva de ganho, as autoridades de Colle di Valdelsa teriam, segundo o mercador, diminuído o potencial de Florença de criar acesso alimentar. Mais uma vez, a linguagem ética era utilizada para distinguir diferentes atuações políticas.

O manifesto do mercador, em prol de uma atuação política voltada à manutenção do acesso universal à alimentação, foi construído a partir de uma concepção cristã e um vocabulário ético, e se torna mais evidente quando sabemos que, na história europeia, a prática de expulsão de mendigos e pobres de uma cidade não foi incomum.⁸⁴² Entretanto, se Siena surge como espelho de vícios, podemos dizer que Florença é a contrapartida, um espelho de virtudes? Aqui, chegamos a uma compreensão fundamental da complexidade do *Specchio Umano*: trata-se de um texto com diferentes camadas de sentido. A primeira camada, mais superficial e visível, traça a diferença entre a ação política baseada no vício, objeto de repúdio, e a ação pautada pela virtude, objeto de elogio. Entretanto, Florença não aparece como o espelho das virtudes. Para compreender esse aspecto, precisamos avançar para a segunda camada de sentido da obra.

⁸³⁹ G. Villani, **Nuova Cronica** (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro XI, cap. 119, p. 1092.

⁸⁴⁰ D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 350-354.

⁸⁴¹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaio** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 350-354.

⁸⁴² Fernand Braudel, **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**, vol 2, Paris: Armand Colin, 1980, p. 506-514.

As referências a Domenico Cavalca, referidas em outro capítulo, manifestam que o documento não é destituído de caráter filosófico. Nesse sentido, o principal ponto de partida deve ser o título original do texto, infelizmente negligenciado pela tradição historiográfica. Domenico Lenzi insiste, em duas passagens, sobre o título de sua obra: *Specchio Umano*.⁸⁴³ Será excessivo pensar que, ao utilizar o termo *umano*, o autor procurava estabelecer uma distinção entre sua obra, dedicada à narrativa sobre homens comuns, da profícua literatura dedicada aos santos – hagiografias, *miracula*, *mirabilia*, *exempla* –, dedicadas, portanto, a personagens com uma ligação especial com o plano divino?⁸⁴⁴ No texto do mercador, o protagonista central não é um personagem, mas a população que frequentava o mercado de Orsanmichele, composta por homens e mulheres (grávidas ou não), crianças e velhos, camponeses e cidadãos; uma multidão que se subleva, que ameaça, que entra em conflito com as autoridades e com a guarda cívica; que é expulsa da cidade de Siena ou do mercado de Orsanmichele, e sofre a fome, rejeita o trigo ruim, especula sobre a baixa de preços, critica as autoridades e os mercadores. Domenico Lenzi, para designá-la, alterna termos como “minutaglia”, “gente”, “moltitudine”, “comperatori” e “cattivelli”.⁸⁴⁵ Seleccionamos um longo trecho que serve como exemplo de como os protagonistas são retratados em toda a narrativa; se refere ao dia 02 de junho de 1329, quando a República vivenciava os dias difíceis da crise de abastecimento:

Venardì, a dì ij di giugno, i detti Sei huficiali per lo comune fornirono e misono in piazza il detto di moggia lxxij di grano comunale non molto buono (...) Quando ebbono fornita la piazza e la gente di comperatori giugnevano d’ogni parte, cittadini e contadini, più che altra volta – o buono Idio provedi a tanta infamia e miseria e fame! – inanzi che ’l grano cominciasse a vendere, v’ebbe sì grande gente ch’era una maravillia a vedere: e tutti stavano stretti e serrati per essere più appresso alle bigoncie per avere del grano, ed era sì grande la calcha e la stretta che v’era, che due huomini e due femine ne furono chavati fuori tramortiti e messi di fuori.
(...) Allora i detti Sei e ser Villano (podestà) predetto providono la piazza e vidono sì grandissima moltitudine di gente e vidono coloro che stati n’erano tratti tramortiti. (...) Incontanente mandorono per le famillie al modo usato, e feciono mettere il ceppo e lla mannaia in sulla piazza (...) per fare giustizia (...). E mandorono il bando (...) che tutti huomini da xv anni in su debbia sgombrare la piazza (...) Incontanente andò ser Villano colla famiglia chacciandoli e sfolgorandoli co’ bastoni e coll’aste delle lancie, e non riguardado più uno che un altro. A questo n’uscirono della piazza detta d’Orto Samichele huomini e gharzoni M o più che v’erano entrati per avere del grano.

⁸⁴³ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 158 e 319.

⁸⁴⁴ Thomas Head, *Hagigraphy and the cult of saints*, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

⁸⁴⁵ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, respectivamente p. 327, 302, 328, 306, 327.

(...) Cominciato a vendere in su questo tramazzo (...) venduto e sgombrato di botto la piazza, ebbi di quelli molti che questo dì non ebbono granello di grano, pure di quelli dentro senza quelli di fuori, tanta fu la moltitudine questo dì gente che venuta era per comperare (...) Erano bene achaniti ed in sì fatto modo che se lla famiglia non fosse stata così aconcia e chosì forti, avrebbero levato i' romore e rubato, ché grande animo aveano di rubare la piazza, quelli che aveano l'endiche del grano, tutto che poche erano. E non pareva a questa gente che' detti Sei faciessono altro che male.

Iddio, uopo è il tuo aiuto, e ora è aiuto a' poveri. Veramente ben dicho, se non fosse che a l'uficio de' Sei ebbe in questo anno huomini buoni, che molti poveri e gente minuta e spezialmente contadini sarebbono morti di fame.⁸⁴⁶

Tomamos a liberdade de citar trecho tão longo porque, além do protagonismo da população na narrativa do *Specchio Umano*, se manifesta também a desordem cívica que atingiu a cidade durante a crise de 1329. Nesse aspecto, é possível seguir a dualidade proposta pelas iluminuras: o período de abundância e *pax*, e o período de carestia e desordem.

Entre 1320 e 1328, a sucessão de preços registrada pelo *biadaiolo* é tanto sinal do trabalho cotidiano da coletividade dos mercadores, quanto do sucesso do circuito comercial de cereais e, por conseguinte, do abastecimento da população urbana. Como já registramos, nesse período Lenzi não cita nenhuma nomeação dos *sei della biada*, transmitindo a ideia de que a responsabilidade do controle do comércio era, sobretudo, dos mercadores de trigo. Aliás, já vimos como, durante a crise, a população culpabilizou inicialmente os *biadaioli* e que, posteriormente, os magistrados do mercado passaram a se ocupar do gerenciamento da praça de Orsanmichele, inclusive passando a ser objeto do descontentamento popular. Domenico Lenzi, entretanto, não deixa de notificar que, entre 1320 e 1328, a República de Florença sofreu momentos penosos. Em 1325, a derrota de Altopascio permitiu aos exércitos de Lucca invadir o *contado* da República, realizar incêndios e pilhagens, e mesmo desfilar diante dos muros da cidade de Florença.⁸⁴⁷ Durante três anos, a República sofreu a intervenção excessiva da *Signoria* do Duque de Calábria; em 1328, Lenzi se restringe a um comentário lapidar: “*Morì messer lo duca detto a Napoli del presente mese di novembre, e così Firenze rimase libera dalla sua dominatione*”.⁸⁴⁸ Seja durante os meses subsequentes à derrota de Altopascio, seja durante os três anos de dominação do Duque, a atuação dos *biadaioli* permitiu que a *pax* se mantivesse no tocante ao abastecimento urbano.

⁸⁴⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 333.

⁸⁴⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 227-228. A movimentação dos exércitos de Castruccio Castracane é descrita em G. Villani, *Nuova Cronica* (ed. Porta), Parma: Einaudi, 1991, livro X, cap. 317-320, p. 928-933.

⁸⁴⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 281.

No ano de 1329, no entanto, a crise de desabastecimento do mercado de trigo instaurou a desordem, primeiro nas ruas da cidade, e, como um rastilho de pólvora, se disseminando para o *contado* de Florença e atingindo toda a Toscana. Descrevendo a sublevação em Nápoles, em que a população invadiu e saqueou os armazéns reais, Domenico Lenzi demonstra uma atitude bastante diferente dos vitupérios lançados contra a elite política de Siena ou de Colle di Valdelsa. O narrador não condena, antes manifesta um sentimento de misericórdia diante do desespero causado pela fome: “*Pensa, tu che leggi, a che ssi mette la necessità, che qui si mise a rischio d’essere ciaschuno inpicchato per la gola, o per altro modo finire la vita*”.⁸⁴⁹ Afinal, como vimos, diante da aflição dos pobres⁸⁵⁰, o narrador defende de maneira irrevogável a atuação da caridade, seja pela contribuição dos ricos, seja como política comunal. Entretanto, e aqui alcançamos finalmente a segunda camada de sentido do *Specchio Umano*, para os homens comuns que protagonizam a narrativa, o esforço da caridade e do comportamento virtuoso não era garantidora de uma ação indefectível.

Domenico Lenzi não nega, em nenhum momento, a intenção de caridade dos *sei della biada* e do cavaleiro da *podestà*. Na sentença final do trecho citado, o narrador explicita, com todas as letras, que a enérgica atuação política da República impediu que uma crise famélica se instaurasse, deixando seu rastro de cadáveres. A decisão das autoridades de manter a redistribuição de alimentos disponíveis mesmo diante das ondas de migração que, da Toscana, correram para Florença em busca de socorro – é, para o mercador, motivo de glória e honra perpétua para a história de sua pátria.⁸⁵¹ Não obstante, Lenzi não se permite ver sob o olhar da virtude os momentos em que a guarda cívica, comandada pelo cavaleiro da *podestà*, expulsou a golpes de bastões homens, mulheres e crianças que tentavam obter comida. Essa cena é descrita sob o signo da discórdia civil que se abateu na República com a crise de abastecimento – a ruptura, portanto, da *pax* – e Lenzi manifesta o sentimento de pesar diante dos gritos das pessoas machucadas.⁸⁵² Não

⁸⁴⁹ D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 339.

⁸⁵⁰ “nelle miserie delli afflitti poveri”, D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322-323.

⁸⁵¹ “rapportare e gloria e honore perpetuo a la mia Firenze”, D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 323.

⁸⁵² “E ser Villano, chavaliero della detta podestà, andava per la piazza e d’intorno co’ la famiglia colle mannaie, chacciando coloro che aveano avuto del grano, ed erano mandati fuori della piazza incontanente. E le grida e le strida degli uomini e delle femmine, ch’erano stretti nella calcha e battuti e bastonati, era sì grande sceleramento, e pietà a udiri il dolorosi pianti, che anima terrena nol chrederebbe se veduto noll’avesse ivi presente”. D. Lenzi, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 327.

obstante, o narrador se abstém de julgar, condenando ou elogiando, seja a atuação das autoridades públicas, seja a revolta da multidão.

A inexistência de garantia da realização da virtude para aqueles que se esforçam em pautar seu comportamento por ela se manifesta de forma mais aguda quando o narrador descreve a discórdia entre as autoridades públicas e os *biadaioli*. Consciente de que a elite política não poupava esforços em distribuir alimentos, Domenico Lenzi não realiza nenhuma condenação, ao relatar a forma como o cavaleiro da *podestà*, com cumplicidade dos *sei della biada*, prendeu aleatória e secretamente 36 *biadaioli*, submetendo oito prisioneiros à tortura e ao interrogatório. O resultado da ação é uma *piora* na crise de abastecimento, à medida que causou o colapso da relação de cooperação entre magistrados do mercado e mercadores de trigo – ou seja, o colapso da dinâmica que havia mantido o abastecimento regular durante o período de *pax*.⁸⁵³ Ao contrário, o exercício de poder das autoridades conseguiu apenas aprofundar a situação de conflito cívico, fazendo a população expressar não apenas solidariedade com os mercadores, como discutir uma sublevação visando castigar as autoridades públicas:

Quando (..) fue (...) sgombrata la piazza, tu avresti udito allora uno tuono di pianto con gravi sospiri, dicendo l'uno a l'altro (...) : 'Oimé! Ch'io non so dov'io mi comperi di qui domane e forse domane non n'avrò chom'oggi, ché gli è stata tolta l'arte a' biadaiuoli e non possono vendere quelli che consolavano noi e la povera gente. Che tolta li sia la vita a chi à tolto loro la vendita, che ne davano a mezzo staio, a quarto e a mezzo quarto, comunque l'uomo la voleva, o poco o d'assai. Ora come faremo che morremo di fame, da poi che volliono questi ladri schannadei grassi ch'anno l'endiche del grano? Ma e' verrà anchora tempo che noi ne faremo vendetta colle nostre mani'.⁸⁵⁴

Outro momento em que, mesmo atuando com intenção positiva, as autoridades obtiveram resultado negativo, foi a decisão de tabelar o trigo vendido na praça de Orsanmichele, instituindo a prática do *stimo*. Já vimos acima como os mercadores migraram para o mercado negro, vendendo ocultamente os cereais pela cidade, rendendo uma dura crítica de Domenico Lenzi à decisão dos magistrados.⁸⁵⁵ Nesse segundo nível de sentido da obra, o mercador de cereais faz uma defesa arguta do sistema de abastecimento que havia funcionado entre 1320 e 1328, baseado na cooperação entre os

⁸⁵³ No capítulo anterior descrevemos o resultado desastroso da decisão de prisão e tortura tomada pelo cavaleiro da *podestà*.

⁸⁵⁴ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 375-376.

⁸⁵⁵ “E veramente, s’e’ Sei nonn avessono tenuto questo modo di stimallo, ogni dì sarebbe assai più venduto che non si faceva per paura del bando”. D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 385.

biadaioli e os magistrados do mercado. Ou seja, da arquitetura institucional construída pelos estatutos da década de 1320, que estabeleciam o monopólio de Orsanmichele e o controle da circulação comercial dos cereais pela coletividade dos *biadaioli*. Essa organização significou a manutenção da *pax* – ou, nas palavras do próprio *biadaiolo*, da *santa pace* no interior da cidade.⁸⁵⁶ O manifesto político de Lenzi, portanto, não defendia apenas a ação caridosa, mas também a manutenção do sistema de abastecimento que, paulatinamente, se consolidou durante os primeiros decênios do século XIV.

Descrevendo com pormenor as medidas das autoridades públicas, o *Specchio Umano*, nesse segundo nível de sentido, funciona também como uma análise das medidas realizadas durante o período de conflito cívico. Já vimos que, em um nível primário, não cabe senão o elogio aos esforços da República de Florença. Mas, uma vez que o esforço da virtude não é garantidor da realização da virtude, Lenzi põe em tela como medidas diferentes alcançaram resultados diferentes. E, aqui, o mercador realiza uma distinção funcional. Todas as medidas voltadas ao abastecimento direto da população incapaz de acessar os alimentos pelo mercado são reconhecidas como benéficas e eficazes. A utilização do orçamento público para importação de trigo, a venda de cereais a preço subsidiado, e sobretudo a distribuição de pães pela cidade – foram as ações políticas que conseguiram deter a irrupção de uma crise famélica. Em contrapartida, as intervenções sobre o mercado não foram eficazes. A apreensão e confisco compulsório de trigo, a prisão dos mercadores visando o controle dos estoques, e, sobretudo, o tabelamento de preços na cidade resultaram na intensificação do conflito cívico, e em nenhuma melhoria da situação. Domenico Lenzi passa em revista as medidas da República, e sua obra tenta defender quais medidas deveriam ser adotadas, e quais deveriam ser descartadas, em casos semelhantes de incapacidade do comércio de abastecer a cidade. Nesse sentido, o mercador de cereais não parece ter nenhuma ambição de que o comércio fosse o único mecanismo de circulação e distribuição de cereais na economia de Florença. Ao advogar a eficácia da distribuição de pães pelas autoridades, ou ao elogiar a doação de alimentos pelo hospital de Santa Maria della Scala, o autor reconhecia que o mercado deveria permanecer apenas como uma forma de circulação, e não a única ou exclusiva. A defesa do controle da circulação comercial de trigo pelos *biadaioli* não significava a defesa do controle sobre a totalidade da circulação de trigo na República. Para esse mercador, os diversos mecanismos econômicos – mercado, caridade, transferência direta, subsídio – se

⁸⁵⁶ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiolo* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322.

completavam. A *pax* era fundamentada, principalmente, entre a cooperação dos diferentes corpos políticos, religiosos e civis da República – e não pela concorrência ou pela exclusão. Ao cabo, o *biadaiole* aparenta ter consciência de que o circuito mercantil, por si só, seria incapaz de manter a totalidade do abastecimento – e não via nenhum mal nisso.

Para encerrarmos, podemos terminar visualizando uma terceira camada de sentido no *Specchio Umano*. O que significa dizer que a procura da virtude não garantia a realização da virtude? Aqui, entendemos como é importante a poesia e a influência filosófica de Domenico Cavalca no *Specchio Umano*. Os poemas insistem de que maneira, durante o período de *pax* cívica e de abastecimento regular, o comportamento geral da população dava pouca importância à procura da virtude; e, durante a crise, Lenzi não hesita em adjetivar a *minutaglia* de iníqua⁸⁵⁷. Ou seja, diferente das outras criaturas (plantas e animais), a população de Florença, protagonista da obra, é retratada como incapaz de reconhecer e usufruir dos bens cedidos pelo criador (anexo 5.1). Não obstante, não a condenação ou a crueldade, mas a caridade devia pautar a ação política diante dessa mesma *gente minuta*. Não há espaço para a soberba para a elite política ou econômica que praticavam a caridade, uma vez que, mesmo diante da procura incessante da virtude, a plena realização ética e o remédio da crise de abastecimento – só poderiam ser concedidos pela vontade divina. Mais de uma vez, diante do conflito cívico desencadeado pela crise de abastecimento, Domenico Lenzi insiste que, mesmo com a atuação enérgica das autoridades, não teria sido possível remediar a situação sem a participação e a vontade de Deus:

E tu, Firenze, chiamando gli afamati, amici e nemici della tua pocha vittuallia saziavi, bastandoti solo che a Dio piaceva che del tuo pocho abondassi nelle miserie delli afflitti poveri.⁸⁵⁸

Ringrazia adunque il tuo fattore nella prosperità, e nell'avversità ti rendi alla sua provvidenza.⁸⁵⁹

Colocando de outra maneira, a virtude só é concedida pela vontade divina. Sem dúvida, Domenico Lenzi, através de Domenico Cavalca, se filiava aqui à filosofia de Agostinho.⁸⁶⁰ Entretanto, nesse último nível de significado da obra, não acredito que o *Specchio Umano* seja um livro moralista. Não é visto sob o olhar do juiz que condena e

⁸⁵⁷ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 327.

⁸⁵⁸ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 322-323.

⁸⁵⁹ D. Lenzi, *Il libro del Biadaiole* (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 327.

⁸⁶⁰ William Mann, “Augustine on Evil and Original Sin”, in *God, Belief, and Perplexity*, New York: Oxford University Press, 2016, p. 77-85.

exige punição: os rumores populares de sublevação contra a elite política de Florença (que praticava a caridade), o cálculo equivocado dos *sei della biada* sobre o *stimo*, ou a ação violenta e ineficaz do cavaleiro da *podestà* contra os mercadores. O repúdio e a reprovação são voltados à ação viciosa de Siena ou Colle di Valdelsa. Ao contrário, não cabem aos homens julgar os equívocos da ação pautada pelas virtudes, mas somente a Deus. Aos homens comuns, destituídos de santidade, resta apenas a procura da virtude, sem nenhuma garantia de sucesso. E é nessa camada de sentido que podemos encontrar a formulação de um pensamento ético feito por um laico, e, mais precisamente, por um mercador de cereais. Domenico Lenzi tinha o conhecimento da irregularidade estrutural da produção agrícola, assim como da oscilação regular dos preços de trigo – e ambas ocorriam a despeito do esforço constante de diferentes categorias sociais de melhorar a produção, a circulação e o comércio de cereais. Sua tentativa de formular um pensamento ético, influenciada pela filosofia do período, passava por reconhecer que, na vida cotidiana dos homens destituídos de santidade, a procura da virtude também era marcada pela irregularidade e pela incerteza, passível de ser remediada apenas pela imensurável generosidade de um criador que, de tempos em tempos, não poderia evitar de punir uma humanidade excessivamente habituada a oscilar entre a devoção e o comportamento pecaminoso.

Anexo 5.1. Dois poemas do *Specchio Umano*.**Fattor celestial ne porta in terra**

Novela piena d'allegrezza e giocho,
mosso dalla potenza del gran locho,
il chui dritto voler già mai no' erra.
Gridando: ghodi, posi, fuggi guerra,
ringrazia que' ch'assai ti dà del pocho:
no' aspettare il dispettoso e fiocho
chorno che crudeltà sciogle e diserra.
Procede quindi ogni verace frutto;
tu, homo, quinci mal diletto pigli,
superbia il povro, al riccho amara dogla.
A Dio lodar sempr'ài lo chor asciutto,
e riprendendo i sacri suoi consigli
traripa te da non pensata sogla.

Ogni creata chosa si diletta

A ben ovrar di quel ch'ell'è dotata;
i' dico sopra' cieli l'angelicata
nobil natura, e' pianeti, e la bretta
creatura, d'animali ciaschuna setta,
e ogni pianta insensibil creata
a lloda del creante; e l'umanata
i' llui biasmar quanto più può s'affretta.

Nella passata pictura ti specchia:
dico a chui toccha, vedi, pensa e nota
quant'acqua bee chi à piena la secchia.
del troppo ben chi duolsi, e per arrota
chi fiata, e tal pur mormora e denteccia;
altri sta tristo, e tal sua batte gota,
e da cchui vien, pur lui rimproverando:
ma fia vendetta, e non saprà il quando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que a economia é uma integração sistêmica, não necessariamente sincrônica ou harmônica, entre fatores existentes nas esferas da produção, circulação e consumo (ou uso e utilização) do mundo material, esse trabalho teve como objetivo analisar o circuito comercial do trigo existente na República de Florença entre 1284 e 1340, com especial ênfase à cidade capital. Os capítulos foram organizados visando defender a tese de que o mercado de cereais existia assentado sobre quatro pilares: a composição de uma demanda fluida; uma estrutura de oferta; uma arquitetura institucional formulada e reformulada constantemente, e resultante das interações entre as autoridades públicas e a população; e, finalmente, o protagonismo da coletividade dos mercadores de cereais (*biadaioli*), beneficiado pelo próprio arranjo institucional.

No decorrer da exposição, tive oportunidade de lançar ao leitor algumas ideias que surgiram da análise das fontes. Observando a fluida composição da demanda, três características me pareceram centrais. Em primeiro lugar, existia um mosaico de mecanismos de circulação de cereais; o comércio era apenas uma entre outras formas de troca e transferência dos grãos. Em segundo, dado o profundo teor de desigualdade socioeconômica, o mercado, longe de estabelecer uma lógica de exclusividade, visando subsumir os demais mecanismos, só poderia existir de maneira equilibrada a partir da integração com as demais formas de circulação – como a caridade e a transferência direta. Uma estratégia adotada pelos mercadores de trigo, quando sentiam uma excessiva pressão da demanda, foi aumentar os preços, visando reduzir os frequentadores do mercado, e empurrá-los para outros mecanismos de circulação. Símbolo mais claro dessa integração ocorria no interior da *loggia* de Orsanmichele, decorada com imagens dos santos patronos das principais corporações da República: nos dias de festividade, a fraternidade realizava distribuições de pães. Nesse sentido, um estudo sobre a totalidade da economia só poderá ocorrer quando todos os mecanismos de circulação forem analisados, e não apenas um deles – como foi o caso desse trabalho. Finalmente, postular que o comércio existia concomitantemente a outras formas de troca não significa dizer que ele tinha uma importância secundária ou superficial para o abastecimento da cidade.

No capítulo três, analisando a estrutura da oferta, também três ideias centrais foram expostas. A primeira defendeu que a irregularidade no rendimento se tornou um caráter estrutural da produção cerealífera do período. Menos do que um rendimento médio

fictício, as sociedades não apenas passaram a conviver com a oscilação das colheitas, como a formular um leque de reflexões, de caráter político, filosófico ou moral sobre o tema. Em segundo, foi possível identificar que o abastecimento da cidade de Florença existia a partir da integração de quatro diferentes níveis de escala geográfica: a produção local, no interior do *contado* da República; a importação regional, da Toscana; a importação inter-regional; e, finalmente, operações complexas de importação marítima do trigo produzido no sul da Península Itálica. A análise da formação dessa estrutura de oferta nos possibilitou considerar que estamos longe de uma “crise do século XIV”. Antes, a construção de um complexo sistema de abastecimento, iniciado em finais do século XIII, e que alcançou apogeu nas três primeiras décadas do *Trecento*, se expandiu constrangido por contradições. Tentei defender que as melhorias técnicas de exploração agrícola, assim como o alto nível de complexidade das escalas de importação, resultaram no aumento da escala do comércio e, *ao mesmo tempo*, no aumento da fragilidade de todo o sistema de abastecimento.

Os capítulos finais nos permitiram refletir sobre a atuação das autoridades públicas e o protagonismo dos mercadores de trigo. Durante a análise, ficou claro, para mim, de que não é pertinente falar em termos de uma política “anonária” ou de abastecimento. Antes, se tornou evidente certa incapacidade estrutural do Estado de manipular a bel-prazer a economia. Tentativas como o controle e confisco dos estoques das famílias, assim como de tabelamento e imposição de preços, fracassaram de modo retumbante. As autoridades públicas só conseguiram agir com maior eficácia quando as medidas convergiram com as tendências existentes na própria sociedade civil: a importação de cereais, a construção de um “mercado estatal”, a suspensão de impostos e a liberação da assadura de pães. As quatro medidas se beneficiaram da estrutura de oferta, do nível de comercialização da sociedade, e da malha comercial urbana e regional. Antes, o Estado se mostrou decisivo na constituição de uma arquitetura institucional que, entre outras coisas, operava a partir da construção e manutenção de uma *loggia* na parte central da cidade. Segurança ao comércio, investimento em estradas e pontes, e, principalmente, a tentativa de conceder o monopólio do mercado aos *biadaioi* foram as principais demarcações desse arranjo institucional. A coletividade dos mercadores de trigo não apenas se beneficiou, como, atuando em cooperação com as autoridades públicas, passou a exercer o predomínio sobre o controle do circuito comercial de trigo e de cereais, mantendo o abastecimento urbano mesmo em momentos difíceis, como a derrota para Lucca em 1325. Após duas safras ruins na Toscana (1327-1328 e 1328-1329), e a quebra

da safra no sul da Península Itálica (1328-1329), Florença sofreu uma crise de abastecimento profunda, que ameaçou levar os estratos mais baixos da população a uma situação de fome. Na sucessão de dias turbulentos, as autoridades públicas se esforçaram por evitar uma crise famélica, sendo bem-sucedidas; mas não conseguiram evitar a desordem e o tumulto nas ruas da cidade, a migração desordenada de toda Toscana em direção a Florença, e a ruptura das relações de cooperação entre os magistrados do mercado e a coletividade dos mercadores. A crise, entretanto, não desencadeou uma transformação no mercado de trigo de Florença. A República decidiu reforçar toda estrutura do comércio, construindo o monumental palácio de Orsanmichele em 1337, e permitindo aos *biadaoli* uma capacidade de armazenamento maior e mais eficaz. Entretanto, não houve tempo para colher os bons frutos do investimento. A década de 1340 foi apinhada de desastres (epidemias, falências, escassez monetária), culminando na mais drástica crise de abastecimento de todo o século (1346-47). Só então a República sentiu necessidade de reformular a arquitetura institucional; e, nesse trabalho, apenas apontamos o teor das mudanças feitas em um estatuto de 1348.

Iniciamos a dissertação nos referindo ao debate entre três modelos explicativos: o malthusiano, o marxista e o da comercialização. A pequena contribuição desse trabalho não pretendeu defender senão que o processo de comercialização não foi um movimento que colocou em crise a sociedade medieval, implodindo relações socioeconômicas e lançando a Europa para o capitalismo. Tentamos vislumbrar, aqui, de que maneira a comercialização foi um processo contraditório, que fortaleceu em primeiro lugar a desigualdade – não apenas de riqueza, mas das próprias formas de acesso à riqueza. Nesse sentido, a crise de abastecimento de 1329, *labroussiana* na origem, se manifestou na sociedade como uma crise do direito e do acesso (*entitlement*) das parcelas mais pobres da população à comida. A comercialização fortaleceu, também, as próprias formas não-mercantis de relações sociais – como a difusão do contrato de *mezzadria*, os mecanismos de transferência direta de produtos agrícolas da zona rural para as cidades, e a necessidade de redistribuição caritativa dos bens materiais para equilibrar as tensões sociais. É possível haver, aqui, nítida influência do modelo marxista. Tanto melhor, porque o objetivo nunca foi concluir o debate, mas apenas abrir mais uma janela de discussão.

BIBLIOGRAFIA.

Fontes primárias

ADAM, Salimbene de. **Cronica** (ed. Scalla). Vol 1, Turnhout: Brepols, 1998.

ALBERTI, Leon Battista. **I libri della famiglia**. Torino: Einaudi, 1969.

BILIOTTO, Matteo di. **Imbreviature** (ed. Sznura e Soffici). 2 vols, Florença: Sismel, 2016.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decameron** (ed. Branca). Firenze: Le Lettere, 1999.

BOILEAU, Etienne. **Règlements sur les arts et métiers de Paris rédigés au XIIIe siècle** (ed. Depping). Paris: Crapelet, 1837.

CAVALCA, Domenico. “Trattato delle molte stoltizie”, in CAVALCA, **Disciplina degli spirituali**. Roma: Pagliarini, p. 203-299, 1757.

CAVALCA, Domenico. **Specchio de’ peccati** (ed. Furia). Milão: Silvestri, 1838.

COMPAGNI, Dino. **Cronica**. Roma: Carocci, 2013.

CRESCENZI, Pietro dei. **Tratatto della Agricoltura** (ed. Sorio), 3 vols, Verona: Vicentini e Franchini, 1851.

Un leggendario fiorentino del XIV secolo (ed. Degl’Innocenti). Firenze: SISMEL Edizioni del Galuzzo, 1999.

Mezzadria classica toscana (ed. Imberciadori). Florença: Stabilimenti Vallecchi, 1951.

LENZI, Domenico. **Il libro del Biadaio** (ed. G. Pinto). Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978.

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. Fernando** (ed. Cordeiro). Lisboa: Escriptorio, 1895.

MAGNO, Gregorio. Registrum Epistularum. In **Patrologia Latina** (ed. Migne), série Latina, vol 77, 1862.

PEGOLOTTI, Francesco. **La Pratica della Mercatura** (ed. Evans). New York: Kraus Reprint Co, 1970.

PUCCI, Antonio. Le Proprieta di Mercato Vecchio. In **Delizie degli Eruditi Toscani**, Tomo VI, Firenze: Cambiagi Stampator Granducale, 1775, p. 267-274.

SASSOFERRATO, Bartolo de. **De Regimini civitatis** (ed. Quaglioni). In Quaglioni, **Politica e Diritto nel Trecento Italiano**, Firenze: Olschki, 1983.

SIENA, Bernardino da. **Prediche volgare sul campo di Siena 1427** (ed. Delcorno). Milão: Rusconi, 1989.

VILLANI, Giovanni. **Nuova Cronica**. Parma: Einaudi, 1991.

VILLANI, Matteo. **Cronica** (ed. Dragomanni). Florença: Sansone, 1846, libro I, cap. 57, p. 69-70.

Estatutos

Lo Statuto del Comune di Bologna dell'anno 1335 (ed. Budriesi). Roma: Ist. Storico pel il Medio Evo, 2008.

Statutum Bladi Reipublicae Florentinae (1348) (ed. Gino Masi). Milano: Società Editrici 'Vita e Pensiero', 1934.

Statuto del Capitano del Popolo degli anni 1322-1325 (ed. R. Caggese). Firenze: Tipografia Galileiana, 1910.

Statuto del Podestà degli anni 1325 (ed. Caggese). Firenze: Stab. Tipografico E. Arian, 1921.

Statuti delle Arti dei Fornai e dei Vinattieri di Firenze (1337-1339) (ed. Morandini), Firenze: Olschki, 1956.

Coletâneas.

FINESCHI, Vittorio. **Istoria compendiata di alcune antiche carestie e dovizie di grano occorse in Firenze**, Firenze, 1767.

GAYE, Johannes (ed). **Carteggio inedito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI**, Florença: G. Molini, 1839.

LOPEZ, Robert Sabatino e RAYMOND, Irving W (ed.). **Medieval trade in the Mediterranean World**. New York/Londres: Columbia University Press, 1961.

PERUZZI, Luigi. **Storia del commercio e dei banchieri di Firenzi**, Firenze: Galileiana, 1868

HISTORIOGRAFIA

ABULAFIA, David. Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370. *In Economic History Review*, n. 34, v. 3, 1981, p. 377-388.

ABULAFIA, David. **Mediterranean emporium: the Catalan Kingdom of Majorca**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ABULAFIA, David. **Mediterranean encounters: economic, religious, political (1100-1500)**. Aldershot: Ashgate, 2000.

ABULAFIA, David (org). **The New Cambridge Medieval History. Vol 5: 1198-1300**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ASTORRI, Antonella. **La Mercanzia a Firenze nella prima metà del Trecento**. Firenze: Olschki, 1998.

ASTON, Trevor e PHILPIN, C. H. E. **The Brenner debate**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2002.

BALESTRACCI, Duccio. Li lavoratori non conosciuti. *In Bullettino senese di storia patria*, Siena: Accademia Senese degli Intronati, 1977, p. 67-157.

BALESTRACCI, Duccio. Immigrazione e morfologia urbana nella Toscana bassomedievale. *In D'une ville à l'autre. Structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIe siècle)*, Roma: École Française de Rome, 1989, p. 87-105.

BARBER, Malcolm. **The Two Cities**. Londres/Nova York: Routledge, 2004.

BARBERO, Alessandro; FRUGONI, Chiara. **Medioevo**. Roma: Laterza, 1999.

BARTOLI, Maria Teresa. Designing Orsanmichele: The Rediscovered Rule. *In STREHLKE, C. B. (org.), Orsanmichele and the history and preservation of the civic*

monument, Washington/New Haven: National Gallery of Art/Yale University Press, 2010, p. 35-52.

BELTRÁN, M. Teresa López. El trabajo de las mujeres en el mundo urbano medieval. *In Mélanges de la Casa de Velázquez*, n. 40-2, 2010, p. 29-57.

BECK, Patrice; FELLER, Laurent; BERNARDI, Philippe (org.). **Rémunérer le travail au Moyen Age**. Paris : Picard, 2014.

BELLOMO, Manlio. **Società e istituzioni dal Medioevo agli inizi dell'età moderna**. Roma: Il cigno Galileo Galilei. 1999.

BIAGI, Gudio. Una rappresentazione figurata di Colle Valdesa nel Biadaiolo Tempiano Laurenziano. *In Miscellanea storica della Valdesa*, VII, 1899.

BINSKI, Paul Binski. Art and architecture. *In* ABULAFIA (org.), **The New Cambridge Medieval History**, Vol V (1198-1300), Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 84-106.

BLOMQUIST, Thomas. **Merchant families, banking and money in medieval Lucca**. Aldershot: Asghate Variorum, 2005.

BOIS, Guy. **Crise du féodalisme**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976.

BOIS, Guy. **La gran depresión medieval: siglos XIV-XV**. Valencia: Biblioteca Nueva, 2001.

BORGES, Jorge Luis. **El otro, el mismo**. Buenos Aires: Emecé, 1960.

BOSERUP, Ester. **The conditions of agricultural growth**. Londres: Routledge, 1993.

BOUCHERON, Patrick. **The power of images. Siena, 1338**. Medford: Polity Press, 2018.

BOURIN, Monique; CHERUBINI, Giovanni e PINTO, Giuliano (org.). **Rivolte urbane e rivolte contadine nell'Europa del Trecento**. Firenze: Firenze University Press, 2005.

BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To. Les campagnes européennes avant la peste. *In* BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (org.). **Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300**. Roma: École Française de Rome, 2014, p. 09-101.

BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (org.). **Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300**. Roma: École Française de Rome, 2014.

BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (org.). **Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée occidentale**. Roma: École Française de Rome, 2011.

BOWDEN, Willian e HODGES, Richard. **The sixth century: production, distribution and demand**. Leiden: Brill, 1998.

BOYER, Robert e HOLLINGSWORTH, J. Rogers. The variety of institutional arrangements and their complementarity in modern economies. *In* BOYER e HOLLINGSWORTH, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 49-54.

BOYER, Robert. The variety and unequal performance of really existing markets: farewell to Doctor Pangloss?. *In* Hollingsworth and Boyer, **Contemporary Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 55-93.

BRANCA, Vittore. Ancora su D. L. Biadaiolo. *In* **La Bibliofilia**, n. LXXVII, Firenze, 1975.

BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**. 3 vol, Paris: Armand Colin, 1980.

BRAUDEL, Fernand. **L'identité de la France**. Vol 1, Valenton: Flammarion, 1986.

BRESC, Henri. **Un monde méditerranéen : économie et société en Sicile, 1300-1450**. 2 vols. Roma: École Française de Rome, 1986.

BRESCHI, Marco e MALANIMA, Paolo. Demografia ed economia in Toscana: il lungo periodo (secoli XIV – XIX). *In* **Prezzi, redditi, popolazioni in Italia: 600 anni (dal secolo XIV al secolo XX)**. Udine: Forum, 2002, p. 109-142.

BRITNELL, Richard. **The commercialisation of English society, 1000-1500**. Cambridge: Cambridge University Press.

BRITNELL, Richard. **Markets, Trade and Economic Development in England and Europe. 1050-1550**. Farnham, Surrey: Ashgate Variorum, 2009.

BRUCE, Scott G. **Ecologies and Economies in Medieval and Early Modern Europe**. Leiden/Boston: Brill, 2010.

BRUCKER, Gene. **Florentine Politics and Society**. Princeton: Princeton University Press, 1962.

BRUCKER, Gene. **The Civic World of Early Renaissance Florence**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

CABY, Cécile. **De l'érémisme rural au monachisme urbain: les camaldules en Italie à la fin du Moyen Age**. Roma: Ecole française de Rome, 1999.

CAGLIOTI, Francesco. Giovanni di Balduccio at Orsanmichele: the Tabernacle of the Virgin before Andrea Orcagna. In **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 75-110.

CAMMAROSANO, Paolo. **Siena**. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 2009.

CÂNDIDO, Marcelo da Silva.

CAROCCI, Sandro. **La Mobilità sociale nel Medioevo**. Roma: École Française de Rome, 2010.

CASAGRANDE, Carla Casagrande. "Motions of the Heart" and sins. The *Specchio de' peccati* by Domenico Cavalca, OP". In NEWHAUSER, Richard (org.), **In the garden of Evil**, Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2005, p. 128-144.

CASTELNOVO, Guido. Tempi, distance e percorsi in Montagne. In **Spazi, tempi, misure e percorsi nell'Europa del Bassomedioevo**. Spoleto: Centro italiano di studi sul basso Medioevo, 1996, p. 201-236.

CHANDLER, Alfred. **The visible Hand**. Cambridge: Belknap Press, 1997.

CHANDLER, Alfred. **Scale and Scope**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

COLEMAN, Edward. Law and monarchy in the south. In ABULAFIA (org.), **Italy in the central Middle Ages**, Oxford: Oxford University Press, 2004.

CHERUBINI, Giovanni. **Signori, Contadini, Borghesi**. Firenze: La Nuova Italia, 1974.

CHERUBINI, Giovanni. **Scritti toscani: l'urbanesimo medievale e la mezzadria**. Firenze: Salimbene, 1991.

CHERUBINI, Giovanni. L'approvvigionamento alimentare delle città toscane tra il XII e il XV secolo. *In Rivista di Storia dell'Agricoltura*, XL, n.1, junho/1995.

CHERUBINI, Giovanni e PINTO, Giuliano (org). **Rivolte urbane e rivolte contadine nell'Europa del Trecento**. Firenze: Firenze University Press, 2005.

CIPOLLA, Carlo M. **The monetary policy of fourteenth-century Florence**. Berkeley: University of California Press, 1982.

CIPOLLA, Carlo M (org). **Historia Economica de Europa. Vol 1 – La Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1991.

CIPOLLA, Carlo M. **Il fiorino e il quattrino. La politica monetaria a Firenze nel 1300**. Bologna: Il Mulino, 2013.

COHN JR., Samuel K. **Creating the Florentine State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COHN JR., Samuel K. **The Laboring Classes in Renaissance Florence**. New York: Academic Press, 1980.

CONNELL, William J.; ZORZI, Andrea. **Florentine Tuscany. Structures and Practices of Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CONNELL, William J.; ZORZI, Andrea. Life in the Tuscan Mugello at the time of Dante. *In* FINDLEN, FONTAINE e OSHEIM (org), **Beyond Florence**, Stanford: Stanford University Press, 2003.

CONTAMINE, Philippe et alii. **L'Économie Médiévale**. Paris: Armand Colin, 2003.

DAMERON, George. Life in the Tuscan Mugello at the time of Dante. *In* FINDLEN, FONTAINE e OSHEIM (org), **Beyond Florence**, Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 45-58.

DAMERON, George. **Florence and its church in the Age of Dante**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

- DAMERON, George. Feeding the Medieval Italian City-State: grain, war, and political legitimacy in Tuscany, c. 1150 – c. 1350. In **Speculum**, Cambridge, n. 92 (4), p. 976-1019, 2017.
- DAY, John. Prix agricoles en Méditerranée à la fin du XIV siècle (1382). In **Annales**, Paris, n. 4, p. 629-656, 1961.
- DAY, John. La circulation monétaire en Toscane en 1296. In **Annales**, Paris, n. 5, 1968, p. 1054-1066,
- DAY JR., William R. The population of Florence before the Black Death: survey and synthesis. In **Journal of Medieval History**, n. 28, p. 93-129, 2002.
- DELCORNO, Carlo. Cavalca, Domenico. In CASTEVELTRO-CAVALLOTTI, **Dizionario Biografico degli Italiani**, vol 22, Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1979.
- DRENDEL, John (org). **Crisis in the later Middle Ages: Beyond the Postan-Duby Paradigm**. Turnhout, Belgique: Brepols, 2015.
- DUBY, Georges. **Guerriers et paysans**. Paris: Gallimard, 1973.
- DYER, Christopher. **An Age of Transition?** Oxford: Oxford University Press, 2005.
- EATWELL, Roger e WRIGHT, Anthony Wright. **Contemporary Political Ideologies**. London: Pinter, 1993.
- EPSTEIN, Stephan. **An island for itself**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- EPSTEIN, Stephan. **Freedom and Growth**. London: Routledge, 2000.
- EPSTEIN, Stephan R.; MAARTEN, Prak. **Guilds, innovation, and the European economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FAGAN, Brian. **The Little Ice Age**. New York: Basic Books, 2000.
- FANELLI, Giovanni. **Firenze**. Roma: Laterza, 1980.
- FELLER, Laurent; WICKHAM, Chris (org). **Le marché de la terre au Moyen Âge**. Roma: École Française de Rome, 2005.
- FIGLIUOLO, Bruno. Tipologia economica della città nel basso Medioevo. In **Nuova Rivista Storica**, vol 99, 2015, p. 823-836.

FIGLIUOLO, Bruno. I mercanti fiorentini e il loro spazio economico: un modello di organizzazione capitalistica. In **Archivio Storico Italiano**, vol. 171, N. 4 (638), 2013, p. 639-664.

FIUMI, Enrico. **Fioritura e decadenza dell'economia fiorentina**. Firenze: Olschki, 1977.

FOSSIER, Robert. **Le Moyen Age. Vol 3 – 1250-1520**. Paris: Armand Colin, 1997.

FOSSIER, Robert. **Ces gens du Moyen Age**. Paris: Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FRANCESCHI, Franco. **Oltre il tumulto**. Firenze: Olschki, 1993.

FRANCESCHI, Franco. I 'Ciompi' a Firenze, Siena e Perugia. In BOURIN, M.; GENSINI, S. **La Toscana nel secolo XIV**. Pisa: Pacini, 1988.

GATTO, Ludovico; Martini, Paola Supino, **Studi sulle società e le culture del Medioevo per G. Arnaldi**. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2002.

GAULIN, Jean-Louis. "Agronomie antique et élaboration médiévale: de Palladius aux Préceptes cisterciens d'économie rurale". In **Médiévales**, [S.l.], n. 26, p. 59-83, 1994.

GEREMEK, Bronislaw. **Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIII-XVe siècles**. França: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992.

GILLI, Patrick. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval: séculos XII-XIV**. Campinas/Belo Horizonte: Unicamp/UFGM, 2011.

GOLDTHWAITE, Richard A. **The Economy of Renaissance Florence**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.

GRADA, Cormac Ó. **Famine. A short History**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

GREEN, Louis. **Lucca under many masters. A Fourteenth-Century Italian Commune in crisis (1328-1342)**. Firenze: Olschki, 1995.

GREEN, William M. **Initium omnis peccati superbia: Augustine on pride as the first sin**. Berkeley: University of California Publications, 1949.

- HANKINS, James. **Virtue Politics**. Londres: Belknap Press, 2019.
- HATCHER, John; BAILEY, Mark. **Modelling the Middle Ages. The History and Theory of England's Economic Development**. New York: Oxford University Press, 2001.
- HEAD, Thomas. **Hagipgraphy and the cult of saints**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HERLIHY, David. **Pisa in the Early Renaissance**. New York: Yale University Press, 1958.
- HERLIHY, David. **Medieval and Renaissance Pistoia**. New Haven: Yale University Press, 1967.
- HERLIHY, David. Family and property in Renaissance Florence. In MISKIMIN, HERLIHY e UDOVITCH (org.), **The Medieval City**. New Haven: Yale University Press, 1977.
- HERLIHY, David e KLAPISCH-ZUBER, Christiane (org). **Tuscan and their families**. New Haven: Yale University Press, 1985.
- HOSHINO, Hidetoshi. **L'arte della Lana in Firenze nel Basso Medioevo**. Firenze: Olschki, 1980.
- HILTON, Rodney. Y eut-il une crise générale de la féodalité? In **Annales**, 6/1, 1951, p. 23-30.
- HILTON, Rodney. L'Angleterre économique et sociale des XIV et XV siècles. In **Annales**, 13/3, 1958, p. 541-563.
- HILTON, Rodney. **Class Conflict and the Crisis of Feudalism: Essays in Medieval Social History**. Virginia: The Hambledon Press, 1985.
- HILTON, Rodney. **Bond men Made Free**. London: Routledge, 2003.
- HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HUNT, Edwin. **The Medieval Super-Companies: a study of the Peruzzi company of Florence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

IL BENE Comune: forme di governo e gerarchia sociale nel basso Medioevo. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di studi sull'alto Medioevo, 2012.

ITO, Marie D'Aguanno. **Orsanmichele – The Florentine Grain Market**, Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Arts and Sciences, Catholic University of America. Washington, 2014.

JACOBY, David. **Commercial Exchange across the Mediterranean.** Hampshire/Burlington: Variorum collected Studies, 2005.

JONES, Michael (org). **The New Cambridge Medieval History. Vol 6: 1300-1415.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

JONES, Philip. Medieval agrarian society in its prime. In POSTAN, M. M. (org.), **The Cambridge Economic History of Europe**, vol 1, Cambridge: Cambridge University Press, p. 340-431, 1966.

JORDAN, William C. **The great famine: northern Europe in the early fourteenth century.** Princeton: Princeton University Press, 1996.

KEDAR, Benjamin. The Genoese notaries of 1382. In MISKIMIN, HERLILY e UDOVITCH (org.), **The Medieval City**, New Haven: Yale University Press, 1977.

KREYTENBERG, Gery. The limestone tracery in the arches of the original grain loggia of Orsanmichele in Florence. In **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 111-124.

KULA, Witold. **Problemas y Métodos de la Historia Economica.** Barcelona: Peninsula, 1977.

LANGDON, John. The long Thirteenth Century: an era of Schumpeterian growth?, In Drendel (org), **Crisis in the later Middle Ages: Beyond the Postan-Duby Paradigm**, Turnhout, Bélgica: Brepols, 2015.

LANSING, Carol. Concubines, Lovers, Prostitutes: Infamy and Female Identity in Medieval Bologna. In FINDLEN, FONTAINE e OSHEIM. **Beyond Florence.** Stanford: Stanford University Press, 2003.

LEGUAY, Jean Pierre. Urban Life. In JONES, Michael, **The New Cambridge Medieval History**, Vol 6, New York: Cambridge University Press, 2000, p. 102-123.

LOPEZ, Robert Sabatino. **The commercial revolution of the Middle Ages, 950-1350**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1976.

MAGNI, Stefano. Politica degli approvvigionamenti e controllo del commercio dei cereali nell'Italia dei comuni nel XIII e XIV secolo: alcune questioni preliminari. In **Mélanges de l'École française de Rome**, n. 127-1, 2015, n.p.

MAGOS, Victor Rivera. La chiave de tutta la Puglia. In LICINIO (org), **Storia di Manfredonia**, Vol 1, Bari: Edipuglia, 2008, p. 63-99.

MALANIMA, Paolo. La formazione di una regione economica: la Toscana nei secoli XIII-XV. In **Società e storia**, n. 6, 1983, p. 229-269.

MANDICH, G. Il fiorino di conto a Firenze nel 1294-1381. In **Archivio Storico Italiano**, n. 146, 1988, p. 23-48.

MANN, William E. Augustine on Evil and Original Sin. In MANN, **God, Belief, and Perplexity**, New York: Oxford University Press, 2016, p. 77-85.

MARMURSZTEJN, Elsa. **L'autorité des maîtres: scolastique, normes et société au XIIIe siècle**, Paris: Belles Lettres, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. 3 vols, São Paulo: Boitempo, 2014-2017.

MASSCHAELE, James. The multiplicity of medieval markets reconsidered. In **Journal of Historical Geography**, n. 20/3, 1994, p. 255-271.

MASSCHAELE, James. Malthus and the medieval market system. In DRENDEL (org.), **Crisis in the later Middle Ages: Beyond the Postan-Duby Paradigm**, Turnhout, Bélgica: Brepols, 2015.

MAUSS, Marcel. **Essai sur le don**. Paris: Presses universitaires de France, 2007.

McLEAN, Alick. La architettura italiana de la Baja Edad Media. In TOMAN, Rolf (org.), **El arte en la Italia del Renacimiento**. China: Ullmann, 2005, p. 12-35.

MENANT, François. **Campagnes lombardes du Moyen Age**. Roma: École Française de Rome, 1993.

MENOZZI, Daniele. **Les images: L'église et les arts visuels**. Paris: Cerf, 1991.

MIGLIO, Luisa Miglio. Domenico Lenzi: tra mercatura e poesia. *In Modern Language Notes*, Johns Hopkins University Press, vol 93, n. 1, 01/1978, p. 109-130.

MILLER, Edward; POSTAN, Cynthia; POSTAN, Michael (org). **The Cambridge Economic History of Europe. Vol 2 – Trade and industry in the Middle Ages.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MILLER, Edward; POSTAN, Michael; RICH, E. E (org). **The Cambridge Economic History of Europe. Vol 3 – Economic Organisation and Policies in the Middle Ages.** Cambridge: Cambridge University Press, 1963.

MONCLÚS, Pere Benito. De Labrousse a Sen. Modelos de causalidad y paradigmas interpretativos de las crisis alimentarias preindustriales. *In MONCLÚS (org.), Crisis alimentarias en la Edad Media*, Lleida: Milenio, p. 15-32, 2013.

MONTANARI, Massimo. **Medieval Tastes.** New York: Columbia University Press, 2015.

MORGAN, Johanna. The Invisible Hunger: Is Famine identifiable from Archaeological Record? *In Antrocom Online Journal of Anthropology*, vol 9., n. 1, 2013, p. 115-119.

NAJEMY, John. **Corporatism and consensus in Florentine electoral politics, 1280-1400.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1982.

NAJEMY, John. **Italy in the Age of the Renaissance. 1300-1550.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

NAJEMY, John. **A History of Florence (1200-575).** Malden: Blackwell Publishing, 2006.

NEUHAUSER, Richard. **In the garden of Evil.** Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2005.

PADGETT, John F.; MCLEAN, Paul D. Economic credit in Renaissance Florence. *In The Journal of Modern History*, Chicago: The University of Chicago Press, vol 83, n.1, Março/2011.

PAMPALONI, Guido. Un nuovo studio sulla produzione e commercio della lana a Firenze tra trecento e cinquecento. *In l'Archivio Storico Italiano*, n. 140, 1982, p. 197-213.

PARETO, Vilfredo. **Manuale di Economia Politica**, Milão: Società Editrice Libreria, 1904.

PICCINNI, Gabriela. Mezzadria e potere politico, in **Studi Storici**, n. XLVI, 2005, p. 923-943.

PINTO, Giuliano. Domenico Lenzi e il suo Specchio Umano. In D. LENZI, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 1-28.

PINTO, Giuliano. I prezzi delle granaglie a Firenze. In LENZI, **Il Libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Olschki, 1978, p. 29-70.

PINTO, Giuliano. Crisi annonarie e problemi di approvvigionamento (1250-1348). In LENZI, **Il libro del Biadaiolo** (ed. Pinto), Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978, p. 107-130.

PINTO, Giuliano. D. L. o Benzi? A proposito dell'autore del 'Libro del Biadaiolo'. In LUDOVICO e SUPINO, **Studi sulle società e le culture del Medioevo per Girolamo Arnaldi**. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2002, p. 519-530.

PINTO, Giuliano. L'organizzazione del lavoro nei cantieri edili (Italia centro-settentrionale, secoli XIII-XV). In PINTO, **Il lavoro, la povertà, l'assistenza**, Roma: Viella, p. 31-60, 2008.

PINTO, Giuliano. Produzioni e reti mercantili nelle campagne Toscane dei secoli XIII e XIV". In BOURIN, Monique; MENANT, François; TO FIGUEIRAS, Lluís; **Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300**, Roma: École Française de Rome, 2014.

PINTO, Giuliano. I mezzadri toscani tra autoconsumo e mercato (secoli XIII-XV). In PINTO, G. **Firenze medievale e dintorni**, Roma: Viella, 2016, p. 129-142.

PIRENNE, Henri. **Les villes du Moyen Age**. Bruxelles : Maurice Lamertin, 1927.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; e PEARSON, Harry. **Trade and Market in the Early Empires**. Illinois, The Falcon's Wing Press, 1957.

POSTAN, Michael (org). **The Cambridge Economic History of Europe. Vol 1 – The Agrarian Life of the Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

POSTAN, Michael. **The medieval economy and society**. London: Penguin Books, 1993.

QUAGLIONI, Diego. **Politica e Diritto nel Trecento Italiano**. Firenze: Olschki, 1983.

REPETTI, Emanuele. **Dizionario Geografico Fisico Storico della Toscana**. 7 vols, Firenze: Mazzoni, 1843.

RODOLICO, Niccolò. Note Statistiche su la popolazione fiorentina. *In Archivio Storico Italiano*, vol 30, n. 228, 1902, p. 241-274.

RODOLICO, Niccolò. Proletariato operaio in Firenze del secolo XIV. *In Archivio Storico Italiano*, Firenze: Olschki, 1943, p. 3-30.

RONCIÈRE, Charles de La. **Un changeur florentin du trecento: Lippo di Fede del Segna**, Paris: SEVPEN, 1973.

RONCIÈRE, Charles de La. **Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)**. Roma: École Française de Rome, 1982.

RONCIÈRE, Charles de La. “La foi du marchand: Florence XIVe – Xve siècles”. *In Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*, 19 congrès. Reims: 1988.

RONCIÈRE, Charles de La. **Firenze e le sue campagne nel Trecento**. Firenze: Olschki, 2005.

RONCIÈRE, Charles de La. De la ville à l’État régional: la constitution du territoire (XIV – XV siècle). *In BOUTIER, LANDI e ROUCHON, Florence et la Toscane, XIV-XIX siècles*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004, p. 15-30.

ROSSI, A. “D. Benzi, il Biadaiolo amico degli Alighieri”. *In Cinquanta lezioni di filologia italiana*, Roma, 1997.

ROUCHON-MOULLERON, Véronique. Miracle et Charité: autour d’une image du *Livre du Biadaiolo*. *In Revue Mabillon*, t. 19 (t.80), p. 157-189, 2008.

RUSSO, Daniel. Religion civique et art monumental à Florence. *In La religion civique à l’époque médiévale et moderne (chrétienté et Islam)*, Rome: École Française de Rome, 1995, p. 279-296.

RUTENBURG, V. **Popolo e movimenti popolari nell’Italia del ‘300 e ‘400**. Bologna: Mulino, 1971.

SAPORI, Armando. Firenze e Castruccio: tentativi di di guerra economica. *In* SAPORI, **Studi di Storia Economica**, vol 1, Firenze: Sansoni, 1982, p. 393-407.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines**. Oxford: Oxford University Press, 1982.

SHAKESPEARE, William. **The complete Works**. Ware: Wordsworth, 1996.

SORRE, Maximilien. **Les fondements biologiques de la géographie humaine**. Paris: Colin, 1943.

SPUFFORD, Peter. **Money and its use in Medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SPUFFORD, Peter. **Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe**. London: Thames and Hudson, 2002.

STELLA, Alessandro. Fiscalità, topografia e società a Firenze nella seconda metà del Trecento. *In* **Archivio Storico Italiano**, n. 151, 1993, p. 797-862.

STONE, David. **Decision-making in medieval agriculture**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

STREHLKE, B. Carl. Orsanmichele before and after the Niche Sculptures: making decisions about Art in Renaissance Florence. *In* **Studies in the History of Art**, vol 76, Washington: National Gallery of Art, 2012, p. 21-34.

SWEEZY, Paul (org). **The Transition from Feudalism to Capitalism**. London: Verso, 1978.

SZABÓ, Thomas. **Comuni e politica stradale in Toscana e in Italia nel Medioevo**. Bologna: Clueb, 1992.

TODESCHINI, Giacomo. **Il prezzo della salvezza: lessici medievali del pensiero economico**. Roma: Nuova Italia scientifica, 1994.

TOMAN, Rolf (org.). **El arte en la Italia del Renacimiento**. China: Ullmann, 2005.

TOUBERT, Pierre. L'homme et l'environnement dans le monde méditerranéen: le regard du médiéviste. *In* **Regards sur la Méditerranée**. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1997, p. 113-133.

UNGER, Richard. **The ship in the Medieval Economy. 600-1600.** London: Croom Helm, 1980.

VASARI, Giorgio. **Le vite de' piú eccellenti pittori, scultori ed architetti.** Torino: Einaudi, 1986.

VERGER, Jacques. The universities and scholasticism. In ABULAFIA (org.), **The New Cambridge Medieval History (1198-1300)**, vol 5, Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 256-278.

VIGUEUR, Jean-Claude Marie. **Cavaliers e Citoyens.** Paris: École de Hautes Études, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** New York: Academic Press, 1974.

WEBER, Max. Politics as a vocation. In WEBER, **Essays in Sociology**, New York: Oxford University Press, 1946, p. 77-128.

WILSON, Christopher. **The Gothic cathedral.** London: Thames & Hudson, 1990.

ZANOBONI, Maria Paola. Donne al lavoro nell'edilizia medievale. In **Archivio Storico Italiano**, vol. 172, n. 1 (639), 2014, p. 109-132.

ZORZI, Andrea. Contrôle social, ordre public et répression judiciaire à Florence à l'époque communale: éléments et problèmes. In **Annales**, vol 5, n. 5, 1990, p. 1169-1188.

ZORZI, Andrea (org.). **Conflitti, paci e vendetta nell'Italia comunale.** Firenze: Firenze University Press, 2009.

ZUIJDERDIJN, C. J. **Medieval Capital Markets.** Leiden/Boston: Brill, 2009.